



Letícia Cristina Fonseca Destro

**Nas fronteiras do ecúmeno: a invenção da
Guiné nas narrativas de viagens e cartografia dos
primeiros contatos, séculos XV e XVI**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Cultura da PUC-Rio como requisito
para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Flávia Maria Schlee Eyler

Rio de Janeiro
Outubro de 2016



Letícia Cristina Fonseca Destro

Nas fronteiras do ecúmeno: a invenção da Guiné nas narrativas de viagens e cartografia dos primeiros contatos, séculos XV e XVI

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Flávia Maria Schlee Eyler

Orientadora

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Manolo Garcia Florentino

Instituto de História – UFRJ

Profª Heloísa Meireles Gesteira

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Henrique José Sampaio Soares de Souza Leitão

Centro História das Ciências e da Tecnologia – Universidade de Lisboa

Profª Regiane Augusto de Mattos

Departamento de História – PUC-Rio

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais –

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Letícia Cristina Fonseca Destro

Bacharela em História pela Universidade Federal de Viçosa em 2009 e licenciada em 2010. Durante a graduação participou de diversos projetos envolvendo o ensino e pesquisa de História da África. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participou de congressos na área de História da África e literatura de viagem.

Ficha Catalográfica

Destro, Letícia Cristina Fonseca

Nas fronteiras do ecúmeno: invenção da Guiné nas narrativas de viagens e cartografia dos primeiros contatos, séculos XV e XVI / Letícia Cristina Fonseca Destro ; orientadora: Flávia Maria Schlee Eyler. – 2016.

218 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2016.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura. 3. Guiné. 4. Negros africanos. 5. Cosmologia. 6. Cristianismo. I. Eyler, Flávia Maria Schlee. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

À minha orientadora professora Flávia Eyler pelo estímulo e carinho ao longo desses anos.

Às professoras Luciana Villas Boas e Heloísa Meireles, membros da banca de qualificação, pelas considerações e reflexões que encaminharam a pesquisa.

Aos professores do departamento de História da PUC-Rio pelas aulas e conversas.

Aos professores Manolo Florentino, Regiane Mattos, Heloísa Gesteira e Henrique Leitão por aceitarem fazer parte desta banca.

À Capes e PUC-Rio, pelos auxílios concedidos que não só possibilitaram a dedicação integral à pesquisa, como também às viagens para pesquisa e levantamento de fontes no exterior.

Ao Centro de História das Ciências da Universidade de Lisboa, em especial ao prof. Henrique Leitão, pela acolhida quando da minha estadia em Lisboa. Suas indicações precisas e conhecimento definiram rumos do trabalho.

Aos queridos amigos pelo apoio nessa longuíssima jornada.

À querida prima, Alita, pelo incentivo e leitura crítica.

Agradeço também à minha família, que mesmo longe, sem entender muito, me auxiliaram e apoiaram com todo amor e carinho. E ao Goshai com quem pude compartilhar o dia a dia da escrita e da pesquisa, a sua confiança e companheirismo foram esteios que fizeram com que a jornada fosse mais suave.

Resumo

Destro, Leticia Cristina Fonseca; Eyler, Flávia Maria Schlee. **Nas fronteiras do ecúmeno: a invenção da Guiné nas narrativas de viagens e cartografia dos primeiros contatos, séculos XV e XVI.** Rio de Janeiro, 2016. 218 p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho investiga a produção das primeiras imagens acerca das terras e habitantes contatados pelos portugueses após a ultrapassagem do temível Cabo Bojador: a “Guiné” e os “negros africanos”. Analisa-se como foram organizadas e adaptadas as antigas concepções cosmológicas cristãs frente a experiência do avanço das naus e dos limites do mundo conhecido. Para estudá-los, investiga-se dois conjuntos de fontes: as primeiras narrativas de viagens escritas por Gomes Eanes Zurara, Diogo Gomes, Luís Cadamosto e Duarte Pacheco Pereira; e uma coleção cartográfica composta por exemplares de *mappaemundi*, cartas-portulanos e mapas-múndi do início da era moderna.

Palavras-chave

Guiné; negros africanos; cosmologia; Cristianismo

Abstract

Destro, Leticia Cristina Fonseca; Eyler, Flávia Maria Schlee (Advisor). **In ecumene boundaries: the invention of Guinea in fifteenth and sixteenth centuries travel writing and cartography of the first contacts.** Rio de Janeiro, 2016. 218 p. PhD Thesis – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work investigates the production of the first images about the lands and inhabitants contacted by the portugueses after overtaking the feared Cape Bojador: the "Guinea" and the "black africans". We analyze how the old conceptions cosmological were organized and adapted after the advance of the experience of the Christian ships by unknown seas pushing the known world's limits. To study this subject, we investigate two sets of sources: the firsts travels writing made by Gomes Eanes Zurara, Diogo Gomes, Luiz Cadamosto e Duarte Pacheco Pereira; and a cartographic collection of *mappaemundi*, portulan charts and world maps in the early modern era.

Keywords

Guinea; black Africans; cosmology; Christianity

Sumário

1. Introdução	10
Parte I	21
2 – <i>Mare clausum</i> : os limites do espaço simbólico	
2.1. A ilha do mundo	24
2.2. O conjunto da criação	38
2.3. O mundo de ponta cabeça	48
3. A maravilhosa África	
3.1. Mapeando as cartas	57
3.2. <i>Dominus dominantium</i>	73
3.3. Versões do paraíso	82
Parte II	90
4. Do <i>mare clausum</i> ao <i>mare liberum</i>	
4.2. A geografia de Ptolomeu	94
4.3. Por entre as sombras do mundo	102
4.4. As maravilhas da experiência	113
4.5. Lições Antigas	121
5. Guiné: as terras de “gente queimada”	
5.2. As primeiras cartas portuguesas	128
5.3. Além das colunas de Hércules	137
5.4. <i>Locus Horrendus</i>	148
5.5. <i>Locus Amoenus</i>	156
6. Dispondo as terras de Cam	
6.2. Negros como etíopes	169
6.3. Dos monstros aos guinéus	180
6.4. <i>Ubi nunc paganismus est, christianitas fiat</i> (Onde agora existe paganismo, faça-se cristandade)	193
7. Epílogo: Um circo com vários picadeiros	206
Referências bibliográficas	212

Lista de Figuras

Figura 1 – <i>Mappamundi</i> de Andrea Bianco, 1436. Biblioteca Marciana, Marciana Veneza	26
Figura 2 – <i>Mapa</i> T-O Isidoriano da primeira impressão do <i>Etymologiae</i> , 1472. British Library, Londres	31
Figura 3 - Detalhe África, <i>mappamundi</i> Sawley do <i>Imago Mundi</i> , 1110 Corpus Christi College, Cambridge	33
Figura 4 – Detalhe África, <i>mappa</i> de Hereford, ca. 1290. Biblioteca da Catedral de Hereford, Inglaterra.	36
Figura 5 – Detalhe África, <i>mappamundi</i> de Ebstorf, ca. 1234. Original destruído na II Guerra Mundial.	37
Figura 6 – Catalão-Estense, ca. 1450. Biblioteca Universitaria, Modena.	43
Figura 7 – Detalhe Rey Benichaleb, Catalão-Estense, ca. 1450	44
Figura 8 – Mapa das zonas de Macróbrio. Primeir edição do <i>Commentariorum in somnium Scipionis</i> , 1483. Biblioteca Britânica, Londres.	49
Figura 9 – <i>Mapa</i> Beatus de Burgo de Osma, ca. 1086. Burgo de Osma, Catedral Cabildo.	52
Figura 10 – Atlas Catalão, 1375. Bibliothèque Nationale de France, França.	59
Figura 11 – Mansa Mali em vários exemplares	65
Figura 12 – <i>Homo Signorum</i> do Atlas Catalão	70
Figura 13 – Preste João em vários exemplares	76
Figura 14 – Paraíso Terrestre do Catalão Estense	83
Figura 15 - Figura 15 – Mapa-mundi de Pirrus de Noha, 1414. Biblioteca Apostólica Vaticana.	98
Figura 16 – <i>Mappamundi</i> de Andreas Walsperger, 1448. Biblioteca Apostolica Vaticana.	100
Figura 17 – Detalhe África. <i>Mappamundi</i> de Andreas Walsperger.	101
Figura 18 – <i>Mappamundi</i> de Fra Mauro, ca. 1459. Biblioteca Marciana, Veneza.	104
Figura 19 – Detalhe da África. <i>Mappamundi</i> de Fra Mauro.	105
Figura 20 – Carta de Pedro Reinel, ca. 1485. Archives Départementales de la Gironde, Bordeaux	134

Figura 21 – Carta de Jorge Aguiar, 1492. Beinecke Rare Book and Manuscript Library, Yale University,	135
Figura 22 – Planisférios de Henricus Martellus, 1489-1492. British Library, Londres.	139
Figura 23 – Detalhe África. Globo de Martin Behaim, 1492. Germanisches Nationalmuseum, Nuremberg.	140
Figura 24 – Detalhe África. Planisférios de Cantino, 1502. Biblioteca Estense Universitaria, Modena.	145
Figura 25 – Carta de Lázaro Luis, 1563. Academia das Ciências de Lisboa.	154
Figura 26 – Detalhe África. Mapa-múndi de Pierre Desceliers, 1550. British Library, Londres.	155
Figura 27 – Detalhe África. Carta do chamado Atlas Miller, 1519. Bibliothèque Nationale de France, França.	160
Figura 28 – Detalhe África. Carta Universal (...) de Diogo Ribeiro, 1529. Biblioteca Apostolica Vaticana.	167
Figura 29 – Cidades no Atlas Catalão; cidades e monstros no <i>mappamundi</i> de Henreford.	182
Figura 30 - Gennea de Hans Burgkmair, 1508. British Library, Londres.	187
Figura 31 – <i>Africae nova descriptio</i> de W. Blaeu, ca. 1630. (Versão disponível) Bibliothèque Nationale de France, França.	210
Figura 32 - <i>Nova Africa Descriptio</i> de Frederick de Wit, ca. 1688. Universidade de Amsterdam.	211

1

Introdução

Imagens da África e africanos foram produzidas de maneira distinta desde a Antiguidade Clássica. A proximidade da Grécia e Itália, bem como a expansão do Império Romano revelavam a existência de territórios africanos fora da esfera do *mare nostrum*, compondo juntamente com a Europa e a Ásia o chamado ecúmeno – ou o mundo conhecido, que seria a morada por excelência do homem. Mesmo na Idade Média, a configuração clássica do ecúmeno se manteve, mas não raro se considerava a possibilidade de uma maior extensão de terras além do Saara nas representações e descrições cristãs do mundo¹.

Os africanos, das mais variadas regiões, vindos ou trazidos pelos caminhos invisíveis do Saara, figuraram como soldados mercenários, acrobatas, lutadores, homens livres ou escravos nos textos, nas pinturas e nas esculturas mesmo antes da ultrapassagem do temido Cabo Bojador, que marcou o início do aparecimento de uma nova África, aquela que mais tarde seria conhecida como África Negra. É possível que na Roma imperial, apesar de serem raros, os africanos ainda chamassem a atenção pelas ruas². Contudo, pouco ou nada se sabia sobre suas terras, tendo quem acreditasse que o calor escaldante impossibilitava a vida ou só permitia a proliferação de monstros, como discutiremos melhor no capítulo. O maravilhoso³ perdurou durante séculos, mesmo depois das expedições do século XV, ainda que com um crescente descrédito. Os limites desconhecidos davam margem à imaginação e a *terra incógnita*, tal como aparece nos textos de Claudio Ptolomeu, era o ambiente ideal para proliferação de *mirabilia*. Porém apartados do ecúmeno, não apresentavam uma ameaça ao centro cristão.

A reconfiguração acontece quando o centro avança de tal modo que chega a atingir as margens e o que era apartado torna-se próximo criando a necessidade de novas significações e formulações de modo a manter a ordem do perfeito

¹ Não se tenta sugerir com isso que existiu uma única forma de organizar o mundo nos períodos mencionados. Como será ressaltado, houve conflitantes interpretações a respeito de diversas questões na maneira de ver e descrever o mundo, e que, portanto, qualquer tentativa simplista de unificação não seria suficiente. Mas aqui se trabalha com a versão cristã que se tentou impor, embora não unanimemente, e que ganhou espaço em diversos quesitos no que tange a análise aqui realizada com base nas fontes selecionadas.

² Silva, Alberto da Costa e, *Imagens da África*, p. 9.

³ O maravilhoso aqui tem um sentido específico que tal como analisa Stephen Greenblatt possuía um traço central das representações, verbais ou visuais, através do qual as pessoas na Idade Média e Renascença apreendiam o não-familiar, o estranho. (Greenblatt, S., *Marvelous Possessions*, p. 22).

universo criado por Deus em toda sua “bondade e magnitude”. Como escreveu Nicolau de Cusa:

Todas as coisas, por mais que sejam diferentes, estão vinculadas conjuntamente. Há nos gêneros das coisas uma tal conexão entre o superior e o inferior que elas se encontram em um ponto comum; uma tal ordem prevalece entre as espécies de maneira que a espécie superior de um gênero coincida com a inferior do gênero imediatamente mais elevado, com o fim de que o universo possa ser único, perfeito, contínuo⁴.

Esta ordem hierárquica, ou a Grande Cadeia do Ser, é de suma importância para se pensar, portanto, a organização do cosmo dentro da lógica cristã tendo em vista o papel desempenhado por todos os seres e coisas na sua manutenção⁵. Se os africanos de distintas etnias eram antes vistos escassamente pelas ruas desempenhando funções típicas do centro cristão, após o século XV o cristão teve que lidar com eles em seu território e com sua própria organização social, cultural ou mesmo política e econômica⁶. Qualquer tentativa de descrevê-los, assim sendo, passaria por uma revisão e adaptação dos antigos preceitos e pela influente cosmovisão da época. Significativamente, as imagens que se constroem estariam, como ressalta Stephen Greenblatt em seu *Possessões Maravilhosas*, dentro de uma estrutura convencional intelectual e organizacional para se apropriar do “outro”, em uma tentativa de domesticar ou assimilar o estranho⁷. Partindo ainda do pressuposto de que, como argumenta Greenblatt, a escrita desempenhou um importante papel

⁴ Cusa, Nicolau de *apud* Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 84.

⁵ Vale lembrar que a ideia da Grande Cadeia do Ser, ou suas variações, se estabeleceu durante séculos, conforme analisa Lovejoy, influenciando as teorias naturais. A busca do elo entre as coisas (continuidade), por exemplo, desempenhou um papel importante no princípio da ciência antropológica. O elo perdido era, no século XVIII, procurado nos limites inferiores da própria humanidade. Considerava-se possível encontrar seres semi-humanos entre os mais remotos povos. Alguns navegadores e viajantes da época, conforme ressalta Lovejoy, testemunharam terem visto com seus próprios olhos homens com caudas, tribos incapazes de falar. Outros defendiam que os negros seriam os mais semelhantes aos animais de todas as espécies de homens. *Ibid.*, p. 233 e 234.

⁶ Entre os eruditos medievais, a rigidez da Cadeia conferiu a cada ser particular uma característica inalterável dentro dessa hierarquia. Contudo, gostaria de chamar a atenção para pensamentos como o de Pico Della Mirandola, que, embora raros para a época, não se pode deixar de mencionar. Sem questionar a atribuição de Deus a cada criatura seu lugar e natureza apropriados, Mirandola argumentara a favor da possibilidade do homem modelar-se; uma liberdade de autodeterminação. (Para mais informação ver Greene, Thomas. *A flexibilidade do self na literatura do Renascimento*).

⁷ Greenblatt, assim como outros pesquisadores como o próprio Edmundo O’Gorman, analisou a apropriação da novidade inserida pela quarta parte do mundo, que, diferente da África e Ásia, não participava nem mesmo da tradicional divisão tripartite do mundo. Certamente, a complexidade desse caso específico extrapola, nesse sentido, as dificuldades de explicação impostas pela Guiné. Mas, como eles mesmo defendem, o arsenal explicativo provinha do horizonte cultural daqueles que se encarregaram de explicá-lo, que não era, portanto, novo. Grande parte já havia sido manuseada pouco tempo antes para dar conta da Guiné (podem seguida Índia) sendo, então, adaptada para o caso americano e para sua especificidade.

na organização de uma determinada visão de mundo, na representação e percepção de uma dada “realidade” que é relacional, local, e historicamente contingencial, o trabalho concentrará principalmente na análise das narrativas de viagem que se dedicaram em descrever as primeiras expedições portuguesas além Cabo Bojador⁸.

A primeira narrativa que se tem notícia das expedições lusitanas na ultrapassagem do Bojador e das terras situadas a diante foi elaborada pelo cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo durante o reinado de Afonso V, Gomes Eanes Zurara (1415/20 - 1473/74). Filho do cônego das Sés de Évora e Coimbra, Zurara teria frequentado a corte de D. Afonso V e se tornado, conforme destacara o mestre do referido monarca, sabedor em gramática, astronomia e historiografia⁹. Foi nomeado comendador da Ordem de Cristo e outras várias comendas ofertadas pelo infante D. Henrique, com quem se relacionou e a quem reverenda na *Crônica da Guiné* (ou ainda *Crônica do Descobrimento e conquista da Guiné*) juntamente com as notícias do expansionismo lusitano por terras além Bojador. Escrita entre os anos de 1463 e 1467, esta é uma narrativa de conquista e feitos de armas com inegáveis traços das “coisas da cavalaria” populares na Idade Média que supostamente teria tido um papel crucial na elaboração da bula papal *Romanus Pontifex*. Tal bula seria responsável pela concessão à Portugal o direito sobre a conversão dos povos gentios ocupantes das terras a serem descobertas desde a Guiné até o Oriente¹⁰.

Dentre os manuscritos que chegaram até nós, tem-se algumas versões do século XVII e XVIII que reproduzem o manuscrito da Biblioteca Real de Paris. Este foi o primeiro a ser editado, depois de encontrado pelo visconde de Carreira com as anotações e introdução do visconde de Santarém¹¹. Não sobreviveu, infelizmente, o manuscrito original e os caminhos percorridos por ele também nos são incertos, no entanto, é possível observar referências a este exemplar em outros trabalhos dentro e fora de Portugal. No próprio testemunho, Zurara demonstra um interesse de divulgação do seu escrito, dada a importância que ele concede a memória dos feitos protagonizados pelo infante D. Henrique para as gerações futuras e aos do presente:

⁸ Cf. Greenblatt, S., *Marvelous Possessions*.

⁹ Zurara, G. E., *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 11.

¹⁰ Soares, Mariza de C., *Devotos da Cor*, p. 44.

¹¹ Para o trabalho aqui realizado será analisado a fac-símile disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa desse manuscrito de Paris e a sua versão do português adaptado publicada pela Europa-América.

Duas cousas me movem a falar em que este presente capítulo da geração deste nobre príncipe. Primeiramente, porque a longa velhice dos tempos, afasta da memória o próprio conhecimento das cousas passadas, as quais se a escritura as não representasse ante nossos olhos, cego seria acerca disso de todo nosso saber. E pois por representação do presente aos que hão de vir, me assento a escrever, não devo passar calando a nobreza de tão alta geração [...]¹².

Defende-se, entretanto, que a sua circulação tenha sido prejudicada pela tentativa da Coroa de barrar a divulgação de informações acerca daquelas terras¹³. No entanto, é possível encontrar ainda citações dessa crônica entre outras narrativas portuguesas, como a de João de Barros (1496-1570), um nobre português que escrevera, além da *Grammatica de Língua Portuguesa* (1540) para ajudar no ensino da língua materna nas possessões portuguesas, uma narrativa acerca dos feitos portugueses na Índia, conhecida como *Décadas de Ásia* (*Ásia de Ioam de Barros, dos feitos que os Portuguezes fizeram na conquista e descobrimento dos mares e terras do Oriente*) publicada entre os anos de 1552 e 1563:

Pois havendo cento e vinte cinco anos (por que de tantos trata esta escritura) que vossas armas, e padrões e vitórias tem tomado posse e não somente de toda a terra marítima de África, e Ásia, mas ainda de outros maiores Mundos, do que Alexandre lamentava, não ter notícia deles, não houve alguém que se atrevesse a ser primeiro neste trabalho, somente Gomes Eanes de Zurara cronista mor destes reinos nas coisas do Infante D. Henrique¹⁴.

Outrossim, essa *Crônica* de Zurara é também fonte para o frade dominicano espanhol Bartolomé Las Casas (1474 - 1566) no seu tratado, que se dirige aos feitos portugueses na África, especialmente Guiné, chamado *Brevíssima Relação da Destruição da África*. Diferentemente daquele acerca da América, o popular *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, que foi editada com o propósito definido de ser dado à público, o tratado acerca da África manteve-se como texto marginal à própria iniciativa dos editores. Sem nunca ter estado na Guiné, várias informações são extraídas de narrativas de viagens que ele copia e cita, e Zurara é

¹² Zurara, G. E., *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 42.

¹³ Como analisa Francisco Domingues, o sigilo do Estado português era conjuntural e não uma política sistemática, como defende alguns. Poderia existir em determinadas matérias que iam de encontro aos interesses expansionistas da coroa lusitana. Em muitas circunstâncias, inclusive, se observa uma política contrária, a de publicitação dos resultados dos avanços portugueses.

Domingues, Francisco C., Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa. In: *Mare Liberum*. Revista de História dos Mares, n.º 1, Dezembro de 1990, p. 105-116.

¹⁴ Barros, João de, *Da Ásia de João de Barros e de Diogo Couto*, Prólogo. v. 1.

uma de suas fontes juntamente com João de Barros: “[...] segundo conta Gomes Eanes de Zurara no livro 1.º, capítulo 5.º da sua *Crônica Portuguesa*, que escreveu no tempo de el-rei D. Afonso V [...]”¹⁵.

Para finalizar, uma versão dessa *Crônica* de Zurara é também encontrada em uma coletânea das missivas de um importante impressor da Morávia, Valentim Fernandes, (? – 1518-19), que vivera muitos anos em Lisboa (até a sua morte). Ele era um importante nome na divulgação internacional de notícias sobre os novos mundos, pois enviava regularmente correspondências para eruditos e mercadores, situados em Nuremberg e Augsburg no Sul do Sacro Império Romano-Germânico, as notícias acerca dos feitos. Dentre os destinatários se encontra Conrado Peutinger, banqueiro e agente político de Carlos V. As epístolas por ele enviadas foram posteriormente reunidas em um volume que atualmente se encontra em Munique, tendo sido publicadas sob o título *Manuscrito* ou *Códice de Valentim Fernandes*¹⁶. Além da *Crônica* de Zurara, entretanto, há ainda um outro relato nesta coletânea que durante muito tempo ficara sob a confusa autoria do próprio morávio e ainda de Martim Behaim (1459 – 1507), um comerciante e cosmógrafo de Nuremberg referido no próêmio do texto, amigo de Jerónimo Münzer¹⁷. Conhecido pela confecção do primeiro globo terrestre utilizado por Cristóvão Colombo, Behaim também vivera boa parte da sua vida em Portugal e Açores, onde tivera contato com viajantes e mercadores colhendo deles informações acerca das novas terras. Nesse momento é que provavelmente tenha entrado em contato com Diogo Gomes (? – 1499/1502), a quem a autoria hoje é concedida do *De prima inventione Guinee* ou *Descobrimento Primeiro da Guiné*, sem data exata, mas do final do século XV. Juntamente com a narrativa de Zurara, este é um dos primeiros textos sobre os feitos lusitanos em terras da Guiné. Porém, diferente do cronista-mor, o purismo de linguagem latina ou a retórica de gabinete aparecem menos do que a sua experiência pessoal em meio as novas terras e habitantes (embora há de se reconhecer, como

¹⁵ Casas, Bartolomé de Las. *Brevíssima Relação da Destruição da África*, p.297

¹⁶ Informações disponibilizadas pelo Instituto Camões e também disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g07.html>

¹⁷ Münzer ou Jerônimo Monetário (1437 – 1508) foi um médico humanista da cidade de Nuremberga que gozava bastante prestígio entre a governança. Bem relacionado, manteve bastante contato com Martim Behaim e era também conhecido de Valentim Fernandes. Defende-se, outrossim, que em seu *De inventione Africae Maritimae*, Müzer teria se servido das narrativas de Diogo Gomes de Sintra ou mesmo de Gomes Eanes Zurara para a elaboração do mesmo.

em todas as narrativas, que está subordinado a um plano expositivo e muitas vezes no próprio conteúdo coincide com o cronista-mor e os outros viajantes).

Acerca de Diogo Gomes tem-se poucos detalhes biográficos. Sabe-se que desempenhou as funções de almoxarife de Sintra, foi navegador a serviço do infante D. Henrique e de D. Afonso V, tendo participado, juntamente com Gil Eanes e Lançarote de Freitas, de expedições ao sul do Bojador. Não há, entretanto, menção das investidas do veneziano Luís de Cadamosto (1432-1488), que também nos legou um relato de suas viagens contemporâneas as de Diogo Gomes.

Cadamosto, um comerciante veneziano de origem nobre, navegava desde cedo pelas galerias do Mediterrâneo e Flandres. Em uma de suas viagens com destino a Bruges, em 1455, como o próprio narra, o navio que seguia foi obrigado a permanecer junto ao cabo de São Vicente em Portugal devido aos ventos contrários. Foi quando recebeu a bordo um enviado do infante D. Henrique cuja missão era recrutar homens para as viagens ao longo da costa ocidental africana, prometendo avultados lucros: “Ouvido, pois, tudo isso, vendo-me novo e bem disposto para sofrer qualquer fadiga, desejoso de ver o mundo e coisas que ninguém da nossa nação tinha visto e esperando, além disso, conseguir daí honra e utilidade, resolvi firmemente ir lá”¹⁸. A serviço da coroa portuguesa, portanto, o veneziano fizera duas viagens. A primeira, iniciada em 1455, atingiu a foz do rio Gâmbia e retornou devido à hostilidade dos locais. A segunda, em 1456, em companhia do também comerciante genovês Antoniotto Usodimare, devido a uma tempestade, afastou-se do percurso. Acabou atingindo as ilhas do arquipélago de Cabo Verde das quais assumiu-se descobridor – o que também é atribuído à Diogo Gomes. Dessas suas viagens, alguns *mappaemundi* italianos, como de Fra Mauro (1457-59) e Grazioso Benincasa (1466), provavelmente teriam aproveitado informações diretas ou indiretamente, uma vez que o manuscrito em si só seria redigido alguns anos depois, aproximadamente uma década.

O manuscrito seria, portanto, as suas memórias das viagens em parceria com a do português Pedro de Sintra, que pouco se sabe de seus dados biográficos¹⁹. Um

¹⁸ “Io veramente, inteso il tutto, vendendomi giovane e ben disposto a sostenere ogni fatica, desideroso di veder del mondo, e cose che mai alcun della nazione nostra non avea vedute, sperando eziand di doverne conseguire onore e utile, deliberai altutto di andarvi [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 8-9.

¹⁹ Há quem defenda ser Pedro de Sintra filho de Gonçalo de Sintra, fiel escudeiro do infante D. Henrique descrito por Zurara.

relato, mais próximo da experiência de Diogo Gomes do que da prolixidade de Zurara, aborda assuntos que poderiam interessar à sociedade mercantil, da qual era originário, o que indicaria, juntamente com a opção pela língua italiana e não o dialeto veneziano, um interesse em divulgação. Esta, por sua vez, parece ter se garantido pelas inúmeras edições e traduções que o manuscrito recebeu. De todos os exemplares aqui analisados, o de Cadamosto é o que mais popularidade alçou. Logo após a sua morte, foi publicada uma relação de suas viagens cuja autoria não é firmada, presente hoje na Biblioteca Marciana. Ao longo do século XVI surgiram as principais edições contidas nas coletâneas de narrativas de viagens elaboradas por Fracanzio da Montalboddo (1507) e a outra por Giovanni Battista Ramusio (1517,1521)²⁰. Além delas, ainda é possível encontrar versões posteriores em outras línguas como latim, flamengo e francês.

Enfim, não poderia deixar de fora o importante cosmógrafo e navegador português, Duarte Pacheco Pereira (1460 – 1533) – a quem Luiz de Camões chamara de Aquiles Lusitano. Parente do tesoureiro-mor das coisas régias de Ceuta, era bem relacionado, tendo tido os estudos financiados pelo próprio monarca. Adulto, Pereira tornou-se um dos cavaleiros mais notáveis da casa de D. João II (1481-1495) tendo participado de várias expedições. Comandou uma nau à Índia, em 1503, tendo exercido cargos administrativos importantes em Calicute e Malabar. Em Lisboa, seus feitos na Índia foram divulgados em relato que, inclusive, teria supostamente sido enviado ao Papa e a outros reis da cristandade. Na África, foi nomeado, em 1519, capitão e governador de São Jorge da Mina, onde serviu até 1522. Voltou para Portugal, preso sob a alegada acusação de contrabando de ouro, sendo liberado por ordem do Rei.

No início do século XVI, iniciou a redação do *Esmeraldo de Situ Orbis*, interrompida nos primeiros meses de 1509. A parte escrita conta com um roteiro náutico e geográfico, um tratado cosmográfico da costa da África e a descrição das suas terras e habitantes pela ótica de um cavaleiro afeito à experiência como madre de todas as coisas, como ele mesmo ressalta²¹. Esta narrativa, pelo avançar da data, se insere já na fase em que os portugueses teriam estendido os territórios na África para além da Guiné e por isso finaliza aqui a seleção. A julgar pela ausência de

²⁰ Neste trabalho, utilizaremos a popular versão inserida na coletânea de Ramusio publicada pelo Insituto de Alta Cultura de Lisboa com a tradução para o português pelo Dr. Giuseppe Carlo Rossi.

²¹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 195-96.

edições e versões, é suposto que tenham obtido pouca circulação, até nenhuma, preso pelas valiosas informações que trazia no âmbito da navegação sentido Índia.

Os viajantes, nesse sentido, ocuparam um lugar importante como os primeiros a levarem informação das novas terras e a delinear aos ávidos leitores, seja o público erudito ou de mercadores e navegantes, uma imagem dessas terras e de seus habitantes. Mesmo naquelas narrativas que pouco ou nada circularam, ainda é possível analisar as relações estabelecidas entre eles, a construção da argumentação delimitada e organizada pela cosmovisão cristã comum aos viajantes.

Somado às narrativas, também serão analisados exemplares cartográficos que fornecem uma dimensão espacial e visual do cosmo. As convenções gráficas e diferentes tipos de artifícios visuais transformam o mapa em um meio de difundir uma dada imagem do mundo aos olhos do observador, uma vez que refletem convenções estéticas da sua época. O mapa é um instrumento de referência e mensagem, que remete mais à representação condicionada pelas tradições culturais do que à realidade espacial. Como um texto, ele exige ao mesmo tempo uma leitura e uma interpretação, atuando sobre a imaginação mesma de quem o consulta. Assim como as narrativas de viagens, e muito antes delas, os mapas (incluindo os *mappae*) também serviram para ilustrar a revelação bíblica e render homenagem da terra à vontade divina. Sua complexa relação com a linguagem escrita, em alguns casos compõe cenas que se tornam uma tradução visual direta ou indireta das descrições de navegações e comércio narradas pelo repertório que compõe as viagens marítimas e terrestres aos novos mundos, a incluir as regiões africanas.

Assim sendo, o acervo cartográfico é mais extenso do que o de narrativas de viagens, tendo em vista o interesse em analisar também as imagens feitas anteriores à ultrapassagem do Cabo Bojador. Não há aqui uma restrição quanto a nacionalidade dos exemplares, nos atendo àqueles representativos de uma visão cristã do mundo e de um dado modelo de produção. A começar, serão elencados alguns representantes dos *mappaemundi* medievais, modelo que se destaca exatamente pela diagramação e ordenação da imagem do ecúmeno. Destinados, muitas vezes, às missas e catequeses, conforme analisaremos mais detalhadamente nos capítulos que se seguem, não tinham nenhuma função geográfica propriamente dita diferentemente das cartas utilizadas na navegação mediterrânea que surgem na sequência. Dentre essas, teremos alguns exemplares representativos, especialmente maiorquinos, pelos detalhes iconográficos que floreira o interior. Elas terão

importante influência na elaboração das primeiras cartas de marear portuguesa, ocorrida em paralelo aos avanços portugueses pelas terras guineenses, que serão também analisadas aqui.

A razão de analisar os mapas e as narrativas de viagens não aparece com o intuito de mostrar diferenças, mas ao contrário, revelar uma construção e um compartilhamento de sentido em torno de convenções que guiaram as representações. Como ressalta Paulino Veneto, lá nos idos do século XIV:

Não é apenas difícil mas impossível sem um mapa do mundo fazer uma imagem [...]. Nem consideres um suficiente sem o outro, porque a pintura sem a escrita indica as regiões e nações obscuramente, e a escrita sem a ajuda da pintura verdadeiramente não marca as fronteiras das províncias e regiões em varias partes suficientemente claras [...] (tradução nossa) ²².

Tal relação entre imagem e texto desempenha um papel importante, portanto, no problema elencado neste trabalho. Apesar de não ser possível fazer uma ligação direta entre a cartografia e a narrativa de viagem em todos os casos, buscaremos averiguar também os diferentes *topos* e convenções retóricas que ambos possuíam e compartilhavam. Os escritos narrativos compartilhavam de um estoque de lugares-comuns, como Ptolomeu, Isidoro, Sacro Bosco e outros para dar conta de questões mais gerais relativas à cosmografia, por exemplo. Assim também muitos cartógrafos recorriam aos textos escritos para reproduzir detalhes e informações. Em suma, como argumenta Ernst Curtius, os escritos (e imagens, acrescentamos) europeus da época, preservavam e disseminavam uma herança clássica e retórica que foi sendo atualizada ao longo tempo.

Não atrelamos, assim como Curtius, retórica somente àquela latina encontrada nos grandes manuais que circularam no período medieval como a *Rhetorica ad Herennium* e *De Inventione* de Cícero, mas também há um compartilhamento de lugares-comuns, topos herdados e reverberados²³. Alguns topos apresentados por Curtius como *locus amoenus* e *locus horrendus* serão, de certa forma, manuseados na distinção das Áfricas e analisados na forma como contribuíram na descrição dos seus habitantes bem como as categorias difundidas

²² Veneto, Paulino *Apud* Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 10.

²³ Gomes Eanes Zurara, pelo cargo de cronista real que ocupava, é o que mais utiliza a retórica clássica nos seus escritos. A respeito disso, alguns trabalhos podem ser aqui citados como o de Duarte Leite acerca da “*Crónica dos feitos da Guinee*” e Susani Silveira França *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. Para o caso brasileiro, não poderia deixar de cita o trabalho de Alcir Pécora, *Máquina de Gêneros*, que analisou gêneros retórico-poéticos nas cartas jesuítas.

de guinéu ou negro. Haveria, dessa forma, a lição das fontes enquanto articulação linguística de determinadas estruturas de significado.

Como se pode observar, não nos interessa, nesta pesquisa, acessar a cultura das gentes da Guiné por mediação dos textos e das imagens, pois, como nas palavras de Michel de Certeau para o caso da cultura popular, mas que parece pertinente também aqui: “a ficção de uma realidade que deve ser encontrada conserva o traço da ação política que a organizou”²⁴. A ficção de “realidade”, nesse sentido, seria pouco eficiente no intuito de acessar propriamente o guinéu, pois sua cultura, reação, visão de mundo apresentam-se diluídos, ou perdidos, na ação política de quem a organizou. Disso resulta, muitas vezes, em uma desclassificação da fonte. Mas seria ingênuo acreditar que qualquer instrumento de análise seja neutro ou que o próprio olhar do historiador não tenha as mesmas questões da interpretação.

De qualquer forma, o escopo de análise aqui caminha por outro viés, no sentido de questionar e apontar, ainda que no limite da própria indagação, a presença de mecanismos sociais, porque não políticos, de apropriação e também de repressão por parte dos cristãos no que tange à invenção da África ao sul do Saara culminada nos primeiros contatos com a Guiné, a primeira região que os cristãos tiveram acesso além Cabo Bojador. O conceito de invenção é pensado como já tratado para a América a partir de trabalhos como o de Ricardo Padrón²⁵ e Edmundo O’Gorman²⁶, ou seja, considerando as categorias como resultado de uma invenção do pensamento ocidental que, paralelamente, sofria mudanças na forma de conceber a si mesmo e ao mundo. Semelhante, o trabalho de Francesc Relaño²⁷ caminha na mesma direção, tendo, contudo, a consolidação da ideia de África, como continente, o objeto de sua atenção analítica. Os problemas de ordem cosmográficas e cartográficas que Relaño levanta muito contribuíram para a presente pesquisa e foram também apresentados para regiões particulares da África como, para citar alguns, no trabalho de William Randles²⁸, que focou seu interesse no sudeste

²⁴ Certeau, M., *A Cultura no Plural*, p. 69.

²⁵ Padrón, Ricardo. *The Spacious World*.

²⁶ O’Gorman, Edmundo. *A Invenção da América*.

²⁷ Relaño, Francesc. *Shaping of Africa*.

²⁸ Randles, W.G.L., South East Africa and the Empire of Monomotapa as shown on selected and printed maps of the 16th century.

africano e no Congo, François de Médeiros²⁹ com a Abissínia e o Mar Vermelho, e Avelino Teixeira da Mota³⁰ na sua análise acerca da África Central.

Para o caso da Guiné, em específico, os trabalhos produzidos almejam questões outras, como é o caso dos de José da Silva Horta³¹, cujo problema se insere na reconstituição das representações do africano negro a partir das narrativas de viagens também dos séculos XV e XVI. Seu escopo de análise que traz, a partir de uma maior tipologia de narrativas de viagens do que aqui analisada, reflexões acerca de variadas características descritas e representadas acerca do negro e mouro acrescenta-se à análise aqui desenvolvida, mas não a esgota.

Assim sendo, a tese se divide em duas partes separadas pela ultrapassagem do Cabo Bojador. Na primeira, composta por dois capítulos, busca-se analisar o momento anterior à passagem do temido Cabo, que até então impunha limites ao mundo conhecido pelos perigos que inseria, sejam eles técnicos, dado as fortes correntes de ar, ou maravilhosos, como ninhos de dragões que por ventura ali habitavam. Aqui, atentaremos para a organização do cosmo cristão que se autorizava, formando um importante arcabouço explicativo: “O mundo tinha uma clara unidade estrutural inteligível, e não somente uma forma definida, mas era considerada ao mesmo tempo a mais simples e perfeita forma, tal como os corpos que o compunham”³². Nele localizaremos o papel desempenhado pela África, mais propriamente, etíope – aquela além das terras banhadas pelo Mediterrâneo e restrita pelo deserto – no imaginário cristão acerca dos confins do ecúmeno enquanto *habitat* de maravilhas e reis muçulmanos ou maravilhosos.

Na segunda parte, por sua vez, adentraremos junto às expedições rumo à costa ocidental no encontro entre o antigo e a experiência. Em meio às descrições e representações pictóricas, analisaremos o culminar da invenção da Guiné e dos negros africanos. Nesta parte, composta por três capítulos, abordaremos o arsenal descritivo utilizado para delimitar a imagem dessas terras e habitantes dentro de uma versão adaptada, porém incólume, da ordem cristã do mundo e seus componentes.

²⁹ Médeiros, F. de, *L'Occident et l'Afrique*.

³⁰ Mota, A. Teixeira da, *A cartografia antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860*.

³¹ Horta, J. da Silva, *A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*.

³² Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p.103.

PARTE I

“Quem quer passar além do Bojador tem que passar além da dor”, escreveu o famoso poeta português Fernando Pessoa em referência às dificuldades que o Cabo impunha aos navegantes dos idos do século XV. Admirável e assombroso para os navegantes, o Cabo parecia um desafio aos mais audaciosos, havendo aqueles que fraquejavam aos mistérios e lendas que o cercavam:

não havia ninguém na cristandade que dele soubesse parte e nem sabiam se havia lá povoação ou não nem diretamente nas cartas de marear nem mapa-mundo não estavam debuxados, senão a prazer dos homens que os faziam desde o dito cabo de Bojador em diante [...] ²⁶.

Neste trecho da carta escrita em Penela no auge do período das investidas de ultrapassagem do dito Cabo, D. Pedro, em 1443, ressalta não só o desconhecimento que se tinha acerca das paragens além do Bojador, mas também do papel da cartografia nesse sentido. Reminiscente de uma cosmologia cristã que postulava o oceano como um limite do mundo, o mar e os ventos, muitas vezes, instauravam impossibilidades à navegação. Muitas caravelas sucumbiram às tormentosas águas do dito promontório ou aos medos que ele impunha, como nos conta o português Duarte Pacheco Pereira:

E certamente coisa é pera repreender os cavaleiros, criados do infante D. Anrique, que ele mandou por capitães de seus navios descobrir este cabo do Bojador, e aseí os mareantes que com eles iam, não ousarem passar além: porque doze anos continuamente foram enviados, cada ano, pelo Infante a este descobrimento, [...], e espantando-se das grandes correntes, nenhum ousava de se alargar ao mar e passar além deste parcel ²⁷.

As perigosas correntes, motivo técnico para a dificuldade de ultrapassagem do dito Cabo, são elucidadas pelo cosmógrafo, contudo, sem pesar que elas mesmas carregavam, pois, histórias e lendas. Já estas últimas são encontramos em outras narrativas, como na do almoxarife de Sintra, Diogo Gomes, em seu *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Ao narrar os feitos de um fidalgo enviado de D. Henrique (1394-1460) ao dito Cabo, Gomes ressaltara ter ele encontrado “com fortíssimas ondulações marítimas a que os portugueses

²⁶ *Monumenta Henricina*, VIII. P. 107-108.

²⁷ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 82.

chamam correntes, entre duas das ilhas que ficam para além do cabo Não, onde Hércules colocou as Colunas em que havia uma inscrição que em língua portuguesa quer dizer ‘quem passar além do cabo Não tornará, sim ou não’²⁸. Reflexo dessa história se lê ainda no tratado do espanhol já do século XVI, Bartolomé Las Casas:

[...] só estava descoberto o mundo, da costa de África e Etiópia até à parte do Oceano, até ao cabo ou promontório a que naquele tempo chamavam o cabo Não, quase querendo dizer logo que dali em diante não havia mais terra ou não era possível ir mais adiante, pelo temor que toda a Espanha tinha então de navega, apartando-se de terra, porque não costumavam nem ousavam os marinheiros fazer-se ao mar para além daquele cabo aonde o mar volta à terra, encurvando-se à mão esquerda, quase para trás²⁹.

Um pouco anterior ao Bojador para quem desce do Mediterrâneo, o chamado Cabo Não, ganhara essa alcunha seguindo as lendas que o acompanhavam. Lugar das misteriosas colunas de Hércules, Luís de Cadamosto explicara que “[...] sempre fora o termo de onde ninguém que conseguisse dobrá-lo jamais tivesse voltado. Por isso que lhe chamava Cabo de Não, isto é, quem o dobra não volta, e assim, as caravelas iam até este cabo, e mais para frente não se atreviam passar”³⁰.

O Cabo Não, dessa forma, antecipava o Cabo Bojador. Uma vez ultrapassado, era a vez deste segundo entrar em cena carregando os infortúnios dos navegantes que ousavam enfrentá-lo. Até que o inédito e improvável acontece. Certo da possibilidade de lá haver terras por notícias dos mouros, não teria o Infante desistido de suas investidas. Apesar das perdas que colecionava, dedicou anos investindo nesse rumo como nos narra Gomes Eanes Zurara:

Como passaremos, diziam eles, os termos que puseram nossos padres, ou que proveito pode trazer ao Infante a perdição de nossas almas juntamente com nossos corpos? [...] Isto é claro, diziam os mareantes que depois deste cabo não há gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os desertos da Lybia, onde não há água, nem árvore, nem erva

²⁸ “*Et reuersus fuit [et] in mari inuenit máximas undulationes maris quas portugalenses currentes nuncupant inter insulam unam et aliam. Que insule sunt untra caput de Non, ubi Hercules posuit columnas in quibus scriptum erat “quis nauigat ultra caput de Non reuertetur aut non” quod sonat lingua portugalense: Quem passa ho cabo de Nom tornará si ou não*” [...]”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 51.

²⁹ Casas, Bartolomé de Las, *Brevíssima Relação da Destruição da África*, p. 294.

³⁰ “*E questo capo fu sempre il termine dove non si trovava alcuno che più oltra si fosse passato, mai tornasse*”. Cadamosto, L., *Navegações*. p. 5.

verde; e o mar é tão baixo que a uma légua de terra não tem de fundo mais do que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá torna. E por tanto os nossos antecessores entremeteram de passar³¹.

A perseverança de D. Henrique é, aqui, ressaltada por Zurara, que, contra as crenças habituais, armou expedições com intuito de ultrapassar tal cabo e desvendar o que se escondia por detrás das tormentosas correntes. Tais crenças não se pretendiam fundadas em engodos, mas buscavam arrimar-se nas convicções que se tinham desenvolvido com o Cristianismo dos limites do mundo conhecido. Vejamos mais sobre isso.

³¹ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 50-51.

2

***Mare clausum*: os limites do espaço simbólico**

2.1.

A ilha do mundo

A compreensão espacial que tinham muitos dos navegadores do Infante D. Henrique que não ousavam aventurar-se pelas tormentosas águas do Bojador era, no geral, tributária de uma visão de mundo bastante limitada pela cosmologia cristã, que se esforçou por dominar as explicações, nem sempre unívocas, de organização do universo, como se lê nas linhas do Zurara:

Ó tu celestial Pai, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essência, governas toda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apartados todos os eixos dos orbes superiores, distinguidos em nove esferas, movendo os tempos das idades breves e longas, como te praz!³²

A ideia básica da imagem propagada do universo era a de haver sido criado por Deus. Enquanto Sua criação, era perfeito e feito de maneira inalterável de acordo com um modelo arquetipo e único³³. Nesse esquema cósmico de sequências de esferas concêntricas, a parte mais densa e central era o globo terrestre. Neste habitava o homem, mas somente na parcela de terra situada especialmente ao norte, o chamado ecúmeno ou mundo. Essa posição central que a morada do homem ocupava pressupunha que as esferas não povoadas orbitavam ao seu redor. Mas como chama a atenção Arthur Lovejoy, a consequência disso era que o centro do universo não era uma posição de honra, mas sim o lugar mais afastado do Empíreo (esferas celestes) e, portanto, a parte mais inferior da criação³⁴. De distante que estava das esferas celestes, a terra se encontrava mais próxima do inferno. Isso conferia ao homem, como ressalta mesmo Montaigne ao aderir ainda a essa antiga astronomia, um papel de humilhação mais do que dignificação: “Ele [homem] se sente colocado na lama e no esterco do mundo,

³² Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 96.

³³ O’Gorman, E., *A invenção da América*, p.72.

³⁴ Vale ressaltar que destoante desse argumento, haveria outro que dignificava a morada humana enquanto a parte em que as outras esferas servilmente orbitavam ao redor. Lovejoy, A., *O. A Grande Cadeia do Ser*, p.104.

amarrado, pregado à pior parte do universo, à mais morta, à mais afastada dos céus, junto com os animais das mais baixas categoria[...]”³⁵. Além disso, o mundo era pensado como limitado e cercado por todos os lados pela figura da cerca natural imposta pelo oceano, como descreve Duarte Pacheco Pereira:

E, portanto, devemos primeiro considerar como os filósofos antigos, que nesta matéria falaram, disseram que a terra toda é cercada pelo mar, consentindo seus entenderes que a soma de nosso orbe, o assento de nossa vida, a glória de nossos Impérios, pera proveito das águas, em ilha seja feita³⁶.

Enquanto uma ilha cingida no oceano, sua característica isolada acabava, portanto, por favorecer hipóteses que instauravam pontos limites aos feitos do próprio homem. Foi com base nesses princípios básicos que o Cabo Não e Bojador ganharam tanta repercussão e os mencionados *mappaemundi*³⁷ da carta de D. Pedro foram elaborados.

O exemplar de Andrea Bianco (Figura 1), confeccionado paralelamente aos avanços portugueses pela costa africana em 1436, segue o modelo indicado no trecho de Pereira e, apesar de provavelmente não ser o exemplar citado por D. Pedro, é um tipo que compõe o *mappamundi* tal como elaborado no século XV. Como oficial das galerias venezianas, Bianco adquiriu um conhecimento mais detalhado do mundo e a partir disso confeccionou o seu autografado “Atlas”³⁸, que conta com, além do *mappamundi*, oito cartas náuticas da bacia do Mediterrâneo e um planisfério ptolomaico. O exemplar combina todas as técnicas conhecidas para a representação do ecúmeno que estavam disponíveis na altura em que foi produzido e irá influenciar o trabalho de Grazioso Benincasa (ca. 1400 - ?) e de Fra Mauro (ca. 1385 – 1459), que na segunda parte deste trabalho analisaremos melhor.

³⁵ Montaigne, M., *Ensaio*, p. 214.

³⁶ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p.18.

³⁷ O termo vem do latim *Mappa* (mapa) e *Mundus* (mundo) e foi muito comum para se designar de forma geral e abrangente as “descrições gráficas do mundo” com base na cosmologia cristã, também encontrando os termos *imagines mundi*, *pictures*, *descriptio*, *tabula* (Woodward, David. *Medieval Mappaemundi*. In: Harley, B; Woodward, D., *Cartography in Prehistoric, Ancient, and medieval Europe and the Mediterrean*. Vol. I, p. 287).

³⁸ Jean Marc-Besse, por exemplo, só considera a existência de Atlas a partir do final do século XVI, já que para ele um Atlas constituiria em uma prioridade da imagem sob o texto; um formato uniforme e uma padronização das edições impressas. Marc-Besse, Jean. *The Birth of the Modern Atlas*. In: Donato, Maria Pia; Kaye, J., *Conflicting Duties: Science, Medicine and Religion in Rome, 1550-1750*.



Figura 1 - *Mappamundi* de Andrea Bianco, 1436

O *mappamundi* de Bianco se enquadra no que David Woodward chama de transitório³⁹, uma vez que antecipa detalhes que serão comuns adiante, embora mantenha características típicas dos modelos T-O (*Orbis Terrarum*)⁴⁰. Estes, por sua vez, são os exemplares tripartidos representantes da cosmovisão cristã propagada pela Igreja, cujo modelo principal fora apresentado por Isidoro de Sevilha (560-636), em seu *Etymologiae*:

O globo (*orbis*) deriva este nome do arredondamento do círculo, porque se assemelha a uma roda; conseqüentemente, uma pequena roda é chamada como “pequeno disco” (*orbiculus*). De fato, o Oceano que flui em torno dele em todos os lados abrange o seu mais distante em círculo. Isto divide em três partes, uma é chamada Ásia, a segunda Europa, a terceira África.

³⁹ Muitos são os sistemas classificatórios desses exemplares. Não nos interessa elucidá-los aqui, contudo, para mais informações veja: Edson, Evelyn, *Maps in context: Isidore, Orosius, ad the medieval image of the world*. In: Unger, R.; Talbert, R., *Cartography in Antiquity and the Middle Ages*, p. 220-221.

⁴⁰ Os exemplares T-O são os de maior popularidade em seu tempo, mas também havia os Y-O ou corte T mais alto.

[...] Donde resulta que duas delas, Europa e África, ocupam metade do globo, Ásia a outra parte. Mas o primeiro par está dividido em duas regiões, porque do Oceano o Mediterrâneo entra entre elas e as separa. Portanto, se você dividir o mundo em duas partes, leste e oeste, a Ásia será em um, a Europa e África no outro⁴¹.

A descrição do mundo por Sevilha segue uma narrativa sistemática em todo o manuscrito, no qual as três partes conhecidas – Ásia, Europa e África – são apresentadas nesta sequência. A listagem das províncias, assim como a das *nationes* no Livro IX, começa pela Ásia, passando pela Europa até chegar na África e assim segue a localização dos rios, dos lagos e outros em uma sequência mnemônica⁴². Este artifício da escrita em termos de sua utilidade para a memória é elucidada por Isidoro de Sevilha logo no seu primeiro livro. As letras foram, segundo ele, inventadas para “lembrar das coisas”⁴³. Com tão grande variedade de informações “[...] nem tudo poderia ser apreendido pela escuta, nem retido na memória”⁴⁴. Portanto, ao retomar considerações clássicas acerca da memória, Isidoro de Sevilha busca trabalhar mecanismos que favoreçam a memorização: no caso, a escrita. Essa memória escritural manejada por Lucano e Cícero será, diga-se de passagem, retomada também pelos viajantes institucionalizada, contudo, pelas monarquias, como nos contara Pacheco Pereira: “Enquanto nossas memórias tem lembranças do que em nosso tempo vimos passar, pera verdadeiramente podermos dizer o que por muitas vezes vimos, em muita repreensão cairíamos, se por nós não fosse dito[...]”⁴⁵. Na mesma linha escrevera Zurara:

Este cuidado que os antigos houveram deve ser costumado em o tempo de agora, e quanto a nossa memória é mais fraca que a sua foi, e menos lembrada do bem que recebe, tanto poremos cautela maior por trazer sempre a nossa presença os beneficios que doutrem houvemos; os quaes não podemos esquecer sem grande doesto⁴⁶.

Diante da fragilidade da memória humana, a escrita continuaria, pois, a ser a salvação do esquecimento. Os feitos dignos de recordação encontravam nas

⁴¹ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 285.

⁴² Merrils, A., Geography and memory in Isidore’s Etymologie. In: Lilley, Keith (ed). *Mapping Medieval Geographies*, p. 51.

⁴³ Barney, Stephen; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, Oliver, *op cit.*, p. 39.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 39.

⁴⁵ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 123.

⁴⁶ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 38.

linhas dos manuscritos (e depois dos impressos) a sua imortalidade. Somado a isso, o que não seria uma imagem? Em uma sociedade cuja maior parte da população constituía-se de iletrados, a imagem se mostrava um mecanismo também muito eficiente de propagação da cosmovisão cristã, especialmente quando o interesse abrangia um número maior de receptores, como é o caso da imagem do ecúmeno difundida pela Igreja. Eis que acompanhando muitos manuscritos como o de Isidoro de Sevilha seguiam uma espécie de diagramas do mundo. Diagramas porque não eram uma imagem cujo o princípio fundamental versava pela "representação realista", em voga no Renascimento.

A informação acerca do mundo conhecido entre os escritores cristãos do período era tida, dessa forma, como parte necessária de uma educação retórica, assim como um instrumento importante para o estudo da Escritura Sagrada. A imagem também favorecia a memória, sendo uma maneira mais clara de se abordar temas. Esta ideia está muito clara em um sermão de 1492 do dominicano Fra Michele de Carcano:

Pois nossos sentimentos são estimulados por coisas vistas mais do que por coisas ouvidas. Terceiro, eram introduzidas [imagens] devido a precariedade de nossa memória... As imagens eram introduzidas porque muitas pessoas não conseguem reter o que ouvem, mas se recordam quando vêem⁴⁷.

Assim como a pintura religiosa, que contava com o apelo à fácil memorização, os *mappaemundi* caminhavam na mesma direção. Em sua forma circular (rodeado pelo oceano, O, e cortado pelo T da crucificação de Cristo) apresentava-se, então, como um facilitador dessa função didática, se transformando em um artifício gráfico das verdades Cristãs, cujo tema centrava, no seu aspecto simbólico, na terra como um estágio para a sequência de eventos históricos divinos que se iniciava na criação do mundo à sua salvação por Jesus Cristo. Nesse sentido, o mundo tinha uma forma definida, simples e perfeita, com todos os corpos que o compunham. Não tinha extremos soltos, nenhuma irregularidade de contorno. Estava dividido em três partes conhecidas - África, Ásia e Europa – que em muitos exemplares de *mappas* estavam associadas aos três filhos de Noé. Esta genealogia, cuja consequência analisaremos melhor

⁴⁷ Carcano, Fra Michele *Apud* Baxandall, M., *O Olhar Renascente*, p. 49.

posteriormente, bem detalhada por Isidoro de Sevilha, também aparecerá nas penas de Duarte Pacheco Pereira: “Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cão, a parte do meo dia, e Jafet habitou a parte setentrional”⁴⁸. Para a África, portanto, foi legada a ascendência Camítica que Isidoro de Sevilha explica da seguinte forma:

Há três filhos de Cam (Ham), de quem descende as seguintes nações. Cush, de quem os Ethiofes foram gerados. Mesraim (Egito), de quem dizem que os egípcios nasceram. Put, de quem veio os líbios – até o rio da Mauritània é chamado Put até hoje. Finalmente Canã, de quem descendem os africanos e os fenícios e as dez tribos de Canaanites. De novo, os filhos de Cush, neto de Cam – netos de Cam foram seis. Os filhos de Cush: Saba (Seba), Havilah, Sabtah, Taamah, Seba e Cuza⁴⁹.

O esforço de retomar toda a genealogia continua ao longo de páginas e é justificado pelo fato de muitos nomes terem sido alterados e, portanto, não se saber ao certo a origem de todos. Alguns estão praticamente no âmbito da conjectura, como o caso dos egípcios e etíopes – estes seriam filhos de Cush. Isso porque Sevilha considera que a etimologia da palavra Cam seria “quente”, sendo seu nome um presságio da sua posteridade que, portanto, se localizaria na África⁵⁰.

O mundo, portanto, no conjunto do universo, teria uma população original de seres racionais, o que lhe conferia um *status* único⁵¹. Como analisa Arthur Lovejoy, apesar de ser uma das regiões menos respeitáveis de todo o universo, era também a única de geração – o que conferia uma percepção de importância cósmica⁵². Assim, exemplares posteriores, tal como Bianco, apresentarão uma exuberância visual no interior do *mappamundi*, um espetáculo da criação miniaturizado. A relação das imagens ao esquema ajuda a tornar a mensagem mais acessível a uma audiência iletrada e as legendas escritas explicam aos endereçados o contexto do qual estão desprendidas. Como observa o bispo italiano Paolino Minorita (1270? – 1344) no prólogo do seu *Historia Satyrica*:

⁴⁸ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*. p. 22.

⁴⁹ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 193.

⁵⁰ *Ibid*, p. 162.

⁵¹ Como analisa Alexandre Koyré, muitos foram os que a respeito da possibilidade de serem também habitadas as demais esferas do universo, não por homens, mas por seres mais elevados e importantes na escala (Koyré, A., *Do Mundo Fechado ao Universo Aberto*).

⁵² Lovejoy, A., *O. A Grande Cadeia do Ser*, p.105.

sem [mapas] eu digo que seria não somente difícil como impossível imaginar ou conceber a dispersão dos filhos de Noé e os quatro grandes reinos. O que é preciso são mapas com ambas imagens e palavras, sem uma a outra não será suficiente. Imagens sem palavras não mostram províncias e reinos claramente, e palavras sem o suporte das imagens não permitem aos olhos compreender as fronteiras das províncias⁵³.

Nesse sentido, a imagem em uma junção com a palavra desempenharia uma função ainda mais importante no intuito de organizar o mundo de acordo com os preceitos cristãos. Por influência de Isidoro de Sevilha, os T-O no geral localizaram Jerusalém ao centro e o Paraíso Terrestre nos confins orientais do ecúmeno de onde fluíam quatro rios⁵⁴. A Ásia, no quadrante mais próximo do Paraíso, aparece repleta de representações bíblicas como Maria a segurar Jesus na presença dos três sábios. Também como no modelo de Sevilha, a África se localiza ao lado esquerdo do *mappamundi* (Figura 2).

Já pelo avançar da época, o exemplar de Bianco insere uma visão de ecúmeno mais alargada e com detalhes, especialmente no que tange à África, como os seus “reis”, uma tópica inserida pelos cartas-portulanos maiorquinos no século XIV. Muitos monarcas são identificados na costa mediterrânea como o “rex Marrocos”, “Rex Belmarín” (referência à dinastia berbere de Benamerín que dominou Fez após a queda do califado Almóada) e “Rex de Termixen” (talvez seja uma corrupção do nome Tremecém, cidade argelina), pelos conhecimentos advindos dos antigos tratos comerciais. A novidade se insere na costa oriental, na qual ele insere dois impérios desconhecidos, Emibar e Basera, e o famoso Preste João, que analisarei no capítulo seguinte. Além disso, nos confins africanos, o “rex etíop” habita sozinho uma gigantesca parcela de terra para além do Nilo, cuja falta de indicação de cidades ao redor demonstra o desconhecimento acerca das paragens.

Antigo conhecido, contudo, o topônimo “Etiópiá”, ressalta Valentim Mundimbe, deriva de *Aethiops*, o nome do filho do deus Vulcano (Hefesto na mitologia grega) e é também uma designação genérica para pessoas de pele escura. É, além disso, uma referência à terra cuja proximidade do sol queimava a

⁵³ Minorita, Paolino *Apud* Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p. 42.

⁵⁴ Genesis 2: 10 (Bíblia de Jerusalém, Edições Paulinas, 1985).



Figura 2 – *Mapa T-O Isidoriano da primeira impressão do Etymologiae, 1472*

pele de seus habitantes⁵⁵. Heródoto narra, em seu longo relato no qual conta ter viajado pelas terras do Egito até Elefantina, o que ouviu acerca da chamada *Aethiopia*, cuja localização, assim como sugere Plínio e Isidoro de Sevilha, era ao sul da *Lybia*, além Egito, nos confins do mundo. Segundo o grego, estas eram terras quentes e sua gente negra era de maior estatura e de mais bela compleição física⁵⁶. Nestes exemplos da antiguidade clássica, os topônimos referentes àquelas terras eram, no geral, Egito, Líbia e Etiópia.

⁵⁵ Mudimbe, V., *The Idea of Africa*, p. 27. A respeito das considerações acerca da cor negra vinculada à imagem do etíope e guineense, ou mesmo, genericamente, do africano ver capítulo 3.

⁵⁶ Heródoto. *Histórias*, Livro III.

O termo África, por sua vez, teria mais uma vinculação latina, como descreve Pacheco Pereira em consonância com os dicionários portugueses do século XVI: “[...] tomado de Afer, filho de Abrão, o qual, trazendo grande exército nesta parte e vencendo os habitantes dela, aqueles que depois a possuíram. Áferos foram chamados e, agora, africanos”⁵⁷. Apesar de parecer confundir Afer com Efer, neto de Abrão e não filho, Pacheco Pereira retoma o Antigo Testamento para encontrar a etimologia da palavra, que muitas vezes aparece como sinônimo de Líbia. Mesmo no século XVI, ainda se averigua tal confusão, como se pode observar pelos verbetes do dicionário de Jerónimo Cardoso (1508-1569). A tradução do latim *Libia semper adfest mali quippiam* é sugerida como “sempre África traz algum mal”; e o verbete *Libia semper noui aliquid apportar* é “sempre África vem com novidades”⁵⁸. Isidoro de Sevilha, que como o próprio título do livro sugere, dissertou sobre a etimologia das palavras, a qual para ele era muito necessária para a compreensão da essência da coisa (*res*). Nesse sentido, ele descreve que o termo África viria de *aprica* (exposto ao sol) e que também seria o nome dos descendentes de Abraão, que são chamados de Afer⁵⁹.

Há de se ressaltar, contudo, que o desconhecimento acerca dessa parte do mundo afetara, claro, o uso dos topônimos que variavam de exemplar para exemplar. O anônimo *mappa* de Sawley (Figura 3), que acompanha o *Imago Mundi*⁶⁰ do teólogo cristão Honório de Autun (1080-1254), por exemplo, divide a África basicamente em Mauritània, Numidia, Líbia e Ethiopia, seguindo o manuscrito de Paulo Orósio (385-420?). Este, por sua vez, desempenhou, juntamente com Isidoro de Sevilha, grandes influências na elaboração de uma determinada visão de mundo tal como apresentada pelos *mappaemundi* e propagada pela Igreja. Pela sua alta repercussão durante a Idade Média, o livro

⁵⁷ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 23.

⁵⁸ Cardoso, J., *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanizo latinu[m]*. Biblioteca Nacional de Portugal.

⁵⁹ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 292.

⁶⁰ Um tratado de cosmologia muito popular na Idade Média que foi traduzido para diversas línguas.



Figura 3 – Detalhe África, mappamundi Sawley do Imago Mundi, ca. 1110.

História contra os pagãos (415-418)⁶¹ de Orósio contribuiu para uma interpretação cristã do mundo desde a sua Criação. Ao narrar a ascensão e o declínio de reinos e impérios como estágios do plano divino e como um movimento providencial do paganismo ao Cristianismo, ele juntava no tempo e espaço pessoas e terras no plano divino⁶², semelhante ao que pretendia os *mappaemundi*.

A indicação de Orósio a respeito da conformação do mundo começa mencionando a divisão da terra em três partes, tal como utilizará posteriormente Isidoro de Sevilha: “Nossos antepassados distribuíram o orbe terrestre, rodeado pelas águas do mar, em três partes, as quais chamaram Ásia, Europa, África, apesar de alguns terem pensado em duas partes, a saber: Ásia por uma parte e, por outra, África, que deve ser unida a Europa”⁶³.

No entanto, diferente do modelo diagramático que acompanhará os manuscritos de Sevilha, o *mappamundi* de Albi, reconhecidamente de tradição orosiana, não apresenta um orbis redondo, apesar de ser cercado por águas. Assim como no caso de Sevilha, também no manuscrito de Orósio não há nenhum desenho de *mappamundi* que possa ser vinculado diretamente à sua autoria. Contudo, a influência de Orósio perpassará vários exemplares. a começar por Albi, mas também passando por Sawley e diversos outros que referenciam tanto Sevilha quanto Orósio.

A respeito da África, Orósio atribui o seu formato geral alongado e diminuto em relação à Ásia e Europa ao

calor do sol, que na Europa pelo rigor do frio – como queira que quase todos os animais e plantas adaptam mais resistência e tolerância o excessivo frio do que o excessivo calor – essa tem sido a causa de que a África pareça em tudo mais pequena: em extensão e em povos. E é que, por sua própria natureza, tem menos espaço, e pela inclemência do clima, mais deserto⁶⁴.

Ela começaria pelo Egito, estendendo-se por todo o território no qual os habitantes se chamam Catabatmon. Passando pelo deserto da Etiópia, chegaria ao

⁶¹ Escrito para compor *Cidade de Deus* de Santo Agostinho.

⁶² Lozovsky, N., *The uses of classical history and geography in medieval St. Gall*. In: Lilley, K. (ed). *Mapping Medieval Geographies*, p. 69.

⁶³ Salor, Sánchez (ed). *Orosio. Historias*, Livros I-IV, p. 86.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 98.

oceano meridional. Os últimos territórios seriam, pois, o monte Atlas e as chamadas Ilhas Afortunadas, em referência à lenda do deleitoso paraíso descrito por Hesíodo e que ganhara repercussão no cristianismo devidos às viagens de São Brandão. O monte Atlas, por sua vez, apresentava-se no mapa de Sawley como uma sucessão de montanhas de leste a oeste: “Mons Athlas, “Mons Catabathmon”, “Montes Ethiope”. Estas montanhas, além disso, prefiguram em diversos outros exemplares muitas vezes substituídas por variados desenhos que basicamente separam a costa mediterrânea da região desértica – as principais constituições da África.

Nos exemplares de Hereford (Figura 4), cuja autoria é concedida ao inglês Richard de Haldingham, e de Ebstorf (Figura 5), que supostamente teria sido elaborado pelo político e jurista inglês Gervasio de Tilbury (c.1150 - c.1228), autor de *Otia Imperiale* e também conhecido como *Liber de mirabilibus mundi*, *Solatia imperatoris*, e *Descriptio totius orbis* (século XIII)⁶⁵, o cinturão montanhoso é retratado de maneira muito semelhante ao de Sawley. Contudo, o de Ebstorf é apresentado como contínuo, enquanto que Hereford cria uma sucessão de montanhas. Neles também se enfatizara a distinção entre as duas partes separadas pelo cinturão. O exemplar de Ebstorf, por exemplo, explicara que o “Mons Astrixis” separa o solo fértil das areias que se estendem até o oceano. Também enfatiza que nesse monte o “Gangines Ethiope” vagueia⁶⁶. Este monte Astrixis era similarmente caracterizado por Orósio: “o monte Astrixis, que se estende até o Oceano separando as terras férteis dos extensos territórios arenosos”⁶⁷.

Apesar do ambiente hostil que o deserto apresentava, ainda assim as montanhas não eram consideradas intransponíveis - até porque Santo Antônio já teria aberto esta possibilidade quando se retirou no deserto no século III⁶⁸. O exemplar de Hereford, inclusive, aloja ali o mosteiro do santo próximo a imagem

⁶⁵ O exemplar de Hereford se encontra na catedral de mesmo nome, na qual ficou durante muito tempo exposto no altar principal. Já o de Ebstorf, infelizmente, foi destruído durante a Segunda Guerra Mundial, mas não sem antes ter sido feito cópias detalhadas do mesmo.

⁶⁶ Gangines eram seres que não possuíam boca e se alimentavam de ar. Plínio os chamara de Astomi ou Megasthenes.

⁶⁷ Salor, Sánchez (ed.), *op cit.*, p. 99.

⁶⁸ Relano, F., *Shaping of Africa*, p. 80.



Figura 4 – Detalhe África, *mappa* de Hereford, ca. 1290



Figura 5 – Detalhe África, mappamundi de Ebstorf, ca. 1234

de um Sátiro que simboliza a besta contra a qual Santo Antônio teria lutado. Próximo também estariam o fauno, o unicórnio, a fênix e outros exemplares fantásticos que são apresentados especialmente por Plínio. É também nestas terras que o exemplar de Sawley aloja as suas criaturas maravilhosas da África: o Troglodita⁶⁹ e o Brasiliks⁷⁰. Ambas espécies habitam, de acordo com Isidoro de Sevilha, a primeira Líbia, ou Líbia Cyrenensis⁷¹.

A variedade de habitantes da região árida da África reflete a natureza intermediária do espaço, localizada entre as terras conhecidas da costa mediterrânea e as terras desconhecidas do mais extremo sul, onde Hereford e Ebstorf alojam uma coletânea de monstros. Assim como as enciclopédias, os *mappaemundi* contam com uma rica e variada gama de criaturas distribuídas pelo mundo, mas habitando lugares específicos.

2.2.

O conjunto da criação

A questão da variedade de habitantes do mundo perpassava discussões a respeito da constituição do universo e das categorias nele envolvidas e gerava polêmicas que confrontavam o princípio cristão mais fundamental: unidade do gênero humano. De acordo com os ensinamentos cristãos, todos os habitantes da terra descenderiam de um único casal, Adão e Eva, e posteriormente pertenceriam à linhagem dos herdeiros de Noé. Tendo em vista que a Bíblia não mencionara a existência de outras criaturas, nem mesmo nas passagens dos apóstolos que se dispersaram por todo mundo com o intuito de repassar a Palavra Divina, como poderiam existir? Caso fosse defendida a tese de que eram filhos de Adão e Eva, como teriam sobrevivido ao grande Dilúvio?

Santo Agostinho, dissertando sobre tais questões, argumentou:

Ele [Deus] tem o poder para fazer qualquer coisa que queira, e Ele tem o poder de criar tantas coisas que contá-las seria obviamente impossível, se não fossem exibidas aos nossos sentidos ou então relatadas por testemunhas que sempre se mostraram confiável⁷².

⁶⁹ No geral diz respeito a seres que vivem em cavernas, mas Hereford, por exemplo, acrescenta que comem serpentes e caçam animais pulando nas suas costas.

⁷⁰ De acordo com Plínio, Brasiliks seria uma serpente venenosa. (Plínio, *História Natural*, vol. III).

⁷¹ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 292.

⁷² Santo Agostinho *Apud* Daston, L. e Park, K., *Wonder and the order of nature, 1150-1750*, p. 39.

O poder criativo de Deus era, assim, na sua bondade, infinito e, portanto, suas manifestações deveriam ser também infinitas de maneira que não haveria razão para que não existissem uma grande diversidade já que: “se todas as coisas fossem iguais, não existiriam todas as coisas; pois a multiplicidade das espécies de coisas de que é constituído o universo - primeiro, segundo e assim por diante, até as criaturas dos graus mais inferiores - não existiria”⁷³.

Estas premissas, conforme analisa Lovejoy, foram recorrentes na Idade Média, até mesmo nos escritos de teólogos, que não buscaram extrair delas todas as suas consequências. Mas a tese que vincula a infinidade e diversidade do universo à onipotência e “amor” (função criativa ou geradora) de Deus possibilitava argumentos nada ortodoxos como a existência de monstros e seres desprezíveis como denomina Giordano Bruno mais tarde: “O que é perfeito consiste em várias partes, dispostas em uma sequência fixa e solidamente unidas entre si”, portanto não

é permissível censurar o vasto edifício do poderoso Arquiteto porque há na natureza algumas coisas que não são as melhores ou porque é possível encontrar monstros em mais de uma espécie. Pois tudo o que é pequeno, trivial ou desprezível serve para completar o esplendor do todo⁷⁴.

Nesse sentido, a existência de tudo, do mais elevado ao mais inferior dos seres, estaria justificada pela composição de um todo rigidamente organizado por uma lógica divina muitas vezes incompreensível aos homens. Se o obscuro e sórdido porão do universo que Montaigne descrevera, como citamos no item anterior, era o lugar menos respeitável onde quaisquer seres poderiam ter sua moradia, poderia também ser o lugar no qual acontecia tudo de mais estranho e excitante. Poderia, pois, abrigar espécies de criaturas livres meio-materiais e meio-espirituais – o elo intermediário da Grande Cadeia do Ser. Nem mesmo os monstros estariam contrários, como alude Isidoro de Sevilha:

Varro define os portentos como seres contrários a natureza – mas eles não são contrários a natureza, porque eles são criados pela vontade divina, desde que a natureza de todas as coisas é da vontade do Criador. [...] Um

⁷³ Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 71.

⁷⁴ Bruno, Giordano *Apud* Lovejoy, A., *op cit.*, p. 120.

portento não é criado contrário a natureza, mas contrário ao que se conhece por natureza⁷⁵.

Com um argumento semelhante ao de Santo Agostinho, organizando os monstros nesta rígida ordem cristã, Sevilha questiona a capacidade do homem de compreender os desígnios de Deus. Seguindo sua análise etimológica das palavras, o “*monstrum* deriva seu nome de advertência (*monitus*), porque dando um sinal eles indicam (*demonstrare*) alguma coisa, ou então porque eles instantaneamente mostram (*monstrare*) o que pode acontecer”⁷⁶. Nesse sentido, os monstros seriam sinais enviados por Deus, associação muito comum, inclusive, nos debates e descrição que se desenvolverá em relação aos monstros posteriormente, sendo muito usada, por exemplo, nos ataques à Igreja Católica por João Calvino (1509-1564).

No entanto, a problemática da unidade fundamental do gênero humano permanece e tanto Isidoro de Sevilha quanto Santo Agostinho não se posicionaram a respeito. Apesar de garantir a descendência dos monstros a partir de Adão, Santo Agostinho não vai adiante na discussão dos motivos de serem, então, tão diferentes dos outros homens e de como teriam sobrevivido ao dilúvio. Contudo, esse não foi um tema completamente ignorado, já que outros pensadores se debateram largamente sobre a genealogia e criaram algumas possibilidades de explicação. Uma das mais populares era a associação à genealogia de Caim, tendo como uma marca significativa a maldição rogada por Deus: como descendentes de Caim, eles estavam fadados ao eterno tormento do inferno⁷⁷. Exilado e amaldiçoado por Deus devido ao assassinato de seu irmão Abel, a história de Caim teria tido consequências aos seus descendentes, punidos com deformidade e apartados do mundo. Como a história da cristandade concebia que todos os homens começaram de um mesmo ponto e com um mesmo parente, a explicação das diferenças perpassava pela degeneração e decadência.

Assim sendo, os monstros seriam também seres criados por Deus com uma finalidade na hierarquia que guiou a organização do universo acima referido. Tomando como critério normativo a Europa Cristã, a Grande Cadeia do Ser era

⁷⁵ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 243.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 244.

⁷⁷ Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p. 31.

organizada interpelando as diferenças e similaridades com relação ao centro, especialmente no que tange a diferenças físicas, dieta, linguagem, capacidades técnicas e militares. Explorando as fronteiras do mundo cristão, os monstros eram muitas vezes representados em contraposição às convenções cristãs como a vestimenta, por exemplo: a maioria dos monstros nos bestiários são retratados nus ou vestindo somente uma pele de animal. A ênfase nessas características distintivas organizava as espécies monstruosas com relação ao mundo cristão, e condenava-os ao exílio, em termos geográficos e simbólicos. Esse movimento contrariava o dos séculos posteriores, nos quais se verifica uma aproximação dos monstros em relação ao centro⁷⁸.

Apartado do considerado centro, os monstros estavam renegados as suas próprias regiões – o que favorecia à Cristandade, pois não se revelavam um grande desafio na medida que eram, na grande maioria, muito remotos e de difícil acesso. Assim, nas bordas do mundo conhecido, a paisagem que compõe o repertório privilegia montanhas, pântanos, desertos e densas florestas em lugares distantes e de climas extremos⁷⁹. A África, dessa forma, compunha, além da Ásia, o ambiente ideal para a proliferação de criaturas monstruosas. Nos já mencionados Hereford e Ebstorf *mappaemundi*, os exemplares monstruosos remontam ao *História Natural*, de Plínio, e ao *Polyhistor*, de Solino, especialmente. Apesar de se observar alguns exemplares no mundo conhecido, a grande maioria se espalha pelas margens da Ásia e da África. Nesta última, se encontra vinte a vinte quatro exemplares plinianos. A configuração do Ebstorf é bastante elucidativa da ordem estabelecida: caminhando do centro, Jerusalém e as nações cristãs, se passa pelos judeus e muçulmanos, em seguida os citas e as terras de Gogue e Magogue até chegar nos confins mais extremos da África, onde há a coletânea de monstros – ao lado da mão esquerda de Jesus Cristo, que segura o *orbis*.

Em outros exemplares, como no de Andrea Bianco, é também na África, mais especificamente na Etiópia, que se observa um dos poucos exemplares monstruosos. Uma série de homens com cabeça de cachorro, os chamados

⁷⁸ Daston, L. e Park, K., *Wonder and the order of nature, 1150-1750*, p. 173.

⁷⁹ Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p.1.

Cinocéfalos, estão a seguir o *rex etiop* nos confins austrais. Esse mesmo exemplar também habita região semelhante no Catalão-Estense (Figura 6) – um exemplar de carta-portulano⁸⁰, mas que tem fortes influências dos *mappaemundi* na diagramação do mundo. Há ali na parte demarcadamente desconhecida⁸¹ o *rei Benicaleb*, cujo topônimo era utilizado pelos árabes para designar regiões pagãs dos filhos de Cam (Cão)⁸², que, assim como Caim, foi amaldiçoado e renegado. No exemplar, ele é representado por um Cinocéfalo que, como veremos adiante, insere a questão da infidelidade religiosa também entre os cristãos (Figura 7).

O Cinocéfalo, de uma maneira geral, era uma figura comum a habitar os confins africanos, também fortemente presente nos bestiários e ilustrações de cenas pentecostais e continuando a aparecer posteriormente. Quando o português Duarte Pacheco Pereira descreve os habitantes da província de Toom, encontra neles a semelhança com tal espécie: “e os moradores desta província tem rosto e dentes como cães, e rabos como de cão, e são negros e de esquiva conversação, que não querem ver outros homens”⁸³. Já no decurso da exploração portuguesa pela costa ocidental africana, a descrição ressalta mais aspectos da degeneração do que uma admiração acerca da plenitude divina - dois momentos da representação das gentes africanas que permeiam as descrições.

Outrossim, o trecho escrito pelo português apresenta um mecanismo retórico bastante comum no discurso acerca dos monstros que tende a aproximar o não-familiar ao familiar, similitude: dentes como cães, rabos como de cão⁸⁴. Timothy Hampton, ao analisar os compêndios como o de Pierre Boaistuau (1560), demonstra a constante utilização de palavras (“como”, “similar”, “semelhante”) que modulam a descrição através da similitude para firmar a identificação.

⁸⁰ Como veremos no capítulo seguinte, as cartas-portulanos eram destinadas à navegação e focavam sua principal atenção nas regiões mediterrânicas.

⁸¹ No exemplar, as fronteiras do ecúmeno possuem cores para distinguir a parcela conhecida, pintada em azul e localizada ao norte do Cabo Bojador, nas partes em vermelhos, ao sul do Cabo Bojador.

⁸² Cf. Taylor, E. C.G., 'Pactolus, river of gold'.

⁸³ Pereira, P. D., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 107.

⁸⁴ Hampton, T., Signs of monstrosity. In: Knoppers, L.; Landes, J. (ed.). *Monstrous Bodies/political monstrosities in early modern Europe*. p. 180.



Figura 6 – Catalão-Estense, ca. 1450



Figura 7 – Detalhe Rey Benichaleb, Catalão-Estense, ca. 1450

Hampton ainda analisa que o uso da similitude na descrição dos monstros está intimamente ligado ao emprego da analogia, embora, vale ressaltar, não se confunda com ela. Esta significaria a imposição de uma interpretação que transforma o monstro em algum sinal de um propósito maior. Em termos mais específicos, alguns monstros trazem um significado moral, como no caso dos Cinocéfalos, que retomam o tema da infidelidade religiosa e a antítese entre cristãos e pagãos. Desse clássico dualismo da humanidade do período que se segue, como nos apresenta Koselleck, não resta dúvida que, na literatura polêmica da teologia, os pagãos são discriminados com uma larga série de juízos negativos. Enriquecidos por mágicas determinações diabólicas, os pagãos eram algumas vezes retratados de cor negra, de modo que matar esses pagãos, como cães, era tido como um agrado a Deus⁸⁵.

Ao retornar à Sagrada Escritura, vemos novamente a imagem do cão aparecer quando no Salmo de Davi lê-se ele suplicando a Deus: “Porquanto me rodearam muitos cães; uma turba de malignos me assaltou. Transpassaram minhas mãos e meus pés, contaram todos os meus ossos. E eles mesmo me estiveram considerando e olhando⁸⁶. Na passagem vinculada à paixão de Cristo, supõe-se que há uma relação alegórica entre cachorros e judeus. Comumente, estes foram descritos e/ou representados como cães por terem rejeitado as doutrinas de Jesus. Outrossim, em uma das lendas de São Cristóvão, este, antes de conhecer Cristo, era representado com uma cabeça de cão. Ao ser batizado, teria ganhado a forma humana⁸⁷.

O universo simbólico aplicado às figuras monstruosas, dessa forma, é mensurável apenas em certo sentido. Não podemos confirmar os seus propósitos, tal como não deveríamos o fazer, na época, aos desígnios divinos que os geraram. Mas certamente a própria etimologia da palavra nos impele a pensá-los como um "mostrar algo" (*mostrare*). Não é de se estranhar, nesse sentido, que o gigante espaço desconhecido do oceano apresente, juntamente com suas incertezas e perigos, as maravilhosas figuras. O medo do desconhecido, assim como sua diversidade, é aqui ressaltado pelos monstros que possui.

⁸⁵ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 216.

⁸⁶ Salmos 21:17

⁸⁷ Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p. 61.

Localizados, muitas vezes, nas mais distantes águas, esses monstros guardam, portanto, ocultas informações ao olhar desatento. No exemplar de Andrea Bianco, por exemplo, especialmente nas águas que banham a Etiópia, se verifica uma *sirena* de duas caudas e dois dragões. A localização desses monstros certamente indica alguma informação extra e, observando ao redor, percebe-se que os dragões guardam um semi-círculo com a inscrição *nidus abimalion*. A princípio, a legenda textual não parece contribuir para a compreensão do desenho, mas, de acordo com Van Duzer, o termo *abimalion* seria uma corrução de *abimalium* (essa troca de –on por –um é comum nas legendas de Bianco), que significa “ninho de criaturas do abi”⁸⁸. Assim, apesar de parecer um golfo, tal representação seria referência a um abismo. Além disso, próximo ao abismo há uma ilha com um homem enforcado. Se retornarmos ao *Navigatio sanctii Brendan abbatis*, São Brandão, enquanto navegava o Atlântico, encontrou a entrada do inferno próximo a ilha onde estava Judas⁸⁹. A referência a São Brandão parece algo comum, entretanto, quando se pensava na impossibilidade de haver terras ao sul, como ressalta Zurara:

porque até aquele tempo, nem por escritura, nem por memória de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a validade da terra que ia além do dito cabo. Bem é que alguns diziam, que passara por ali são Brandão, outros diziam que foram lá duas galés, e que nunca mais tornaram⁹⁰

Essa região, portanto, ninho de monstros ou passagem de São Brandão, insere o limite do mundo, que tanto amedrontava os marinheiros do infante D. Henrique, próximo ao inferno e à ilha em que Judas fora enforcado.

A *sirena* é uma figura bastante comum a povoar o oceano, ainda mais do que os dragões. Ela é citada por Plínio e Isidoro de Sevilha, mas foi por encantar Odisseu na Odisseia que sua figura ganhara fama como encantadora de marinheiros e navegadores. Assim ela é representada, por exemplo, no *mappamundi* de Arroyo Beatus (um dos exemplares das cópias do Beato de Liébana), cujo gesto de suas mãos indica que ela está a cantar para os navegantes, indicando-os o caminho a seguir. Ela é encontrada em vários outros exemplares

⁸⁸ Duzer, Chet Van, *Sea Monsters on Medieval and Renaissance*, p. 53.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 54.

⁹⁰ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 56.

aqui citados, espalhada por todos os cantos do oceano: centralizada no Mediterrâneo, no *mappamundi* de Hereford; no Catalão-Estense, ao sul da Ásia, nos três diferentes tipos (metade mulher-peixe, metade mulher-pássaro e metade mulher-cavalo).

Dessa forma, permeando não só os *mappaemundi*, mas bastante comum em narrativas de viagens, a retórica do maravilhoso é utilizada com frequência não só para decorar⁹¹ ou preencher lugares remotos, mas também para explorar as fronteiras culturais da própria cristandade. Ambos, os *mappae* e as narrativas, se apresentam como um catálogo de *mirabilias* que providenciam ao leitor/observador um espetáculo de natureza exótica e exuberante das regiões remotas. Muitos missionários e mercadores, em suas viagens aos limites do ecúmeno, afirmavam, ao encontro de suas expectativas, ter avistado monstros plinianos espalhados pelo *orbis*. Frei Jordanus Catalani de Séverac, por exemplo, declarou em seu *Mirabilia descrita*, 1330, ter visto na Índia tantas maravilhas e monstros que parecia outro mundo.

No entanto, outros, embora influenciados também pelo leque de informações, não tiveram a mesma reação de credulidade. Apesar de a princípio hesitarem em negar a realidade de monstros descritos por autoridades como Plínio e Solino, há exemplos de narrativas em que o testemunho não acorda. William de Rubruck, por exemplo, em sua visita aos Tártaros em 1250, escreveu que: “eu perguntei sobre os monstros, ou homens monstros, sobre os quais Plínio e Solino escreveram. Eles me disseram nunca terem visto tais criaturas [...]”⁹². A mesma atitude é observada na *Relatio* de frei Giovanni de Marignolli (1338-1353), que nas suas inquirições a respeito da existência de monstros, sempre obtinha respostas negativas. Mariganolli acabou negando categoricamente a existência desses seres: “Não existe essas pessoas definitivamente assim como tem-se inventado, que tem apenas um pé que usam para fazer sombra em si mesmo [...]”⁹³.

⁹¹ Jacques Le Goff chama de estetização do maravilhoso (Le Goff, Jacques. *The Medieval Imagination*, p. 30).

⁹² Rubruck *apud* Daston, L. e Park, K., *Wonder and the order of nature, 1150-1750*, p. 64.

⁹³ Marignolli *Apud* Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 39.

Dessa forma, o maravilhoso, em todo seu conjunto, fazia também parte das tentativas de explicar o mundo e sua diversidade, sendo para negá-la ou para afirmá-la. Compondo os confins do mundo com todo o seu universo desconhecido, encontrou na África um *habitat* ideal.

2.3.

O mundo de ponta cabeça

Em adição à costa fértil e ao árido deserto, muitos exemplares anexam à África uma parcela de terra desconhecida na sua extremidade, lugar privilegiado das maravilhas. Na divisão de Isidoro de Sevilha, conforme mencionei, o mundo estava, pois, dividido em três partes. No entanto, no seu texto ele ressaltara: “Fora das três partes do mundo é a quarta parte atravessando o Oceano ao sul, que é desconhecida de nós devido ao calor do sol, e nestas regiões habitam Antípodas, de acordo com as histórias”⁹⁴. Esta teoria, vale ressaltar, é observada desde os antigos gregos. A princípio foi trabalhada por Crates de Malos, embora já estivesse presente mesmo em Platão e Aristóteles, no segundo século antes de Cristo, e ganhou repercussão na Idade Média com os trabalhos de Macróbio (Figura 8) e Matianus Capella, ambos do século V⁹⁵.

Basicamente, o sistema cratesiano sugeria a existência de uma quarta parte de terra habitada que estaria separada das demais por dois oceanos, um que fluía de leste a oeste passando pela região equatorial, e outro de norte a sul formando um angulo reto com o primeiro. A grande extensão do oceano tornava essas terras incomunicáveis em relação às demais. Esta teoria foi logo exposta e estendida por Macróbio e Capella, que não só sustentaram a existência de terras antípodas como acrescentaram a divisão do mundo em zonas climáticas. O *orbis*, tal como concebido por Crates, seria então dividido por cinco zonas paralela com diferentes condições climáticas⁹⁶. Duarte Pacheco Pereira as mencionara claramente em seu *Esmeraldo de situ orbis*:

⁹⁴ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 293

⁹⁵ Harley, J. B.; Woodward, D., *Cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*, Vol I, p. 145.

⁹⁶ Vale ressaltar, contudo, que a teoria das zonas não era a única a tentar dar conta da divisão e organização do *orbis*. Um segundo sistema, também originado na Grécia, tratava da temática a partir do clima. Os setes climas, contados do sul ao norte, dividem o mundo, de acordo com

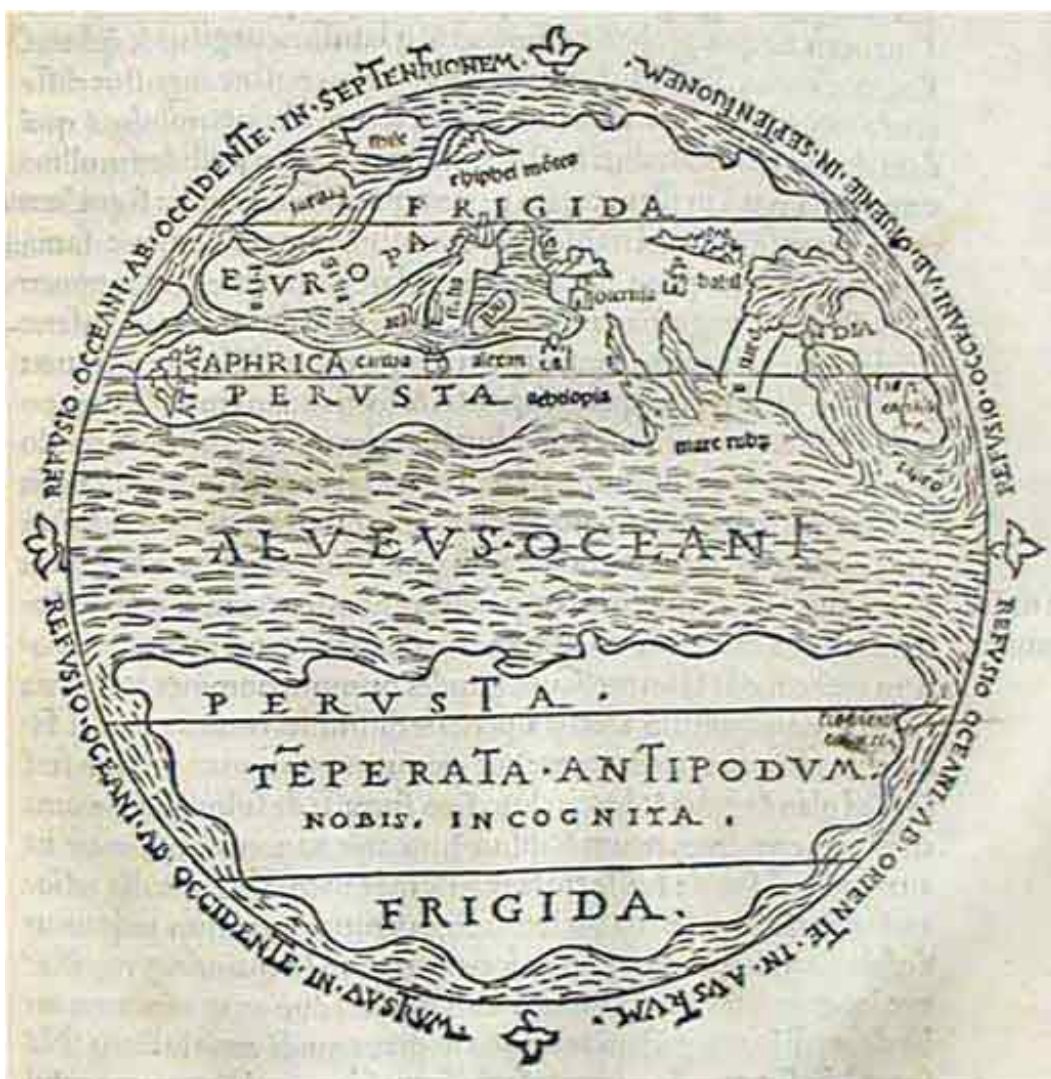


Figura 8 – Mapa das zonas de Macróbio. Primeir edição do *Commentariorum in somnium Scipionis*, 1483

Ptolomeu, e diferenciam-se pela duração do sol. Ela se distancia da outra teoria na proposição de qual parcela de terra era habitável. O primeiro *clime*, habitável de acordo com a segunda teoria, estava na Zona Tórrida, considerada por muitos, como Macróbio, inabitável. Johannes de Sacrobosco, no seu *Tratado da Esfera* (séc. XIII), adota, assim como Macróbio, a tradicional divisão em cinco zonas, mas introduz considerações do *klimata*. (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 107).

[...] a zona do meio, que equinocial se chama ou cinto do primeiro movimento, pelo grande ardor do sol é assaz d'afadigada [...]; e as últimas partes vizinhas aos polos, pola frialdade [...]; e as outras duas, temperadas, quase iguais, fazem os tempos do ano, mas não de todo igualmente⁹⁷.

A visão tradicional, que chega até Pacheco Pereira, sugeria que as duas simétricas zonas temperadas – entre o Trópico de Câncer e o Ártico, e entre o Trópico de Capricórnio e o Antártico – seriam habitadas. Mas ao contrário do que ele averigua, a zona central, delimitada pelos trópicos com o Equador ao centro, era muitas vezes presumida desabitada por conta do calor intenso. Tal calor, inclusive, ferveria a água e impossibilitaria a navegação, conforme defendia, por exemplo, o teólogo já citado Honório de Autun – que assim como o *Otia Imperiale* de Gervásio de Tilbury (1150 – 1228) seria um importante compilador de informações maravilhosas a partir de Plínio, Solino e outros. Os pólos também impossibilitavam a vida humana por conta do frio fatal que congelava suas águas. Porém havia aqueles que defendiam a possibilidade dessas regiões de condições extremas serem habitadas por seres maravilhosos, como vimos no item anterior.

Macróbio, apesar de defensor da existência da quarta parte do mundo e da sua possível habitabilidade, não dissertara, contudo, a respeito da natureza desses habitantes, afinal seriam incomunicáveis por conta da zona tropical. Porém, se retornamos aos *mappaemundi*, ou mesmo às enciclopédias e bestiários, veremos um esforço em retratar esses possíveis habitantes. No próprio exemplar de Andrea Bianco, há referências a esta condição nas extremidades do mundo: enquanto no lado tropical habita o *nidus abimalion*, no seu exato oposto o frio intenso criava condições para habitantes selvagens. As disposições morais e a aparência física estavam, nesse sentido, muito atreladas ao lugar e suas condições climáticas. O retrato dos etíopes, já mencionados por Plínio e mesmo Heródoto, apresentava-se, inclusive, como consequência do calor da terra – lembremos da etimologia da palavra Etiópia. Essa concepção também é transmitida pelo alexandrino Claudio Ptolomeu, que, como veremos posteriormente, será redescoberto no século XV e influenciará a produção de mapas e a concepção de mundo. Em seu Tetrabiblos,

⁹⁷ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 17.

ele alega que por conta do calor intenso, os etíopes eram não só negros, mas também selvagens nos hábitos e encolhidos na forma⁹⁸.

Andrea Bianco, por sua vez, apesar de compactuar com essa teoria da influência climática das regiões em seus habitantes, não indica a existência de Antípodas. Como se pode observar, o mundo apresentado por ele mantém a divisão tradicional em três partes.

O termo antípoda, por sua vez, não se referia somente à região localizada no extremo sul do mundo, mas também às pessoas, ou monstros, que lá viviam. Muitas vezes, como se observa no texto de Isidoro de Sevilha, os antípodas habitavam a Líbia ou Etiópia e tinham os pés virados para trás. Macróbio, por sua vez, descrevia as antípodas como desertas e próximas do sol. Ambas concepções são apresentadas inicialmente nos exemplares e cópias⁹⁹ de Beato de Liébana (730-798). Neste, seguindo o tradicional formato T-O já comentado, o beneditino espanhol inseriu uma quarta parte ao sul do quadrante destinado à África e Ásia Maior, separado do Ecúmeno pelo oceano. A legenda comum aos exemplares da “família de Tábara” informa que há uma quarta parte ao sul da África, além do oceano, que é desconhecida por conta do calor e que, de acordo com as fábulas, haveria lá antípodas¹⁰⁰. Já na cópia de Burgo de Osmar (Figura 9), esta quarta parte ganha efetivamente um habitante monstruoso, conforme sugeriam as fábulas citadas nos exemplares de Tábara: “Esta parte é perto do sol e habitada, mas desconhecida por nós. Ciápodes com uma única perna e uma velocidade maravilhosa habitam esses lugares vazios”¹⁰¹. Do primeiro exemplar, que apenas indicava a existência das antípodas, os copistas foram adicionando cada vez mais detalhes até que a tórrida terra passou a ser habitada por um exemplar de monstro.

Os exemplares de Ebstorf e Hereford também anexam uma parcela de terra ao sul da África, a qual preenchem com o já mencionado arsenal de monstros plinianos. Assim como nos exemplos anteriores, a separação dessas terras das regiões desérticas africanas se dá pelo rio Nilo, uma tópica também presente em

⁹⁸ Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p. 54.

⁹⁹ Existem cerca de trinta cópias manuscritas produzidas entre os séculos IX e XIII baseados no arquétipo do século VIII.

¹⁰⁰ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 30.

¹⁰¹ *Idem*.

Plínio¹⁰². Desde os tempos mais antigos, com Eratosthenes e Ptolomeu, o Nilo já era reconhecido por seu caráter maravilhoso. Com os cristãos, ele chega a ser identificado como um dos rios do Paraíso, o Gion. No exemplar de Andrea Bianco, por exemplo, o rio Nilo tem um caminho muito parecido com o representado por Hereford, Ebstorf e Sawley e com a descrição dos viajantes que, provavelmente, herdaram as mesmas fontes.

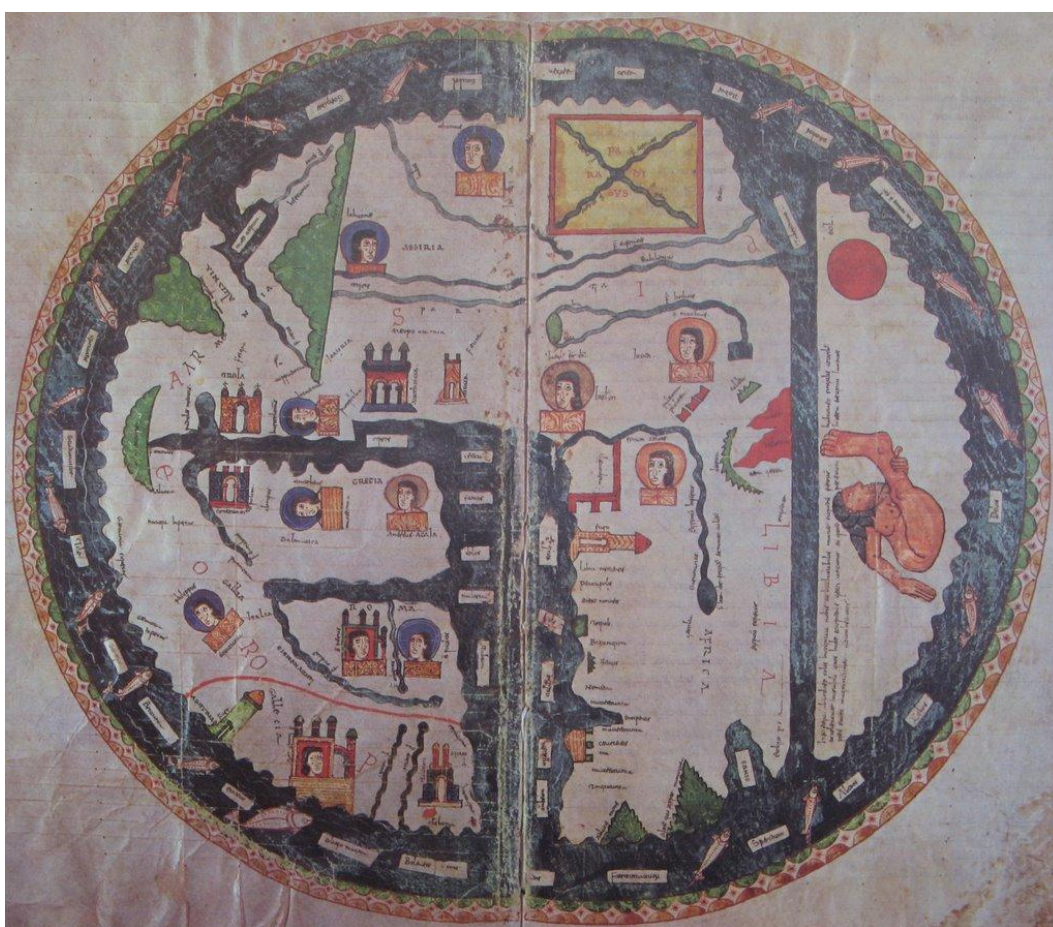


Figura 9 – *Mappa Beatus de Burgo de Osma*, ca. 1086

Outrossim, uma outra vertente do rio continua, no exemplar de Bianco, sentido oceano, enquanto a parte que banha o Egito desagua no Mediterrâneo. Diferentemente, contudo, no Hereford o rio subitamente desaparece na Mauritânia, não muito longe do oceano, como descreve Plínio e mesmo Osório.

¹⁰² Pliny the Elder, *Natural History*, p. 58.

Deste ponto, ele seguiria o curso até a Núbia, cortando a parte sul do mundo e separando a terra desértica da “Ethiopia Ocidentals”.

Longe de um consenso, o Catalão-Estense representa tal rio fluindo continuamente do Paraíso, que está aqui localizado no extremo oriente da África. Ao encontrar um lago, o rio é dividido em quatro vertentes, uma entra pelo delta do Nilo, subindo sentido Mediterrâneo, e a outra segue sentido oceano. As outras duas descem mais ao sul e uma converte no rio que separa uma gigantesca parcela de terras ao sul do *orbis*, as antípodas, que aqui opta-se por mantê-la vazia.

A importância das antípodas estava, entretanto, para além de um simples *habitat* natural para as maravilhas. A sua existência também tinha um importante imperativo para a esfericidade do globo, como narra Pacheco Pereira:

E por tal modo é o assento do orbe composto, que se algum homem pudesse furar a terra, e lançasse uma pedra da sua superfície cuidado que passaria ao outro cabo, ela não iria senão até o centro, e ali estaria queda, porque ali é o mais baixa e o meio, e deste lugar pera qualquer parte seria subir, que é impossível e contra a natureza nenhuma coisa pesada pode ir para cima e mover-se do centro para a circunferência. Assim que os antípodas habitam uma parte e nós a outra¹⁰³.

A partir da sua teoria da pedra, o cosmógrafo português começa por refutar qualquer imagem da terra plana, como o historiador W. G. L. Randles defendeu que seria a crença dominante pelo menos na Idade Média¹⁰⁴. O seu argumento estava respaldado pelo formado plano aparente que tinha os *mappaemundi* T-O. No entanto, mesmo esses exemplares não preconizavam tal imagem. Como analisa Sandra Sáez-López Pérez, muitos desses exemplares representam a Terra de forma plana pela dificuldade gráfica de o fazer de forma esférica. Em termos de analogia, a representação mais próxima que almejavam seria a de uma maçã, conforme descreve um monge franciscano do século XIII e como será representado em diversas imagens de soberanos a segurá-lo¹⁰⁵. Os exemplares T-O apresentariam, na análise da historiadora, uma divisão horizontal da esfera, e não uma representação plana-circular do mundo.

¹⁰³ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 17.

¹⁰⁴ Randles, W.G.L., *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*, p. 19.

¹⁰⁵ Pérez, Sandra Sáenz-López, *El mundo como una manzana en la palma de la mano: el pomo y su relación con la cartografía medieval*, p. 538.

Sendo, pois, uma esfera, a ideia da Antípoda era de suma importância para o equilíbrio do *orbis*. Se todas as parcelas de terras conhecidas se concentrassem ao norte, certamente a esfera tombaria dada a densidade da terra em relação à água. Aqui, a teoria das Antípodas encontra uma outra polêmica que se instaurava desde o período medieval: a quantidade de terra e água no globo, que irá interferir diretamente nas hipóteses de circum-navegação da África.

No esquema bíblico, o mundo sublunar estaria arranjado em esferas concêntricas dos elementos: fogo, ar, água e terra. No entanto, a teoria aristotélica também não solucionara o problema instaurado pela possibilidade da terra ser submergida pela água devido a sua densidade. Foi, no entanto, com as Sagradas Escrituras, que os letrados medievais desenvolveram uma explicação que supostamente desse conta das lacunas: *congregatio aquae*. Ao retornar ao Gênesis, lê-se que: “E disse Deus: ‘Ajuntem-se num só lugar as águas que estão debaixo do céu, e apareça a parte seca’”. E assim foi. À parte seca Deus chamou terra, e chamou mares ao conjunto das águas. E Deus viu que ficou bom”¹⁰⁶. Isto significa que por meio da intercessão divina, Deus manteve a terra seca para que homens e animais pudessem prosperar.

A teoria dos quatro elementos modificada pela intervenção divina, contudo, tivera outras consequências a partir da própria assertiva do Livro Sagrado, como aponta Duarte Pacheco Pereira:

Enquanto disse e mandou este ajuntamento fosse feito em um só lugar, bem parece que a terra não é cercada pelo mar. E se a terra pelas águas houvera de ser cercada, não dissera o preceito, que se juntassem em um só lugar (nem era necessário dizer-se), mas antes dissera: *apartem-se as águas da terra* (e sendo mandado nesta maneira, não era pera duvidar a terra cercada pelas águas)

Ao utilizar o preceito bíblico como principal fonte na divisão do mundo, os defensores da Ilha da Terra acabavam instaurando um problema relativo à divisão das terras e das águas e, conseqüentemente, a quantidade relativa à cada parte. Estaria a terra cercada por água ou o contrário? A discussão ganhara novos contornos com as traduções e popularização do *Geographia* de Ptolomeu por

¹⁰⁶ Gênesis, 1: 9-10.

volta do final do século XIV¹⁰⁷. Ao se tornar referência, a *Geographia* preconizava que os mares, sem comunicação entre si, seriam espécies de lagos inseridos na terra – uma inversão do que a teoria bíblico-aristotélica postulava. Daí resulta que boa parte da esfera é feita de terra e não de água, como, por fim, defendeu também Duarte Pacheco Pereira:

Ajuntou assim como em odre as águas do mar; pôs os tesouros em abisso. E como assim seja que o abisso da terra é o seu centro, e os tesouros das águas são postos no mesmo lugar que é o seu próprio assento, segue-se que a terra tem a água dentro de si e o mar não cerca a terra, como Homero e outros autores disseram, mas antes a terra, por sua grandeza, tem cercadas e inclusas todas as águas dentro da sua concavidade e centro¹⁰⁸.

Apesar de outros nomes, como Plínio, apresentarem tal hipótese, foi com Ptolomeu que ela ganhou espaço, inclusive nas representações cartográficas. A partir dele, muitos exemplares começaram a representar os mares como lagos e, como consequência, a África se estenderia de tal forma para o Oriente que o Índico se tornava um mar quase fechado e não seria, portanto, circum-navegável.

Dentre outros exemplares ptolomaicos, o já citado Andrea Bianco em um outro exemplar, talvez por um fácil acesso às novidades florentinas, utiliza-se das projeções e também topônimos similares aos modelos ptolomaicos, especialmente ao manuscrito de Urbinate¹⁰⁹. Ele, inclusive, adapta algumas correções na região da *Ethiopia* e em alguns rios. Embora no seu mapa ptolomaico, a quantidade de terra ganhe sobre a quantidade de água, no seu *mappamundi* a opção continua sendo a tradicional cristã, esquivando da problemática das Antípodas. Problemática essa que, assim como a existência de seres monstruosos, impunha questões sérias à teologia: como haveria uma parcela de terra que a Sagrada Escrita não dera conta? Como seria possível existir uma parcela de terra que os apóstolos não noticiaram em sua dispersão pelo mundo?

Como se pode ver, a teoria das antípodas, bem como da sua incomunicabilidade, era de difícil aceitação entre os cristãos mais ortodoxos. Não

¹⁰⁷ Dauche, Patrick G., The reception of Ptolemy's *Geography* (end of fourteenth to beginning of the sixteenth century). In: Harley, J. B.; Woodward D., *Cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*, p. 292.

¹⁰⁸ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 20.

¹⁰⁹ A associação deve ser feita sempre com muita cautela, conforme sugere Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 163.

é de se admirar que Pierre D'Ally, nos auspícios da ultrapassagem do Cabo Bojador, ainda oscilasse entre o calor fatal da zona tropical e a possibilidade de habitação sob determinadas circunstâncias¹¹⁰. Outros, talvez menos ortodoxos, mas com a devida precaução, como Alberto Magno e Roger Bacon, chegaram a sugerir que, embora difícil, a transposição do Equador não era impossível.

¹¹⁰ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 27.

3

A maravilhosa África

3.1.

Mapeando as cartas

Até o século XV, as rotas comerciais se estabeleciam especialmente no Mediterrâneo, onde a navegação se dava a partir de informações sobre rumos magnéticos e distâncias estimadas entre os lugares¹¹¹. As cartas de marear a que D. Pedro e Zurara provavelmente se referiam respondiam a este tipo de navegação praticada e, portanto, se diferenciavam dos exemplares T-O em finalidade e aspecto. Limitando-se à centralidade comercial do Mediterrâneo, as cartas não se estendiam, no geral, além do Bojador, e constituíram um dos principais saberes que os ibéricos contavam na empreitada das navegações, conforme ressaltara o cosmógrafo português, Duarte Pacheco Pereira:

Isso mesmo mandou à Ilha Malhorca por um mestre Jácome, mestre de cartas de marear, na qual ilha primeiramente se fizeram as ditas cartas; e com muitas dádivas e mercês o houve nestes Reinos. O qual nos ensinou a fazer àqueles de que os que em nosso tempo vivem aprenderam¹¹².

Maiorca, como chama a atenção o cavaleiro da casa de D. João II, era, então, um importante centro de produção desses exemplares. Ao notar as semelhanças das primeiras cartas conhecidas da cartografia portuguesa, Jorge Aguiar (1492) e Pedro Reinel (sec. XV)¹¹³, por exemplo, com os padrões típicos das cartas-portulanos, torna-se latente a influência destas sob aquelas e a possibilidade mesmo de Portugal ter contratado um catalão pra ensinar a técnica de produção conforme informe o cosmógrafo português. Embora não se tenha muitos documentos que ressaltem a presença de tal mestre em terras portuguesas, muitos historiadores portugueses defenderam que Jacóme seria o filho de Cresques Abraham, nomeado “mestre dos mapas e bússolas” por D. João de

¹¹¹ Martínez, Antonio S., *La espada, la cruz y el Padrón*, p. 50.

¹¹² Pereira, P. D., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 120,

¹¹³ Vale ressaltar aqui que há hipóteses que levantam à possibilidade do Reino de Portugal ter produzido um arsenal cartográfico anterior mesmo ao século XV, mas o terremoto de 1775 poderia tê-lo destruído. O principal argumento que sustenta essa hipótese seria a pretensa chegada de um mestre de cartas náuticas maiorquinas para ensinar esta arte aos portugueses (Alegria, Maria Fernanda; Daveau, Suzanne; Garcia, João Carlos; Relaño, Francesc, *História da Cartografia Portuguesa*).

Aragão¹¹⁴. Forçado a se converter ao cristianismo durante o programa anti-judeu na Espanha da época, ele teria adotado o nome Jaume, Jacome, Ribes. No entanto, sabe-se que Jafuda Cresques, ou Jaume Ribes teria morrido em 1410, o que impossibilita esta hipótese. A dúvida acerca da identidade do dito Jacome mencionado por Pacheco Pereira, por fim, permanece.

Pai e filho, de qualquer forma, foram nomes importantes na confecção de cartas maiorquinas especialmente decoradas, tendo elaborado diversos exemplares a pedido, inclusive, da coroa de Aragão, como o conhecido Atlas Catalão. Composto por seis pergaminhos, o Atlas não possui nem data e nem assinatura. No entanto, uma carta do príncipe D. João de Aragão, datada de 1381, menciona o exemplar usado para presentear rei da França, Carlos VI - hoje na Biblioteca Nacional da França. O príncipe comenta que o exemplar teria sido feito por um judeu chamado Cresques¹¹⁵. Assim sendo, assume-se que Cresques Abraham tenha sido mais provavelmente quem confeccionou o exemplar (Figura 10).

A rica pigmentação, a incluir o uso de ouro no colorido da carta, demonstra a importância e o alto valor da peça. Como nas pinturas italianas do *quattrocento*, a utilização de pigmentos preciosos foi até meados do século XV uma qualidade visada¹¹⁶. Somada a ela, a rica exibição de detalhes e cores iluminando os lugares vazios contribui também para a função nobre do exemplar. Certamente, não era uma carta para se molhar e desgastar nas caravelas.

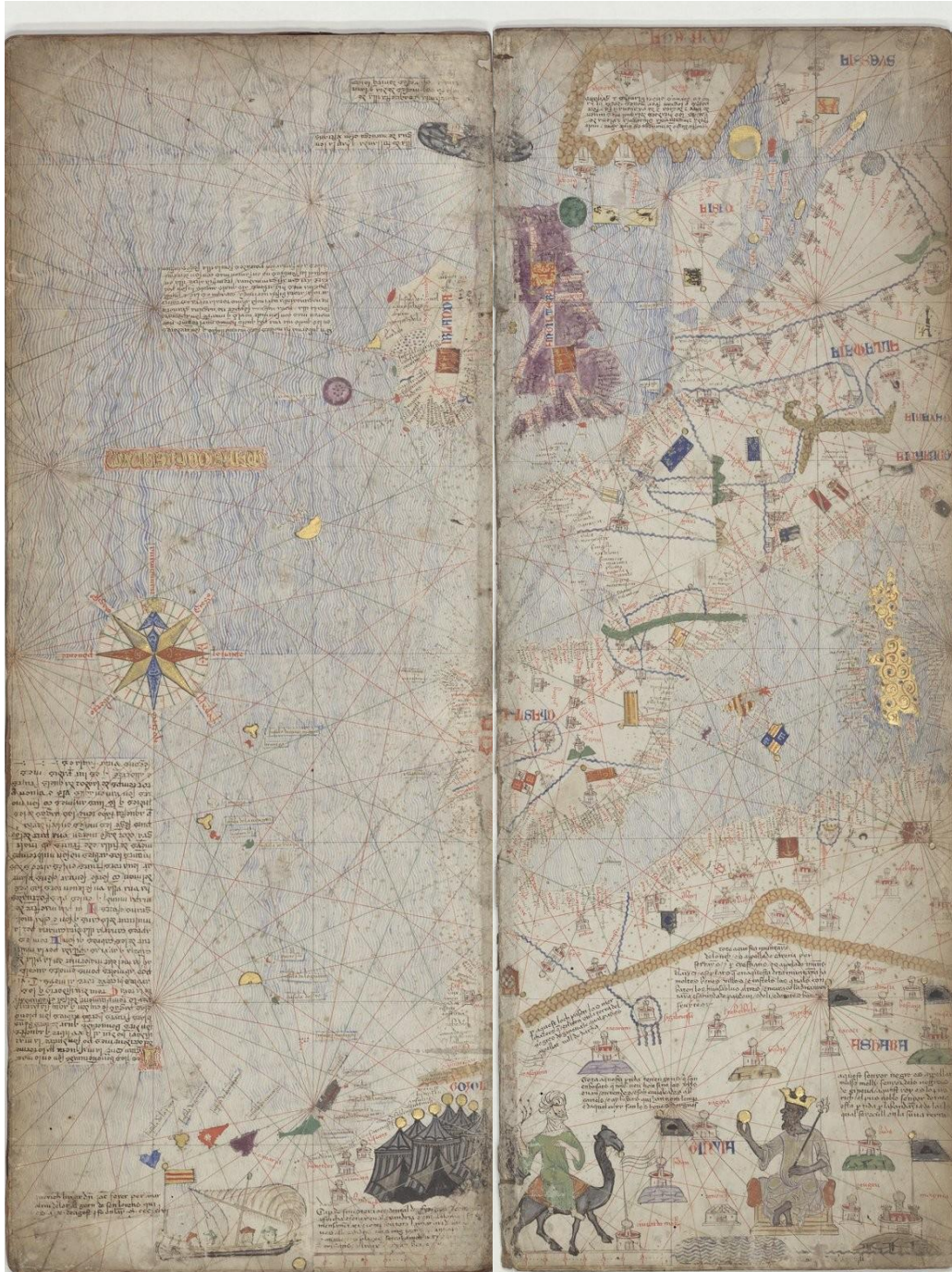
Os primeiros pergaminhos que compreendem o “Atlas” dissertam sobre o cosmo na sua forma mais clássica. O desenho do diagrama de esferas concêntricas representa o universo e seus círculos com a terra localizada na esfera mais densa e central seguida pelos elementos (fogo, água e ar), plantas, luas, sol. Depois vem os signos do zodíaco e as fases da lua. A terra é em si esférica: “*La forma emperó de la terra és redona per que és dita orbis, que vol dir redonea*”. Apesar do formato da carta náutica se concentrar em uma dada região devido, provavelmente, a questões técnicas, não significa que a terra como um todo não

¹¹⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. I, p. 159.

¹¹⁵ cf. Sans, Jaume Riera. Cresques Abraham Jueu de Mallorca, Mestre de Mapamundis i de Brúixoles. In: *L'Atlas Català Atlas*.

¹¹⁶ cf. Baxandall, Michael, *O Olhar Renascente*.

Figura 10 – Atlas Catalão, 1375 (painéis 6 ao 9)





seja considerada um *orbis* tal como postulado pelos *mappaemundi* e que tão pouco essas cartas estejam em dissidência com uma dada cosmografia de mundo expressa também nos exemplares cristãos.

Datado de meados do século XIV, mais precisamente de 1375, o Atlas foi produzido em meio a divulgação das populares viagens de Marco Polo (1254-1324). Este veneziano percorreu a rota da seda até Catayo, da qual surgiu o diário que teve diversas versões e títulos: *Livre des merveilles*; *Devisement dou monde*; *Del Gran Khan*, *Historia tartatum*; *Milione*¹¹⁷. A mais antiga foi composta no final do século XIII em Gênova, quando Polo estava preso e narrou a Rutischello da Pisa, que compilou as histórias. Suas informações são claramente utilizadas como referência ao que tange à Ásia e várias histórias de seu livro estão representadas no Atlas quase que literalmente, como, por exemplo, na passagem do deserto em que se adverte que aquele que

[...] adormece ou por alguma razão se separa de seus companheiros, ele irá frequentemente ouvir vozes de demônios, semelhante às vozes de seus companheiros, frequentemente chamando-o por seu próprio nome. Desta maneira o demônio o leva para o deserto para uma [...] que o viajante não poderá encontrar seus companheiros¹¹⁸.

Além disso, muitas informações de reis e cidades foram de lá retiradas também, tanto que no primeiro exemplar desse estilo Maiorquino de que se tem notícias, datado de 1339 e elaborado por Angelino Dulcert, não há muitas informações acerca dos confins orientais.

Além do diário de Polo, muitas passagens bíblicas, tal como analisei nos *mappaemundi*, também preenchem os confins asiáticos. Aqui é possível encontrar o Monte Sinai, a Arca de Noé, a torre de Babel, os três reis magos e diversas outras passagens, em especial do Antigo Testamento, coabitando com as lendárias informações das viagens de Marco Polo. Além disso, outra fonte notavelmente utilizada na elaboração do Atlas para paragens pouco ou nada conhecida foi o *Libro del Conoscimiento* (nome completo: *Este libro es del conocimiento de*

¹¹⁷ Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 191.

¹¹⁸“E si esdevendrà [que de] nit cavalcant algú agreujat se adorma o en altra cosa [era] per què leix los altres companyons, sovén s'esdevé que ou [en l'aer] veus de diables semblants a les veus dels companyons [encara] que'l nomenen per son nom propri, per què los [diables] lo ménan tant deçà e dellà per lo desert axí con [companyons] seus que null temps no pot trobar sos companyons”.

todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo e de las señales et armas que han cada tierra el señorío por sy e de los reyes e señores que los proveen) – título em inglês: *Book of the knowledge of all the kingdoms, lands and lordships that are in the world*. Este foi escrito no início do século XIV, mais provavelmente na primeira década, por um anônimo franciscano para dar notícias de suas supostas viagens à Ásia e também à África. A rica heráldica das carta-portulanos é fielmente retirada deste manuscrito, assim como boa parte das informações da África. Esta apresenta poucos detalhes novos se comparado ao exemplar de Dulcert. Entretanto, a partir do Atlas Catalão passa-se a inserir mais iluminuras. A decoração, bastante semelhante aos posteriores Mecia Viladeste (1413), Gabriel Valseca (1439) e Catalão-Estense (séc.XV), definem um conjunto de lugares comuns acerca das regiões que influenciaram, durante muito tempo, a produção cartográfica. Assim, lendários reis, nativos selvagens e cidades exóticas constituem um horizonte cultural que busca dar conta dessas partes do globo pouco conhecidas geográfica e tipograficamente. As legendas também variam pouco e, em grande parte, trazem, além de referências a outras fontes, informações relativas a costumes, rotas comerciais e outros. As imagens e as legendas ajudam a compor um conhecimento acerca de um mundo rico e diverso com toda sorte de singularidades.

A atenção também se volta aos mares. No oceano é possível ler e ver informações de diversas ordens. Nele, embarcações seguem lado a lado ao maravilhoso. É nele que as ilhas ganham cores e contornos, como o caso das, já mencionadas, Afortunadas próximas à costa ocidental da África. Apesar de Marco Polo compor as novidades com o relato de suas viagens, antigos conhecimentos permanecem assegurados na composição da visão de mundo. Nomes de autoridades vislumbram-se nas legendas assim como nas imagens. Outrossim, vários pontos são identificados por bandeiras e nomes de cidades, iluminuras frequentes nos exemplares do mesmo estilo. Na África, o antigo cinturão de montanhas dos *mappaemundi* são aqui substituídos pelas Montanhas de Atlas, que é identificada por um desenho que se assemelha a um pé de pássaro bastante comum nas cartas desde Dulcert à Jacobus Russus (1563). A sua legenda indica

que é conhecida pelos cristãos como Montanhas Claris, e Carena, pelos sarracenos, e que há nelas muito boas cidades e castelos que batalham entre si.

Nestas Montanhas, bem próximo à costa, há uma descontinuidade do desenho. Pela legenda se percebe a tentativa de traçar possíveis rotas comerciais pelo deserto. A essa altura, já era interesse cristão saber de onde provinham as riquezas que abarrotavam o comércio do Mediterrâneo, uma vez que, como sugere Fernand Braudel, muito dos produtos que circulavam provinham de rotas invisíveis pelo Saara, claramente fatais para aventureiros desavisados¹¹⁹. A legenda indica, dessa forma, que pelo vale de Dahra viajariam os mercadores que vão à terra dos negros de *Gineua* buscar ouro. A atualizada informação poderia causar surpresa dado a época de produção do exemplar. Daquela vaga região habitada majoritariamente por monstros dos *mappae*, começa-se a esboçar terras com outras possibilidades. Mas de onde viria essa atualização?

Segundo legendas contidas na própria carta, um catalão de nome Jaume Ferrer, cuja embarcação é identificada na costa, teria supostamente atingido em 1346 não só o *buyetder*, como também o rio do Ouro, representado como uma das vertentes do Nilo. Poderíamos supor que o suposto Ferrer tivesse voltado e contado do feito e das novidades. No entanto, sabe-se que o retorno não acontecera. Resta-nos a hipótese da importante posição comercial do reino de Aragão. Apesar de pouco estudo, sabe-se que muitos mercadores catalães usufruíam de posições privilegiadas nas relações comerciais estabelecidas com o Magrebe – onde circularia essas informações. Provavelmente a própria localização estratégica da ilha de Maiorca tenha facilitado o acesso a detalhes como nomes de “cidades” além Saara, como *Sudam*, *Geugeu* e outras¹²⁰. Além disso, retornando ao *Libro del Conoscimiento*, somos ainda surpreendidos por algumas semelhantes informações. A respeito do “rei” da Gineua, que se localiza depois do Cabo *Buyter*, ele ressalta ser para quem os mouros levam ouro em seus camelos e cujos habitantes são negros¹²¹. Este seria então o “soberano” das terras dos negros da Gineua, que no Atlas Catalão acompanha a seguinte legenda: “Esse

¹¹⁹ Braudel, F., *El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo em la epoca de Felipe II*, p. 205.

¹²⁰ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 97.

¹²¹ Markham, Clements (ed.), *Book of the knowledge of all the kingdoms, lands and lordships that are in the world*, p. 29.

rei negro é chamado Musse Mely e ele é o soberano da terra dos negros da Gineua. Este rei é rico e o mais nobre de todas as terras devido a abundância de ouro que é extraído de suas terras”¹²².

A essa altura, o décimo mansa, comumente conhecido como Mansa Musa, teria projetado sua popularidade além dos seus territórios com uma peregrinação a Meca nas primeiras décadas do século XIV. Aproveitando da estadia na capital egípcia, conforme ressalta Alberto da Costa e Silva, ele tratou de colocar seu nome e de sua cidade em evidência, espalhando sua fama por todo mundo árabe e até mesmo europeu. A imagem passada era a de um rei riquíssimo, senhor do ouro, construída a partir do esbanjo do metal ao longo da rota Mali e Meca¹²³. E a sua cidade, Tombuctu, como consequência, se tornou o Eldorado africano. Ele foi, durante muito tempo, a grande referência daquelas terras, especialmente citado no relato do árabe Ibn Battuta, que alega ter visitado a região nos idos do século XIV com toda sua maravilha, demarcada na carta pelo avestruz e dromedário a rodeá-lo.

Os sinais para representar o Mansa, portanto, compreendem esse esbanjo de riquezas e especialmente de ouro em praticamente todos exemplares do mesmo estilo catalão (Figura 11): a segurar uma pepita de ouro. Mas apesar da história reverberada do rico soberano do *Bilad al-Sudan* (Terra dos Negros), sua figura não era muito mais conhecida do que o rei de Organa¹²⁴ sentado ao seu lado, apenas mais popular. O pouco conhecimento que dele se tinha parece forçar a ênfase em características mais gerais que constantemente apelam para a verossimilhança em termos da “lógica do mesmo”¹²⁵. As próprias designações “rei” (muitas vezes *rex*) e “reino”, que comumente são manejados de modo a identificá-lo, assim como os demais, participam do aparato ocidental de organização política. Os “reis” africanos, no geral, operavam dentro do mesmo grupo assumindo um modelo de similaridade com relação ao conhecido – Mansa

¹²² “*Aquest senyor negre és appellat Musse Melly, senyor dels negres de Gineua. Aquest rey és lo pus rich e-l pus noble senyor de tota esta pertida per l’abondància de l’or lo qual se recull en la suua terra*”.

¹²³ Ver: Silva, Alberto da Costa e, *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*.

¹²⁴ Organa é um reino pouco comentado na literatura e raramente é descrito pelos viajantes. No entanto, aparece nesses mapas catalães. Único rei armado, sua legenda enfatiza sua constante guerra com os sarracenos e outros árabes. Sua bandeira com uma palmeira remonta ao *Libro del Conoscimiento*, a outra fonte a dar conta deste personagem

¹²⁵ Bedos-Rezak, Brigitte Miriam, *Medieval Identity*, p. 1492.

Figura 11 – Mansa Mali



Mansa Mali - Mecia Viladeste



Mansa Mali - Catalão-Estense



Mansa Mali - Atlas Catalão



Mansa Mali – Angelino Dulcert



Mansa Mali - Gabriel Valseca

(muitas vezes grafado *rex Mely* ou *Rey Melli*¹²⁶) é talvez o que instaura alguma diversidade, especialmente por conta da sua novidade em relação, por exemplo, aos antigos conhecidos reis da Núbia e do Egito localizados nas margens do Nilo. No entanto, ao contrário dos nobres cristãos, que facilmente se reconhece por demarcados sinais, as suas insígnias reais não estão claras. Além da coroa na cabeça, um marcador importante da posição real, as vestimentas, não reforçam certos códigos nobres comuns aos cristãos, mas incorporam a premissa muçulmana fortemente marcada pelos turbantes, que compõem os demais reis africanos, e o tuaregue em seu camelo. A postura é a mesma entre todos os exemplares: os “reis”, tanto africano quanto asiático, se encontram sentados com as pernas cruzadas.

Outro destaque na representação do Mansa nesse exemplar é a cor da pele – nada unânime, há de se ressaltar. Assim como na representação do Catalão-Estense (XV) e no exemplar de Meciã Viladestes, mas diferente da carta de Vallseca e Dulcert, ele é retratado com a pele mais escura do que os demais. Partindo do princípio de que determinadas características são destacadas de modo a identificar ao observador o representado, qual o papel desempenhado pela coloração escolhida?

Primeiramente, há de se tomar cuidado ao demarcar as cores de exemplares tão antigos, uma vez que tecnicamente analisados, os anos e os (poucos) cuidados de preservação dos exemplares podem afetá-las consideravelmente. Tendo isso em vista, sem afirmar o manancial de pigmentos empregados no tingimento do desenho, o que se verifica é uma distinção na coloração. Nitidamente, Mansa Mali é destacado dos demais a partir de uma coloração mais escura. No caso do exemplar de Viladestes, entretanto, o tuaregue no camelo e um muçulmano rezando virado para Meca são coloridos com um pigmento ainda mais escuro e destacado do que o próprio Mansa – o que poderia

¹²⁶ Os exemplares variam na forma como grafam os nomes dos reis, assim como das cidades muito provavelmente porque se baseavam na forma como eram apreendidas as pronúncias, não havendo uma sistematização muito grande, na época, da lexicografia. Os primeiros dicionários em Portugal, por exemplo, datam do século XVI. Antes havia listagens glossarísticas bilíngues (latim-vernáculo), compostas basicamente por verbos, utilizadas por outras línguas vernáculas na Europa como auxiliares na da escolarização do latim. Para mais informações ver: Verdelho, Telmo. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*.

ser justificado pelo fato de desde os tempos das Cruzadas, os chamados “mouro” eram retratados mais escuros, por vezes preto, na heráldica e em outras representações pictóricas medievais como uma marca de inimigo de Cristo¹²⁷. Contudo, curiosamente, outros reis reconhecidamente muçulmanos, como o de Organa, continuam a ser representados da mesma maneira do que os demais asiáticos no Atlas Catalão.

Nesse sentido, a cor da pele, à época, é em si uma questão difícil de decifrar. Apesar do impulso em considerar simplesmente como uma referência à cor escura da pele de uma figura da África subsaariana por uma audiência moderna, deve-se considerá-la com todo cuidado. No período em questão, essa relação não era tão simples. Isso se torna mais claro quando compara o Mansa com o rei núbio e egípcio, supostamente claros como os demais reis, mas que sabidamente também seriam negros. Além disso, muitos historiadores que analisam a representação do “negro” na Idade Média não apontam, na grande maioria das vezes, para o sentido inverso que o termo também abrangia. Conforme ressalta Valentin Groebner, é possível encontrar referência de tártaros, ciganos e outros povos como “negros”, quase que como um signo de identificação de gente estrangeira. Odorico da Pordenone, por exemplo, que viajou para a China no século XIV e que considerava a mulher chinesa a mais bonita do mundo, descreve os habitantes da China como brancos enquanto que as tribos que viviam ao redor eram de pessoas negras¹²⁸. Há ainda referência de descrição de nobres, como o duque da Áustria Albert II, que é tido como negro de bela face, e Alfonsus de Salamanca, descrito como “*homo nigris colore*” – homem de cor negra¹²⁹.

Não se pode desconsiderar, é certo, o simbolismo que a cor preta carregava no plano religioso. Em diversas pinturas e textos medievais, a cor preta representava o demônio e o pecado, opondo-se à brancura da luz divinal. Nas *Cantigas de Santa Maria*, uma obra de meados do século XIII, o adjetivo negral é sinônimo de *desgraçados* e a cor preta é também a cor do castigo dos maus ou

¹²⁷ Devisse, Jean; Michel Mollat, *The Image the Black in Western Art*, p. 10.

¹²⁸ Groebner, Valentin, *Who are you?* p. 133.

¹²⁹ *Ibid*, p. 118 e 119.

pecadores por oposição à cor branca, conforme José da Silva Horta¹³⁰. Muitas vezes, inclusive, a cor preta era também representativa do demônio. Obras de cunho pedagógico e doutrinário e hagiografias comumente representavam o diabo sob a forma animal – cavalo preto, ave de cabeça preta – e principalmente sob a forma humana ou algo semelhante também de cor preta, como o carvão, mas isso não significava qualquer característica étnica específica.

Nesse sentido, a referência acerca da cor das pessoas como uma marca perpassava instâncias que só posteriormente seriam efetivamente vinculadas a uma origem e traços característicos de um determinado grupo. Essa questão se torna mais clara quando retornarmos a um conceito antigo-medieval usado para localizar e demonstrar a diversidade da natureza humana¹³¹. O termo em latim *complexio* começou a sua carreira nas traduções de Claudio Galeno (c. 129 – c. 217) e passou ao campo dos fundamentos teóricos da ciência médica da Europa Cristã com a ideia de que os corpos de todos os seres vivos poderiam ser descritos em termos de proporção e mistura de quatro qualidades: quente, frio, úmido e seco. No período medieval e posterior, o termo foi sendo utilizado de variadas formas significando combinações de traços físicos (as quatro qualidades galênicas) com fluidos corporais. Um livro do século XIII, *Liber complexionum*, que tem várias cópias no século XIV e XV, é praticamente um catálogo dos sinais corporais. Nele, o autor busca mostrar como a compleição do cérebro pode ser dado pelo tamanho da cabeça, seu formato, o cabelo, pela cor do olho. Em sequência, ele apresenta o mesmo para o coração, fígado, pulmão, pernas e o corpo como um todo, cuja *complexio* poderia ser obtida pelo toque e a análise detida da pele, cabelo e ações¹³². Como consequência, o termo flexibilizava características do corpo e mesmo da alma, no sentido que a disposição individual ou temperamento eram tidos como reações físicas na maioria das vezes temporárias ao mesmo tempo que também indicava características imutáveis.

¹³⁰ Horta, José da Silva, *Imagem do Africano pelos Portugueses antes dos contactos*. In: Ferronha, António Luis (ed.). *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. p. 45.

¹³¹ Groebner, Valentin, *op cit.*, p. 119.

¹³² Groebner, Valentin, *Complexio/Complexion: Categorizing Individual Natures, 1250-1600*. In: Daston, Lorraine; Fernando Vidal (ed). *The Moral Authority of Nature*, p. 367.

Outrossim, concebia-se a atribuição coletiva de determinadas características como correspondentes a sinais externos especialmente ligado à astrologia e cosmologia. A esse respeito, o Atlas Catalão nos oferece uma exemplar explicação. Nos seus primeiros fólhos, junto aos desenhos de diagramas em zonas concêntricas das marés e dos feriados cristãos, um corpo humano, *homo signorum*, indica a influência de cada signo do zodíaco nas diversas partes do corpo humano, demonstrando a intrínseca relação entre o homem e as esferas do universo – o que poderia explicar a escolha da cor do Mansa (Figura 12). Há ainda a versão climática, muito popular, que defenderia a dependência das constituições do corpo às condições climáticas, como mesmo analisou Plínio: “No meio do mundo, porque causa da mistura saudável de fogo e água, existem regiões que são férteis para todas as coisas; o homem é de estatura média, com uma noticiável harmonia na sua compleição, até o seu comportamento e maneiras são gentis [...]”¹³³. Esse *topos* foi reiterado por Alberto Magno em diversas enciclopédias ao indicar, tal como expresso no trecho de Plínio, a relação entre o clima, dos fluidos corporais e do temperamento. Os etíopes seriam negros, então, por conta do sol, tal como representou Andrea Bianco acerca do *rex etiop* e dos nativos. Isso não significava, contudo, que analogias não se estabelecessem entre etíopes e demônios:

[...] aparecem entre eles muito acipios [etíopes] negros e mui espantosos e mui grandes como gigantes, e pela catadura que haviam tornada e pelas vestiduras negras que traziam podia todo homem bem entender, que eram sergentes do Inferno e traziam nas mãos espadas muito agudas¹³⁴.

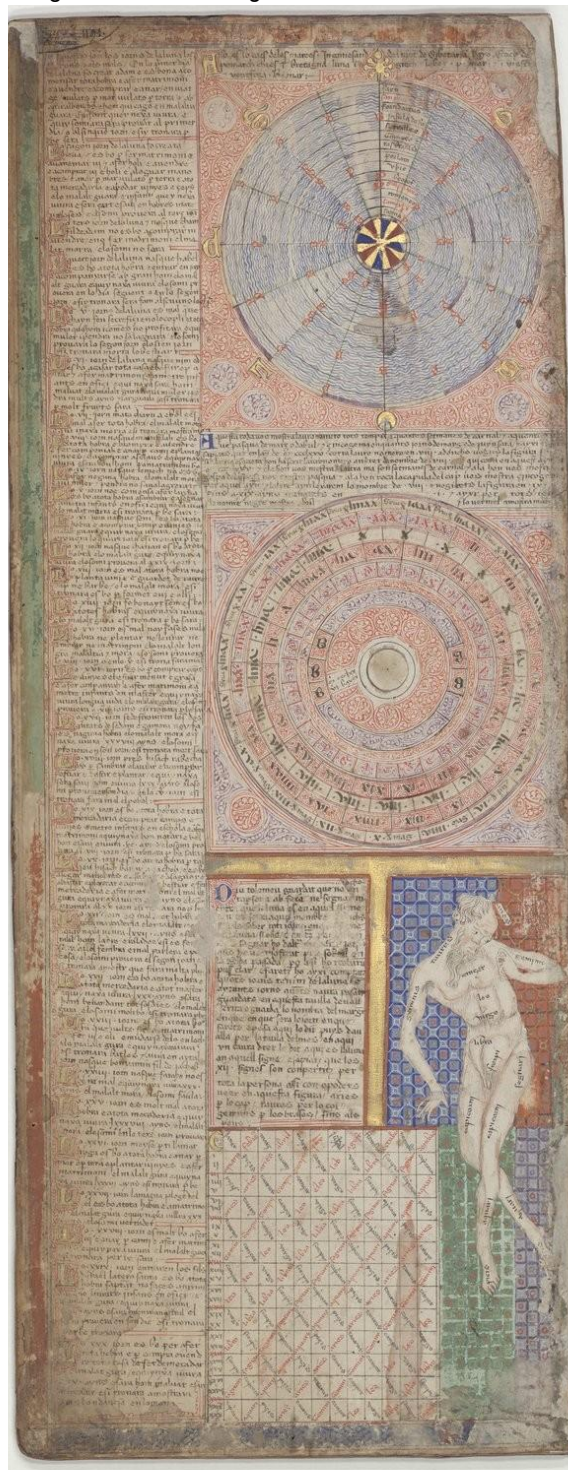
No trecho do *Visão de Tündalo*, a assimilação entre etíopes e demônio poderia, conforme analisa José da Silva Horta, estar relacionada com a estadia prolongada dos etíopes no inferno, mas também com a evocação pela cor das consequências do calor da zona tórrida¹³⁵. Mas mesmo aqui, essa explicação é pensada no plano simbólico, baseando-se na tradição patrística que assimilava

¹³³ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 35.

¹³⁴ Horta, José da Silva, Imagem do Africano pelos Portugueses antes dos contactos. In: Ferronha, António Luis (ed.), *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*, p. 47.

¹³⁵ *Idem*.

Figura 12 – Homo Signorum do Atlas Catalão



também a cor preta ao pecado e ao demônio. Nesse sentido, a diversa pigmentação do Mansa Malli não sugere uma qualidade presumidamente detectável e nem uma compleição definida e invariável. Reconhecidamente parte de uma civilização majoritariamente negra e cristã, o rei da Núbia e do Egito, por exemplo, é, ao contrário, representado tal como os reis asiáticos, o rei de Organa, e o "Solda Babilônia". Nem mesmo a rainha de Sabá, localizada nas margens do Mar Vermelho, possui uma pigmentação diferente apesar da sua genealogia, em muitos casos, remeter também a uma origem etíope, como Fra Mauro ressaltara em uma das legendas de sua *mappaemundi* a frente analisado: “é dito que a bela rainha e Sibyl Sabá veio a Jerusalém ao templo de Salomão... Eu não tomarei isto como um fato mas digo que de acordo com os abissínios ela veio de um reino de Sabá que é na Abissínia na Etiópia”¹³⁶.

A respeito dessa rainha, faz-se mister mencionar que apesar dessa vinculação com a Etiópia já ser antiga, no Atlas Catalão ela se encontra na Arábia e branca. A única mulher representada nesses exemplares é destacada pelos diversos significados morais e simbólicos para o Cristianismo que ela tinha, especialmente por se tratar de uma figura pagã, ou seja, um símbolo dos gentios que tinham o desejo de seguir Cristo¹³⁷. No geral, suas imagens eram representadas de maneiras distintas, sendo encontrada, inclusive, negra de cabelos loiros. A sua aparição no Cântico dos Cânticos como a suposta noiva do rei Salomão enfatiza essa identificação defendida, por exemplo, por Isidoro de Sevilha, que ressaltara que a cor escura que a rainha carregava era uma referência a sua passagem do paganismo para o cristianismo¹³⁸. No próprio texto da Bíblia, a nova fala: “Estou escura, mas sou bela [*nigra sum sed formosa*], ó mulheres de Jerusalém; escura como as tendas de Quedar, belas como as cortinas de Salomão. Não fiquem me olhando assim porque estou escura, foi o sol que me queimou a pele”¹³⁹. Partindo de uma interpretação menos literal, muitos, como Sevilha, se

¹³⁶ “*Questa rubric superior che dice che la Regina Saba venisse de questa arabia io non l’afirmo, ma dico secondo abassini che la vignisse del regno de Saba che è in abassia in Etyopia*”.

¹³⁷ Devisse, Jean; Mollat, Mochel, *The Image of the Black in western Art*, Vol. II, p. 129.

¹³⁸ Em 1442, com a Bula da União, *Cantate Domino*, apresentada à delegação etíope que visitava Roma a mando de Nicodemus, o abade etíope, e o patriarca de Alexandria, ressaltava que os etíopes tinham uma doutrina definida e que eram descendentes da Rainha de Sabá, cujo reino original era na Etiópia.

¹³⁹ Cânticos 1: 5-6.

apoiaram na interpretação cristã que a entende como representante dos Gentios. A sua gentilidade era escura, porém a sua beleza provinha de internas ordens de conversão¹⁴⁰. Sua cor, nesse sentido, não seria uma característica herdada e imutável, portanto criada por Deus, e sim acidentalmente adquirida, no caso, por causa do sol ou da sua condição de gentio.

Interessantemente, nas narrativas de viagens posteriores não é mencionada qualquer relação da rainha de Sabá e Etiópia. Essa vinculação só será estabelecida posteriormente, como atesta Diogo Couto na sua contribuição da Ásia (escrita entre 1552-1615) de João de Barros: “E que seja verdade que está rainha Sabá viera prenhe de El rey Salomão, quando o foi visitar a Jerusalém, se verá muito claro no tratado do padre Francisco Alvares, que quando foi aquele império com D. Rodrigo de Lima, diz que achara uma crônica em língua abexim [...]”¹⁴¹. Esta crônica citada por Couto a partir do padre Francisco é a *Gloria dos Reis (Kebra Negast)*, sobre a origem de uma dinastia imperial baseada em Salomão escrita provavelmente no século XIV e condensando histórias desde tempos muito antigos na Etiópia. Nela narra-se que a rainha de Sabá viveria em uma aldeia próxima ao que seria o império Axum, associando Sabá com civilizações africanas ao redor do Nilo. Desejosa de conhecer o sábio Salomão, teria viajado até Jerusalém com o intuito de conhecê-lo. Do encontro nasceria Menelik I, o primeiro rei da Etiópia, o *negus neguest*¹⁴².

Menelik I seria, então, o resumo de uma dupla herança, israelita e etíope, marcando uma forte especificidade da civilização etíope em relação às terras circundantes¹⁴³.

Convenientemente, essa herança seria, pois, adquirida por um personagem também muito específico, a quem se devotou bastante atenção mesmo entre os cristãos por ser a chama do cristianismo acesa entre as distantes terras etíopes: Preste João. Mas antes de se encontrar com o título de *negus*, a história do imperador cristão percorreu variados caminhos, os quais detalharemos melhor a

¹⁴⁰ Devisse, Jean; Michel Mollat, *The Image the Black in Western Art*, p. 15.

¹⁴¹ Barros, João e Couto, Diogo, *Da Ásia*, Cap. VIII, p. 76.

¹⁴² Silva, Alberto da Costa e, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*.

¹⁴³ Ramos, Manuel, O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, p. 235-259.

seguir.

3.2.

Dominus dominantium

A demanda por um império cristão perdido em meio a desconhecidas terras teve parte nada irrelevante no imaginário acerca da África como um todo. Agitando os ânimos proselistas cristãos em terras desconhecidas, histórias a seu respeito eram contadas e repassadas há alguns séculos, repercutindo nos *mappaemundi* e cartas-portulano, dado a importância que ganharam. No Atlas Catalão, o reino situado no delta do Nilo carrega a legenda que informa ter sob o domínio desse império o antigo reino cristão da Núbia, mas não menciona qualquer ascendência salomônica, assim como também não se é verificado nos outros exemplares do mesmo estilo. A relação estabelecida entre Preste João e rainha de Sabá/Salomão, nesse sentido, tem seu momento na história, mas não remete à origem do mito e, sim, uma posterior vinculação.

Nesse sentido, a primeira vez que se tem uma referência a este império é na *Chronica* de Otto von Freisinger (c.1143). Enquanto um importante bispo, Fresidinger teria, durante a captura de Edessa pelos muçulmanos em 1144, usado sua influência para proclamar o evento como uma grande perda para o Cristianismo. Sua defesa da região estabelecia-se em torno de uma Igreja na qual supostamente se encontrava os restos mortais do apóstolo Tomás (ou Tomé) - muito embora os, para muitos, eles estariam na Índia, como noticiou Duarte Pacheco Pereira:

[...] e, mais adiante, per vosso mandado, foi descoberto tão grande caminho e mar até se saber a grande província de Maabaar que Índia Baixa se chama, onde são sabidas muitas e grandes cidades e notáveis povoações, entre as quais uma delas é a destruída cidade Malipor na qual cremos está a santa sepultura do bem-aventurado São Tomé [...]¹⁴⁴

A discussão em torno dos restos mortais do apóstolo ganharia repercussões que não cabem no âmbito desta tese. Interessa, contudo, a importância que o apóstolo conferia no que tange à cristianização do oriente. Os

¹⁴⁴ Pereira, P. D., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 13.

próprios Nestorianos viam-no como uma figura central na sua conversão e Edessa, um lugar sagrado.

Diante da possibilidade de um mundo sucumbindo a uma final confrontação entre muçulmanos e cristãos, como profetizara Freising, restava aos cristãos poucos recursos efetivos na luta contra o seu maior inimigo. A desolação, contudo, recebera um alento com a ida do bispo de Jabala à Síria¹⁴⁵. Freisinger então ressaltara que o bispo teria enfim encontrado uma figura que poderia conter os avanços muçulmanos. Um imperador e conquistador nestoriano que haveria declarado guerra ao rei da Pérsia, tentando socorrer Jerusalém do poderio muçulmano. O seu nome era *Presbyter Iohannes*. Fora assim que a primeira vez se mencionara a figura do fatídico imperador.

Mais tarde, *Presbyter* irá protagonizar uma outra narrativa mais descritiva e que lhe daria maior repercussão do que a crônica de Freising. Em uma carta, sem data e de autor desconhecido, supostamente enviada por este mesmo rei ao Imperador Bizantino Manuel Comnenus (1143-1180) e seguida para Frederick Barbarossa (1152-1190), o Imperador Romano, ele seria formalmente apresentado. Na versão publicada em 1879 por Friedrich Zarncke, com base em um dos noventa e sete exemplares latinos que sobreviveram, o escrito, ora em terceira pessoa, ora em primeira, denomina *Presbiter Iohannes* como *dominus dominantium* (senhor dos senhores). Na Carta, ele enfatiza as informações fornecidas por Freisinger a respeito da reconquista de Jerusalém: “Desejamos ardentemente visitar o sepulcro do Senhor com um grande exército, pois convém à glória da Nossa Majestade humilhar e desbaratar os inimigos da cruz de Cristo e exaltar o Seu nome bendito”¹⁴⁶. Mantendo a figura de um imperador cristão na luta contra os muçulmanos, o seu domínio contaria com diversos reis tributários e se estenderia pelas três Índias, começando pela Índia posterior, na qual descansa o corpo do Apóstolo Tomé, passando pelo deserto da Babilônia, chegando perto da torre de Babel. Ao tomar por exemplo os *mappaemundi* e cartas-portulanos aqui analisados, não surpreenderia que a localização de regiões afastadas

¹⁴⁵ Devisse, Jean; Michel Mollat, *The Image the Black in Western Art*, Vol. II, p. 128.

¹⁴⁶ Ramos, Manuel, O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, p. 55.

especialmente se desse a partir de referentes bíblicos, que basicamente se concentravam na Ásia no período. Não tendo, pois, um espaço delimitado, diversos viajantes dos séculos XIII e XIV buscaram na Ásia como um todo o suposto rei – tal como se verifica em Marco Polo e no livro do suposto cavaleiro inglês Jean de Mandeville¹⁴⁷. Respaldo disso é visto na cartografia, como no exemplar de Andreas Walsperger de 1448 e também no de Pietro Vesconte de 1320.

Apesar da presença do dito personagem na Ásia não deixar de existir até o fim da sua lenda (por volta do século XVII), Preste João passa por alguns lugares até encontrar ao sul do Nilo o seu posto oficial. Ali é possível encontrá-lo no exemplar Atlas Catalão e nos similares Catalão-Estense, Gabriel Valseca, Angelino Dulcert, além do exemplar de Andrea Bianco. Essa localização, contudo, assim como na análise feita acima acerca da cor da pele do Mansa Mali, não era justificativa para um consenso na coloração de sua pele. Em muitos casos observa-se também uma variação: enquanto o Catalão-Estense opta por apresentá-lo negro tal como o Mansa, os demais o representam à semelhança dos outros reis (Figura 13).

Vale ressaltar que em tempos de desconhecimento geográfico acerca dessas paragens, a Etiópia e o Nilo podiam ainda estar vinculados à Índia. Não seria, entretanto, uma justificativa para as distinções apresentadas já que mais uma vez, como analisado acima, haveria outras variantes a esse respeito. mas insere uma problemática acerca das delimitações regionais e climáticas acerca desse personagem de império itinerante. A efetiva vinculação negra e etíope (bem como sua ascendência com relação à Sabá e ao Rei Mago Balthazar, por consequência) seria somente, pode-se dizer, consagrada com os interesses cristãos voltados à África.

¹⁴⁷ O livro *Viagens de John Mandeville* ou *Livro das Maravilhas do Mundo* finalizado em 1346-57 foi um dos livros mais populares na Europa entre os séculos XIV e XVI. Sucesso notável pelos, aproximadamente, 250 manuscritos conhecidos nas mais diversas línguas, e pelas 80 edições realizadas a partir do final do século XV. A identidade do autor, desde o século XIX é misteriosa para os estudiosos, mas ficamos aqui como ele se apresenta: um cavaleiro inglês, nascido em St. Albans. (França, Susani Silveira Lemos. Introdução. In: *viagens de Jean de Mandeville*, p. 13).

Figura 13 – Preste João



Preste João - Catalão-Estense



Preste João - Gabriel Valseca



Preste João - Mecião Viladestes

Os pontos orientais da Etiópia, dessa forma, podiam, muitas vezes, ser tomados como Índia Terceira ou Índia Ethiopica, tal qual se vê na narrativa de Marco Polo. Tal confusão também é verificada na descrição de Gomes Eanes Zurara, no capítulo em que ele copia do *General Estória* de Afonso de Cerqueira:

E finalmente assim podemos dizer ao grande poderio do Nilo aquelas palavras que o bispo Acoreo razoava dele a Cesar, segundo escreve Lucano:

Oh! – dizia ele – poderoso e grande rio, que te levantas do meio do eixo do firmamento, e atreves-te a levantar as tuas aguas sobre as ribeiras, contra o signo do Cancro, quando ele é no maior poder do seu ardor, e vaes contra o nordeste direito com tuas aguas, e o teu curso dá consigo no meio do campo, e tornando-te dali, vens ao Ocidente, e depois tornas ao Oriente, e ás vezes te descobres em Arabia, ás vezes nas areias de Libia, mostrando-te aos povos destas terras, fazendo-lhe muito bem e muito proveito, que te não poderiam ali escusar nem viver sem ti; e estas são as primeiras gentes que te veem!¹⁴⁸

Por influência de Plínio, Isidoro de Sevilha, Aristóteles, Homero, Lucano e Ptolomeu, o Nilo estaria situado na fronteira entre Líbia e Arábia, enquanto uma localização imprecisa e fronteira não indicava necessariamente um ponto africano ou asiático. O mesmo estabelecia Duarte Pacheco Pereira:

E deste lugar, indo pelo Nilo acima, até o origine dele, se divide Ásia d'África; e da ourela do Nilo em diante, toda aquela parte que se estende daí contra o oriente até o mar, em que habitam os etíopes sob-Egipto, e dali além, contra a Índia, rodeando a entrada e foz do rio Ganges e a região dos Chis [...] ¹⁴⁹.

Esta divisão estabelecida pelo Nilo é também observada nos modelos T-O, inclusive no exemplar de Bianco. No entanto, como analisamos no capítulo passado, o próprio Nilo possuía um confuso e variado percurso que pouco contribuía para precisar qualquer localização geográfica. Todo esse desencontro geográfico favorecia a confusão da localidade de Preste João ora na Ásia, ora na Etiópia. Assim, tomando o Nilo como referência para demarcar o início da Etiópia e o fim do Egito, conforme demarcaram Plínio e Heródoto, Preste João habitou muitas vezes as proximidades do mesmo. Na Abássia ou Abissínia, Preste João

¹⁴⁸ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 271.

¹⁴⁹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 26.

estava oficialmente vinculado à África, como mostra o *mappamundi* de Fra Mauro:

Este rei da Abassia, chamado Preste João, tem muitos reinos sob seu domínio; e seu enorme poder é estimado por conta da quantidade de pessoas, que é quase infinito. E quando seu rei viaja com sua série de exército, ele tem com ele 2 milhões de homens, que vão nus para a batalha, exceto os muitos que usam pele de crocodilo no lugar de armadura¹⁵⁰.

O mesmo é observado na narrativa de viagem de João de Barros. Enquanto uma corrupção de Abissínia, a Abassia viera ao conhecimento cristão, conforme narra Devisse, em 1306, quando trinta e três pessoas de lá, dentre elas monges etíopes, estiveram na Europa, especialmente em Gênova, e deram a Giovanni Carignano, o redator do Monastério de São Marco, informações sobre a Etiópia. A partir disso, Carignano teria escrito suas reflexões e observações em um tratado hoje desaparecido, mas que fora sumariado em uma crônica datada do século XVI¹⁵¹.

Depois de tantos missionários e mercadores na Ásia, os confins africanos, cada vez mais interessantes aos cristãos, se tornavam uma localidade estratégica para um reino cristão e fabuloso. Seu auge compreenderia, portanto, o início das expedições portuguesas por terras africanas. Assim, ao atingirem a costa ocidental, ficava ainda mais interessante a existência de um Preste João naquelas paragens. Não obstante, logo no início das expedições, o mercador genovês Antônio Usodimare, que juntamente com Alvisé Cadamosto explorou a costa africana a serviço de Dom Henrique, teria ressaltado em uma carta escrita (1455) a seus irmãos e credores estar a “menos de trezentas léguas até o país do Preste João”¹⁵². Novamente, a imprecisão geográfica favorecia o raciocínio de Usodimare, que afastado em trinta léguas da costa já poderia chegar nas maravilhosas terras, estejam elas onde estiverem. O mesmo se torna latente

¹⁵⁰ “Questo Re de abasia dito presto Janne ha soto el suo dominio molti regni et è estimada la sua potentia grandissima per numero de populi i qual son quasi infiniti. E questo signor quando el va in oste sempre ha siego un milion de homini, j qual vano nudi in bataia, salvo che pur molti de lor portano pelle de chocodrili fate in luogo de arme” (Versão em inglês: Falchetta, P., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 199).

¹⁵¹ Devisse, Jean; Michel Mollat, *The Image the Black in Western Art*, Vol. II, p. 91.

¹⁵² Bibliografia henriquina, vol. I. Comissão Executiva Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique: Lisboa, 1960 p. 189. Sabe-se que Antonio Usodimare foi denunciado em Gênova por conta de suas dívidas. Teria, pois, refugiado em Lisboa onde ofereceu os seus serviços ao D. Henrique.

quando D. Henrique enviara Antão Gonçalves em uma viagem, lhe encomendando novas das Terras dos Negros, mas “não somente daquela terra desejava haver sabedoria, mas ainda das Índias e da terra de Preste João”¹⁵³.

O interesse de D. Henrique respaldava-se, pois, no desejo do infante de encontrar em tais terras algum príncipe ou rei cristão interessado em ajudar na guerra contra os mouros, conforme Gomes Eanes Zurara ressaltara nas razões que levaria D. Henrique a buscar novas terras:

A quarta razão foi, porque de trinta e um anos que havia que guerreava os Mouros, nunca achou rei cristão, nem senhor de fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jesus Cristo o quisesse na dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos, em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada, que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé¹⁵⁴.

Ora, não fora exatamente esse o principal motivo para Preste João aparecer na crônica de Freising? Sendo um devotado cristão interessado em uma guerra contra os inimigos da cruz de Cristo e estando localizado nos confins africanos, não é de se admirar que tenha sido pensado como um potencial aliado. O fabuloso soberano vai se tornando uma projeção utópica da sociedade cristã em uma região pouco conhecida. A própria trajetória da Etiópia era, pois, acompanhada por uma presença cristã também muito antiga. Entretanto, toda a informação que vai se desenvolvendo acerca da África com as expedições portuguesas, todo esse universo também se insere em um esforço de adequação dessas informações às representações vigentes. Em meados do século XVI, os avanços portugueses pela África chegam até a Etiópia e, inclusive, acredita-se encontrar com o reino imaginado. Em 1540, uma embaixada portuguesa chefiada por Rodrigo de Lima e narrada pelo padre Francisco Álvares no *Verdadeira informação das terras de Preste João das Índias* irá se encontrar com aquele que ele acreditava ser Preste João, mas que, como ele mesmo ressalta, era chamado por todos por *negus*. Aqui, retorna-se à ascendência salomônica dos reis etíopes. O mito permanecia vivo, mas a experiência do contato passa a recortá-lo.

¹⁵³ Zurara, G. E., *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 89.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 47.

Somado à religião, haveria ainda as riquezas e maravilhas do reino que iluminavam os caminhos dos cristãos. Riqueza estas também enumeradas pela suposta Carta, que descreve os deslumbrantes e ricos palácios do reino, cujo poder se estendia sobre diversos reis que a ele deviam tributo. Composto somente com as mais preciosas pedrarias e abarrotados de ouro, os palácios refletiam a magnitude de tal imperador. Muito de seus ornamentos eram, inclusive, maravilhosos, como o vidro no interior da capela não fabricado por mãos humanas:

A sua divina disposição é assim: se entrem três homens fica cheia; se entram dez ou vinte aumenta e cheia fica [se entram cem ou mil, volta a crescer e continua cheia; e] se entram dez ou vinte mil, ou até cem mil, continua a aumentar [...]. E assim como cresce com a entrada dos homens até ao infinito e está sempre cheia, assim também decresce até ao número três e continua cheia¹⁵⁵.

As riquezas e maravilhas, contudo, não se restringiam apenas ao palácio, mas estariam por toda parte, já que lá nasceriam e cresceriam todo um arsenal de animais selvagens e maravilhosos, desde elefantes, crocodilos, tigres, até cigarras mudas, cachorros gigantes e grifos. Em uma lista que se alonga por páginas, haveria também várias espécies maravilhosas de monstros, como monóculos, homens sem cabeças ou com várias cabeças, com a boca e os olhos no peito, gigantes, faunos, sátiros, cinocéfalos. Enfim: “quase todo o gênero de animais que existem debaixo do céu”¹⁵⁶.

Para completar, em um bosque situado ao pé do Olimpo, nasceria uma clara fonte que conservaria o sabor de todas as especiarias e “se alguém beber em jejum três vezes dessa fonte a partir desse dia nunca mais sofrerá de qualquer doença e será sempre, enquanto viver, como se estivesse trinta e dois anos de idade”¹⁵⁷. Aqui animais venenosos não habitariam, nem o mau de nenhuma espécie. Eis uma descrição que praticamente aproxima o reino ao Jardim das Delícias, com toda sorte de fauna e flora em abundância e por que não Paraíso Terrestre? Na Carta, então, ressaltava que “[...] saindo do paraíso, estende o seu

¹⁵⁵ Ramos, Manuel, O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, p. 113.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 59.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 67.

curso por toda aquela província em diversos meandros e aí são encontradas pedras naturais, esmeraldas, safiras, carbúnculos, topázios, crisólitos, ónices, berilos, ametistas, sardas e muitas pedras preciosas”¹⁵⁸. Baseando-se na convicção medieval de existência de tão maravilhoso lugar de volta na terra, conforme analisarei mais detalhadamente no item que se segue, a sua localização só poderia ser próxima a um reino de igual magnitude, conforme também ressalta Mandeville:

Mais além da terra, das ilhas do deserto dos domínios do preste João, em direção a oriente, não há nada mais do que grandes montanhas, enormes rochas e a terras das trevas, na qual não se pode ver nem o dia e nem a noite, segundo testemunham os que vivem no país. Esse deserto e o lugar tenebroso se prolongam até o Paraíso Terrestre, lugar onde foram postos Adão, nosso primeiro pai, e Eva, e onde viveram, ainda que por pouco tempo¹⁵⁹.

Localizado na Ásia, o reino seria, pois, próximo do Paraíso Terrestre que muitas vezes também fora lá situado, como representam os *mappaemundi*. O Nilo, aqui, se torna um dos afluentes do Gion, sagrado rio que corria do Paraíso, conforme representa o Catalão-Estense. O misterioso Jardim, cercado por Montanhas, é neste exemplar localizado no extremo oriente da África. A sua posição no alto de montanhas, conforme analisa Francesc Relaño, tornava-o inacessível ao homem e ajudava a justificar o porquê dele não ter sofrido com a grande dilúvio divino¹⁶⁰. A relação estabelecida entre Gion e Nilo, contudo, é também muito antiga. Flávio Josefo, no primeiro século, dissertava que os principais rios do mundo - Eufrates, Ganges, Tigris e Nilo - fluíam do paraíso. Essa linha de pensamento será seguida por todo um conjunto de textos cristãos do início da nossa era (Hipólito, Irineu, Epifânio) e posteriores, que influenciaram, inclusive, os viajantes, conforme mesmo ressalta Luís Cadamosto: “Este rio, segundo dizem homens sábios, é um ramo do Gion, que nasce no Paraíso Terrestre [...]”¹⁶¹.

¹⁵⁸ Ramos, Manuel, O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, p. 63.

¹⁵⁹ França, Susani Silveira Lemos, *Viagens de Jean de Mandeville*, p. 248.

¹⁶⁰ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 82-83.

¹⁶¹ “Questo fiume, secondochè gli uomini savj, é un ramo del fiume Gion che vien dal Paraiso Terrestre[...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 32.

3.3.

Versões do paraíso

A figura do Éden enquanto uma realidade física, nesse sentido, não se fazia sentir apenas nos livros de devoção, mas ainda nas descrições reais e fictícias como a própria carta de Preste João (ou mesmo nas narrativas de viagens medievais como a de Mandeville), e sobretudo nas obras de cosmógrafos caminhando pelos mais longínquos e desconhecidos pontos do *orbis*. O desejo de se atribuir uma posição eminente ao Paraíso Terreal se tornara bem significativo quando visto à luz dos modelos de *mappaemundi* que, como já comentado, se esforçaram por encaixar no ponto mais elevado do globo a figura do Paraíso ornamentado com temas religiosos. Outros, no entanto, escolheram outras terras desconhecidas para o esconderem. A exemplo do Catalão-Estense, esse lugar de delícias incomparáveis, estaria localizado nos confins da África, rodeado por montanhas de cristais próximo ao reino de Preste João (Figura 14). Caberia, pois, um retrospecto sumário dos contornos desse tema, cujo desenvolvimento abrangeria mais tarde as navegações lusitanas além cabo Bojador, ultrapassando mesmo o Atlântico rumo a América.

Entre os gregos e romanos, a crença em terras aprazíveis de incontável felicidade se disseminara. Quando Homero narrou o amor de deuses, ele evocara um cenário abençoado cujos elementos combinavam flores e árvores para além das nuvens: “[...] terra divina fez crescer relva fresca, a flor de lótus orvalhada e açafraão e jacintos macios em profusão, que os mantiveram acima do solo”¹⁶². No *Metamorfose*, Ovídio clamara o tempo em que não era preciso leis, julgamentos ou penalidades, pois os homens viviam de acordo com seus direitos¹⁶³. Virgílio descrevera a jornada através do outro mundo onde se encontraria “[...] jucundos vergéis e amenas veigas,/ Da bem-aventurança alegres sítios./ Éter mais largo purpureia os campos,/ Que alumia outro Sol, outras estrelas”¹⁶⁴.

¹⁶² Homero, *Iliada*, p. 272.

¹⁶³ Scafi, Alessandro, *Maps of Paradise*, p. 14.

¹⁶⁴ Virgílio, *Eneida*, p. 234.

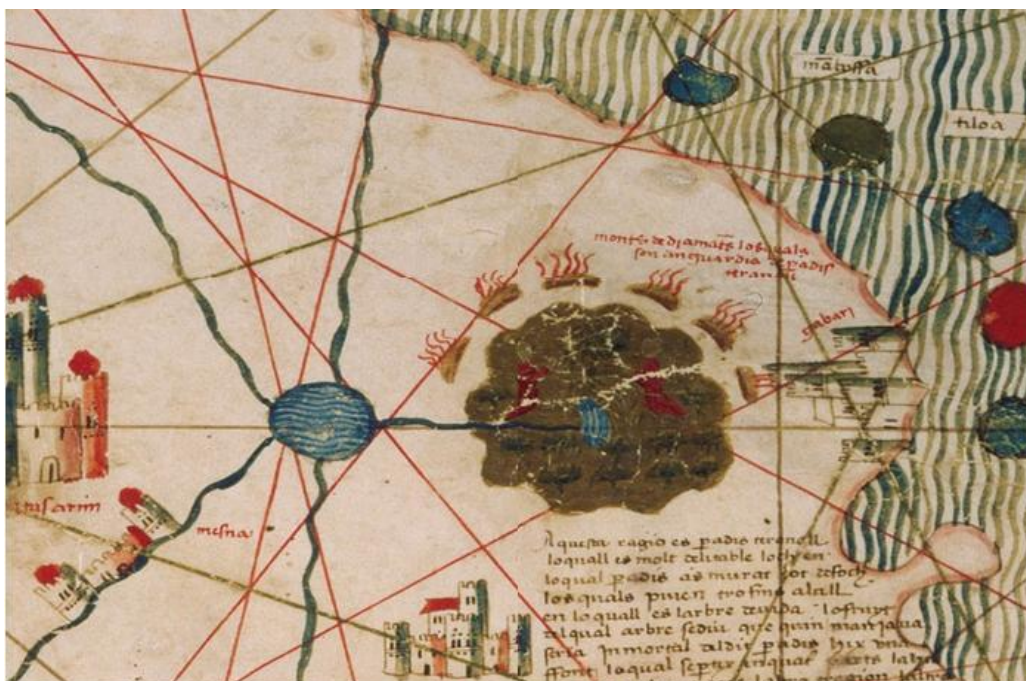


Figura 14 – Paraíso Terrestre do Catalão-estense

Em paralelo, a noção de um estado perfeito também tivera sua dimensão espacial e terrestre. Para muitos a Idade do Ouro haveria sobrevivido em distantes e elusivas ilhas perdidas em meio às infundáveis águas do oceano. Homero situara o Elísio nos limites do ecúmeno:

mas a ti até o campo Elísio, os limites da terra,
os imortais conduzirão, onde está o loiro Radamanto –
lá a subsistência é a mais fácil para os homens:
não há neve, nem forte tempestade nem chuva,
mas sempre rajadas de Zéfiro, soprando soantes,
Oceano envia para refrescar os homens ¹⁶⁵.

Também nos limites do ecúmeno, mais precisamente na costa austral etíope, navegantes fenícios e gregos, segundo Deodoro Sículo, teriam alcançado uma grande ilha cujo clima sempre temperado favorecia à fertilidade do solo que

¹⁶⁵ Homero, *Odisseia*, p. 333.

provia os melhores alimentos. Era a paisagem ideal para o florescimento da versão pagã do Jardim das Delícias¹⁶⁶.

A versão da lenda do Jardim das Hespérides também tende a situá-lo em paragens africanas. A sua localização, como estabelecida por Ebstorf e reforçada por Plínio, seria próxima ao Monte Atlas, que dividia as cidades africanas da bacia do Mediterrâneo das terras desérticas. Na legenda: “Nesta ilha há um altar de Hércules, mas nada mais, exceto oliveiras selvagens, vestígios do famoso bosque que, de acordo com a lenda, produz maçãs douradas”¹⁶⁷. Na geografia pliniana, além disso, seguindo pelo deserto aos redores, chegaria-se ainda a Canarii, uma das ilhas Afortunadas.

Estas ilhas ganharam também dimensões mitológicas que logo amadureceram em uma associação com as Hespérides. A própria divulgação no Cristianismo, conforme ressalta Sérgio Buarque de Holanda, estava longe de arriscar a boa imagem das ilhas. Não só a ideia de um lugar deleitoso, apartado dos humanos, tendia a fortalecer a vivaz materialidade do Paraíso terrestre, como a própria mitologia das Hespérides tinha por onde acomodar-se a outros meandros da narrativa bíblica¹⁶⁸. Acerca disso, o Atlas Catalão, que se eximiu de direcionar o paraíso, ressalta em uma legenda as suas características e crenças acerca de maravilhosas ilhas na costa ocidental africana:

As ilhas afortunadas são encontradas no grande oceano, para a esquerda e perto do fim do Ocidente. Isidoro disse no seu livro XV que essas ilhas eram chamadas afortunadas porque são repletas de toda sorte de coisas: cereais, frutas, ervas e árvores. Os pagãos acreditam que é o paraíso devido ao sol ameno e a fertilidade da terra. Isidoro também dita que as árvores chegam a alcançar 140 pés de altura e são cheias de frutos e pássaros. [...] Plínio, mestre dos *mappaemundi*, diz que entre as ilhas afortunadas há uma com tudo de bom do mundo porque as frutas crescem no topo da montanha sem plantar e semear[...]¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Cf. Relaño, F., Paradise in Africa. The History of a Geographical Myth from its Origins in Medieval Thought to its Gradual Demise in Early Modern Europe, In: *Terrae Incognitae: The Journal for the History of Discovery*.

¹⁶⁷ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 54.

¹⁶⁸ Holanda, Sérgio B., *Visões do Paraíso*, p. 192.

¹⁶⁹ “*Les Illes Benaventurades estan al mar gran, cap a l’esquerra i a prop dels confins d’Occident, però mar endins. Isidor diu en el seu llibre XV que aquestes illes s’anomenen Benaventurades perquè estan plenes a vessar de tota mena de béns, cereals, fruits, herbes i arbres. Els pagans creuen que allà hi ha el paradís pel clima temperat i la riquesa de la terra. També diu Isidor que els arbres arriben a una alçada de cent quaranta peus i estan carregats de fruita i d’ocells. [...] Plini, mestre de mapamundis, diu que en una de les illes Afortunades es cullen tota mena de fruits, ja que sense plantar ni sembrar, produeix fruits de totes classes a la part alta de les muntanyes*”.

Por influência de Santo Isidoro de Sevilha, compêndio da sabedoria cristã, tais ilhas ganhariam maior repercussão em tempos cristãos. Obviamente, era afastada qualquer tentativa de se estabelecer uma identidade entre elas, ou quaisquer ilhas de origem pagã, e o paraíso Bíblico. As ditas ilhas, segundo Sevilha, teriam ganhado tal nome porque possuíam toda a sorte de coisas:

“As ilhas Afortunadas (*Fortunatarum insulae*) significa por seu nome que produz toda todos os tipos de boas coisas, como se elas fossem felizes e abençoadas com a abundância de frutos. De fato, adequado a sua natureza, elas produzem frutos por preciosas árvores, os cumes das colunas são cobertos com videiras [...]”¹⁷⁰

Próximas as conformações de uma paisagem ideal, contudo, não seriam ainda o paraíso. Este se desenha com características especialmente extraídas do livro do Gênesis antes e depois da queda do casal original:

Seu nome, traduzido do grego para o latim, significa “jardim”. Em hebreu ele é chamado Éden, o que na nossa linguagem significa “delícia”. Essa combinação dos dois nomes dão a expressão “jardim das delícias, para cada tipo de árvore frutífera e não frutífera encontrada nesse lugar, incluindo a árvore da vida. Não é frio e nem calor, o clima é temperado. Uma nascente que irrompe do centro irriga todo o bosque e é dividido em quatro rios¹⁷¹.

As semelhantes características esboçadas desde a antiguidade clássica acerca das regiões deleitosas ganhavam contornos cristãos a partir da narrativa bíblica. Expressão ainda de um jardim deleitoso, próprio do termo paraíso, como alude mesmo Sevilha, Deus teria o criado para o homem. Nele teria “plantado, desde o princípio, um paraíso de delícias”¹⁷². Ali espalhou toda sorte de plantas e comidas: “E o Senhor Deus tinha produzido da terra toda a casta de árvores formosas à vista, e de frutos doces para comer; e a árvore da vida no meio do paraíso, e a árvore da ciência do bem e do mal”¹⁷³. Para regá-lo, irradiavam quatro rios: Fison, que tornea o país de Evilat, onde se encontra ouro; Gion, que rodeia a terra de Cush; Tigre, da banda dos assírios; e o Eufrates. Tendo, pois, o Senhor

¹⁷⁰ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*. p. 294.

¹⁷¹ *Ibidem.*, p. 285.

¹⁷² Gênesis 2: 8.

¹⁷³ Gênesis 2: 9.

Deus formado todos os animais terrestres e todas as aves do céu, levou-os diante de Adão para dar-lhes nomes, enchendo o jardim com toda variedade de animais e aves.

A bondade daquele jardim deleitoso revelava-se pleno. Provinha tudo o que dele precisava sem esforço e suor. A natureza, intermediária entre Deus e o homem, encontrava no paraíso sua paisagem ideal. Nota-se nas suas representações iconográficas, mesmo em exemplares cartográficos como Andrea Bianco ou Ebstorf, mas principalmente em pinturas, um acento nos bosques verdejantes repletos de frutos e animais regado pela mais límpida água dos rios.

Esse estado de pureza edênica, no entanto, terminara com a queda do homem. Por ordem de Deus, de todos os frutos que poderiam consumir, somente um era negado ao casal original. Mas a única restrição fora desobedecida por incentivo da serpente e desde então se vislumbraria a penitência dos homens. O primeiro pecado veio seguido do castigo e a perfeita harmonia se dissipara em uma série de maldições rogadas por Deus. Do Paraíso foram expulsos e na sua entrada Deus colocara querubins e espadas flamejante para guardá-lo. A natureza idílica desaparecera. A terra já não mais oferecia as verdejantes árvores e a boa comida. Composta de espinhos e abrolhos, deveria ser tratada com o suor e trabalho. Ao lado disso imperou a fadiga, a dor e a mortalidade. Uma vida de delícias e proveitos foi, então, abolida com a queda juntamente com uma natureza aprazível do Paraíso. Mas se o lugar de proveito e bem-aventurança fora criado na terra, não estaria ali ainda perdido mesmo após a queda?

Motivo de discussão, muitos doutores da Igreja alegaram a possibilidade de ainda se encontrar na terra, no seu ponto mais remoto, o perdido Paraíso. Não estava escrito na Bíblia que este proveitoso jardim se localizara no oriente? Assim o enfatizou Isidoro de Sevilha e a sequência de *mappaemundi*. A natureza maravilhosa criada para o casal original ter todo o proveito e abundância estaria ainda perdida no *orbis*, protegida da ambição humana.

No entanto, o paradoxo de uma paisagem que escapava das condições “normais” naturais mas ainda sim participava da geografia terrena remetia a dificuldades inerentes à grandiosidade da criação divina. O isolamento desse lugar era importante para a defesa de sua própria existência. Apartada do mundo

conhecido, ocupava os confins mais longínquos da terra, a princípio em algum lugar da Ásia. Mas a medida em que se avançava por aquelas regiões ficava mais difícil sustentar este endereço. Outros doutores da Igreja defenderem a possibilidade do paraíso estar localizado para além das “zonas tórridas”, sendo as espadas flamejantes uma referência ao excessivo calor que antecede as zonas temperadas a seguir. Os propósitos divinos daquelas paragens poderiam então abrigar o paraíso, como demonstrou o Catalão-Estense, o alojando nos confins da África austral oriental.

São Tomás de Aquino, no mesmo passo, admite que o jardim do Gênesis poderia eventualmente estar para além de alguma região tórrida “não pela eminência da situação, mas pela semelhança, pois há nesse lugar uma perpétua tempérie de ar, como diz Isidoro, e por aí assemelha-se aos corpos celestes, que não tem contrariedade”¹⁷⁴. Com isso, canonizava a opinião de alguns doutores que viam nas misteriosas regiões ao sul do Equador a possibilidade de alojar o Éden, mantendo-o apartado do centro por águas e terras intransponíveis, ou seja, inteiramente segregado por um deserto.

Enquanto um lugar distante, porém terreno, não faltaram histórias de sua busca. O desconhecimento dava asas às mais variedades conjecturas instigadas por versões de obras populares na Idade Média, como a *Navigatio Sancti Brandani*, manuscrito datado do século X. Há cerca de 125 manuscritos narrando versões da viagem do dito santo. Ela se inicia com um grupo de monges em busca da região da boa-aventurança ou terra prometida dos santos, que se convertia em uma espécie de réplica do Paraíso situado no meio do Oceano. Na versão irlandesa, em meio ao percurso, eles teriam encontrado maravilhas e horrores do mundo, a incluir Judas – tal como representado no *mappa* de Andrea Bianco. Outro exemplo seriam as lendas sobre Alexandre, cuja representação cumpre-se exercer um importante papel entre a Ásia e a África nos *mappaemundi* e cartas-portulanos, as quais seriam quase uma réplica cristã aos trabalhos de Hércules. É certo que de suas incursões pela Índia, não consegue acessar a região dos bem-aventurados, mas, ao possuir consigo uma pedra maravilhosa, teria o indício da terra onde os justos aguardariam o juízo final. A respeito do lugar, o Atlas Catalão

¹⁷⁴ Tomás de Aquino *Apud* Holanda, Sergio B., *Visões do Paraíso*, p. 198.

ressaltara: “As montanhas do Cáspio onde Alexandre viu árvores tão altas que suas copas tocavam as nuvens”.

Os posteriores viajantes que aludem ao Paraíso materialmente presente em alguma parte da Terra e que tentaram achá-lo não teriam melhor sorte. Jean de Mandeville a respeito escrevera:

Acerca do Paraíso, não posso falar com propriedade, porque nunca estive lá, pois não estava ao meu alcance. Contudo, como ouvi dos sábios ultramar, falar-vos-ei de bom grado. O Paraíso Terrestre, segundo eles, acha-se no ponto mais alto da terra, tão alto que quase roça o círculo da Lua e tão alto que o dilúvio de Noé não pôde chegar até ali [...]¹⁷⁵.

A questão da altura apresentava-se como um ponto importante pensando na narrativa bíblica do dilúvio. No entanto, mesmo assim comportava críticas dado as intemperes do lugar, no caso, tão próximo da Lua, passando, portanto, pelo círculo do fogo. Ainda assim, sua representação seguiu isolada por muros flamejantes ou altas montanhas criando uma barreira que prevenia o acesso ao jardim por aqueles que uma vez de lá foram banidos. Isso seria o mesmo que dizer que fechado desde o pecado original, só poderia ser posto em lugar secreto e apartado dos homens e salvo, inclusive, da ira de Deus, como fizeram os *mappaemundi* nos confins do quadrante destinado à Ásia.

Assim, desse enredo inicial ampliado em seguida com traços do Apocalipse e depois de novos atributos tomados do paganismo, irá se corporificar a ideia medieval do Paraíso Terrestre, repercutido em tantos exemplares de outras narrativas e mapas¹⁷⁶. Embebido por características que remontam aos poetas clássicos, a ideia de Paraíso descrito, pintado e almejado irá, então, compor-se pelo *locus amoenus*, conforme analisa Curtius:

Da paisagem de Homero os posteriores adotaram certo motivos que se tornaram elementos permanentes na vasta cadeia tradicional: o lugar de desejo, bonito, com a primavera eterna, como a cena de uma vida abençoada depois da morte; a amável paisagem miniaturizada que combina árvores, primavera e grama; madeira de várias espécies; tapete de flores¹⁷⁷.

¹⁷⁵ França, Susani Silveira Lemos, *Viagens de Jean de Mandeville*, p. 248.

¹⁷⁶ Holanda, Sergio B., *Visões do Paraíso*, p.185.

¹⁷⁷ Curtius, Ernst R., *European Literature and the Latin Middle Ages*, p. 181.

Um lugar-comum na descrição de paisagem ideal, o *locus amoenus*, na sua forma clássica, compreenderia um cenário simples composto por uma natureza idílica e com características que servira, por exemplo, à poesia pastoril. O seu uso retórico cumpriu, assim, uma função associada a *eckphrasis*. Muitas descrições das características de lugares ideais na poesia antiga e medieval frutificavam quando observadas à luz de uma sólida tradição, mas não se limitaram a ela. Foi também incorporada de várias formas a outras descrições. À medida que se preenchia o *locus amoenus*, outros elementos iam sendo gradativamente acrescentados de modo a completar a idealização do Jardim das Delícias.

Localizado no *orbis*, um lugar de delícias não escapava e não escapou aos anseios infrutíferos dos homens. A busca por esse local de abundância não fora impedida nem pelos obstáculos criados. Aqui as noções de deliciosas maravilhas poderiam facilmente se enlaçar na ambição de felicidade e riqueza do homem migrando de lugar para lugar, corporificando o paraíso ou algo próximo de suas bem-aventuradas características que subjazeriam às frustrações próprias do homem caído.

Parte II

“Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu”, finaliza o poema *Mar Português*. Ressaltando novamente os perigos que o oceano guardava no imaginário e também no cotidiano dos navegantes, o já citado poeta português Fernando Pessoa agora insere a variante da possibilidade de um mundo não mais limitado. O mesmo Deus que criou as tormentas do mar também espelhou nele a amplitude do céu¹¹⁸.

Anteriormente, o Estreito de Gibraltar, como escrevera Fra Mauro, limitava a expansão do mundo conhecido: “Eu ouvi diversas vezes muitas pessoas dizendo que há aqui uma coluna com uma mão mostrando a inscrição que previne de ir adiante”. E por fim completa: “As colunas de Hércules significam nada mais do que uma quebra de montanhas que, como a fábula conta, enclausura o Estreito de Gibraltar”. Depois, os confins do mundo se estenderam até o Cabo de Não, chegando logo em seguida ao Bojador. Os desafios impostos por este último, como já mencionado, foram aceitos pelo infante D. Henrique. Este, na esperança de alcançar novos feitos e de haver terras além, incentivou por doze anos a ultrapassagem. Diversas foram as frustrações desse projeto e muitos navegantes voltavam sem consegui-lo fazer, reforçando as lendas que seguiam por suas tormentosas águas. Mas eis que em 1434, o escudeiro de D. Henrique, Gil Eanes, entra para a história como o primeiro a navegar para além do dito promontório. A primazia executada por Gil Eanes é narrada com toda a honra e glória nas páginas da história portuguesa, mas não sem antes mencionar uma dada conversa encorajadora que o infante tivera com o mesmo. Nas penas do cronista real Gomes Eanes Zurara, a conversa se deu da seguinte forma:

Vós não podeis, disse o infante, achar tamanho perigo, que a esperança do galardão não seja muito maior; e em verdade eu me maravilho, que imaginação foi aquesta que todos filhais, de uma coisa de tao pequena certidão, ca se ainda estas coisas que se dizem tivessem alguma autoridade, por pouca que fosse, não vos daria tamanha culpa, mas quereis-me dizer que por opinião de quatro mareantes, os quais como são tirados da carreira de Flandres, ou de alguns outros portos para que comumente navegam, não sabem mais ter agulha nem carta para marear;

¹¹⁸Como analisa Alexandre Koyré, mesmo quando se acreditava no mundo fechado, limitado pelo oceano, existiam aqueles que defendiam o céu infinito tal como o poder do Criador. Koyré, A., *Do Mundo Fechado ao Universo Aberto*, p.27.

porém vos ide todavia, e não temais sua opinião, fazendo vossa viagem, ca com a graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito¹¹⁹.

Nada diferente do que Duarte Pacheco Pereira também iria reproduzir anos depois:

Em verdade, eu não sei que imaginação foi esta que todos tomastes de coisa que não é nada; porque, se isto que dizem tivesse alguma autoridade, por pouca que fosse, não vos daria tamanha culpa; mas quereis-me dizer que, por opinião de quatro mareantes, os quais, como são tirados da carreira de Flandres ou doutros portos onde costumam navegar, não sabem mais o que fazem. Porém vos ide todavia e não temais; e passe-se o cabo além, que não podeis de lá trazer senão muita honra e glória¹²⁰.

“Estas palavras”, continua Pereira, “imprimiram tanto no coração de Gil Eanes, que, esquecendo todo temor e movido de grande desejo para servir o Infante, ele, no dito ano de quatrocentos e trinta e quatro anos, passou além deste cabo do Bojador cinquenta léguas¹²¹. E da viagem “[...]achou as coisas muito pelo contrário do que ele e os outros até ali presumiram”¹²², completa Zurara. O mesmo é narrado por Bartolomeu de Las Casas, citando, inclusive, a sua fonte:

No anos de 1434 tornou o infante a mandar aparelhar e armar a dita barca (conforme conta Gomes Eanes e o mesmo João de Barros, livro 1, capítulo 4), de muito incumbindo o dito Gil Eanes, prometendo-lhe muitas mercês se passasse o cabo Bojador, fazendo-lhe fácil o negócio dizendo que deviam ser burla as dificuldades que os marinheiros levantavam [...]¹²³.

Nos relatos, que nitidamente possuem semelhanças narrativas, o infante teria desmerecido os temores que até então se tinham a respeito dos mares ao sul como artifício de uma determinada imaginação. Mas não é de se admirar que, em meio a uma série de reconfigurações e de uma maior importância dada à experiência, a imaginação comece a ser posta em cheque no que tange à descrição do mundo, apesar de não perder todo o seu espaço, como veremos. Não se pode deixar de mencionar, além disso, o avanço da técnica portuguesa de navegar,

¹¹⁹ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 65.

¹²⁰ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 82.

¹²¹ *Ibid.*, p. 83

¹²² Zurara, G. E., *op cit.*, p. 62.

¹²³ Casas, Bartolomé de Las, *Brevíssima Relação da Destruição da África*, p. 304.

conforme ressalta o veneziano Luís de Cadamosto: “[...] porquanto, sendo as caravelas de Portugal os melhores navios de vela que andam pelo mar, e bem providas de tudo o que precisavam, pensava ser impossível que não pudessem navegar por toda a parte [...]”¹²⁴. O aprimoramento das técnicas náuticas, juntamente com a constatação da dificuldade ligada à problemas de ventos e correntes, fez com que os portugueses pudessem finalmente superar as dificuldades do Bojador. A receita para o feito é dada por Duarte Pacheco Pereira: “[...] mas o navio que estiver sete léguas, em mar, do cabo do Bojador e correr pelo sul e a quarta do sudoeste, haverá a angra dos Ruivos e irá, em mar, dela três léguas, pouco mais ou menos. E o piloto que for ter no Bojador arrede-se dele as ditas sete léguas ao pego, e então faça o dito caminho e irá seguro”¹²⁵.

E eis que o horizonte se abre em possibilidades e uma nova realidade salta aos olhos, uma realidade que “[...] efetivamente, em comparação com os nossos, aqueles que eu vi e ouvi se poderiam chamar um outro mundo”¹²⁶. Dada as diferenças descritas, sobressai uma África nada parecida àquela conhecida do comércio mediterrânico ou do centro cristão, e por isso caberia falar de outro mundo. Não é de admirar que ficara “satisfeitíssimo o Infante por ter constatado que havia homens nessa região, contra a opinião dos cosmógrafos, que afirmavam que não havia habitantes na zona tórrida”¹²⁷. Com estas palavras, o viajante alemão Hieronymus Münzer, que se deslocou a Portugal por volta de 1495 (anos depois do Infante falecer no ano de 1460) descreve a suposta reação de D. Henrique diante do sucesso da empreitada contra todas as teorias anteriores.

De fato, a ultrapassagem colocara em cheque diversas autoridades e especialmente questionara uma cosmologia já há muito estabelecida pela Igreja que se baseava em um *mare clausum*. O próprio título do livro de Duarte Pacheco

¹²⁴ “[...] *perciocchè, essendo le caravelle di Portogallo I migliori navilj che vadano sopra il mare, di vele, ed seendo quelli bene in punto d’ogni cos ache gli fa bisogno, esistimava non ser possibile che non potessero navigar pertutto [...]*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 5.

¹²⁵ Pereira, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 83.

¹²⁶ “[...] *che veramente, in comparazion de’ nostril, quelli per me veduti e intesi un altro mondo si potrian chiamare*”. Cadamosto, Luís de. *op cit*, p. 3.

¹²⁷ Münzer *Apud Randles, W.G.L., Da Terra Plana ao Globo Terrestre*, p. 46.

Pereira é uma referência à obra de Pompônio Mela, a qual ele desmente em determinados aspectos:

Pomponio Mela, no princípio do seu segundo livro e assi no meio do terceiro de *Situ Orbis* e Mestre João de Sacrobosco, Inglês, excelente autor, na arte da astronomia, no fim do terceiro capítulo de seu Tratado da [Esfera], cada um destes em seu lugar, ambos disseram que as partes da equinocial eram inabitáveis pela muito grande quentura do Sol; donde parece que, segundo sua tenção, aquela tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do sol impedia não haver i habitação de gente; o que tudo isto é falso¹²⁸.

As novas experiências náuticas, nesse sentido, interceptavam questões já amplamente discutidas por autoridades antigas, contradizendo-as com base no testemunho ocular sem negá-las categoricamente. Contudo, não se pode pressupor que tenha ultrapassado em todos os aspectos o legado dos “antigos”. Continua-se jogando com os lugares-comuns de um saber já fortemente estabelecido. A ultrapassagem do dito Cabo, nesse sentido, foi mais do que apenas uma façanha náutica: ela iniciou uma nova configuração de mundo enquanto espaço aberto, refletindo a infinitude do firmamento, como poetizou Pessoa.

¹²⁸ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 196.

4

Do *mare clausum* ao *mare liberum*

4.1.

A geografia de Ptolomeu

As cartas-portulano alteraram a tradicional disposição cosmográfica do mundo materializada pelos *mappaemundi* medievais. Elas permitiram uma descrição mais precisa das áreas centrais, centradas especialmente na bacia do Mediterrâneo e no Mar Negro. Além disso, a utilização de distâncias em escalas possibilitou conectar diferentes lugares. O resultado é uma dada produção de escala a partir de uma noção linear de espaço, mas que não reconfigura o ecúmeno¹²⁹. A relação entre espaço e tempo mantinha-se íntima e bastante relacionada a uma configuração de mundo cristã, com representações de passagens bíblicas, inclusive.

Tal configuração começa a modificar-se, entretanto, com a tradução e gradual popularização de antigos textos do alexandrino Cláudio Ptolomeu (90-168). Entre os astrônomos, a tradução do *Almagesto* ganhou notoriedade pelo sistema de mecanismos celestiais que regeriam o sol, a lua, os planetas e as estrelas. Contudo, foi com o *Geografia* que Ptolomeu ganhou autoridade na ciência geográfica da época¹³⁰. Sebastian Münster e o já citado Giovanni Battista Ramusio são alguns nomes que se utilizaram da autoridade de Ptolomeu para falar de um mundo pelo qual não viajaram. Mesmo aqueles que o fizeram, como Diogo Gomes, irão mencioná-lo ou utilizá-lo como argumento de autoridade (mesmo que seja para refutá-lo, como veremos no próximo capítulo): “Estas coisas que aqui se escrevem damo-las com a devida vênua do ilustríssimo Ptolomeu, que

¹²⁹ Padrón, R., *The Spacious World*, p. 63.

¹³⁰ Vale ressaltar que apesar dos esforços em reconstruir a transmissão dos manuscritos de Ptolomeu ao longo do período, não se sabe ao certo se o tratado foi todo escrito por Ptolomeu ou se envolve interferência de compiladores. Entretanto, como essa não era uma questão na época e para os atores envolvidos nessa análise, a problematização da autoria não se torna uma questão latente para esta análise.

muito de bom escreveu acerca da divisão do mundo [...] ¹³¹. Também Zurara, que se desconfia não ter lido a *Geografia* e, portanto, a citação ser fruto de um plágio, cita-o algumas vezes para descrever o Nilo, o qual os portugueses até o momento ainda não tinham alcançado. Este é, pois, também o tema para o qual Duarte Pacheco Pereira recorre ao alexandrino como referência: “[...] a região onde o Nilo nasce, segundo descrição de Tolomeu, se aparta em ladeza da mesma linha equinocial em trinta e cinco graus, contra o pólo antártico” ¹³².

Apesar de ter chegado tardiamente a Portugal, o manuscrito *Geographike Hyphegesis* foi trazido à Itália no início do século XIV pelo bizantino Manuel Crisororas (1335-1415). A partir de então, o manuscrito ganhara popularidade entre os humanistas da época, como Niccolò Niccoli, Leonardo Bruni e Jacopo Angeli da Scarperia, que terminou a tradução para o latim. De acordo com Zur Shalev, essa versão de Jacopo Angeli foi adotada por várias edições, inclusive impressas, como a de Ulm de 1482 ¹³³. Na tradução do tratado, Angeli modificou, contudo, o título para *Cosmografia* em uma tentativa de dar conta da distinção feita pelo próprio Ptolomeu entre geografia e corografia no Livro I ¹³⁴. O tratado conta com oito livros nos quais apresenta-se coordenadas para mais de oito mil lugares e instruções para representar a esfera em mapas planos através de projeções. Para Ptolomeu, a proposta de definir tais métodos era de aproximar ao máximo a “imagem do globo”, conforme ressalta Angelo Cattaneo ¹³⁵.

O alexandrino, ao contrário das cartas-portulano, ofereceu um novo arcabouço teórico a partir do qual o ecúmeno era concebido e um novo método de representar os territórios conhecidos, bem como a sua espacialidade. Ele inseria um novo componente à díade tempo e espaço: as medidas astronômicas passavam

¹³¹ “*Et hec que scribuntur hic ponuntur salua gratia illustrissimi Ptolomei qui multa bona scripsit de diuisione mundi qui i hac parte defecit*”. Sintra, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 63.

¹³² Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 25.

¹³³ Shalev, Zur, Main themes in the study of Ptolemy’s Geography in the Renaissance. In: Shalev, Zur; Burnett, Charles (ed), *Ptolemy’s Geography in the Renaissance*, p. 5.

¹³⁴ Para mais informação ver: Tessicini, Dario. Definitions of ‘Cosmography’ and ‘Geography’ in the wake of fifteenth and sixteenth century translations and editions of Ptolemy’s *Geography*. In: Shalev, Zur; Burnett, Charles (ed), *Ptolemy’s Geography in the Renaissance*, p. 31-50.

¹³⁵ Cattaneo, A., *Map projections and perspective in the Renaissance*. In: Shalev, Zur; Burnett, Charles (ed). *Ptolemy’s Geography in the Renaissance*, p. 51.

a determinar os paralelos e meridianos que estruturavam o mapa e mediam o próprio espaço. Os mapas não apresentavam-se mais como uma imagem estável do mundo a partir da história da salvação. Baseado nisso, não haveria, por exemplo, uma região privilegiada do ecúmeno cujas características geográficas pudessem ser superestimadas, a exemplo da Terra Santa, mas uma única escala que deveria respeitar as projeções da área representada¹³⁶. Cada ponto do mapa deveria ser fixado através de precisas coordenadas em longitude e latitude, e não definidas pelo fluxo de eventos histórico-religiosos. Resultado disso é que a forma do mapa não deveria ser determinada *a priori*, como claramente faziam os exemplares T.O., mas dada a partir de projeções usadas para melhor representar a esfera em uma superfície plana e adaptada conforme se reconhece e amplia o mundo. Apesar de algumas características permanecerem, como a divisão do mundo em três partes, elas guardam também algumas distinções. Neste caso, o ecúmeno não estaria mais cercado pelo oceano, pois os seus limites estavam estabelecidos pelas coordenadas das partes desabitadas do globo.

De acordo com Ptolomeu, o principal meridiano (0°), aquele que passa pelas Ilhas Fortunadas, era o limite ocidental, enquanto o meridiano que passa pela cidade Sinae era o limite oriental. O paralelo de Thule delinearía os confins ao norte e o paralelo oposto seria o de Meroé ao sul¹³⁷. Este paralelo estaria próximo à terra da Aethiopia¹³⁸, conhecida como Agisymba. Adiante se encontraria a terra desconhecida dos confins africanos. Tanto essa região quanto Ptolomeu aparecem nos escritos de Diogo Gomes: “Estando para além da descrição feita por Ptolomeu a região que era designada por Agisimba passou, por sua vez, até os dias de hoje, a ser chamada Guiné [...]”¹³⁹. Estes confins africanos, por sua vez, se estenderiam de tal modo ao oriente que se teria uma terra contínua entre África e Ásia, transformando o *Indicum* em um mar fechado, tal como o

¹³⁶ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 126.

¹³⁷ Cf. Jones, Alexander; Berggren, J. Lennart, *Ptolemy's Geography*.

¹³⁸ De acordo com Ptolomeu, a Aethiopia se localizaria ao sul do Egito, não muito diferente de como era representada nos *mappaemundi*.

¹³⁹ “*Ultra descriptionem Ptolomei, que Agizimba nominabatur, nunc uero Guinea ab inuentoribus portugalsibus nuncupata est usque hodiernum diem*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 51.

Mediterrâneo. A Ásia estaria unida à África pela parte da Arábia, que estaria enclausurada pela terra incógnita. Como consequência, não haveria a possibilidade de circum-navegar a África.

Vale ressaltar, contudo, que a impossibilidade de navegação não era uma novidade e já fora mencionada por outros nomes. Honório de Autun relata que na altura da zona tórrida o mar seria tão quente que se ferveria como um caldeirão. A mesma hipótese foi compartilhada por outros manuscritos contemporâneos como o *Semeiança del mundo* (1223) e difundida mais tarde por Mandeville: “No mar da Líbia não há peixes, pois não podem resistir ao grande calor do sol e a água está sempre fervendo em razão desse calor”¹⁴⁰. Já Gervásio de Tilbury defendia a ideia de que as águas dessa zona eram impossíveis de navegar por serem muito salgadas. Somada a isso, a existência de uma parcela de terra ao sul da África, representada, como vimos, em alguns exemplares como o Catalão-Estense, complementava a impossibilidade de circum-navegá-la.

Os manuscritos de Ptolomeu, dessa forma, reascendiam as discussões que certa vez já ecoaram de forma fragmentada ao longo da Idade Média, dando-lhe outra roupagem. O tratado ptolomaico passou, então, a dar sua própria forma e razão para ela. A começar pela Itália, onde o manuscrito ganhara edições e traduções, mapas com influências ptolomaicas começaram a surgir, como o exemplar de 1414 de Pirrus de Noha acompanhando uma cópia do texto de Pompônio Mela (Figura 15). Em 1436, no já citado Atlas do veneziano Andrea Bianco, um planisfério com as projeções ptolomaicas compõe a coletânea. Em ambos mapas, o *Mare Indicum* ou *Prasodis Mare* aparece alongado para o leste e cercado ao sul por terras ligadas à parte desconhecida da *Aethiopia Interior*, as terras incógnitas. Outra indicação menos perceptível da influência ptolomaica no que tange à África é o *Mons Lune* (Montanhas da Lua) na fonte do rio Nilo. De acordo com Ptolomeu, o rio Nilo fluiria de dois lagos que receberiam água gelada das Montanhas da Lua. Estas se localizariam próximas a Baía *Barbaricus*, morada dos *Anthrophiagi Aethiopiens*, que por sua vez seriam o início de tal terra

¹⁴⁰ França, Susani Silveira Lemos, *Viagens de Jean de Mandeville*, p. 146.

incógnita. Uma já comentada característica que se apresenta em exemplares aqui comentados é as Montanhas dos Atlas bem ao norte da África que, no caso ptolomaico, separaria a Mauritânia da Líbia Interior. Seguindo, teria o deserto da Líbia, onde viveriam os *Garamantes*.

Especialmente no planisfério de Bianco, a adaptação à primeira projeção ptolomaica é evidente. Nele se vislumbra o protótipo de uma projeção cônica com os paralelos, concêntricos e equidistantes. Os meridianos em linhas retas são desenhados partindo de um mesmo ponto, 63° N.



Figura 15 – Mapa-múndi de Pirrus de Noha, 1414.

A partir do Equador, entretanto, os meridianos modificam abruptamente, cedendo mais espaço ao, então, extenso sul. A disposição geográfica, nesse sentido, ganha novos contornos e formas na representação do ecúmeno. Contudo, assim como se verificou nas cartas-portulanos, a citar o Catalão-Estense, também se verificou esforços em conciliar o modelo ptolomaico com a cosmologia cristã e as cartas náuticas. O *mappamundi* de Andreas Walsperger de 1448, que hoje compõe o acervo do Vaticano, é, nesse sentido, bem ilustrativo, com seu cosmos composto por corpos celestiais ordenados em um sistema muito semelhante ao

ptolomaico (Figura 16 e 17). Para além das claras evidências, o monge beneditino alemão fez ainda questão de anunciar seus intuítos para não deixar dúvidas: “[...] esta figura contém um *mappamundi* ou descrição geométrica do mundo, feita pela *Cosmographia* de Ptolomeu proporcionalmente as latitudes, longitudes e as divisões de climas, e com a verdadeira e completa carta para navegação dos mares”. A influência religiosa, por sua vez, permanece nas tradicionais características como, por exemplo, Jerusalém ao centro ou a demarcação de cidades cristãs com bolas vermelhas e as não cristãs, com bolas pretas. Interessante observar que na Ásia se encontra diversos pontos vermelhos demarcando já a presença cristã. Contudo, na África apenas se observa pontos pretos.

No entanto, um olhar detido verificaria que a tentativa de Walsperger de adaptar o modelo cristão ao ptolomaico não fora bem executada, tendo em vista a pouca fidelidade a referências ptolomaicas como, por exemplo, o tamanho do Mediterrâneo. Assim, apesar de ter desenhado toda a rede de coordenadas, o *mappamundi* peca na precisão¹⁴¹. Mesmo a delimitação do Mar Negro é pouco precisa se comparada às cartas náuticas. Além disso, surpreendentemente, o *mappamundi* é orientado para o sul (tal como os mapas árabes) e não para o leste, como os exemplares desse tipo, e nem para o norte, como a maioria dos ptolomaicos.

No que tange à África, entretanto, há características que remetem a uma influência ptolomaica. A sua extensão ao sul interfere no contínuo do oceano ao circular o ecúmeno como os modelos T.O. representam, impossibilitando a circum-navegação. Nela a legenda indica: “Aqui é o Pólo Sul, dizem eles, está situado em do Pólo Norte. A terra é desabitada. E para este pólo há monstros maravilhosos não só entre animais, mas também entre homens”.

¹⁴¹ Durand, Dana Bennett, *The Vienna-Klosterneuburg Map Corpus of the Fifteenth Century*, p. 211.



Figura 16 – Mappamundi de Andreas Walsperger, 1448.



Figura 17 – Detalhe África. *Mappamundi* de Andreas Walsperger.

Dos monstros maravilhosos indicados pelas legendas espelhadas pela terra incógnita tem-se: os já citados monópodes, ressaltados pela rapidez; os que têm o rosto no peito; aqueles com apenas um olho; e os que vivem com o cheiro das frutas.

O Nilo, por sua vez, segue das Montanhas da Lua e um de seus braços adentra o continente no sentido ocidental. Acima dele, muitos topônimos são espalhados por entre as regiões ressaltadas por Ptolomeu: Getulia, Núbia, Egito, Mauritània. No entanto, diversos outros são desconhecidos assim como os topônimos da costa oriental. Ao sul do rio, seguindo pela costa além da Lybia Alta, os poucos detalhes apresentados dizem respeito a um lugar chamado Egibani, cuja inscrição ressalta que os habitantes teriam aparência de cabra. A seguir, a legenda ressalta: “Aqui eles têm rabo de raposa”. Na grande ilha situada em uma espécie de golfo, a inscrição ressalta a Ilha do Santíssimo, onde nenhum homem morre – seria uma outra definição para Ilhas da Fortuna já ressaltada em outros exemplares, como no Atlas Catalão? Na sequência, há a terra de Attaricia, onde o rei é decapitado após um ano. Depois segue a já comentada terra incógnita.

Como se pode observar, para além da Lybia Alta, as informações de cidades e rios ficam bastante escassas. Nem mesmo as novidades das primeiras expedições são retratadas, apesar do Cabo Bojador já ter sido cruzado a essa altura. Contudo, uma nova reconfiguração do espaço global já começa a ser sentida e vai se intensificar com a crescente popularidade de Ptolomeu. Como analisa Ricardo Padrón, é nesse momento que o *orbis terrarum* passa a coexistir com o globo terrestre e não no aparecimento da América, como defendeu Edmundo O’Gorman¹⁴². Nesse sentido, a “revolução cartográfica” para a qual Padrón chama atenção em sua argumentação já estava em desenvolvimento mesmo antes e parte disso, pode-se acrescentar, tem a ver com a ultrapassagem do Cabo Bojador. Consequência disso? O mundo passa a compor todas as partes do *orbis*, ou seja, o centro se expande, atingindo as margens.

4.2.

Por entre as sombras do mundo

A ultrapassagem do Cabo Bojador repercutiu, assim, no campo do conhecimento teórico, apesar de, como as teorias copernicanas, afetar pouco o que havia de poética e religiosamente significativo na cosmografia. A experiência dos navegantes demonstrara de modo irrefutável que a zona tórrida era navegável e a terra antípoda era habitável. Antigas verdades que sustentavam teorias nada compatíveis com a nova realidade tiveram, pois, que ser reformuladas e os próprios *mappaemundi* não tardaram em tentar fazê-lo, adaptando diversas técnicas, explicações e informações. Buscava-se salvar a imagem de mundo cristão que as evidências das expedições e a crescente popularidade de técnicas como a de Ptolomeu desfaziam dia após dia.

Um exemplar desta tendência mais heterogênea circunscrita à circularidade do mundo medieval foi produzido no monastério de São Michele de Murano em Veneza pelo monge camaldulense entre 1457 e 1459, cuja cópia (o original desapareceu em Portugal) hoje se encontra em exibição na *Biblioteca*

¹⁴² Padrón, R., *The Spacious World*, p. 38.

Nazionale Marciana em Veneza (Figura 18). Elaborado sob encomenda para a Coroa Portuguesa, o *mappa* exemplifica as relações comerciais que existiam entre as cidades italianas e Portugal, como também ilustra as políticas diplomática e cultural do reinado de Afonso V (1448-1481)¹⁴³. É, nesse sentido, um dos primeiros a mencionar as novidades advindas do início das navegações portuguesas, destacando o anônimo Genoese, elaborado também em 1457 – alguns até sugerem influências entre ambos. Este último, contudo, possui formato um pouco diferente do convencional, mais elíptico do que circular, mas que ainda preconizara a ideia de ilha do mundo com influências da simbologia cristã na iconografia, das técnicas das cartas-náuticas nas regiões mediterrâneas e influências ptolomaicas nas demais.

Pouco se sabe sobre a confecção de Genoese, mas o *mappamundi* de Fra Mauro desfrutou de uma relativa popularidade se comparado com os outros exemplares T.O. que no geral foram poucos expostos, não nos legando informação de qualquer recepção. Feito sob encomenda para a Coroa Portuguesa, o *mappa* de Fra Mauro é mencionado em diversas circunstâncias, à exemplo da conversa entre um representante português da corte de Afonso V e o físico e astrólogo florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli na qual ele se refere ao exemplar como “*mappamundo* grande e densamente anotado e decorado”¹⁴⁴.

Ainda no século XV, é possível ler no diário do viajante alemão Hieronymus Münzer pela Península Ibérica uma nota sobre uma *cosmographia* presente na entrada do Castelo de São Jorge. Apesar das características ressaltadas por Münzer se assemelharem ao *mappamundi* de Fra Mauro, tal relação deve ser vista com cautela – afinal não há dados suficientes para aferir com devida certeza.

¹⁴³ Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 48.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 52.



Figura 18 – *Mappamundi* de Fra Mauro, ca. 1459.



Figura 19 – Detalhe da África. *Mappamundi* de Fra Mauro.

Ao contrário do comentário de Giovanni Ramúsio, o qual fez uma espécie de descrição e análise do *mappa* especialmente em relação a uma de suas principais fontes para a Ásia: Marco Polo. Na já comentada coletânea, Ramúsio, que considera o exemplar como um dos milagres de Veneza, acredita ser o exemplar de Fra Mauro uma cópia, com detalhes decorativos e imaginativos, de um mapa supostamente trazido ou pertencente a Marco Polo.

As menções não param no século XV. Muitos anos depois é ainda possível averiguar, conforme demonstrou Angelo Cattaneo, influências deste exemplar em mapas muito posteriores, como um de 1541 assinado pelo cartógrafo Giorgio Sideri. O *mappa*, nesse sentido, mais do que documentar as viagens, atesta a difusão, mesmo que nos centros culturais do Mediterrâneo, do projeto de expansão português pela África.

No que tange a suas características mais gerais, o *mappa*, com suas largas dimensões, é ricamente ornamentado com cores e pigmentos preciosos como o ouro e azurro (pigmento azul extraído do lápis lazuli). A sua orientação pelo sul parece uma novidade quando visto em relação aos outros exemplares aqui analisados, o que, no entanto, não parecia ser algo digno de nota, tendo em vista

que os comentários acerca do exemplar não chamavam muito a atenção para esse aspecto. Além disso, outros mapas, como o já mencionado Andreas Walsperger e alguns exemplares árabes, também mantinham esta orientação, não parecendo ser, pois, uma novidade.

O *mappa* é repleto de variadas imagens desde ruas, cidades, montanhas, barcos, rios, mas não há nenhuma representação de reis, súditos e rainhas, como se vê nos anteriores aqui analisados, especialmente as cartas-portulanos. Os desenhos encantam os olhos e convidam a focar nos detalhes pictóricos mais do que no texto, que aparece também em grande quantidade, unindo uma imagem do mundo com uma multiplicidade de informações cosmográficas, além de detalhes geográficos mais acurados, especialmente na região do Mediterrâneo, Mar Negro e um pouco na costa Atlântica da África. A Ásia ocupa a maior parte do *orbis*, como de costume, mas Fra Mauro ressalta em uma legenda que isso só se deve por conta da organização espacial elaborada. Se tivessem mais espaço, a Europa e a África também ganhariam maiores dimensões. Boa parte das informações acerca da Ásia, entretanto, é ainda extraída de Marco Polo.

Da mesma forma que os anteriores Catalão-Estense, Atlas Catalão, Andrea Bianco (que, inclusive, teria contribuído para a confecção do *mappamundi* de Fra Mauro), o exemplar camaldulense conta com uma heterogeneidade de elementos, transmitindo-os de maneira didática e sistemática e, conseqüentemente, de fácil memorização. Aqui as tradições cristãs se unem às crenças antigas e às novas experiências baseadas no testemunho ocular sem ver nisso qualquer incongruência. As abundantes legendas desse exemplar são extensas e trazem informações de antigas autoridades e também das narrativas de viagens portuguesas, as quais, embora não citadas individualmente, são frequentes a partir de alusões ou mesmo das informações. No seu conjunto, poderia se dizer que o conteúdo das legendas assemelha-se a um tratado de cosmografia.

No tocante ao universo, Fra Mauro representa o mundo celestial, os quatro ventos e os círculos astronômicos. Para além das conformações cosmológicas já apresentadas nos anteriores T.O., o exemplar camaldulense expõe uma importante questão que no momento se fazia latente: “Como as terras abaixo do Equador e a

Zona Tórrida podem ser habitadas”¹⁴⁵. Preocupado com as causas, portanto, que determinavam e limitavam a morada do homem na terra e ciente dos avanços da navegação pela então zona tórrida, Fra Mauro logo argumenta que toda a terra é habitada. Em uma citação de Aristóteles, importante nas discussões de habitabilidade da terra, ele afirma que cada zona no hemisfério boreal tem seu correspondente simétrico no hemisfério austral. Dessa forma, sendo um habitado pode-se então considerar também o outro:

Pode-se, então, concluir que todos os climas são habitáveis. De fato, sabemos que o clima setentrional é habitado como o nosso, o qual é situado entre o Trópico de Câncer e o paralelo setentrional. E o mesmo é verdade para as zonas quentes, como vimos acima. E como a zona austral, que fica entre o Trópico de Capricórnio e o paralelo austral, e as zonas que ficam abaixo deste paralelo, correspondendo as zonas setentrionais que são habitadas, segue que as zonas austrais também são habitadas¹⁴⁶.

Além disso, por meio da evocação de Alberto Magno (1193-1280), que utiliza-se de Avicenna e Averroes, Fra Mauro continua:

E por esta razão em consonância a autoridade do filósofo [Aristóteles] em diversos lugares mas mais expressa no livro da natureza dos elementos de Alberto Magno em seu seu livro de mesma conteúdo e Averroes comenta no livro do céu e do mundo e Avicena no seu livro cânone da medicina¹⁴⁷

Revolvendo, assim, o mistério das zonas climáticas e a possibilidade de habitabilidade das regiões antípodas com um arsenal de *auctoritas* selecionado, o camaldulense ia construindo todo o argumento em torno do tema cujo destaque na época seguia nesta legenda:

¹⁴⁵ *Come la terra supposita a l'equinoctial e a | la torrida çona è abitabile* (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 105).

¹⁴⁶ “*E pero se può concludere che tuti zona se possono habitar, perché el zona septentrional, como è noto a nui, è habitado e per lo simile el zona nostro, situado e posto tra el circulo de canero et el parallelo septentrional, item el zona caldo come di sopra è argumentado. Et perchè el zona austral, zoè quello che è tra el tropico de Capricorno et el parallelo autral, et etiam quello è infra el dicto sono correspondenti a questi do septentrional habitadi seguita che anchora quelli de austral siano habitadi*”. (Versão inglês: Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 110).

¹⁴⁷ “*Et a questa raxon consona l'autorictà del phylosopho in diuversi luogi ma più expressa nel libro de le proprietà e natura de elementi de Alberto Magno nel suo simel libro et Averois comentador nel comento del libro del cielo e del mondo et Auicena nel suo libro di canoni de medicina*”. (Falchetta, P., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 734).

Muitas opiniões e muitos textos afirmam que nas regiões ao sul a água não cerca toda essa habitada e temperada área. Mas eu tenho ouvido muitas opiniões contrárias, acima de todos aqueles enviados pela sua Majestade Rei de Portugal, em caravelas para que eles explorem e vejam com seus próprios olhos. Este homem disse que navegou por toda costa desde o sudoeste mais de duas mil milhas além Estreito de Gibraltar. E seguindo essa rota, eles então decidiram navegar sudeste até atingir o meridiano de Tunis, quase tão distante quanto aquele de Alexandria: e em cada parte eles acharam boas margens, com águas profundas e boas condições de navegação sem nenhum obstáculo. Este homem desenhou uma nova carta marina e deu nomes aos rios, golfos, cabos e portos, dos quais eu tenho uma cópia.¹⁴⁸

Para reforçar e continuar na seara da sua reorganização do mundo, Fra Mauro apresenta o que marcaria seu *mappa*: as informações (mediadas talvez por Andrea Bianco¹⁴⁹) acerca das navegações portuguesas. A partir das idas e vindas de navios portugueses, não restaria dúvidas acerca da habitabilidade da zona tórrida e muito menos da navegabilidade do Oceano. Mas até onde esse impetuoso feito português seria capaz de chegar? Se amparado pelas coordenadas de Ptolomeu, a resposta seria aos limites austrais da África. Mas, a esse respeito, Fra Mauro anotou:

Eu não penso que tenha desmerecido Ptolomeu por tê-lo seguido na sua *Cosmography*; porque se eu quisesse observar seus meridianos, paralelos e graus, eu teria que omitir dessa descrição do mundo [circunferência] muitas províncias que são conhecidas hoje que Ptolomeu não menciona, especialmente nas latitudes extremas, que é para o norte e sul, ele rotula *terra incognita*, porque na sua época eles não a conheciam¹⁵⁰.

¹⁴⁸ “*Molte opinion(n) e leture se troua che i(n) le parte meridional l’aq(u)a não circunda questo n(ost)ro habitabile e temperado çona, ma |aldando molte testimonia(n)çe i(n) contrario e maxime q(ue)li igual |la maiestà del Re de Portogallo à mandato eu(m) de suo carauale | a çerehar a ueder ad ochio, i qual dice hauer circuito le spiace de garbin | più de 2000 mia oltra el stretto de çilbelter i(n) tanto che a uoler seguir quell camin hano (con)uenuto dar la p(ro)da quarta d’ostro i(n)uer sirocho | e p(er) suo çudisio bano passado l’i(n)dromo de tunisto e q(u)asi son ço(n)ti a q(ue)l d’alexa(n)dria, p(er) tuto troua(n)do bone spiace cu(m) puoco fondo e nauegar assai bo(n) e se(m)pre | se(n)ça fortuna. E i diti hano fato nuoue carte de quell nauegar e hano posto | nomi nuoui a fiumere, colfi, caui, porti de q(u)al ue ho habuto copia” (Versão inglês: Cattaneo, A., *Fra Mauro’s Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 50).*

¹⁴⁹ Segundo consta, Andrea Bianco, ao viajar para Londres e Flandres, regularmente parava em Lagos e Lisboa. Sua carta de 1448 é uma das mais atualizadas sínteses das navegações portuguesas ao longo da costa Africana antes da expedição narrada por Alvise Cadamosto.

¹⁵⁰ “*Lo non credo derogar a Tolomeu | se io non seguito la sua cosmographia, | prechè se hauesse uoluto observer I sui | meridiani ouer paralleli ouer gradi | era necessario quanto a la demonstration de le parte note de questa circumferentia lassar molte prouincie de le qual Tolomeo non ne fa mention, ma | per tuto maxime in latitudine çoè tra|ostro e tramontana dice*

Por conta disso, o camaldulense justifica seu não uso das coordenadas ptolomaicas. Além disso, essas coordenadas já tinham mostrado sua ineficiência, uma vez que seguindo as latitudes e longitudes, especialmente do Sul (*ostro*) e Norte (*tramontana*) além de Agysimba e Thule, localização da terra incógnita, a *Geographia* já demonstrava seu engano: “Pode-se, por conseguinte, afirmar sem qualquer dúvida, que esta parte sudeste austral e do Garbin é navegável, e que o oceano Índico não é um lago”¹⁵¹. Categoricamente, o monge camaldulense contradiz as projeções ptolomaicas a respeito das extensões da África e, conseqüentemente, a hipótese de sua impossibilidade de circum-navegação. Em uma legenda, ele narra:

Em torno de 1420 um navio, ou junk, da Índia cruzou o mar da Índia através da ilha do Homem e a ilha da Mulher, no Cabo Diab, entre as ilhas Verdes e as sombras. Ele navegou por quarenta dias na direção ocidental sem nada achar além de ventos e água. De acordo com essas pessoas, o navio andou cerca de 2000 milhas – até que as condições favoráveis viessem ao fim – ele virou e retornou ao Cabo Diab em 70 dias¹⁵².

Os navios ou junk que a legenda menciona talvez sejam uma informação, uma das poucas nesse período, acerca das navegações chinesas durante as primeiras décadas do século XV. Sem referência das possíveis fontes de Fra Mauro, o que sobressai é que a notícia teria dado a ele a confirmação da possibilidade de circum-navegação da África mesmo antes do acesso europeu ao extremo sul africano. Como um todo, a possibilidade de ultrapassagem ia também ao encontro da descrição que Fra Mauro fazia dos mares: um vasto espaço de possibilidades concretas de navegação do Oceano Índico ao Estreito de Gibraltar,

terra incognita, | e questo perchè al suo tempo non li era nota” (Versão inglês: Cattaneo, A., *op cit.*, p. 166).

¹⁵¹ “*Adoncha sença alguna dubitacion se può affermar che questa parte austral e del garbin sia navigabile e che el mar indiano sia oceano e no stagnon*” (Falchetta, P., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 211).

¹⁵² “*Circa hi ani del Signor 1420 una naue ouer çoncho de india discorse per una | trauersa per el mar de india a la uia de le isola de hi homeni e de le done de fuora dal cauo e diab e tra le isole uerde e le oscuridade a la uia de ponente e de garbin per 40 çornade, non trouando mai altro che aiere e acqua, e per suo arbitrio | iscorse 2000 mia e declinata la fornuta I fece suo | retorno in çorni 70 final al sopradito cauo Diab*” (Versão inglês: Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 119).

circum-navegando a África para alcançar a bacia do Mediterrâneo, apesar dos perigos inerentes a ele.

No entanto, apesar de defender a navegação, Fra Mauro ainda delimita os perigos. Com uma linha vermelha, ele os demarca, reforçando-os em uma legenda na *Ethiopia Australe*, na ilha chamada Diab, na qual o camaldulense enfatiza começar as sombras:

Note que quando os navegadores veem os pássaros dessas ilhas, eles pensam que eles chegaram bem perto delas e eles se afastam – porque além dessas ilhas são as sombras, que são tão densas que um navio se aventura por elas pode não ser capaz de voltar ou seguir adiante. E isso é sabido a partir da experiência daqueles que se aventuraram por entre elas¹⁵³.

Ao mesmo tempo em que une terra e mar num todo aberto aos feitos do homem, ele também previne os navegadores dos perigos dos mares a partir das tais sombras que apavoram aqueles que perto delas estiveram. No *mappa*, elas atormentam especialmente aqueles que pretendem cruzar a África, pois apesar na crença da possibilidade de circum-navegação, na época da confecção do *mappa* ainda não se tinha a certeza da possibilidade, a qual foi obtida somente em 1488, com Bartolomeu Dias.

Mesmo depois da ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias, as referências a Ptolomeu neste quesito não cessaram. No trecho de Duarte Pacheco Pereira, se lê:

Ptolomeu escreve, na pintura de suas antigas tábuas de cosmografia o mar Índico ser assim como uma lagoa, apartado, por muito espaço, do nosso mar oceano ocidental que pela Etiópia meridional passa; e que entre estes dous mares ia uma ourela de terra, por impedimento da qual, para dentro daquele golfo Índico, por nenhum modo, nenhuma nau podia passar. Outros disseram que este caminho era de tamanha quantidade que, por sua longura, se não podia navegar, e que nele havia muitas sereias e muitos outros grandes peixes e animais nocivos, pelo qual esta navegação se não podia fazer [...] e como quer que a experiência é madre das cousas, por ela

¹⁵³ “E nota che qu(a)ndo I naviganti uedeno li oseli de le iso | le predate, para(n)doli esser acost[adi tropo a quele, se delongano da esse p(er)ché oltra aquele | sono le tenebre, le qual sono [tanto dense che le naue che se abastesse intrar i(n) quele | non poria ni andar [in driedo. E questo se sa per experientia che quele che | se hano abatude sono peride” (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 84).

soubemos radicalmente a verdade, porque o nosso César Manuel [...] mandou Vasco da Gama [...] descobrir e saber aqueles mares e terras com que nos os Antigos punham tão grande medo e espanto¹⁵⁴.

Assim como Fra Mauro, o cosmógrafo português também chama atenção para a crença em uma extensão das terras africanas a oriente expressa nas “antigas tábuas de cosmografia” ptolomaicas que àquela altura se confirmavam infundadas. Para além dela, Pereira menciona outras hipóteses que também defendiam a impossibilidade de navegação, mas que caminhavam mais para o maravilhoso, tal como nos antigos Estreito de Gibraltar e Cabo Bojador, com a existência de sereias ou outros animais e ainda uma gigantesca extensão de água que tornaria impraticável a ultrapassagem. Esta última se referia a *questio de aqua et terra*, comentada no primeiro capítulo. Ao considerar a terra uma ilha cercada pelo oceano, tem-se que este possui muito mais extensão do que a primeira – o que impossibilitaria diversos projetos de navegação. A respeito da solução para a questão, Fra Mauro optou pela excentricidade das esferas da terra e água¹⁵⁵. A terra não seria, pois, um corpo homogêneo, mas sim poroso e côncavo:

Isto é, em algumas partes da terra tem que ser menos densa: ela deve ser leve e de clara porosidade e concavidade, como se pode ver nas minas de pedras preciosas e não preciosas. Assim, se uma pesa duas partes da terra que é igual em quantidade ou medida mas diferente em densidade e compactação, a parte não porosa irá pesar mais¹⁵⁶.

A porosidade, dessa forma, estaria somente nas partes não cobertas pela água:

Estas coisas têm sido predispostas por Deus com maravilhosa providência. Se toda a superfície da terra fosse da mesma distância do centro do mundo, então a água poderia cercar e encobrir todas as partes da terra, como é um elemento menos denso. E se a terra fosse totalmente de igual peso e de igual distância do centro, isso significaria que, cobrindo uma parte, a água

¹⁵⁴ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 195-196.

¹⁵⁵ Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p.102.

¹⁵⁶ “*Quella terra auer diuersità ne le sue parte. Zoè che in alcuni luogi de quella sia più rara et habia manifeste et sensibile porosità e concavità, come | uedemo esser ne li luogi de le minere de li metali et etiam de le pietre preciose e non preciose. Onde se | se pesasse do parte de terra equal de quantità de | mole ouer grandezza ma despar in esser dense e rare, ouer cum manifeste porosità e concavità e ssenza alcuna porosità e concavità, quella parte non porosa più | pesaria de l'altra*” (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 102).

poderia cobrir todas – para o grande detrimento da vida dos animais terrestres¹⁵⁷.

Na disputa escolástica a respeito da submersão da terra pelas águas menos densas, as contradições são aparentemente resolvidas por Fra Mauro a partir da ideia de excentricidade das esferas da terra e água e, claro, pela providência divina, que a tudo resolve. A partir disso, ele justificara como a terra emergiu da água. Continuando, o camaldulense acabava por defender quantidades iguais de ambos os elementos. O *orbis* seria formado pelo equilíbrio entre terra e água em proporções iguais, o que não impossibilitaria a navegação em nenhuma de suas partes. Posição diferente da de Duarte Pacheco Pereira, mas que chega à mesma conclusão. Ao questionar os antigos, o cosmógrafo português ressalta: “[...] e suficientes razões contrárias aos antigos, como a terra é muito maior que tôdalas águas e elas todas jazem metidas dentro na sua concavidade e fundura e são cercadas pela mesma terra”¹⁵⁸.

Assim como a cosmografia de Pacheco Pereira, o *mappaemundi* encomendado ao camaldulense é feito com bastante cuidado no que diz respeito à conformação do ecúmeno e do universo cristão às novidades advindas das navegações portuguesas e dos "novos" tratados de cosmografia. Em ambos, portanto, se observa o acomodar das teorias com o repertório da experiência que se destacava nos feitos portugueses.

4.3.

As maravilhas da experiência

Considerando as proposições elencadas no item anterior sobre a argumentação em torno da nova conformação do ecúmeno estabelecida por Fra

¹⁵⁷ “La qual cossa il guber | notare sumo dio cum mirabel providentia ha per tal forma ordinado, perchè se tuta la superficitie de la terra fosse equalmente distante dal centro ouer | menzo del mondo. L’aqua da ogni parte circumdaria e copriria equalmente tuta la terra la qual equalmente tuta la terra non auendo lo elemento de la qual tanta densità ne le suo parte | quanta se truoua ne la parte de la terra la qual equalmente graue e così equamente remota dal ditto mezzo quanto de la parte superior zoè supercittie | e per consequente coprando una parte de la la terra tute le coureria, la qual cossa seria in detrimento de la uita de li animali terrestri” (Falchetta, P., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p.727).

¹⁵⁸ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 19.

Mauro, observa-se uma tópica comum cuja consequência se manifesta na revisão de antigas autoridades. Não muito diferente da citação anterior de Duarte Pacheco Pereira, em diversas passagens, conforme lê-se no item anterior, Fra Mauro também aponta problemas nas explicações estabelecidas quando essas são confrontadas a luz das novidades adquiridas “[...] a partir da experiência daqueles que se aventuraram por entre ela”. Para somar ou refutar as fontes que antes eram majoritariamente autorizadas pela biblioteca disponível, o monge efetua uma seleção de testemunhos que privilegiam especialmente “aqueles que viram com os próprios olhos” (*chi ha risto a ochio*) ou “aqueles que navegaram” (*queli che nauegano*). É a tentativa de unir escrita, imagem e experiência que aqui se estabelece. Essa última, ao se tornar cada vez mais citada e manuseada, passa a ser vista também em outros exemplares contemporâneos, como no *mappa* do citado Genoese: “Esta é uma importante descrição do mundo dos cosmógrafos, acomodada na náutica (carta), da qual contos frívolos foram retirados”¹⁵⁹. Essa importância concedida à experiência também se manifestara, conforme analisa Frank Lestrígand, nas cosmografias do século posterior, a exemplo da Cosmografia Universal (1575), de André Thevet (1502-1590), quando o interesse principal se volta à América: “Agora que encontrei terras de contornos tão grandes, porque diria que é o oceano que circunda a terra? Já que ao contrário eu vi com meus olhos o oceano, fazendo com que uma viravolta e retorna para si do Ocidente e Oriente”¹⁶⁰. Retomando novamente a discussão a respeito da quantidade de terra e água, Thevet vai se posicionar semelhantemente a Pacheco Pereira, inclusive, na importância do testemunho ocular.

A experiência, nesse sentido, é manuseada de modo a dar mais credibilidade ao testemunho e, como anota o cosmógrafo português:

A experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar, os quais disseram que toda a terra que jaz debaixo do círculo equinocial

¹⁵⁹ “*Haec est vera cosmographorum cum marino accordata decriptio quotidie frivolis narrationibus injustis*” (Relaño, F., *Shaping of Africa*, p.137).

¹⁶⁰ Thevet, André *Apud* Lestrígand, F., *A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento*, p. 61.

era inabitável, pela grande quentura do sol. E isso achamos falso e pelo contrário¹⁶¹.

Ou ainda:

E além do que dito é, a experiência, que é madre das cousas, nos desengana de toda dúvida nos tira; e portanto, bem aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado do ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental [...] ¹⁶².

Assim como observado nas legendas de Fra Mauro, Pacheco Pereira também apresenta um certo ceticismo em relação a determinadas autoridades antigas a partir do exame da experiência. É através desta, a “madre de todas as coisas”, que se encontra a possibilidade de refutar teorias já consagradas e inserir de maneira contundente as antípodas ao ecúmeno. Ora, como questionar alguém que lá esteve e viu?

No sentido dado à experiência por Duarte Pacheco Pereira, não se observa, contudo, a mais leve sombra baconiana ou cartesiana e também não vai além de uma espécie de empirismo resignado, como descreveria Francisco Roque de Oliveira¹⁶³. A sua utilização caminha na tentativa de teorizar com base nos dados constatados a partir dos sentidos, reforçando o testemunho contra antigas assertivas já estabelecidas e envolvendo-o com a aura da verdade, a qual na tradição ocidental é pensada senão como una. A recorrente ênfase no testemunho ocular também se destacava nas narrativas de viagens medievais de peregrinações e cruzadas, com a diferença que a ideia de verdade nas narrativas de viagens do XV e XVI começa a se desprender de uma inerente inscrição nas coisas:

Ainda que dous agravos tenhamos recebido na descrição dessa Etiópia, dos quais o primeiro é o tempo que gastamos na prática destas províncias e terras, que tantas enfermidades e trabalhos mal pagos nos tem custado, nem por isso leixaremos de dizer (o segundo agravo que cabe no compro

¹⁶¹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p.160.

¹⁶² *Ibid.*, p. 20.

¹⁶³ Oliveira, Francisco Roque, Una especie de invisibilidad. Limitaciones de la divulgación internacional de la literatura de los Descubrimientos portugueses y el ejemplo del saber geográfico sobre la China. In: Brotóns, Victor; Eamon, William (ed.), *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica. Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution*, p. 107.

nesta obra) acerca do que nestas terras vimos, que sem muita fadiga se não pode leixar de fazer; e portanto convém que sigamos a ordem desta costa e das cousas que dentro nos rios vão, testemunhando o que vimos. E o nosso testemunho é verdadeiro¹⁶⁴.

A preocupação em apresentar os fatos de forma honesta e verdadeira e com ênfase no observador/escritor sugere, pois, uma aproximação com o *topoi* ciceriano relativos à própria escrita, como ressalta mais claramente Zurara:

Feia cousa seria prosseguindo nossa história, se não escrevêssemos assim as desventuras da nossa gente, como seus bons aquecimentos, ca diz Túlio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade e que escrevendo a verdade não mingue dela nenhuma cousa¹⁶⁵

Escrever, portanto, apresenta-se como uma tarefa importante àqueles que queriam perpetrar suas experiências no tempo, no resguardo da memória (lembramos de Isidoro de Sevilha). A verdade prosseguia como fiel companheira do testemunho, mas começa a deixar de ser intrínseca ao fato material de estar escrita e inscrita por Deus. A autoridade que antes a materialidade lhe concedia é agora insuficiente e, por isso, a figura do cronista passa a se manifestar no ceio de sua narrativa¹⁶⁶. A figura gramatical, em consequência, apesar de já se vislumbrar nas narrativas de viagens medievais, começa a referir-se mais à personalidade mesma do autor, como se observa também no *mappamundi* de Fra Mauro:

Eu tenho frequentemente ouvido muitos dizerem que aqui é uma coluna com uma mão e a inscrição que informa que não se pode ir além daquele ponto. Mas eu queria que um português que tivesse navegado por aqueles mares dissesse se o que eu ouvi é verdade, porque eu não estou seguro em afirmar isso¹⁶⁷.

O monge se insere no texto para enfatizar a importância da experiência na elaboração da verdade. A primeira pessoa atesta a confiabilidade de suas fontes,

¹⁶⁴ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 151.

¹⁶⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 100-101.

¹⁶⁶ Lima, Luiz C., *Trilogia do Controle*, p. 237.

¹⁶⁷ “*Io ho più volte aldido da molti che qui è una colona cum una man che dimostra cum scriptura che de qui non se vadi più avanti. Ma qui voglio che portogalesi che navegano questo mar dicano se l'è vero quel che ho audito perché io non ardiso affermarlo*” (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 380).

uma vez que o próprio monge não entrou em uma caravela para estabelecer o *io* (eu) como um argumento de autoridade. O camaldulense recorre claramente àqueles que lá estiveram como fonte incontestável de informação. Nada muito diferente da maioria das histórias contadas por Zurara, que não passara das Canárias, mas narrara até o Senegal baseando-se nos relatos de outrem. A declaração que se segue de Cadamosto configura o mesmo princípio: “E disto me certificaram muitos azenegues que estão escravos em Portugal, e muitos portugueses que naquele tempo praticavam naquelas ribeiras com caravelas [...]”¹⁶⁸. Em certos casos, portanto, os viajantes se deparavam com informações não testemunhadas por eles em primeira pessoa, mas a seleção e a confrontação de suas fontes supostamente os permitia aferir a sua veracidade, sendo, pois, dignas de notícias e, portanto, de memória.

Em outros casos, o “eu” é posto em causa enquanto um agente observador, como no *Exordium* de Cadamosto:

Fui eu, Luís de Cadamosto, o primeiro que sai de mui nobre cidade de Veneza para navegar pelo mar Oceano, fora do Estreito de Gibraltar, para as partes do meio dia, nas terras dos negros da baixa Etiópia; e porque vi nesta minha viagem muitas coisas novas e dignas de notícia, pareceu-me que elas mereciam que lhe consagrasse algum trabalho¹⁶⁹.

O veneziano retoma a premissa da validação pelo testemunho ocular ao inserir-se no texto, não selecionando fontes confiáveis e sim apresentando-se como essa fonte, como alguém que efetivamente navegou pelo Oceano. Sendo, portanto, uma testemunha ocular, esse eu é também uma *auctoritas* e, quando utilizado para grupos, constituindo assim uma unidade de ação politicamente eficaz, como veremos nos próximos capítulos, insere inclusões e exclusões que se intensificam historicamente¹⁷⁰.

¹⁶⁸ “E de questo sono stato certificate da molti Azanaghi che sono schiavi in Potogallo, e da molti Portogallesi che a quell tempo praticavano a quelle riviere con caravelle [...]”. Cadamosto, L. *Navegações*, p. 24.

¹⁶⁹ “Essendo io Alvise da Ca'da Mosto stat oil primo che della nobilissima città di Venezia me sia mosso a navigare il mare Oceano fuori dello Stretto di Gibilterra, verso le parti di mezzodi, nelle terre de'Negri della bassa Etiopia; e in questo mio viaggio avendo vedute molte cose nuove e degne di notizia; meritamente mi è parso sopra di quelle farne qualche fatica [...]”. *Ibid.*, p.3.

¹⁷⁰ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 191-192.

Assim, a presença do eu no texto ocupa um lugar importante na propagação da dita verdade a respeito do narrado - no caso, dos feitos portugueses além Bojador e as descrições que dessa região fizeram. Inserir-se no texto dava plausibilidade a fatos pouco críveis, como na narrativa do almoxarife de Sintra: “Só eu, Diogo Gomes, almoxarife de Sintra, apanhei 22 pessoas que se tinham escondidos e empurrei-as sozinho diante de mim, como animais [...]”¹⁷¹.

Nesse ínterim, como não mencionar os *mirabilia*? Qual o lugar renegado aos seres monstruosos no apelo da experiência? Contrastando sua existência com o testemunho ocular, Fra Mauro ressalta:

Porque tem muitos cosmógrafos e muitos homens instruídos que escreveram que na África – acima de tudo, na Mauritània – tem monstros humano e animal. Eu penso que é necessário dar minha opinião. Não porque eu quero contradizer a autoridade desses homens mas por causa do cuidado que eu tenho tido em todos esses anos estudando todas as possíveis informações acerca da África [...] Eu nunca achei ninguém que pudesse me dar informação sobre o que aqueles homens escreviam. Então, não sabendo nada, eu não poderia testemunhar nada¹⁷².

E mais:

Vários historiadores escreveram sobre as fontes dos Garamantes, que é tão quente a noite que qualquer um colocando sua mão na água poderia ser censurado. No entanto, durante o dia a água é tão fria que ninguém poderia suportar. Esses escritores deram a informação sobre os Ethiopes, acima de tudo os Panphagi [comedores de tudo], Agriophagi [comedores de animais selvagens], Antropophagi [canibais] e Cinomolgi [variante do Cinocéfalos] e os seus bestiais costumes. Eles também falaram sobre alguns animais monstruosos como as serpentes, dragões e basilisks.

¹⁷¹ “*Et ego Diogo Gomez tribunus de Sintria accepi solus 22 personas que iacebant absconditi et pepuli eos ante me solus sicut pecora per mediam leucam usque ad naues*”. Sintra, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 61.

¹⁷² “*Perchè sono molti cosmographi e doctissimi | homeni I qual seriueno che in q(ue)sta affrica, maxime nele mauritanie, esserui molti mo(n)struosi homeni e a(n)i(m)li, p(ar)me necceario q(ui) notar el parer mio, no(n) | p(er)hò che io nogli (con)trader a le autorità de ta(n)ti, ma p(er) dir la dilige(n)tia ho | habuta i(n) inq(ui)rir tute la nouità se à possudo i(n)uestiga(r) p(er) molti anni de | q(ue)sta Africa [...] no(n) troui | mai alguno me ne sapesse dar auiso de q(ue)lo io t(r)ouo ser(r)ipto da q(ue)li: | vunde no(n) ne sapia(n)do altro no(n) ne posso testificar, lasso | a çerchar a q(ue)li che sono curiosi de intender tal nouidade*”. (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p.211).

Conhecedor do livro de Marco Polo e de Plínio, Fra Mauro sabia do arsenal de maravilhas que comumente habitava a África e a Ásia no imaginário da época. No entanto, sua necessidade de comprovação baseada no testemunho ocular o fazia optar por não introduzir tais elementos povoando o interior, embora não os negasse contundentemente. Muito mais do que as especulações, é a experiência que tende a reger a noção de mundo¹⁷³. Mas isso não significa que não poderia ocasionalmente surgir uma ou outra descrição que desafiasse a ordem, afinal:

Se alguém considerar inacreditável as coisas inéditas. Eu tenho que registrar aqui, deixo-o fazer a homenagem aos segredos da natureza mais do que consultar seu intelecto. A natureza concebe coisas inumeráveis, as que são nossas conhecidas são menos do que as que não conhecemos... E isso é porque a natureza excede o nosso entendimento, e aquele que não entendeu isso não pode admitir coisas não usuais...¹⁷⁴

O mundo cheio não comportava, portanto, espaços vagos na infinita escala das coisas. Uma vez confirmada a existência das maravilhas, não haveria motivos para não concebê-los como Criação no âmbito da variedade e diversidade do poder divino. As reticências a respeito dos monstros inseriam-se mais na necessidade de um testemunho ocular que os comprovassem do que necessariamente de uma descrença. Tanto que análise mais detida nos faz apreciar as nuances de antigos conhecidos por entre as lendas:

Esta província chamada Benichaleb é habitada por pessoas grandes e fortes que vivem em grandes fortalezas em grandes quantidades de águas de rio e em montanhas. Essas pessoas têm cara como de cachorro e não puderam ser subjugadas pelos romanos¹⁷⁵.

¹⁷³ Holanda, Sergio Buarque. *Visões do Paraíso*. p. 5

¹⁷⁴ “*Sel parerà ad alguno incredibile de qualche inaudita cossa io ho notato qui suso, non conferisca quella cum el suo inçegno ma tribuisca a hi secreti de la natura, la qual adopera cosse innumerabile de le qual quele che savemo son la minor parte de quele che ignoremo, e quele che savemo per el suo continuo uso non extimade, etiam essendo admirabile, e quele che ne pareno inusitate non li demo fede e questo advien perchè la natura exciede l’intelecto e quelli che non l’ano sulevado nol può accomodar non tanto a le cosse insolite ma etiam a quele che assiduamente se pratica, e perhò quelli che vol intender prima creda azò le intenda*” (Versão em inglês: Schulz, Juergen, *Maps as Metaphors: Mural Map Cycles of the Italian Renaissance*. In: Woodward, David (ed). *Art and Cartography*, p. 114).

¹⁷⁵ “*Questa provincia dita benichaleb è habitada da çente fortissima e sono gran populi e stano in grande forteça de grosse aque de fiumi e de monti, i qual populi hano hi volti chome cagneschi e*

A descrição de pessoas com cara de cão remete ao já mencionado Cinocéfalo, mencionado por Plínio, cuja principal característica é a semelhança física com o dito animal. Esta configuração volta, além disso, a dar o ar da graça na mesma região que as cartas-portulanos uma vez destacaram Benichaleb, cujo significado Fra Mauro ressalta ser Filhos de Cam.

Nesse sentido, não se pode dizer que a ultrapassagem do Cabo Bojador e o avanço da experiência, enquanto validadora do discurso, tenha expurgado os monstros e maravilhas do mundo, como se vê mesmo nas penas de Pacheco Pereira:

Também há aqui homens selvagens, a que os Antigos chamaram Sátiros, e são todos cobertos de um cabelo ou seda quase tão ásperas como de porco; e estes parecem criatura humana e usam o coito com suas mulheres como nós usamos com as nossas; e em vez de falarem, gritam quando lhe fazem mal [...] Tôdolos negros desta terra andam nus [...] Nesta serra não já edificios, e moram em casas palhaças¹⁷⁶.

E também os que ele chama Negros Beni:

Nesta terra há uns homens selvagens que habitam nos montes e arvoredos desta região, aos quais chamam, Negros do Beni, “òsá”; e são muito fortes, e são cobertos de sedas como porcos. Tudo tem de criatura humana, senão que em lugar de falar, gritam. E eu ouvi já de noite os gritos deles e tenho uma pele de um destes selvagens¹⁷⁷.

Declarando a semelhança da pele com a de porco ou a quantidade anormal de cabelos, Pereira atribui qualidades elocutivas à imagem descrita, evidenciando características monstruosas, como a “selvageria”, por exemplo. Nota-se que Pereira não anuncia de onde proveio a informação, deixando em aberto a possibilidade de um testemunho ocular, como se efetivamente os tivessem visto diretamente. A sua imaginação é, pois, alimentada pelos *topoi* da memória partilhada¹⁷⁸. Como analisa Daston e Park, haveria uma certa disposição em

questi non poteno mai esser sotomessi da romani” (Falchetta, P., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 213).

¹⁷⁶ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 118.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 150.

¹⁷⁸ Hansen, João Adolfo, *Categorias epidíticas da ekphrasis*. In: *Revista USP*, p. 86.

identificar o maravilhoso, que se conhecia dos livros e tradições, com o que se observava tornando-os mais plausível¹⁷⁹. Zurara, na passagem que segue, nitidamente estabelece essa relação:

[...] é certo que seu costume e de comerem uns aos outros os fígados, e beberem o sangue, e isto diz que não fazem geralmente senão a alguns que lhes matam seus pais, ou filhos, ou irmãos, contando isto por mui grande vingança [...].E isto me parece que não é de duvidar, que no livro de Marco Polo se diz, que geralmente se costumavam estas cousas entre muitas nações daquelas partes orientais [...]¹⁸⁰.

Pouco surpreso a respeito da informação que obtivera do costume de comerem outros homens por aquelas bandas, sua crença na veracidade do testemunho se estabelece pela notícia que Marco Polo dera a respeito dos canibais. Plínio também chama atenção para esse costume típico de alguns tipos monstruosos, especialmente citas¹⁸¹.

Nesse sentido, apesar da imagem do monstro tradicional ir se afastando à medida em que os cristãos avançavam pelos recônditos pontos do mundo, o discurso permanecia na tentativa de enquadrar o novo a partir do antigo. Os olhares acerca das terras longínquas aparecem, sobretudo, como um ponto de vista dominador em compromisso com o horizonte de expectativa já arraigado em uma determinada representação do mundo que se impõe na tentativa de reduzi-los ao familiar, uma espécie de *deja vu* europeu, diria Serge Gruzinski¹⁸².

4.4.

Lições antigas

A autoridade dos “antigos” estava, portanto, longe do fim. Paralelo ao discurso de ruptura, se verifica um outro cujo objetivo era manter o elo de ligação entre o novo e o antigo. Tal discurso se articulou em torno da unificação entre o novo e o tradicional, na harmonização entre a mudança e a continuidade, que, como mencionado, era a base da elaboração dos exemplares como de Fra Mauro. Referências à Averroes, Avicena, Aristóteles, Alberto Magno se acomodam às

¹⁷⁹ Daston, L. e Park, K., *Wonder and the order of nature, 1150-1750*, p. 64.

¹⁸⁰ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 141.

¹⁸¹ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 75-76.

¹⁸² Gruzinski, S., *La Guerra de las Imágenes*, p. 31.

experiências das caravelas portuguesas. Mais do que dois discursos independentes, ambos muitas vezes coexistiram lado a lado no interior de uma mesma narrativa¹⁸³. No entanto, devido à instrução de cada viajante ou cartógrafo, a qualidade e quantidade dessa coexistência varia.

A presença dos antigos não se dava apenas no sentido de ornamentar o texto com o que Frank Lestringant chamara de “ficção da erudição”, mas também para preencher e endossar argumentos. Muitas vezes, a influência dessas antigas autoridades é sentida indiretamente, como quando o veneziano mencionara brevemente a expectativa de ver serpentes com asas e pastas, uma clara referência aos Brasiliks de Plínio. Também na mesma linha, é possível relacionar as Ilhas Afortunadas, citadas por Diogo Gomes, àquelas citadas pelo Atlas Catalão em uma referência a Isidoro de Sevilha.

Vivenciando, pois, o início daquilo que se convencionou a chamar de época Moderna, os viajantes carregavam ainda uma imagem de universo medieval pautado em antigas autoridades que muito circularam e contribuíram para uma dada cosmovisão. Na escrita, o recurso à *auctoritas* é a confirmação dessa herança de um tempo não muito distante, conforme análise Curtius:

Para a Idade Média, toda a descoberta da verdade era primeiro recepcionada pelas autoridades tradicionais, e depois – no século XIII – reconciliada racionalmente com textos autorizados. A compreensão do mundo não era concebida como uma função criativa mas como uma assimilação e recordação de fatos dados [...]¹⁸⁴.

Apesar da ênfase nos novos feitos e, por consequência, na experiência, ainda se vislumbra a retomada de autores greco-latinos que serviam de mestres para a escrita quanto aos *exempla* e autoridade. Este é o principal uso das citações feitas pelos cronistas-mor do reino de Portugal:

[...] todo capitão que tem superior, de cuja mão recebe o encargo, não deve passar o mandado de seu senhor ou maior, por nenhum modo. E desto temos exemplo em as obras dos romanos, que ainda que Júlio César mui gloriosamente houvesse vitória [...]. E Vegécio, em o quarto livro *De re militari*, conta de Aurélio consul, que seu filho, entre os homens de pé quis

¹⁸³ Gucci, Guillermo, *Viajantes do Maravilhoso*, p. 195.

¹⁸⁴ Curtius, Ernst R., *European Literature and the Latin Middle Ages*, p. 632.

que usasse, porque trespassou seu mandado. E ainda Santo Agostinho, no quinto da Cidade de Deus, conta de Torcato, que matou seu filho, pero vencesse pelejando contra seu manado¹⁸⁵.

Ao narrar as histórias contadas pelos antigos, Zurara busca um modo de coletar exemplos que iluminem o presente, evitando que erros sejam novamente cometidos, como o caso que levou à morte de Gonçalo de Sintra. Na moral exposta pelo cronista português, sobressai uma noção de história que valoriza as autoridades antigas e seus ensinamentos: uma ideia de história como coleção de exemplos a que Cícero chamou de *Magistra Vitae*¹⁸⁶. Este é também citado por Zurara a respeito de seu próprio ofício: “E certamente formoso mandamento foi o de Túlio sobre este passo, ca de razão está, que a sentença do que ordena a história, haja de maior autoridade acerca daquilo que ele escreve, pois com maior cuidado inquire a verdade das cousas”¹⁸⁷. Aqui, o cronista-mor vinculava-se, então, a uma tradição importante, estabelecendo desde o início a consciência do papel que desempenhava: dizer e escrever a verdade. Escrever equivalia a, de certo modo, aconchegar-se no panteão canônico e a verdade não estava necessariamente desvinculada dos exemplos ulteriores: “[...] ca diz Túlio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever a verdade e que escrevendo a verdade não mingue dela nenhuma cousa”¹⁸⁸.

Embora em um primeiro momento, aparentemente, estabeleça-se uma dicotomia entre prática e teoria, uma mais detida análise demonstra que elas estão mais imbricadas do que poderia parecer aos olhos de um historiador contemporâneo. Mesmo nas penas do cosmógrafo, para quem o testemunho ocular ocupava o topo da pirâmide da autoridade, ainda se verifica com uma certa frequência a indicação de autores antigos. O seu próprio título já demarca a vinculação a uma autoridade muito conhecida que irá também aparecer em

¹⁸⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 104.

¹⁸⁶ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 43.

¹⁸⁷ Zurara, G. E., *op cit.*, p. 54.

¹⁸⁸ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 100-101.

diversas citações. E em vários casos, como se observa em Fra Mauro, integra os novos dados a uma forma ou a um contorno anteriormente concebido:

Porque as cousas dignas de memória não devem ficar em esquecimento, portanto, convém que aquilo que sabemos se diga da muito forte e antiga cidade de Tânger, a qual está a cinco léguas além de Alcácer para fora do Estreito, e, no seu antigo princípio, Tíngi houve nome, segundo diz Plínio no seu quinto livro da Natural História, capítulo primeiro. [...] E diz Pompónio Mela, autor muito antigo, no seu primeiro livro da Cosmografia, que Tíngi foi edificado pelo gigante Anteu que pelejou com Hércules¹⁸⁹.

Seguindo a imagem escrita por Pereira, o traçado e descrições das cidades caminha com as informações advindas de autoridades como Mela e Plínio. Apesar da ressalva de nunca terem estado nas regiões destacadas pelo cosmógrafo, eles permanecem, assim, a salvo no panteão de autoridades selecionadas pelo crivo da experiência. Na mesma ideia, os Montes Claros, por exemplo, retornam pelas penas de Pereira a partir de Ptolomeu, Plínio e Rui Fernandes:

E destes vieram certos cavaleiros à cidade de Safi e falaram com Rui Fernandes, que então lá estava como feitor de Vossa Alteza, e lhe contaram seu modo de viver e crença, e lhe disseram como os seus antecessores foram cristãos, e que tinham muitos livros que ficaram de seus padres antigos em letara latina, as quais guardaram por honra e por memória de sua geração. Isto, com outras cousas, sabemos das serras dos Monte Craros, que nos pareceu bem escrever nesta nossa obra, e ainda aderemos mais o que diz Plínio no seu quinto livro da Natural História capítulo primeiro, e Tolomeu no seu livro “De Situ Orbis”, e assi outros autores, os quais escreveram haver, neste sito, o Monte Atalante, tão alto que as nuvens excede¹⁹⁰.

As descrições coletadas pelo testemunho direto de uma autoridade moderna se articulam, pois, às antigas linhas descritivas do tal monte que nos *mappae* e *cartas* mais antigos, lembremos, se localizavam também na África, ao norte do Saara, para uns, Monte Atlas, outros, Atlante. Essas derivas, ao mesmo tempo temporais e espaciais, como analisa Lestringant, conferem às descrições e representações dinamismo e valor, descrevendo não só as terras efetivamente

¹⁸⁹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 54.

¹⁹⁰ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p.75.

reconhecidas, mas também apresentando as que restam a descobrir¹⁹¹. A própria geografia da aurora dos tempos modernos não se estabelecia somente sobre as novidades, mas herdava sempre de autoridades antigas e mapas anteriores uma parte até preponderante, conforme ressalta Lestringant, de sua informação.

Uma importante ressalva, contudo, há de ser feita. Lidando com tempos outros, chama-se atenção para as constantes compilações averiguadas. Não nos enganemos, nem todas as citações de antigos são feitas a partir do contato direto com os autores citados. No incessante trabalho de Joaquim Barradas de Carvalho acerca do *Esmeraldo de Situ Orbis*, a lista dos autores efetivamente lidos pelo cosmógrafo é muito aquém daqueles citados¹⁹². As próprias citações vagas aqui elencadas, quando comparadas às argumentações de Fra Mauro, por exemplo, já o demonstram. Ele joga com os lugares comuns de um saber milenar que ainda assim nos é esclarecedor dos lugares-comuns que reverberam. Mesmo Gomes Eanes Zurara, com todo seu arsenal de livros enquanto guarda-mor da Torre do Tombo, recorreu a outros livros, especialmente *Tratado de Virtuosa Benfeitoria* e também da *General História* de Affonso de Cerveira, para achar a citação ou a autoridade que lhe faltara. Essas duas obras servem a Zurara como uma espécie de biblioteca em miniatura, de onde ele retira prontos os canais de autorização que precisa sobre um dado assunto: “Não curo escrever algumas cousas da viagem daquestes, que achei escritas por um Afonso Cerveira, que esta história primeiramente quis ordenar”¹⁹³.

Entretanto, não foram só “coisas da viagem daquestes” que dele compilou. Do livro de Cerveira, ele também retirou capítulos inteiros, descrevendo o rio Nilo e citando diversas autoridades a respeito. A espacialidade vaga que ainda se tinha do Nilo privilegiava o recurso: “E acerca da grandeza deste rio são maravilhosas tenções, ca falaram disso Aristóteles e Ptolomeu, Plínio e Homero, Isidro, Lucano, e Paulo Orósio, e outros muitos sabedores”¹⁹⁴. Como mencionado no capítulo 1 (item 3), as representações medievais do Nilo nos *mappaemundi* e

¹⁹¹ Lestringant, F., *A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento*, p. 198.

¹⁹² Cf. Carvalho, Joaquim Barradas de, *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*.

¹⁹³ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 112.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 171.

cartas-portulanos utilizavam-se da descrição do maravilhoso rio de antigos, que não coincidentemente ressurgiu aqui com os mesmos desígnios. Paulo Osório é especialmente citado pelo cronista, ou melhor, por Affonso de Cerveira, na cópia de Zurara:

E primeiramente, diz Paulo Orósio, que parece que sai da ribeira onde se começa o Mar Vermelho, onde os gregos chamam Mossille Nemporyo, e dali diz que vai contra o ocidente e passa por muitas terras, e faz em meio de sido uma ilha, que há nome Meroé. E esta cidade é no senhorio de Etiópia, na qual foi Moisés por mandado de Faraó, com todo o poder do Egipto, segundo escreveu Josefo Rabano [Flávio Josefo] e mestre Pedro, e diz que se chamava então Sabá, que era a cabeça do reino de Etiópia [...]. E chegando assim o Nilo a esta ilha, faz sua carreira contra o setentrão, e dali torna ao meio dia, e por razão do referimento que faz sai da madre em certos tempos do ano, onde rega todos os campos do Egipto¹⁹⁵.

Depois ele continua com as informações de Plínio: “Mas Plínio conta por outra guisa, ca diz que as fontes donde nasce este rio do Nilo, não há hi homem que as saiba certamente, e diz que anda mui longa terra por desertos, e por terras tão quentes, que se acenderiam se ele não fosse”¹⁹⁶. E finaliza com uma descrição, também exposta por Fra Mauro, Hereford e Ebstorf, de que o Nilo nasceria na Mauritânia: “[...] Achara que o Nilo nasce em um monte que Atalante, o qual monte é em terra de Mauritânia [...]. [...] desde que sai dali, e que chega à terra das areais, não quer correr por cima delas, nem pelos lugares desertos e mais; mas que se sume ali, e que assim vai escondido já quantas jornadas [...]”¹⁹⁷.

Nesse sentido, a partir de Cerveira, Zurara acabou por reescrever as antigas assertivas acerca do rio Nilo em um compartilhamento de imaginário que já dura séculos. Se acessarmos ainda a descrição de Pereira, o destaque para as autoridades antigas permanece:

O rio Nilo nos montes da Lua nasce, além do círculo da equinocial, contra o polo antártico, e daí corre: os quais montes, segundo a descrição de Tolomeu e o sito em que põe o nascimento do Nilo, [...]. Este saindo de suas fontes, logo faz dois grandes lagos, e dali toma seu curso por meio dos etíopes. Contrário de Tánai corre; e nos quinze graus de sua

¹⁹⁵ *Ibid.* p. 172.

¹⁹⁶ *Idem.*

¹⁹⁷ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 173.

ladeia, aparta dois braços, os quais, depois, adiante torna ajuntar, e a terra que fica no meio destes braços é feita ilha e chama-se Meróe [...]. E correndo, por este modo, os lados do Egito, que todo alcança, rega e a toda a província com sua água [...]”¹⁹⁸.

Apesar de questionar várias teorias ptolomaicas, é ao alexandrino que o cosmógrafo recorre para descrever os meandros do ainda misterioso rio. Com a nascente no Monte da Lua, seguiria passando pela ilha Meroé correndo “[...]por meio dos Etiópios Trogouditas, até vir ter em Demiata, no mar do Egito [...]”¹⁹⁹. Pela semelhança da fonte, vemos surgir o mesmo trajeto na descrição de Fra Mauro:

[...] depois estes dois lagos forma um único rio que flui em direção ao nosso polo [...]. Fluindo pelos dois *sayts* e pela província de Sion no Egito, deixa Tebas para o leste e corre para o Cairo [...] O outro ramo flui para Damiaata e Tenexe, separando-se os ramos de Mensora. Minie, Mincile, daquilo que flui para Roseto e o mar, e percorre em direção a Mensora e Damiaata²⁰⁰.

As semelhanças, portanto, demonstram um lugar comum a respeito do percurso do Nilo e não necessariamente precisavam ser autorizadas pela experiência. Ainda longe de desvendarem através de testemunho ocular os meandros do percurso do mesmo, reverberam a forma mais autorizada de dissertar sobre o assunto: as lições antigas. Mesmo Cadamosto, pouco versado na “ficção da erudição”, descreve o rio não muito diferente da base difundida:

Este rio, segundo dizem os sábios, é um ramo do Gion que vem do Paraíso Terrestre, ramo que foi pelos antigos chamado Niger e vai banhando toda a Etiópia e aproximando-se ao mar Oceano, onde deságua e faz muitos

¹⁹⁸ Pereira, P. D., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 23-24.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 184.

²⁰⁰ “E poi quelli tre lagi fano uno solo fiume e tira verso el polo nostro perfina al monte dito cubitlaua, e li se affonda e passa per le radise de quello e poi tira a uno altro monte che è ne la provincia de nuba e li caçe e se riversa perfina al basso e poi per i do’ sayti e per la provincia del sion che è in egypto, lassando tebaida a l’oriente, descove al chaiero e soto bulacho e satnuf se divide in do’, e una parte tira a roseto e a brullo dividandosse de soto dal foa e la isola daloro e l’altra parte tira a damiaata e al tenexe dividandose dal mensora e dal minie e dal mincile e dal ramo che tira a rosseto e al mar e quel che va al mensora e damiaata” (Falchetta, P. *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 110).

braços e rios, além deste de Senegal. Outro ramo do dito Gion é o rio Nilo, que passa pelo Egito, e desemboca no nosso mar Mediterrâneo²⁰¹.

A própria ideia do Nilo como um ramo do Gion é também uma tópica por si antiga. Não está no Gênesis que do Paraíso Terrestre manava um rio para regá-lo e dali dividia-se em quatro? Não foi assim que muitos *mappaemundi* representaram os rios principais do ecúmeno, a incluir o Nilo? Essa confusão geográfica que se instaurava entre erros e acertos dos antigos e da experiência dos modernos desencadeou ainda uma vinculação do Gion com o rio Senegal. Este rio, recém encontrado e considerado pelos viajantes um dos braços do maravilhoso rio por influência dessas antigas assertivas, foi por silogismo vinculado ao Gion.

Dessa forma, a efetiva existência de terras além Bojador não significou uma ruptura decisiva com o passado. Embora a sua existência tenha obrigado os viajantes a registrar as falhas dos antigos e a reformular a área do saber empírico, se verifica mais um discurso que adapta antigos e modernos em uma tentativa de explicar o novo.

²⁰¹ “Questo fiume, secondochè dicono gli uomini savj, é un ramo del fiume Gion che vien dal Paradiso Terrestre; e questo ramo fu chiamato dagli antichi Niger, che vien bagnando tutta l’Etiopia; e apressandosi al mare Oceano verso ponente dove sbocca, fa molti altri rami e fiume oltra questo di Senega; e un altro ramo del detto fiume Gion è il Nilo, il qual passa per l’Egitto, e mette capo nel mare nostro Mediterraneo”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 32.

5

Guiné: as terras de “gente queimada”

5.1.

As primeiras cartas portuguesas

Depois da ultrapassagem do Bojador, inaugura-se uma nova epopeia marítima e terrestre. Quanto mais se atingia os limites austrais do mundo, mais a África ia se alargando e distanciando das suas antigas representações. Ilhas, rios e regiões antes desconhecidos em graus de ladeza antipodais vão ganhando nomes e cores. O traço mais marcante, entretanto, dessa concepção de mundo que se delineia era principalmente derivada de premissas filosóficas e teológicas. Eram, nas palavras de Lovejoy, corolário manifestos do princípio de plenitude aplicado também às questões astronômicas acerca da magnitude do universo e da difusão da vida por todas as esferas, mas que aqui nos interessa no âmbito do globo²²¹.

O mundo que se alarga concomitantemente vai ganhando horizontes de possibilidades enquanto produto do esforço de conquista. Ele passa a ser, pois, um lugar em vias de se possuir. O ato de nomear se insere nesse processo juntamente com suas adjetivações e, assim como as bandeiras alojadas nos mapas demarcando as possessões, o ato de nomear também equivale aqui a tomar posse. As cartas vão, então, ficando cada vez mais recheadas de topônimos e as terras além Bojador ganham a alcunha geral de Guiné.

Os meandros do termo sugerem muito a respeito do seu significado, mas longe de explicá-lo, nos incita a pensar a respeito do seu uso. Pensando na escolha estranha do termo, sem equivalente na língua portuguesa de então, se poderia pensar na corrupção de algum vocábulo. Essa seria a análise proferida por Fernando Quintino quando assume que o termo teria como referente direto “*guinawen*”, um termo árabe que significa “gentes queimadas”. Essa seria a forma como os mercadores chamavam as gentes da terra ao sul do Saara e certa vez teria ressoado aos ouvidos dos cristãos que o teriam adaptado ao português e criado (ou traduzido?) um novo topônimo, apesar de antigo. Apesar de nenhuma das narrativas aqui utilizadas fazerem menção à origem do termo, reflexo dessa explicação é encontrada em Bartolomeu de Las Casas: “A estes seguiam-se os

²²¹ Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 113.

povoados dos que se chamavam azenegues, confinando com os negros de Jalofe, aonde começa a região da Guiné, que os mouros nomeavam Guinauha, nome a partir do qual os portugueses começaram a chama à terra dos negros, Guiné”²²². Ela também ajuda a compreender o motivo pelo qual já se verifica um topônimo semelhante nas carta-portulanos por influência do *Libro del Conoscimiento*, como já mencionado no capítulo 2. No entanto, mais do que a origem do termo, nos interessa a sua utilização e apropriação por aqueles que primeiramente a representaram.

O significado do termo árabe teria migrado para o topônimo português, dando os primeiros contornos da imagem que começava a se desenhar das novas terras. Como ressalta Zurara: “[...] e porém é chamada terra dos Negros, ou terra de Guiné, por cujo azo os homens e mulheres dela são chamados Guinéus, que quer tanto dizer como negros”²²³. Aos viajantes e cartógrafos ficara, então, a missão de dar as primeiras pinceladas. Ao combinar a parte pelo todo com a metáfora espacial, eles acabavam por constituir uma região particular da África ao sul do Saara em um paradigma generalizável aos “novos horizontes” em seu conjunto. A imprecisão geográfica, nesse sentido, que ainda se tinha na época das terras africanas, especialmente no que tange ao seu interior, contribuiria para maior generalização do termo, abarcando as novas terras à medida em que se avançava. Nada muito diferente do que se observa nos *mappae* a respeito da Etiópia, como ressalta Duarte Pacheco Pereira: “[...] e assim descobriu mais por Guiné, que antigamente se chamava Etiópia, começando dos promontórios de Não até Bojador [...]”²²⁴.

A começar pela delimitação geográfica elaborada por Pereira, parece bastante claro e preciso quais regiões o termo abarcaria. Mas como José da Silva Horta inferiu, o termo “até” poderia significar inclusão e não um fim preciso²²⁵. Para completar, o cosmógrafo faz uma relação com um outro termo tão vago

²²² Casas, Bartolomé de Las. *Brevíssima Relação da Destruição da África*, p. 296.

²²³ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 165.

²²⁴ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 10.

²²⁵ Horta, José da Silva, A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508), In: *Mare Liberum*, p. 4.

quanto: Etiópia. Durante todo o nosso percurso pelos *mappae* e cartas vimos esse topônimo se referir a praticamente todas as terras ao sul do Saara, independente do espaço imaginado. Conceber um pelo outro não seria, portanto, uma novidade. Nas próprias narrativas analisadas ainda se verifica alcunhas para Guiné derivativas de Etiópia como Etiópia Ocidental, Baixa Etiópia ou Etiópia de Guiné. O misterioso golfo no *mappa* de Fra Mauro na costa ocidental da África, inclusive, é chamado de “Sinus Ethyopicus”. Nos documentos do século XVI, conforme analisa José da Silva Horta, ainda se verá “Rios da Guiné de Cabo Verde”, “Rios de Guiné” e outras taxionomias também correntes e diversas. A tentativa de organizar a confusão que elas impunham foi iniciada por uma carta régia afonsina de 1481, por exemplo²²⁶.

Nesse sentido, a precisão não era algo tão simples em meio ao caótico momento de apropriação e reorganização do mundo cristão dos primeiros contatos. Uma das principais tentativas é justamente dar algum sentido a ele começando pelo papel que a cartografia passou a desempenhar juntamente com a escrita: “[...] e o que se mostrava no mapa-mundi, quanto ao desta costa, não era verdade, ca o não pintavam senão a aventura; mas isto que agora é posto nas cartas, foi coisa vista por olho, segundo já tendes ouvido”²²⁷.

Com o avanço, os antigos *mappae* acabaram perdendo em importância juntamente com a desmistificação de uma série de hipóteses antigas a respeito dos confins do mundo. Uma reconfiguração cartográfica se tornava latente. Para Zurara, a lógica das cartas se adequava mais ao reconhecimento das novidades com uma noção de espaço aberto correspondente à direção visual oferecida pela experiência. Em consequência, o importante papel que as cartas passam a desempenhar eleva o de quem a faz. A figura do cosmógrafo se impunha a partir da capacidade de estabelecer um *link* entre imagem cartográfica e realidade física apreendida pelos viajantes. Ambos passavam a ocupar posições estratégicas, juntamente com os navegantes e suas descrições, na enseada pelas novas terras e

²²⁶ Horta, José da Silva, “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI e XVII), p. 1.

²²⁷ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 371.

na reconfiguração de mundo. Ciente disso, as monarquias não demoram em regular e controlar a sua produção.

A existência de um organismo que regia o comércio e a administração ultramarina passara a existir na conquista de Ceuta com a chamada Casa de Ceuta. Os novos territórios demandavam controle e, à medida em que as expedições avançavam, mais possessões foram se unindo ao poder português. Esse organismo foi mudando de nome e ganhando outras atribuições. Até meados do século XV, a documentação cita “Casa da Guiné”, que foi sucedida pela Casa da Mina. Depois da viagem de Vasco da Gama, todas foram reunidas em torno da chamada Casa da Guiné, Mina e Índias. Destas, a parte responsável pela ciência náutica, incluindo a elaboração de mapas, era chamada de Armazém da Guiné e Índias. Nele é que teriam sido feitas as cartas padrões reais, as quais seriam modelos cartográficos para os profissionais dos Armazéns (tanto castelhano quanto português).

Assim sendo, a institucionalização da produção cartográfica acaba por elevar a sua importância em termos políticos, simbólico, ideológico e propagandístico. Os mapas passam não só a revelar os avanços, como também a legitimar a posse em termos simbólicos e geográficos, especialmente depois do Tratado de Tordesilhas. Não é de se admirar, pois, que também na produção de mapas tenha incidido mais pesadamente uma dada “política de sigilo”. Apesar do tema ser bastante controverso, acerca da cartografia, houvera uma cédula real de 1504 que impôs limites à divulgação de informações. A cédula determinava a proibição de fabricar globos terrestres (“pomas”) e, no que diz respeito às cartas náuticas, da representação da costa africana do sul da foz do rio Zaire. De acordo com as próprias palavras de D. Manuel I, essa medida se estabelecia em continuação a uma anterior, a qual proibia apenas até as ilhas de São Tomé e Príncipe²²⁸.

A tentativa de coibir a repercussão das novidades tentava fazer frente às ambições territoriais que se expandiam pela Europa juntamente com a noção cada vez mais alargada do mundo, a qual provocava um crescente sentido de espaço. A

²²⁸ Alegria, Maria Fernanda; Daveau, Suzanne; Garcia, João Carlos; Relaño, Francesc, *História da Cartografia Portuguesa*, p. 109.

própria utilidade dos mapas aos interesses oficiais das monarquias, no momento centradas entre Portugal e Castela, estimulou uma nova concepção cartográfica da administração, uma nova forma de experimentar o espaço que também se destinava aos interesses diplomáticos políticos. Qual não foi o papel desempenhado pelos mapas na querela das Molucas, por exemplo?²²⁹

A produção de mapas propriamente portugueses, dessa forma, data dessa época. Apesar de alguns historiadores portugueses argumentarem acerca da possibilidade de uma produção anterior, os primeiros exemplares de que se têm notícias foram produzidos em função das expansões além Bojador, ou seja, datam do final do século XV. A primeira, conhecida como Carta de Modena, localizada na Biblioteca de Modena, teria sido elaborada em c.1471 por autor desconhecido. Essa carta, que guarda semelhanças com as cartas-portulanos menos ornamentais, representa até a entrada do golfo da Guiné, incluindo os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. O “rio do lago” é o último topônimo registrado e estaria relacionado à viagem de João de Santarém e Pêro Escobar. Mas essas informações e outras mais avançadas, inclusive, também poderiam ser encontradas na produção cartográfica de outras partes, especialmente da Itália. Poucos anos antes, o já mencionado Grazioso Benincasa, em 1469, produziu um Atlas de seis cartas em Veneza no qual a costa africana se estenderia até o “cavo de sancta Maria”, pertencente à região conhecida por Serra Leoa, acrescido das novidades das viagens de Pêro Escobar. Para completar, o conhecimento exibido pela carta condiz com as informações apresentadas ainda por Cadamosto para além do “ryo grande”. A essa altura, o veneziano já teria retornado de Lisboa após

²²⁹ As ilhas Molucas, localizadas na Ásia, era um importante ponto para aqueles que navegavam em direção às Índias e Malásia. Além disso, elas eram ricas em especiarias que se distribuíam por todo o oceano Índico – o que obviamente despertava o interesse das monarquias envolvidas na expansão: Portugal e Espanha. Com base no Tratado de Tordesilhas e interessados na posse de tal ilha, cartógrafos sob patrocínio de suas Coroas tratavam de representar a Molucas no lado destinado aos seus interesses. Exemplares portugueses a alojavam no lado português, enquanto que o reino de Sevilha a puxava para a parte. Jorge Reinell, em 1519, teria sido o autor de um mapa anônimo também chamado de Kuntsmann IV no qual representa as Molucas na parte castelhana quando estava refugiado em Sevilha por conta de uma contenda em Lisboa. Também em 1519, um trabalho conjunto entre Lopo Homem e os Reinéis conhecido como Atlas Miller é elaborado. Neste exemplar, contudo, as Molucas, em grande escala é colocada no lado português. (Sánchez, Antonio, *La Espada, la Cruz y el Padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica, 1503-1598*, p. 105).

ter viajado pela costa da Guiné pela Coroa Portuguesa, sendo possível que ambos tenham se encontrado em Veneza²³⁰.

Essas informações apresentam-se mais avançadas, contudo, mais tarde, quando Pedro Reinel, um dos representantes da posteriormente conhecida “Escola de Reinéis”, confecciona uma carta Atlântica (ca.1483) (Figura 20). Importante cosmógrafo, seu trabalho oficial é atestado por uma carta de mercê na qual D. João III concede-lhe uma tença anual de quinze mil reais em “respeito aos serviços que Pero Reinel e senhorios, tem feitos a elRey dom João meu tyo e a elRey meu senhor, e padre”²³¹. A primeira notícia a seu respeito mostra-o viajando pela África em uma missão diplomática na época de D. João II. Mais tarde se envolveria, juntamente com seu filho, em histórias de espionagens entre Portugal e Espanha. Além disso, de acordo com Alfredo Marques Pinheiro, teria ascendência africana²³².

Nesta primeira carta, Reinel representa o Mediterrâneo Ocidental e as costas da África, com os correspondentes arquipélagos atlânticos. A costa africana, por sua vez, se estende até “*serra lioa*” com uma particularidade que se tornará uma constante: o desenho de leão. Apesar da relação estabelecida, Pacheco Pereira relata que o nome da região se deve mais à braveza da terra do que à grande quantidade que possuiria do animal - o que nos leva à consideração de Tzvetan Todorov, ao analisar os nomes próprios conferidos por Colombo hermenêuta, de que os nomes seriam nada mais do que a imagem das coisas²³³. O leão, outrossim, é a única figura desenhada em toda a carta, levando muito a supor que algum motivo pessoal tenha o determinado: ou as viagens que realizara por aquelas terras a mando da Coroa ou por ser dali sua origem africana²³⁴.

Os topônimos indicados ao longo da costa, assim como na carta de Jorge Aguiar de 1492 (Figura 21), devem-se à primeira viagem de Diogo Cão em 1482-84. Nesta viagem, já a mando de D. João II, Cão passa a levar consigo os padrões

²³⁰ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 154.

²³¹ Cortesão, Armando; Mota, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, p. 19.

²³² Marques, Alfredo Pinheiro, *Os descobrimentos e o “Atlas Miller”*, p. 165.

²³³ Todorov, T., *A conquista da América*, p. 41.

²³⁴ Marques, Alfredo Pinheiro. *op cit.*, p. 176.



Figura 20 – Carta de Pedro Reinel, ca. 1485



Figura 21 - Carta de Jorge Aguiar, 1492

para assinalar a sua passagem por determinadas localidades. O marco final dessa carta, a embocadura do Zaire, seria onde Cão colocara seu primeiro padrão, que também está representado. Também data dessa época o início da construção da Fortaleza de São Jorge da Mina com o intuito de proteger e controlar o mercado, especialmente o de ouro, daquele local. Neste mapa, a região de sua construção está demarcada por uma bandeira e o topônimo “*Amina*”. Já no exemplar de Aguiar, o castelo está devidamente construído e representado com a bandeira portuguesa cravada, demarcando a posse. Aliás, como nas anteriores cartas maiorquinas que muito influenciaram as primeiras cartas portuguesas, as bandeiras rodeiam todas elas. Mas, ao contrário da diversidade dos anteriores, elas basicamente se dividem apenas em muçulmanas ou portuguesas (cristãs), demarcando, portanto, os protetorados.

A carta de João Aguiar é, por sua vez, a que carrega mais características ornamentais das cartas-portulanos como o o Mar Vermelho colorido, o traçado do Nilo, iluminuras de cidades (no caso Veneza, Lisboa, Genova e Granada) e os tradicionais Montes Claros seguidos da legenda: “Aqy esta a Sera dos montes claros”. A ornamentação, entretanto, finaliza aí. Não há reis, animais selvagens ou mesmo monstros a circular por esta parte do mundo.

Assim como na carta de Reinell, o delineamento da costa africana está dividida em duas seções distintas: a primeira, um desenho tradicional do litoral até “*A mina*” (a essa altura, o castelo já havia sido construído como entreposto comercial português na região); e a segunda, um esboço do que seria o resto da costa até o “*rio padrom*” indicando o rio alcançado por Diogo Cão em 1483. Pensemos um pouco a respeito da necessidade desse corte e transposição. Poderia argumentar em favor de erros de programação por parte do cartógrafo, mas por que ele se repetiria em outra carta? Como sugere Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota no *Portugaliae Monumenta Cartographica*, a explicação mais plausível se daria em torno de uma tentativa de compatibilização de tradição. Embora usando padrões diferentes, tanto Reinell quanto Jorge Aguiar teriam adotado um processo semelhante, mantendo localizações relativas de linhas de rumos. Mais do que construir uma carta nova, eles copiavam uma antiga

e isto sem dúvida era importante nessas épocas, em que, como para o futuro sabemos que aconteceria, um cartógrafo era sobretudo um membro de uma ‘escola’, um transmissor de padrões que aceitava. Às vezes enriquecia, transformava, o padrão que utilizava. Às vezes abandonava-o mesmo, ou para o substituir por outro, melhorado, ou para criar um novo, quando de tal era encarregado. Mas ninguém poderá ter dúvidas de que, sempre, e sobretudo, o que preferiria fazer seria, pura e simplesmente copiar²³⁵.

Nesse sentido, as cartas não podem ser vistas de maneira isoladas. Seu conteúdo representava uma dada forma de descrever a nova região, inserindo-a no mundo. O desenho que se contornava e as descrições que se seguiam repercutiam certa imagem que circulava e ajudavam a propagá-la, tentando manter uma relação, conforme já mencionado, entre o antigo e o moderno. As antigas terras dos monstros, garamantes, antipodais ou incógnita vai a cada expedição ganhando a conformação e se inserido de vez no ecúmeno.

5.2.

Além das colunas de Hércules

Paralelamente, as edições impressas de Ptolomeu começam a circular pela Europa, saindo do espaço restrito das cidades italianas. Sua popularidade avança juntamente com as expedições marítimas, sendo, inclusive, nome constante nas narrativas de viagens, como analisado no capítulo anterior - apesar dos problemas de traduções averiguadas nas edições existentes, dado os conhecimentos exigidos para tal, como grego e matemática. De todos os textos de Ptolomeu, a *Geographia* fora o primeiro a ser impresso, em 1475. Já em 1486, a sua primeira edição é feita fora da Itália. Apesar de somente em meados de 1520 começar a se averiguar edições mais elaboradas e técnicas do tratado, muitas ideias já haviam sido parafraseadas, outras criticadas ou mesmo adaptadas aos modernos detalhes geográficos e históricos²³⁶.

²³⁵ Cortesão, Armando; Mota, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, p. 68

²³⁶ Weiss, Benjamin. *The Geography in print, 1475*. In: Burnett, Charles; Shalev, Zur (ed). *Ptolemy's Geography in the Renaissance*, p. 91.

No final do século XV já se observa uma certa quantidade de representações do mundo com influências ptolomaicas, como é o caso do mapa (ca.1489-1492) presente nos códices ptolomaicos de Henricus Martellus, um cartógrafo alemão que trabalhou em Florença no período de 1480-1496 (Figura 22). Como já mencionado, as cidades italianas eram um efervescente entreposto de circulação das novidades advindas das navegações pela costa africana. Pouco se sabe acerca da vida de Martellus, mas supõe-se que seu trabalho tenha influenciado outros a incluir a confecção do primeiro Globo Terrestre, datado de 1492, que se tem notícia de um natural também de Nuremberg, Martim Behaim (Figura 23). Behaim, por sua vez, vindo de uma família de mercadores viajara bastante pela Europa, chegando a estabelecer-se em Portugal. Em Lisboa, ele integrou a comunidade mercantil interessada na exploração ultramarina, travando conhecimento com diversos navegadores, cosmógrafos e exploradores. Inclusive, pela sua proximidade com Valentim Fernandes, teria gerado a confusão de autoria da narrativa de viagem anônima de sua coletânea que hoje é conferida a Diogo Gomes de Sintra.

No conjunto, ambos exemplares, semelhantes nos detalhes, refletem a miscelânea de fontes que foram manuseadas a fim de dar conta da cosmografia do novo mundo especialmente pela égide das projeções ptolomaicas. Em uma legenda Behaim ressalta:

Fica sabendo que nesta forma de uma maçã aqui apresentada é colocada todo o mundo de acordo com seu comprimento e largura em acordo com a arte da geometria, nomeadamente, uma parte descrita por Ptolomeu neste livro intitulado *Cosmographia Ptolemai*, e o restante do que o cavaleiro Marco Polo de Veneza escreveu em 1250. O digno doutor e cavaleiro João de Mandeville também deixou um livro em 1322 no qual trouxe a luz do dia os países do leste, desconhecidos de Ptolomeu, dos quais recebemos pimentas, pérolas e pedras preciosas, mas o Sereno Rei João de Portugal causou de visitar em suas caravelas aquelas parte do sul não conhecida de Ptolomeu no ano de 1485, pelo que eu, de acordo com estas indicações es-



Figura 22 – Planisférios de Henricus Martellus, 1489-1492



Figura 23 – Detalhe África. Globo de Martin Behaim, 1492

-sa maçã foi feita, estava presente²³⁷.

Na comunhão de antigos e modernos, Behaim vai desde autoridades antigas, com toda sua *mirabilia*, passando por Ptolomeu até chegar nas informações advindas das navegações. Marco Polo e Mandeville brotam em meio às linhas, dando claridade às ilhas místicas e aos monstros que vagueiam por entre o globo. Logo abaixo das Montanhas da Lua, há dois Ciápodes simetricamente posicionados na região da Abissínia. Monstros também são vistos pelos mares de Martellus e no interior da África pela alcunha de “Antropophagi Ethiopes”.

Ptolomeu, em ambos os casos, oferece a geografia que se estabelece até onde a experiência permite. Este, por sua vez, pinta e delimita a África ocidental com mais apurado detalhe, como uma legenda no oceano Atlântico de Martellus ressalta: “Este é o moderno formato da África de acordo com as descrições portuguesas entre o Mediterrâneo e o oceano austral”²³⁸. A experiência se encarrega de legitimar o conhecimento e a força das expedições portuguesas é novamente reforçada na proximidade da “ilha de fonti”, alcançada por Bartolomeu Dias, o ponto mais austral: “Até aqui, próximo a *ilha de fonti*, chegou a última expedição portuguesa no ano do Senhor 1489”²³⁹. Essa mesma experiência portuguesa vai contornando o Cabo Verde de Behaim:

Deixe saber que o mar chamado oceano, entre a ilha de Cabo Verde e o continente, corre rapidamente para o sul; quando Hercules chegou aqui e viu a declive do oceano, retornou e construiu uma coluna, a inscrição que

²³⁷ “Es ist zu wissen, doft. in diefer gegenwertigen figur des arffels ist ausgemeffen die gantze welt nach der lang und nach der braitt nach kunft geometria als uns ptolamiu in feinen buch genant cofmographia ptolmeae' gefchrieben hat das ain thail und darnach das ubrige der from ritter marco polo 1250 vo venedig der in orientgereiflhat a. 1250 aufgefchriben hat gelaffen auch fo hat der wurdige doctor und ritter Johann de Manda- villa a. 1322 auch ein buch gelaffen das nemblich die unbekande land ptoaej in ornt liege mit famt den jnfeln dafelbflen an tag gebracht haben von danen uns die specereyen perlein und die edelgestein zugefuhrt werden aber der durchlechtig konik don Johann von Portugal hat das iibriy thail dafs ptolomaeo noch nit kundig geweffen ist gegen mittag laffen mit feinen schiffen befuchen ano dni. 1485. dareby Ich der diefen apffel anggeben hat gewefen bin”. (Ravenstein, Ernst G., *Martin Behaim: his life and his globe.*)

²³⁸ “Hec est vera forma moderna affrice sendum descrittione Portugalensium inter mare Mediterraneum et oceanum meridionalem”

²³⁹ “Huc usque ad ilha de fonti pervenit ultima navigation Portugalensium anno domini 1489”.

prova o que Hercules fez não existe mais. Depois, o escritor disto foi enviado além pelo Rei de Portugal no ano 1485²⁴⁰.

Como o próprio enfatizara, as antigas tradições estariam ali presentes e a mística em torno das colunas de Hércules não poderia faltar. Mas quase que como uma sutil referência às rupturas instauradas, as colunas, que certa vez delimitaram os confins do mundo, foram então ultrapassadas por um enviado do rei de Portugal, que delas ainda foram além. Nos tempos mais antigos, as colunas teriam sido construídas no Estreito de Gibraltar, mas foi acompanhando o discurso de posse do mundo se estendendo pelo “Cabo Rosso”, em Fra Mauro, e também no Cabo de Não, segundo Diogo Gomes. No Globo de Behaim, estariam em Cabo Verde, caso ainda existissem. A partir desse ponto, Behaim poderia afirmá-lo pela própria experiência, uma vez que indicara que, a mando do rei João II de Portugal entre os anos de 1484-1485, estivera na Guiné – apesar de não haver indícios de sua participação em nenhuma expedição. No entanto, comparado a Martellus, conforme analisa Relaño, as informações adicionadas por Behaim não estão necessariamente correlacionadas ao real crescimento do conhecimento geográfico²⁴¹. A confecção do globo, bem como a beleza de sua iconografia, refletem a habilidade de um miniaturista, *Glockenthon*, ou de um artesão, *Glockengiesser*, e pouco de um marinheiro ou explorador. Além disso, as características geográficas dispostas no Globo sob a supervisão de Behaim demonstram que ele não era um *expert*.

Na delimitação da costa ocidental africana, entretanto, a riqueza de topônimos dá a impressão de um conhecimento mais avançado. Behaim reflete não somente as navegações portuguesas, mas também algo que poderia ter sido sua própria experiência ou imaginação. Alguns nomes de lugares no Golfo da Guiné, como “rio behemo” ou “terra da peneto”, não são mencionados em

²⁴⁰ “Es ist zu voifsen daz rner genant oceanus alhier zwifchen den jnfeln cabo verde und die/em landt fast gerad vnder fich gegen mittag fchnelliglich widerlaufft als herculefs mit feinem schiffen hieher gerunnen wafs and alhier den ahfahl defs mders fah kert er wider und fetzt die feul welche durch fchrifft beweift, dafs man merck dafs herculefs nit ferrer fey Jcomen dann der, diefes gefcriben hat wurt von konik von portogall ferner gefchikht, Anno, 1485”. (Ravenstein, Ernst G, *Martin Behaim: his life and his globe.*).

²⁴¹ Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 169.

nenhum outro documento²⁴². O interior africano da *Guinea* também é preenchido com antigos conhecidos. Nele é possível encontrar o rei *Mormelli* e o rei *Organa*, tributários da herança das cartas estilo maiorquino, para além de outros reis, como rei das terras Furfur e o imperador da Abássia - Preste João se encontra na Ásia. Daqui em diante, em face dos territórios desconhecidos da África central e austral, restava, pois, espaços vagos. Deste ponto em diante o formato da África retorna às premissas de Ptolomeu. Observa-se os limites austrais lentamente se inclinando para leste até que uma saliente península austral aponta para a Ásia, criando o efeito de continuidade que imediatamente nos leva à *terra incógnita*. A costa oriental é também convencional. Nem Martellus e nem Behaim refletem nenhum conhecimento da viagem de Pêro de Covilhã. Pelo contrário, no imenso vazio que se instaura, os poucos topônimos se referem à origem ptolomaica como “*prassum promontorium*” e “*raptu promontorium*”. O próprio percurso do Nilo também deve muito ao alexandrino.

No geral, ambos exemplares, de natureza e nacionalidade um tanto quanto semelhantes, indicam que as adaptações ptolomaicas não devem ser vistas como uma mera semelhança, nem mesmo a acomodação de antigas e modernas discussões. Apesar da premissa básica ptolomaica acerca da circum-navegação da África ter sido categoricamente refutada pelas viagens portuguesas, ainda assim a utilização de sua geografia acerca de partes desconhecidas permanecia em voga, como se pode observar nas descrições do Nilo que discutimos no capítulo anterior. A título de mais um exemplo, apresentamos aqui ainda a declaração de obediência de 1485 proferida pelo embaixador português Vasco Fernandes de Lucena ao, então, Papa Inocêncio VIII.

A tudo isso acrescente a esperança fundada de explorar o golfo Arábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador, dos quais, a dar crédito a experimentados geógrafos, já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem. Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório Prassum onde começa o golfo Arábico; foram explorados os rios, praias, e todos os

²⁴² Relaño, F., *Shaping of Africa*, p. 169.

portos desde Lisboa, numa extensão de mais de 45 centenas de milhares de passos, estão enumerados com exactíssima observação de mar, das terras e dos astros²⁴³

Na sua declaração, o orador aproveitou para informar à grande autoridade da Igreja Católica sobre os avanços portugueses, a incluir a primeira viagem de Diogo Cão. Verifica-se, juntamente com as novidades, que a notícia propagada se apoia na geografia ptolomaica para organizar a imagem austral da África, que mesmo em exemplares um pouco mais tardios e mais técnicos ainda se manifestam juntamente com outras influências, como no exemplar elaborado sigilosamente²⁴⁴ a pedido de Alberto Cantino ca.1502 para o Duque de Ferrara (Figura 24). Nele, o mesmo promontório está a demarcar os limites austrais da África, bem como os “*Môtes Lune*” na origem do Nilo e o “*Mare Barbaricus*”, na costa oriental. No entanto, a geografia do planisfério se distanciava das representações tradicionais ptolomaicas no que tange especialmente à conformação austral da África e o formato do “*Oceus Ynidiais*”. Somado ao conhecimento da costa ocidental, que se mostra bastante acurado, esse contorno mais moderno da África austral insere a dúvida: como Alberto Cantino, a serviço do Duque de Ferrara, conseguiria tantas novas informações em meio à proibição de circulação de cartas e globos?

A ideia de existência de uma política de sigilo, como já mencionado, é bastante controversa, mas no que tange à cosmografia tentou ser mais efetiva e oficial, tendo em vista a cédula mencionada no início desse capítulo. Nesse sentido, a avançada geografia apresentada pelo planisfério realmente se mostra uma incógnita, especialmente se comparada à coeva carta do navegador e explorador espanhol Juan de La Cosa de

²⁴³ Andrade, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo*, p. 111.

²⁴⁴ Diante da proibição de circulação de cartas e globos instauradas pela “política de sigilo”, Alberto Cantino, um enviado de Duque de Ferrara à corte portuguesa, conseguiu adquirir informações avançadas para a confecção de seu mapa. Em uma carta enviada a seu patrão, ele conta ter pago doze ducados pelo exemplar. Tão incerto quanto a forma que Cantino conseguiu o Planisfério é a sua autoria. A inscrição no Planisfério não ressalta qualquer dado a esse respeito: “*Carta de nauigar per Le Isole Nouan tr[ovate] in le parte de l’India: dono Alberto Cantino Al S. Duca Hercole*”.



Figura 24 – Detalhe África. Planisfério de Cantino, 1502.

1500²⁴⁵. Esse exemplar, cuja autoria e data se encontram inscritas abaixo da iluminura de São Cristovão: “Juan de la cosa la fizo en el puerto de St Mj en año de 1500”, foi feito de presente aos monarcas espanhóis, Fernando e Isabel. Nele é possível observar novas informações portuguesas a respeito da costa ocidental africana, mesmo as além do golfo da Guiné até o Cabo da Boa Esperança, no qual ele inscreve: “terra descoberta pelo rei D. Manuel de Portugal”²⁴⁶. Mas desse ponto em diante é bem menos informada que o Planisfério.

Dentre as teorias que tentam explicar isso, a mais aceita é que o cartógrafo encarregado por Cantino teria feito uma cópia do *padrão* apesar da proibição, o que também explicaria a série de exemplares posteriores semelhantes ao de Cantino. O próprio nome de quem elaborou o exemplar nos escapa. A inscrição que normalmente traria o nome ressalta apenas os dois patrocinadores: “*Carta de nauigar per Le Isole Nouan tr[ovate] in le parte de l’India: dono Alberto Cantino Al S. Duca Hercole*”.

Para completar, o exemplar é um dos primeiros, de acordo com Joaquim Gaspar, a se basear na observação astronômica de latitude, avançando nas técnicas de localização náutica²⁴⁷. Até então, mesmo nos exemplares estilo ptolomaicos acima analisados, as linhas de rumos das cartas náuticas eram as principais referências. No entanto, apesar dessas linhas serem relativamente eficientes, embora não exatas, na navegação no Mediterrâneo, quando se tratava de mar aberto apresentavam sérios problemas. Os pilotos passavam a depender cada vez mais de referenciais mais exatos para se localizar diante dos ventos e das correntes marítimas mais intensas no oceano, como nos conta João de Barros:

No tempo que o Infante Dom Henrique começou o descobrimento de Guiné, toda a navegação dos mareantes era ao longo da costa, levando-a sempre por rumo, da qual tinham suas notícias por sinais de que faziam roteiros, como ainda se presente usam em alguma maneira, e pera aquele modo de descobrir isto bastava. Pero depois que eles quiseram navegar o descoberto, perdendo a vista da costa, e engolfando-se no pego do mar,

²⁴⁵ Muitos historiadores questionam a data devido a diversas das informações contidas na carta. No entanto, sendo ela inscrita na legenda, permanece o uso corrente de 1500.

²⁴⁶ “*Tierre descubierta por el Rey don Manuel Rey de Portugal*”.

²⁴⁷ Gaspar, Joaquim, Revisando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa, p. 9.

conheceram quantos enganos recebiam na estimativa, e juízo das sangraduras, que segundo seu modo em vinte e quatro horas davam de caminho a altura he mui certo mostrador²⁴⁸.

Do ponto de vista técnico, ocorre, portanto, a transição de uma navegação estimada para uma baseada no cálculo de latitude, este aprimorado por Pedro Nunes algumas décadas depois²⁴⁹. Tal transição também significou uma notável mudança na forma de encontrar a posição do barco, que antes vinha de um ponto fantasia baseado no rumo magnético e na distância estimada e passou ao ponto geométrico, baseado no rumo magnético e no cálculo de latitude. Essa nova forma de representar dominará grande parte da cartografia náutica do século XVI, coexistindo com características das cartas-portulanos. No caso do Planisfério, por exemplo, o Mediterrâneo e o Mar Negro são basicamente delimitados tal como nessas cartas.

A África, que constitui a figuração central do planisfério, demonstra bem a coexistência de ambos os modelos. Para além da sua parte mediterrânica, o além Saara é delineado com base no modelo de latitude. Bem alinhada e com uma geografia mais precisa especialmente na costa, seus contornos já se mostram delimitados e bastante distantes daqueles representados pelos modelos ptolomaicos. Seus topônimos, contudo, seguem os das cartas-portulanos de apresentação, bem como as bandeiras portuguesas a demarcar possessão. Mesmo na iconografia é possível ainda observar influências das cartas mais antigas aqui analisadas.

A pintura de “Os Montes Claros em Affrica” enfatiza a já mencionada região a que Duarte Pacheco chama a atenção para a beleza, assim como o planisfério. Tal como na sequência de “reis” das cartas maiorquinas, aqui se apresenta o “Rey organo o qual rey he muy noble e muito rico” e o “rey da Nubia, o qual rey sempre trace continuamente guerra com el preste Juã o qual rey he

²⁴⁸ Barros, João de, *Da Ásia de João de Barros e de Diogo Couto*, Vol. I, p. 281.

²⁴⁹ O programa de transformar a navegação em uma ciência matemática foi proposto pelo matemático e cosmógrafo Pedro Nunes entre 1530 e 1560. A respeito desses estudos e sua repercussão pela Europa, ver: Leitão, Henrique. *Maritime discoveries and the discovery of science. Pedro Nunes and Early Modern Science*. In: Brotóns, Victor; Eamon, William (ed.), *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica. Beyond the Black Legend*, p. 89-104.

mouro e muyto enemjguo de cristãos”, além da “Terra do Preste Juam”, a dominar toda a região mais central. Em uma comparação com os anteriores exemplares catalães, observa-se que mesmo as legendas se assemelham – o mesmo se pode analisar para o caso da Ásia, cuja influência das cartas-portulanos são também bastante manifestas juntamente com as informações advindas já das primeiras expedições pelo Índico.

No geral, Planisfério de Cantino é uma síntese gráfica da cartografia da época, que inclui as características já presentes nas cartas-portulanos, nos ptolomaicos com pinceladas das novidades advindas das navegações, especialmente no que tange a quarta parte do mundo. Desde as viagens de Colombo, os cristãos tiveram ainda que, após as extensões da zona tórrida africana, lidar com mais uma parte do mundo. Ao contrário da Guiné, que permanecia ligada a África, a quarta parte inseria questões ainda mais problemáticas vistas sob a ótica da cosmovisão cristã, que dividia o mundo em três:

É assim que ao projetar o processo da invenção da América, sobre o fundo do seu próprio horizonte cultural, não só se explicará o aparecimento desse ente, mas também que o acontecimento surgirá como uma nova etapa – talvez mais decisiva – daquele antiquíssimo processo²⁵⁰.

O debate que se desenvolveu a esse respeito dialogara com os preceitos cristãos aqui apresentados também para o caso africano. O antiquíssimo processo a que O’ Gorman se refere na citação acima se insere nesse esforço que o homem cristão vinha empregando para entender/explicar as antigas e modernas conformações do cosmo e o seu papel nele.

5.3.

Locus horrendus

Nos exemplares ornamentados, especialmente no Planisfério de Cantino e no Globo de Martim Behaim, bem como na carta de Juan de la Cosa, se verifica no interior da África os recorrentes soberanos, antes representados nas cartas

²⁵⁰ O’Gorman, E., *A invenção da América*, p. 71.

maiorquinas, povoarem as terras logo abaixo dos maravilhosos Montes Claros. Ao sul dos majestosos “reis”, a pouca presença de iluminuras indica, muitas vezes, a presença de um deserto. Apesar das legendas não serem muito enfáticas a respeito da natureza dessas terras que pouco satisfazia aos interesses expansionistas, a falta de informação seguida pelas ricas iluminuras da “terra dos negros”, que adiante analisaremos, indicam o desconhecimento inerente a regiões inóspitas e de difícil acesso. Logo na sequência do dito Monte Claro, a precariedade de informação se deve, nesse sentido, à dureza das terras áridas e secas do deserto africano cuja notícia se fazia ressoante desde os tempos de Plínio:

Suetonis Paulius lá alcançou em dez dia, e viajou além do Rio Ger, através dos desertos de areia preta, com rochas projetadas em alguns lugares que pareciam que tinham sido queimadas – um lugar desabitado por causa do calor, embora fosse inverno quando ele teve essa experiência²⁵¹.

Os adjetivos que acompanham a imagem de uma região inóspita e árida reforçavam a teoria da zona tórrida, ou vice-versa, que durante muito tempo povoou o imaginário acerca da África como um todo. Tal região também se apresenta nos exemplares T.O. que, influenciados pela descrição de Orósio, demarcam-na com a presença de um monte chamado Astrixis delimitando as férteis terras banhadas pelo mediterrâneo e as desérticas, conforme analisamos no capítulo 1. Bem como no *Libro del Conoscimiento*, uma das principais fontes do Atlas Catalão, por entre as terras africanas: “Eu fui ao longo da costa por uma grande distância, atravessando as praias de areias desabitadas até que cheguei na terra dos negros”²⁵². Sabidamente, a África, nesse sentido, teria uma grande parcela de suas terras dominadas por um deserto que impedia a chegada às terras austrais ou antipodais, que guardavam as maravilhas.

À luz desse imaginário, o deserto africano, muitas vezes conhecido como deserto da Líbia, não era nenhuma novidade. Pelo contrário, seu clima inclemente e sua paisagem selvagem se somavam a diversos outros obstáculos que impediam qualquer incursão cristã por ele, como nos conta Diogo Gomes:

²⁵¹ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 56-57.

²⁵² Markham, Clements (ed.), *Book of the knowledge of all the kingdoms, lands and a lordships that are in the world*, p. 28.

Na costa dessa terra não havia senão areia e não se achavam aí nem árvores nem vegetação. Essa terra arenosa estende-se por junto dos Montes Claros até para além do Monte Sinai e toma o nome de Mar Arenoso [...]. É este Mar Arenoso que as gentes de Catago, agora com nome de Tunes, costumam atravessar em caravanas de camelos, por vezes com 700, até um lugar chamado Tambucutu e até outra terra, Cantor, em busca de ouro da Arábia que aí se encontra em grande abundância. Dos homens e animais muitas vezes mal regressa a décima parte. Ao ouvir isto, o Infante Dom Henrique incitou-o a ir saber daquelas por mar para estabelecer comércio com elas e para garantir casa aos seus nobres²⁵³.

Ciente da dificuldade, o desejo de se alcançar as possíveis terras além do Cabo Bojador por via terrestre era uma façanha das mais arriscadas, senão impossível – dado o pouco conhecimento que os cristãos tinham do dito deserto. A saída era mesmo pelo mar. O Infante Henrique, cioso de saber de outras terras, enviara, então, seus homens por mar no intuito de se encontrar terras além do dito deserto. A façanha era mais do que uma simples tentativa de sorte, uma vez que o contato que se estabelecia entre cristãos e muçulmanos em torno do comércio no Mediterrâneo provavelmente disseminara informações de mercadores que se aventuravam pelas rotas invisíveis do Saara. Além disso, alguns relatos árabes de viagens ao sul do deserto ressaltam uma outra realidade - embora não se possa afirmar efetivamente que elas tenham circulado pelas mãos dos cristãos, mas algum resquício delas poderia ter repercutido mesmo que não o relato em si. Apesar de ainda pouco estudado, o circuito do Mediterrâneo era um facilitador na divulgação de notícias de ambos lados. Como demonstrado no *mappaemundi* de Fra Mauro e nas cartas-portulanos, muitas informações só poderiam ter sido adquiridas por essa circulação.

²⁵³ “*In littore terre // illius non errant nisi arene; nec arbores neque herbe ibi inueniebantur. Que terra arenosa transit iusta Montes Claros usque ad montem Synay et ultra et uocatur Mare Arenosum et est in latitudine 37 dietarum, diuidens homines albos et nigros ab inuicem. Quod Mare Arenosum Carthaginenses, qui nunc uocantur Tunisi, cum carabanis et camelis aliquando 700 pertansuerunt usque ad locum qui dicitur Tambucatu et ad aliam terram Cantor pro auro arabico quod ibi inuenitur in copia maxima. De quibus hominibus et animalis multociens uix decimal pars reuersa est. Wuador audiens Infans dominus Henricus mouit eum inquirere terras illas per aquam maris ad habendum comercia cum ipsis et ad nutriendum suos nobiles*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 53.

Passado, pois, o Bojador e suas tormentosas correntes, as notícias que chegaram ao infante das ditas terras reforçavam a ideia de que o suposto deserto se estenderia mais do que o desejável. A expectativa que se criara com a possibilidade de haver terras em regiões desacreditadas pela antiga cosmovisão cristã era frustrada, a princípio, pela imagem nada muito convidativa como a desenhada por Alvise Cadamosto:

E note-se que, saindo fora do estreito de Gibraltar, navegando à mão esquerda pela dita costa da Berberia para esta Etiópia, não se encontra povoação alguma dos ditos Berberes, até o Cabo dito de Cantim; deste, pela dita costa, para o Cabo Branco, começam as terras arenosas, que é o deserto, o qual confina pela parte norte com os montes que cercam esta nossa Berberia daquém de Tunis e de todos aqueles lugares da costa. A este deserto os Berberes chamam Sarra. Do Sul confina com os negros de Etiópia; e é deserto muito grande, e cuja travessia demora cinquenta a sessenta dias, a cavalo, e em alguns lugares mais, outros menos. Este deserto vem beber no mar Oceano, na costa, que é toda arenosa, branca e seca, e é terra baixa, toda igual e não mostra ser mais alta num lugar que no outro, até o dito Cabo Branco. Este assim foi chamado porque os portugueses, que o descobriram primeiro, viram-no arenoso e branco, sem indício de erva nem de árvore [...]²⁵⁴

Terra inóspita, sem recursos naturais e, portanto, sem qualquer possibilidade de riqueza, foi o que se delineou aos olhos dos navegantes. Mais parecido com o sexto círculo do inferno descrito por Dante Alighieri, a paisagem pouco se ajustara às razões que moveram, segundo Zurara, o Infante Dom Henrique na sua enseada. Vejamos a segunda em especial: “E a segunda razão foi, porque considerou, que achando-se em aquelas terras alguma povoação de cristãos, ou alguns tais portos, em que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado [...]²⁵⁵ .

Certamente para se ter mercado precisaria ter pessoas e a princípio tudo indicava que boa parte da terra, além de pobre em recursos e de um inclemente

²⁵⁴ “E nota che partendosi l’uomo fuora dello Stretto di Gibralterra, venendo a man sinistra per la detta costa, che è della Barberia verso questa Etiopia, non si truova abitato da’ detti Barberi, salvo perfin al capo detto di Cantin: e dal detto capo per la detta costa verso il Capo Bianco cominciano le terre arenose [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 18-19.

²⁵⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 57.

clima, possuía pouca ou nenhuma povoação. Mas em meio a todo o desalentador cenário, era possível encontrar esperanças, como ressalta Duarte Pacheco Pereira: “E é coisa maravilhosa como a grande natureza proveu todas as coisas necessárias, porque sendo este deserto de areia a qual corre muito com a força dos ventos, nele estão umas ilhas de penedos com alguma terra [...]”²⁵⁶. A onipotência divina se fazia sentir mesmo nas coisas mais impensáveis. Os desígnios de Deus fugiam à compreensão humana, mas eram constantemente demonstrados: “E pois Deus Nosso Senhor proveu cada um segundo as suas necessidades, nós que vivemos no frio não podemos viver sem as lãs, e eles, os negros, que nascem no calor, e que não necessitam de vestidos, Deus não lhes deu ovelhas, mas sim algodão”²⁵⁷. Mesmo sem refletir muito sobre o assunto, Cadamosto demonstra a corrente perspectiva da Criação enquanto um sistema equilibrado. A grandiosidade da obra divina era somente ressaltada, e não questionada, pelas diversidades e daqui se compreenderia a composição contraposta estabelecida entre “terra dos mouros”, como Zurara cunhou essa árida terra, e “terra dos negros”, que viria a seguir.

Na tentativa, portanto, de colher mais informações acerca das terras desérticas e da possibilidade de existirem outras melhores que pudessem favorecer aos interesses e razões da Coroa, um português de nome João Fernandes entra para a história de Zurara ao se lançar em meio a tão desafortunadas terras, as quais ele relata em detalhes tal como supostamente lhe foi narrado:

[...] que esta terra é toda areosa sem alguma erva, somente pelas vagens ou baixios, que têm alguma erva, de que os gados têm seu fraco governo: têm porém outeiros e serras, todos de areia. E dura esta terra deste Tagaoz até a terra dos negros, e vai cerrar com o Mar Mediterrâneo [...] nem há em ela árvores senão pequenas, assim como figueiras do Inferno ou espinheiros, e em alguns lugares há aí palmeiras. E todas as águas são poços, sem nenhuns rios correntes em mui poucos lugares desta terra serão três léguas,

²⁵⁶ Pereira, D. P. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 90.

²⁵⁷ “e però Iddio nostro Signore ha provvisto in questo mondo a cadauno secondo I loro bisogni: imperocchè, noi che vivemo al freddo, senza le lane non possiamo vivere; e essi Negri che nascono nel caldo, e che non hanno bisogno di vestire, Iddio non gli ha dato pecore, ma gli ha dato cotoni”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 51.

e em lonjura mil, que se não mete em ela outros lugares nobres senão Alexandria e Cairo²⁵⁸.

O português teria, então, passado sete meses nas “terras dos Mouros”. A respeito da sua estadia em regiões que do pouco que oferece se verificava apenas plantas cujo nome já indicava a qualidade (figueira do inferno e espinheiros), o cronista razoza:

Considero, diz o autor, qual seria estonce a presença daquele nobre escudeiro, sendo criado às viandas que sabeis, scilicet, pão, e vinho, e carne, e outras cousas artificiosamente compostas, e viver sete meses assim, onde não comia outra cousa senão pescado, e leite de camelas, ca penso que não há aí outro gado, bebendo água salmaça, e ainda não em abastança; e estar em terra quente e areosa sem nenhuma deleitação!²⁵⁹

Em região lúgubre, isolada e arenosa não se poderia ter muita satisfação, tal como se verifica nos climas amenos das regiões ao norte. A escassez de alimentos acompanha a pouca diversidade de fauna e flora e aos olhos do apreciador as delícias de uma paisagem ideal passavam ao largo dessas terras. Em um pequeno avanço no tempo, para além do delimitado nessa tese, permitam-nos citar dois exemplares já de meados do século XVI. Um deles, uma carta do Atlas de Lázaro Luis de 1563, hoje na Academia das Ciências, o português (de quem pouco se sabe a respeito) mostra a África Ocidental com toda uma rica ornamentação (Figura 25). Aqui, apresenta-se claramente duas pinturas de paisagens. Em uma, ao norte, os berberes em seus camelos passam por entre espécies de grutas e na sequência, uma outra com o Castelo da Mina rodeado por árvores e o leão simbolizando a Serra Leoa, a terra dos negros que o *Libro del Conoscimienta* mencionara.

A iconografia levemente traz a distinção que vai se delineando em relação à nova parte da África, que veremos melhor mais adiante. Através dela, Luis reforça a paisagem mais desértica ao norte, embora não a detalhe muito, tal como nas narrativas ou mesmo no mapa de Pierre Desceliers de 1550 (Figura 26).

²⁵⁸ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 206.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 115.



Figura 26 – Detalhe África. Mapa-múndi de Pierre Desceliers, 1550

Esse representante da escola francesa de Dieppe demarca essa distinção levantado por Luis a partir do rio Senegal. Enquanto ao norte se averigua a existência de animais típicos de regiões desérticas como camelos, o sul é povoado por maior sorte de vegetação e animais, tal como elefantes e rinocerontes. Diferentemente dos exemplares anteriores, aqui há algumas legendas a descrever as terras: uma referente à África e outra à Etiópia. Na que tange à *Afrique*, cuja iluminura se encontra invertida e acima do Senegal, ele ressalta que somente a região perto da Europa é fértil, mas uma grande parte é desabitada por causa da areia, dos animais perigosos e da inclemência do clima. Esta distinção entre a costa mediterrânea e as terras a seguir, além de expressas nos *mappaemundi* pela figura dos Montes Claros, especialmente de Ebstorf, também é estabelecida por Duarte Pacheco Pereira. Segundo ele, enquanto as cidades da Mauritânia e Tingitânia são “[...] muito fértil de pão, carnes, pescados e mel, e outras muitas coisas boas, e muitos bons cavalos que, por muitas vezes, a estes reinos tracem”, toda a terra que vai

[...] do cabo Bojador até Arguim, e dali por diante cinquenta léguas, é quase deserta e de muito pouca povoação ao longo do mar; e, pelo mesmo modo, no sertão. E isto causa o ser tudo areia e de muito pouca água. E a largura deste deserto dura certa de duzentas léguas, e de longo corre toda

África, que se estende em novecentas léguas e mais contra oriente até dar no outro mar [...].²⁶⁰

O conjunto das descrições, portanto, revela a existência de uma espécie de *locus horrendus*²⁶¹, uma versão do lugar-comum que irá se tornar, na literatura pré-romântica, bastante utilizada. Apresenta-se aqui, entretanto, denominando o *locus* de uma paisagem seca, infértil e pouco diversa. Nas descrições, ela se delinea na contraposição ao *locus amoenus*.

5.4.

Locus Amoenus

Depois de mais alguns avanços navegando “em direção ao polo antártico”²⁶², os cristãos, entretanto, alcançaram “um cabo belíssimo que entre pelo mar a que deram o nome de Cabo Verde”²⁶³. Dado a beleza e a localização daquelas paragens, Duarte Pacheco Pereira chega mesmo a assimilá-lo ao que os antigos chamaram de Hespérides: “Pois já temos escrito do Cabo Verde, e como se antigamente chamou Hespérido Promontório, assi devemos escrever das ilhas que cem léguas em mar dele estão, as quais também naquela antiguidade foram chamadas Hespéridas”²⁶⁴. O encanto natural convidava os viajantes a tentar captar tão vistosa paisagem que finalmente enchia aos olhos dos exploradores, Cadamosto ressalta:

Este Cabo Verde, assim chamado dos primeiros que o descobriram (que foram os portugueses) um ano antes que eu estivesse naquelas terras, o encontraram todo verdejante das grandes árvores, viçosas durante todo o ano; e por esta razão lhe foi posto o nome de Cabo Verde, da mesma forma que o Cabo Branco ao outro de que já falamos, por ser todo arenoso e branco. Este Cabo Verde é muito belo e alto [...]²⁶⁵

²⁶⁰ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 90.

²⁶¹ Roberto Mulinacci. *Locus Amoenus; Locus Horridus*; Oriente, Fernão Álvaro do. In: Silva, Victor Aguiar e (org), *Dicionário de Luís de Camões*.

²⁶² “[...] *ultra seu contra polum antraticum [...]*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 67.

²⁶³ “*Euntes uero de pace et inuenerunt caput pulcherrimum ingredientem in mare quem nominauerunt Cabo Verde*”. *Ibid.*, p. 65.

²⁶⁴ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 101.

²⁶⁵ “*Questo Capo Verde si chiama cosi perchè I primi che 'l trovarono (che furono Portogallesi) circa uno anno Avanti ch'io fosse a quelle parti, trovarono tutto verde di arbori grandi, che*

Seguinte às incursões pelas terras secas e áridas do deserto, o arquipélago exuberante aparece como uma maravilha aos olhos daqueles que viajavam. As expedições realizaram que não só a vida ali era possível, como seria exuberantemente rica. Na distinção estabelecida com o Cabo Branco, Cabo Verde enfatiza a vigorosa vegetação. Os topônimos, nesse sentido, reverberavam as características visuais mais marcantes das descrições acerca das novas terras. Extrapolando-os, é possível averiguar uma espécie de composição contraposta a estender-se pelas narrativas na sequência dos avanços das caravelas. Gomes Eanes Zurara ressaltara:

[...] e passaram aquela terra, e viram outra mui desassemelhada daquela primeira, porque esta era areosa e maninha, desacompanhada de árvores, como cousa que em que faleciam as águas, e a outra viram acompanhada de muitas palmeiras, e outras árvores verdes e formosas [...] ²⁶⁶.

A feição de belíssimos arvoredos saltava aos olhos daqueles que há algumas milhas só encaravam o seco e árido deserto. Não é de se espantar que se tornara frequente nas penas dos viajantes, como também expressara Diogo Gomes: “Na viagem passaram além do Cabo de Tofia e acharam uma terra despovoada e arenosa, como a anterior, sem vegetação nem árvores. Indo mais além deparam com uma terra cheia de árvores, nomeadamente palmeiras, e saíram a terra” ²⁶⁷. Mais adiante ele completa:

[...] a parte meridional está coberta de árvores e de frutos, ainda que os frutos sejam de natureza fora do comum e as árvores sejam de tal grossura e tão altas que não dá para crer. Sem mentir digo que vi uma grande parte do mundo, mas nunca vi coisa semelhante a esta ²⁶⁸.

continuamente stanno Verdi tutto il tempo dell'anno: e per questa causa li fu messo nome Capo Verde; consiccome Capo Bianco, quello che noi abbiamo parlato per Avanti, il qual fu trovato tutto arenoso e bianco. Questo Capo Ver è molto bel capo, e alto di terreno [...]. Cadamosto, L. *Navegações*, p. 59.

²⁶⁶ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 107.

²⁶⁷ “*Et euntes transierunt ultra de Cabo de Tofia et inuenerunt terram depopulatam et arenosam sicut predictam sine herbis et arboribus. Et euntes ultra uiderunt terram arboribus plenam et plamis et exierunt in terram*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p.63.

²⁶⁸ “[...] *et illa pars meridionalis etc plena arborum et fructuum sed altera natura fructus et sunt arbores in tanta grossicia et in tanta altitude quod non sit credendum. Et certe dico quod uide magnam partem mundi sed nunquam simile istius*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 65.

A excepcionalidade natural das terras era recheada de frutos e árvores admiráveis, cuja tópica não se cansa de repetir, como também enfatiza Cadamosto, que na maioria das vezes em que se via em uma nova região enfatizava: “Esta terra aparecia toda baixa e abundante de infinitas árvores verdes, belíssimas e muito grandes”²⁶⁹ ou “[...]contudo viam-se árvores belíssimas e viçosas [...]”²⁷⁰. Até mesmo Duarte Pacheco Pereira, pouco afeito à prolixidade, cederia às belezas do cenário:

Diante deste rio de Case, seis léguas, estão umas barreiras vermelhas que vem çarrar com o mar e com a fermosa Serra Leoa, e durarão as ditas barreiras três léguas e mais. E toda essa terra do cabo Verde até a dita serra, que são quase duzentas léguas, é muito povoada; a qual é terra de muito arvoredos²⁷¹.

Os “arvoredos”, nesse sentido, cumpririam a primeira função de caracterizar as terras além deserto. A sua variedade e qualidade são ressaltados afim de enaltecer as terras. Também são eles que marcam, na primeira carta portuguesa (de Modena), o início do que se convencionou a chamar de “terra dos negros”, designação muito recorrente nas narrativas a partir de Zurara vinculada especialmente a essa terra verdejante: “Tendo já passada estas caravelas a terra de Zaara, como é dito, viram as duas palmeiras com que antes topara Dinis Dias, pelas quais conheceram que ali se começava a terra dos negros, com cuja vista folgaram assaz”²⁷². No entanto, apesar do tom discursivo proferido pelos viajantes que ressaltam um certo ineditismo dos feitos, o próprio termo “terra dos negros” não era uma novidade se retornarmos as legendas das cartas-portulanoss maiorquinas, especialmente acerca das terras do Mali. A mesma ideia é também expressa nas narrativas árabes acerca dessa região em um período anterior aos avanços portugueses e também ressoada no *Libro del Conoscimiento*, como na citação do item anterior: “[...] até que cheguei na terra dos negros”. Mesmo nesses

²⁶⁹ “la qual terra mostrava tutta bassa, e copiosa d’inifniti bellissimi e grandissimi arbori Verdi”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 83.

²⁷⁰ “[...] nientendimento si vedevan gli arbori bellissimi e Verdi [...]”. *Ibid.*, p. 85.

²⁷¹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 116.

²⁷² Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 107.

casos, sutilmente se perfilava a distinção estabelecida ora pelos habitantes, ora pela riqueza das terras. No entanto, cada viajante que pela primeira vez transpunha aqueles mares e terras via-se inclinado algumas vezes a valorizá-la, como se assim se tornasse mais admirável sua experiência, mostrando a excelência daquelas regiões no coração da zona tórrida.

Na sequência, se verifica surgir nas pinturas de exemplares cartográficos uma representação paisagística da Guiné, a exemplo de uma das cartas do Atlas elaborado em parceria Lopo-Homem e Reinéis²⁷³ de 1519 a pedido D. Manuel I para presentear o rei francês Francisco I (Figura 27). As cartas do chamado Atlas Miller ostentam o estilo carta-portulano, mas ainda se averigua, assim como no Planisfério de Cantino, círculos de clima à maneira ptolomaica. Cada carta, às vezes frente e verso, representam partes do mundo em pormenor. A carta que seria destinada à maior parte da África, contudo, se perdeu – ou foi destruída por motivos políticos, o que também justificaria a falta de informação ao longo da costa africana.

Restou, contudo, a representação da costa ocidental da África. Pássaros se banham tranquilamente nas águas de um rio que corre por entre árvores, enquanto animais semelhantes a macacos observam o interior na mais perfeita harmonia natural. A cena que compreende, pois, toda a costa ocidental sob alcunha de “Guinee” aproxima-se, nesse sentido, de uma inocente natureza paradisíaca, um

²⁷³ De origem fidalga, Lopo Homem, ainda jovem à época, iria se tornar em um dos mais cotados cosmógrafos, compondo com seus dois filhos, Diogo Homem e André Homem, a chamada “Escola Homem”. Apesar de não confirmada na legenda do mapa-múndi que concede a autoria somente a Lopo-Homem, sabe-se, contudo, que Pedro e Jorge Reinel, pai e filho respectivamente, também trabalharam na confecção do Atlas enquanto estavam envolvidos, em Sevilha, na preparação da viagem de Fernão de Magalhães. Segundo consta, Jorge Reinel teria fugido de Portugal por alguma razão e se refugiado em Sevilha, onde iria concretizar sua colaboração internacional cujo resultado seria a base para o planejamento da empresa de Magalhães. Espantosamente, se tem notícias do retorno de ambos aos serviços portugueses em trabalhos ligados à representação portuguesa nas negociações com luso-castelhanas a respeito das Molucas – para dirimir problemas instaurados devido a dita viagem castelhana de Fernão Magalhães. No Atlas Miller, por exemplo, as Molucas se encontram mais próximas da parte portuguesa do que efetivamente estariam.

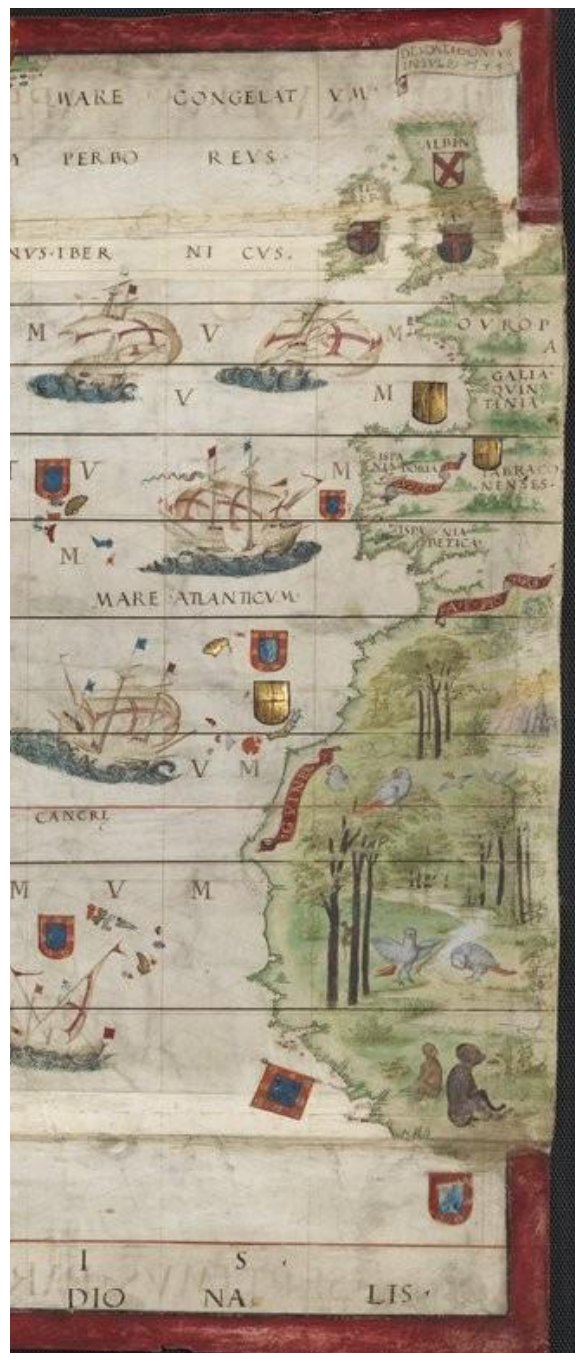


Figura 27 – Detalhe África. Carta do chamado Atlas Miller, 1519

espetáculo herdeiro de concepções medievais que evidencia a busca e o desejo de uma paisagem ideal. Desde a degradação da Natureza com a expulsão do casal original do Paraíso, a nostalgia das imagens idílicas imperava nas evocações literárias em uma aproximação com o ideal de Paraíso. O pouco conhecimento acerca das terras incógnitas aumentava as vicissitudes das teorias. Não se poderia considerar que lugares antes ignorados ou mal suspeitados tinham se mantido apartados do castigo?

A notícia da existência de novas regiões, nesse sentido, facilitava que essas assumissem qualquer forma, suportando assim qualquer impressão e idealização. Essa “psicose do maravilhoso”, a que chama Sérgio Buarque de Holanda, perseguia muitos e não somente a credulidade da gente popular. A ideia de que em algum remoto lugar poderia se achar se não o verdadeiro Paraíso Terreal, pelo menos um símile em tudo digno dele, parecia uma constante:

A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho. E a suspeita conseguia impor-se até mesmo aos mais discretos e atilados, àqueles cujo espírito se formara no convívio assíduo com os autores da Antiguidade²⁷⁴.

Claramente interessado pela discussão que transfere para a América, a quarta parte do mundo, o sonho inalcançável de algum dia encontrar uma natureza que ao menos se aproximasse ao Paraíso Terreal, Holanda ainda destaca sua ciência da construção do discurso anterior esboçada na invenção da Guiné:

Se imagem semelhante alguma vez lhes ocorrera, aliás, no curso de sua longa tradição náutica, fora, talvez, quando passados os primeiros decênios de exploração da costa africana, àqueles quadros até então tinham descortinado quase incessantemente, de baixos de pedra e areia movediça, em que nem cresce erva, nem há mostras de coisa viva, sucede, transposta a foz do Senegal, o espetáculo de um imenso país verdejante, florido e fértil, como a lembrar-lhes um sítio encantado²⁷⁵.

²⁷⁴ Holanda, Sérgio Buarque, *Visões do Paraíso*, p. 221.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 8.

Anterior ao Paraíso encontrar na América suas características ideais, ele teria, portanto, atravessado o desconhecido em direção às terras em branco das regiões da Guiné, que, mesmo no período medieval, comportou a possibilidade de abrigá-lo. O verde imutável da folhagem impressionava os cristãos na natureza do além-mar e correspondia a um traço obrigatório das paisagens edênicas, que o *locus amoenus* constituiria copioso repertório de alegorias e sagrados símbolos advindos da poesia antiga. Em face das novas terras, viajantes e cosmógrafos cuidaram de reconhecer o que em sua memória se estampara de paisagens descritas em tantos livros e exemplares cartográficos. O cenário de delícias com aspectos da poesia virgiliana e ovidiana obedecem às fórmulas consagradas do *locus amoenus*, especialmente quando anexado à lógica do Paraíso Terreal²⁷⁶. A própria analogia ao pomar estabelecida na descrição de Zurara remete ao corrente uso do mesmo como variante do *locus* comum na poesia antiga e medieval:

Disseram depois alguns daqueles que ali eram, que bem mostrava o cheiro, que vinha da terra, a bondade do seu fruto, ca tão deleitoso era, que ali onde chegava estando eles no mar, lhes parecia que estavam em algum gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitação²⁷⁷.

Próximo de um Jardim das Delícias, a exuberância da floresta vem acompanhada por uma fertilidade natural a oferecer os mais deliciosos frutos. Nestas terras se encontraria dos mais variados alimentos em grande quantidade: “[...] arroz e milho e outros legumes e, assi, carnes e pescados que há i muitos”²⁷⁸ ou “abastança de arroz, milho, inhame e galinhas e vacas e cabras”²⁷⁹ - diferentemente das terras secas ao norte e mesmo da Europa, cuja abastança não viria da natureza e sim de “[...] cousas artificialmente compostas”²⁸⁰.

Nenhum dos viajantes aludiram tacitamente à presença do Paraíso naquelas paragens, afinal, uma larga gama de contradições e paradoxos rodeava a ideia de sua existência real. Era claramente impossível identificar um lugar exato, encontrar uma ideia crível acerca da sua altitude e/ou explicar como teria

²⁷⁶ Curtius, Ernst R., *European Literature and the Latin Middle Ages*, p. 401.

²⁷⁷ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 125.

²⁷⁸ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 112.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 113.

²⁸⁰ Zurara, G. E., *op cit.*, p.115.

escapado do dilúvio. Além disso, por onde estariam as espadas flamejantes ou mesmo os querubins a guardar a sua entrada? A esse respeito, Fra Mauro fugira do ímpeto de tentar localizá-lo materialmente no espaço. Apresentado a partir de uma pintura que ressaltava uma paisagem de um belo jardim, com Deus, Adão e Eva próximos a árvore do bem e do mal, o paraíso estaria cercado por águas talvez indicando uma espécie de ilha e, portanto, sua posição remota e inacessível. Seus quatro rios desaguam em uma paisagem seca e árida externa à ilha. O que mais chama atenção, entretanto, é o posicionamento do jardim externo ao *orbis*:

Há aqueles que representam o paraíso das delícias nesta região [Etiópia], embora outros dizem que na realidade ela está no oriente além das Índias. Mas desde que isso é uma verdadeira descrição de cosmógrafos, que não mencionaram o paraíso, eu me abstenho de narrá-lo.²⁸¹

Fra Mauro estaria, dessa forma, bastante reticente a respeito das discrepantes fontes que o levariam à Ásia ou à África. Mas em respeito à tradicional representação do Paraíso nos exemplares T.O., o camaldulense opta por posicioná-lo externamente, aproximando-o de um espaço espiritual apesar de afirmar a sua materialidade terrena como inquestionável. A sua posição une-se a de Santo Agostinho no sentido de unir no termo “paraíso” um sentido material e também espiritual.

Os avanços dificultavam cada vez mais a localização efetiva do Paraíso. Quanto mais se aproximava de um conhecimento do *orbis*, mais se distanciava dessa maravilha divina. A questão, nesse sentido, passava a se encontrar menos na existência real do Paraíso e mais na montagem de um cenário aproximado, que transmitisse uma ideia a respeito daquelas paragens, chamando a atenção para as potencialidades. Até por conta disso, se verifica uma diversidade no tratamento dado a essas descrições entre os viajantes. Diogo Gomes, por exemplo, se mostrara muito mais afeito a descrever os habitantes enquanto Duarte Pacheco Pereira algumas vezes ressaltava características não tão idílicas como os perigos e

²⁸¹ “*In hac regione [Aethiopia] depinxerunt quidam paradysum deliciarum, alii vero ultra Indias ad orientem eum esse dixerunt. Sed quoniam hec est cosmographorum descriptio, qui nullam de eo fecerunt mentionem, adeo omittitur hic de eo narratio*”. (Cattaneo, A., *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*, p. 138).

braveza das terras. Isso porque não se via uma paisagem constante de um paraíso completo, mas um mundo às avessas que coincidia com o *locus* na tentativa de explicar seu estranhamento. Mas no geral possuíam algumas das virtudes da materialidade do Paraíso que ali uma vez se acreditou existir nos exemplares que o alojavam na África, como se observa no Catalão-Estense, ou mesmo próximo do império de Preste João, como se lê mesmo a narrativa de Mandeville:

E chamava esse lugar de Paraíso. Quando algum nobre cavaleiro, valente e ousado, vinha vê-lo, ele o levava ao seu Paraíso e lhe mostrava as diversas coisas, os divertimentos, os diversos cantos das aves, as belas donzelas e as bonitas fontes de leite, vinho e mel. [...] E, então, dizia que era os anjos de Deus que tocavam, e que esse lugar era o Paraíso que Deus havia prometido a seus amigos²⁸².

Em seguida ele ainda ressalta: “Logo, Gatholonabes levá-lo-ia a um Paraíso ainda mais belo, onde o cavaleiro poderia contemplar com seus olhos o Deus da natureza em sua majestade e glória”²⁸³.

Os paraísos descritos por Mandeville claramente não eram o descrito pela Bíblia, até porque o próprio Mandeville mencionara a impossibilidade de o encontrar. Mas dado as suas características maravilhosas, aproximava dele pelo termo que sabe-se significa “jardim” e fora durante séculos utilizado para denotar paisagens ideais e não somente o Paraíso Terrestre em específico.

A descrição paradisíaca da terra dos negros emerge, portanto, a partir da coleção de árvores e frutos das mais variadas formas, que pareciam especialmente projetados para o prazer de suas criaturas, agradando a todos os sentidos. Ao majestoso cenário acrescenta as águas de um rio que remetiam ao um dos ramos do Gion, um dos rios no Éden. Não era rio Nilo possivelmente um dos braços do sagrado Gion? A ideia continuava a ter crédito, mas adaptava-se à nova versão das navegações. O Nilo, que na teoria vigente deitava braço para o poente e desaguava no oceano, seria, pois, a vertente original do Senegal, que, como já analisamos, acabava com sua imagem também vinculada ao Gion, conforme ressalta Zurara: “E quando os das caravelas viram as primeiras palmeiras e

²⁸² França, Susani Silveira Lemos, *Viagens de Jean de Mandeville*, p. 233.

²⁸³ *Ibid.*, p. 234.

árvores altas, segundo já temos contado, bem conheceram que eram perto do rio do Nilo, da parte donde vem sair ao mar do poente, ao qual rio chamam de Çanaga²⁸⁴. Ou Duarte Pacheco Pereira:

Toda esta gente e outros muitos vizinhos, além destes, não sabem onde este rio de Çanaga nasce e por onde vem. É tão grande e assi fundo que chamam o rio Negro; e temos notícia por muitos Etiópios homens assaz entendidos, que sabem, mais de quinhentas léguas por este rio acima, diversas províncias e terras por onde corre, que o nascimento é incógnito. E segundo o curso dele e a parte onde traz seu princípio, sabemos que sai de uma grande alagoa do rio Nilo [...] ²⁸⁵.

Essa relação foi ainda confirmada pela *bula Romanus Pontifex* de 1455, na qual o Papa Nicolau V reconhece os esforços de navegações empreendidas pelo Infante D. Henrique e concede aos reis portugueses as terras descobertas desde os cabos Bojador e Não. Nela ele ressalta:

E correu a empresa de maneira que, tendo esses navios avistado e ocupado muitas ilhas, portos e mares, chegaram por fim, à costa da Guiné; e depois de terem ocupado algumas ilhas, portos e mares adjacentes àquela província, continuando sua navegação, foram dar à foz de um grande rio, que comumente se julga ser o Nilo ²⁸⁶.

A relação do rio Senegal com o Nilo permanecia estabelecida nesse primeiro momento e rendeu ao rio um importante estatuto maravilhoso nas descrições por “herança” do Nilo. Para além da fauna e flora que o acompanha, ele chega mesmo a delimitar o início dos “primeiros negros”, como Duarte Pacheco Pereira escrevera. É efetivamente a partir dele que se iniciaria as terras dos negros, como claramente ressalta Cadamosto:

Parece-me maravilhosa coisa que além do rio todos são negríssimos, grandes, grossos e bem formados de corpo, e todo o país é verde, cheio de árvores e fértil; e deste lado há homens mulatos, pequenos, magros, enxutos, e de pequena estatura e o país estéril e seco ²⁸⁷.

²⁸⁴ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 165.

²⁸⁵ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 98.

²⁸⁶ García Gallo, Alfonso, *Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Indias*, (Separata de: *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo XXVIII), p. 305-315.

²⁸⁷ “*E maravigliosa cosa me pare, che di là dal fiume tutti sono negrissimi, e grandi e grossi, e ben formati di corpo; e tutto il paese è verde e pien d’arbori e fertile: e di qua sono uomini*”

O dito rio não só aproximava a imagem do Paraíso enquanto um possível afluente do Gion, como também demarcava o início de uma paisagem ideal, tal como representada também por Desceliers. O uso do maravilhamento, a princípio, serviria aos propósitos do narrador de modo a enfatizar a diversidade divina. A exemplo da citação no item anterior, proferida por Duarte Pacheco Pereira sobre o maravilhamento acerca das ilhas em meio ao deserto, a reação é tratada como uma evocação natural, um ato contemplativo de uma situação que foge à ordem. Qual não seria a surpresa de depois de terras tão áridas e secas encontrar um verdadeiro oásis?

O maravilhamento, então, chamaria a atenção para o fato de se deparar com um novo mundo oposto às terras que endossavam as antigas concepções acerca da zona tórrida, cumprindo também seu papel retórico disseminado desde as narrativas de peregrinação. A ênfase no exótico aguçava o paladar dos leitores de um mundo restrito e limitado, no qual a diversidade se disporia à onipotência de Deus e à criatividade da Criação. Criatividade enfatizada pela diversidade, não só da flora mas também da fauna, que especialmente se apresenta aos olhos cristãos.

Na carta²⁸⁸ do português Diogo Ribeiro (? – 1533), que trabalhava para a coroa de Castela na época da viagem de Fernão Magalhães, a África como um todo, e a Guiné em específico, sobressai com um arsenal de animais das mais variadas espécies: avestruzes, rinocerontes, leões, girafas e elefantes são apenas alguns dos destacados. Não há figura de reis, nem de nativos, até o castelo da Mina passa despercebido frente a coleção de animais que a carta divulga (Figura 28). O foco de Ribeiro é a coleção de exemplares que aquelas terras traziam diferentemente da vastidão de terras asiáticas preenchidas apenas com alguns exemplares de elefantes.

berrettini, piccolo, magri, asciutti, e di piccolo satuta; il paese, setile e secco". Cadamosto, L., *Navegações*, p. 32.

²⁸⁸ (Carta Univeral En que se contiene todo lo que del mundo Se ha descubierto fasta agora: Hizola Diego Ribero Cosmographo de Su Magestad: Año de 1529. La qual Se divide en dos partes conforme a la capitulcio que hizieron los catholicos Reyes de españa, y El Rey don Juan de portugal e la Villa de tordessilas: Año de 1494)



Figura 28 – Detalhe África. Carta Universal (...) de Diogo Ribeiro, 1529

Toda essa diversidade de animais exóticos está, nesse sentido, elencada também nos relatos dos viajantes para quem não passara despercebido as maravilhas diversas da natureza. Aos olhos atentos de Cadamosto, a lista contaria com: “Há animais de rapina silvestres, leões, onças e leopardos, em grandíssima quantidade, bem como lobos, veados e lebres, há também elefantes bravos, porque não costumam domesticá-los [...]”²⁸⁹. Já o cosmógrafo Pacheco Pereira prefere um versão resumida, embora profícua: “[...] possuidores dos alifantes e onças e outros muitos desvairados animais e aves de estranhas feições [...]”²⁹⁰. Esse repertório é completado por Diogo Gomes com as aves: “E a verdade é que o número de aves

²⁸⁹ “Animali di rapina silvestri vi sono, lioni e lionze [leonesse] e liopardi in grandissima quantità; ed eziam lupo, capiuoli e lepri: ancora vi sono elefanti salvaticchi, perchè non usano a domesticarli [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 51.

²⁹⁰ Pereira, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 113

era tanto que se algum homem ou mulher levava um cajado ao ombro os pombos torcazes pousavam nele de tal que podiam apanhá-los à mão²⁹¹. Interessantemente, as aves são os animais destacados no Planisfério de Cantino. Para além dos tons de verdes colorirem e destacarem a região do golfo da Guiné, ao redor do Leão e do Castelo da Mina, as grandes aves são os únicos exemplares representados.

Assim sendo, os matizes do discurso acerca da paisagem da terra dos negros, portanto, conspiravam mais a favor de uma aproximação com um cenário paradisíaco. Mas à parte da descrição da natureza, não se poderia deixar de notar o distanciamento dos elementos idílicos, especialmente quando a descrição foca nos habitantes. Assim como exposto acima, a relação construída entre terra dos negros e Paraíso não era direta, e, embora suas características naturais os aproximassem, quando se tratava dos habitantes se afastava consideravelmente.

²⁹¹ “*Et est uerum quod auium multitudine erat ibi tanta quod, si uir uel mulier portabat baculum in humeris, columbi torcaces sedebant super eum ut minibus ipsos capere potuerunt.* Sintra, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 105

6

Dispondo as terras de Cam

6.1.

Negros como etíopes

Se no espetáculo daquelas terras, onde se aliam uma paisagem que satisfaz a vista e a conservação da diversidade natural, estão assim presentes alguns elementos constantes do tema paradisíaco, o ponto da sua população, entretanto, encara um outro percurso que não ignora, entretanto, o poder criativo divino. Ora, este era, por hipótese, infinito e não haveria qualquer motivo para que sua manifestação não fosse, então, infinita. A vida se fazia sentir em qualquer parte do universo, que passaria a ser valorizado pela inesgotável diversidade ou, mais exatamente, pelas inumeráveis imagens que se desdobravam na grande cadeia do ser²⁹².

Depois de abandonar a velha opinião que tinha por inabitáveis essas partes, a descrição das gentes passa a ser um tema de central atenção, instaurando o contato com uma diversidade nova para alguns – não esqueçamos que a presença africana subsaariana na Europa data pelo menos dos tempos da Cruzada. Não abandonando de todo as velhas teorias, também não se podia ficar cego à importância dos novos achados, de recurso restava tentar entre uma e outra algum ponto de contato.

A similitude e analogia, nesse sentido, simplificariam a organização dos dados mentais do observador, armazenando novos elementos a partir de categorias de pensamento existentes em um esforço semelhante ao observado no Atlas Catalão, quando transpunha para as afastadas e desconhecidas regiões africanas as categorias de “rei” e “reino” por exemplo. Restituir, como sugere Lestrigant, a eufórica diversidade da “natureza universal” diante de uma desordem aparente seria um fio condutor nessas primeiras narrativas²⁹³. A trama do itinerário pela costa africana repetiria, assim, no mundo o milagre da pedagogia divina, alinhando a uma retórica do maravilhoso e do religioso traços hipotéticos de uma experiência pessoal.

²⁹² Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 113.

²⁹³ Lestrigand, F., *A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento*, p. 68.

Nesse sentido, mesmo antes do avanço cristão pelo Cabo Bojador, as terras austrais africanas comportariam uma variedade de imagens que retornariam aqui nos detalhes das descrições. A começar pelos animais exóticos que povoavam o quadrante da África nos exemplares T.O., Cadamosto explica: “Há diferentes espécies de animais, especialmente cobras grandes e pequenas, algumas das quais são venenosas e outras não [...], embora sem asas nos pés, como dizem ter as serpentes”²⁹⁴. Para além do arsenal de cobras variadas, o veneziano expressa sua frustração por não encontrar ali os antigos Basiliks de Plínio, serpente alada, que comumente eram localizados nos confins africanos²⁹⁵. Assim sendo, várias “feras” descritas por Plínio ressurgem nas narrativas e também nos mapas, como nos conta Duarte Pacheco Pereira:

E tornando ao rio do Gâmbia: nele há muito grandes cavalos-marinhos, maiores que bois, de todas as cores que os cavalos terrestres costumam ter; e a feição de seus corpos é como de bois, e as unhas dos pés e das mãos fendidas como bois, e o pescoço, rosto, comas e orelhas, ancas como cavalos [...]. Também há neste rio muitos e grandes lagartos, que alguns deles tem vinte e três e vinte e quatro pés da ponta do seu rabo até o focinho; e estes andam na água [...]²⁹⁶.

Em sua descrição, Pereira descreve exemplares de crocodilos e hipopótamos que, inclusive, Zurara explicitara a conexão com a *História Natural* de Plínio. Raros aos olhos desses e dos possíveis viajantes, entretanto, esses animais aparecem nas narrativas pelo jogo da similitude. A descrição do cavalo-marinho destacando seus pontos em comum com os conhecidos boi e cavalo, ou do crocodilo com grandes lagartos seria uma tentativa de tradução mais ou menos familiar daquilo que fugia ao conhecimento do leitor. O mesmo exemplo é observado em Cadamosto: “Vimos também vespertilhões, isto é, morcegos, à

²⁹⁴ “Hanno diverse sorti d’animali, e masime biscie grandi e piccolo; alcune sono venenose, alter no [...], ma non hanno ale ne’ piedi[...].” Cadamosto, L., *Navegações*, p. 49.

²⁹⁵ Pliny the Elder, *Natural History*, p. 117.

²⁹⁶ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 108.

nossa maneira, grandes de três palmos e mais e várias outras aves muito diferentes das nossas [...]”²⁹⁷.

A similitude, nesse sentido, aparece enquanto um aporte retórico atrelando o desconhecido ao conhecido. Os viajantes buscavam, assim, comunicar a “realidade” observada, dando-lhe credibilidade e tornando-a compreensível aos leitores sem perder, é claro, o componente do maravilhoso²⁹⁸. Ela cumpriria papel bastante evidente quando se tratava de animais, mas também se apresenta, de maneira mais sutil, quanto se acerca dos habitantes. Esses compunham um repertório particular, inclusive, na explicação bíblica a partir da qual a convergência de uma “realidade” mal compreendida e a transferência de um discurso familiar aos cristãos desenhava a figura daquelas gentes.

Aproximações com as qualidades animais e monstruosas irão, então, interpelar a figura dos habitantes, encarnando uma linguagem de familiaridade a partir do discurso do não-familiar. Altamente veiculadas no gosto popular pelas maravilhas, como vimos, essas qualidades funcionariam como tradutores da distinta aparência e do comportamento distante do reconhecidamente cristão. Não raro vemos adjetivos como “monstruosa gente” bordarem as narrativas, chamando a atenção para as possessões maravilhosas. Ou seja, verifica-se uma ênfase em características que antes compunham o antigo repertório adaptadas ao caso específico, tal como se observa na descrição de Pacheco Pereira dos habitantes de uma dada região cuja pele áspera e cabeluda à semelhança dos porcos seria o equivalente dos antigos Sátiros. Aqui, o cosmógrafo remonta explicitamente ao exemplar monstruoso ao qual a semelhança lhe alude, mas isso não significa que o recurso não tenha sido utilizado de maneira menos direta. O próprio Pacheco Pereira destaca características monstruosas dos habitantes de Toom: “[...] os moradores desta província tem rosto e dentes como cães, e rabos como de cão [...]”²⁹⁹. Apesar de não expreso, a similaridade com o cachorro integraria a

²⁹⁷ “Ancora vedemmo vespertillioni, cioè nottole a nostro modo, grandi tre palmi e più nottole a nostro modo [...]”. Cadamosto, L., *op cit.*, p. 82.

²⁹⁸ Campbell, Mary B., *The Witness and the Other World. Exotic European Travel Writing, 400-1600*, p. 252.

²⁹⁹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 106.

composição do antigo exemplar monstruoso dos confins africanos presente em alguns mapas já destacados, o Cinocéfalo – Benichaleb, no Catalão-Estense.

Da mesma forma, na descrição dos comerciantes da “troca muda” no Mali que Cadamosto ressaltara, percebe-se os mesmos recursos. Curioso para saber a respeito dos mercadores que supostamente não se deixavam ver e nem ouvir no comércio de sal pelo ouro, Cadamosto indaga um dos participantes do comércio, que conta a feição dos misteriosos quando o aprisionaram:

[...] bem formados de corpo, mais altos um palmo do que eles, e que têm o lábio inferior de uns três de cumprimento, e lhes cai sobre o peito, grosso e vermelho, com a parte de dentro como que vertendo sangue, e o lábio superior, como o deles. E sendo assim os lábios, mostravam as gengivas e os dentes, que diziam ser maiores do que os seus; aos lados têm dois dentes grandes, os olhos grandes e pretos, e de aspecto terrível; e que a gengiva vertia sangue, como o lábio³⁰⁰.

O horror que a descrição de Cadamosto enfatiza, acentuado pelo adjetivo “terrível”(terribili), segundo Daston e Park, era muito comum acerca dos monstros, e não apenas confundia categorias – animal e humano, por exemplo – como ressaltava violações de normas morais³⁰¹. Não distante, as referências visuais desenhadas por Cadamosto aproximavam os mercadores dos antigos Amyctyrea pliniano³⁰², que também possui os lábios avantajados exatamente para se proteger do sol. O mesmo se observa no mapa de Desceliers próximo ao golfo

³⁰⁰ “[...] e ben formati di corpo, alti un palmo più di loro; e che hanno il labbro disotto più di un somnesso largo, che vien sopra il pretto, grosso e rosso, mostrando dalla parte dentro gettar come sangue; e il labbro disopra era picciolo come i suoi. Per la qual forma de’ labbri mostravano le gengive e i denti, i quali denti dicevan esser maggiori delli suoi: e hanno dai lati due denti grandi, e gli occhi e neri; e sono terribili di aspect: e che la gengiva gettava sangue, cosiccome il labbro” (Cadamosto, Luís de. *Navegações*. p. 27-28)

³⁰¹ As referências visuais monstruosas e assustadoras eram muitas vezes associadas a tentação, punição e pecado. Relações também estabelecidas, como veremos, com os negros africanos. Daston, L. e Park, K., *Wonder and the order of nature, 1150-1750*, p. 181.

³⁰² Sabe-se hoje que ao sul da Etiópia, um grupo étnico tem por costume estender os lábios de modo a se assemelhar a descrição. Contudo, apesar de muitos historiadores do maravilhoso tentarem fazer uma relação direta de determinados exemplares com um referente real possivelmente observado e apreendido em forma de monstro dado as diferenças culturais e físicas, não há como atestar objetivamente tal relação. Não se tem a informação, por exemplo, da prática de extensão de lábios entre grupos étnicos africanos desde a antiguidade clássica para que Plínio tivesse essa informação e partir dela criar o Amyctyrea. A discussão a respeito do que veio primeiro é, nesse sentido, infrutífera. Fiquemos com as correlações e suas consequências.

da Guiné. Informação semelhante, além disso, é divulgada também em uma legenda de Fra Mauro:

Nesta terra há alguns negros cujos lábios são grossos que eles têm que colocar sal nele para parar que eles apodreçam; e estes são os homens que trocam ouro por sal. Seu costume é ir em um tempo específico a um lugar reservado para este comércio. Aqui eles colocam ao lado do sal uma quantidade de ouro que eles acham suficiente, depois eles saem [...] Neste comércio não se fala e não se vê³⁰³.

Tendo em vista a data de escrita do relato (cerca de 1463-64, quatro anos após a viagem de Pedro de Sintra), é improvável que Fra Mauro tenha retirado tais informações da narrativa de Cadamosto e também não há nenhum registro de qualquer relação entre ambos. A menos que as informações tenham corrido de forma oral pelas cidades italianas, se poderia dizer, nesse aspecto, que tais notícias tinham como fonte outra, talvez os árabes que Valentim Fernandes, inclusive, suspeitara que tenham sido os inventores de tal tipo de comércio para proteger seu monopólio. Não nos interessa, entretanto, a origem da informação, apenas as nuances que elas trazem. Embora Fra Mauro e Cadamosto descrevam a monstruosa feição dos mercadores, a mesma não é observada, por exemplo, entre os árabes que primeiro descreveram o dito comércio³⁰⁴. Poderia-se, entretanto, sugerir um recurso a *ekphrasis*. Apesar de ser uma técnica vinculada à descrição da pintura, aqui ela insere problemáticas comuns, posto que compartilhando de uma mesma “memória dos *topoi*”, ao orador é dado escolher os lugares comuns conhecidos e através dele produzir descrições vívidas³⁰⁵. As qualidades pictóricas da imagem escrita traduzem ou amplificam o *topoi* conhecido para inventar imagens. Descrevendo, assim, a fisionomia monstruosa dos lábios avantajados,

³⁰³ “*Qui fra terra sono alcuni negri, che hano i lavri grandissimi per modo che li convien portar sopra quelli sal açoché i non se putrefaça, e questi sono quelli che baratano oro per sal. El suo consueto è de vignir a certo tempo a uno luogo deputado a questo barato e qui meteno a l'incontro del sal tanto oro quanto li par e poi se parte e uno çorno da poi torna e se i non trova l'oro i tuo' el sal, e se l'oro è rimaso ne açonçe quello i par, e fano a questo modo fin a che i se acorda, e in questi marchadi i non se parla ni se vede*”. (Piero, F., *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*, p. 741).

³⁰⁴ Para maiores informações da “troca muda” nas fontes árabes ver: Farias, P.F. de Moraes, *Silent Trade: Myth and historical evidence*, In: *History in Africa*, p. 9-24.

³⁰⁵ Hansen, João Adolfo, *Categorias epidíticas da ekphrasis*, In: *Revista USP*, p. 87.

Cadamosto evidencia o *ethos* do monstro previsto pela memória de um mito propagado por Plínio.

Além disso, na versão de Pacheco Pereira acerca dos mercadores, a descrição da aparência física, embora monstruosa, se aproxima mais dos já mencionados Cinocéfalos:

[...] E as gentes de uns lugares [...] vão a esta terra de Toom comprar o ouro por mercadorias e escravos que lhe levam; os quais, no modo de seu comércio, tem esta maneira: todo aquele que quer vender escravo ou outra cousa, se vai a um lugar certo pera isto ordenado a ata o dito escravo a uma árvore e faz uma cova na terra, daquela quantidade que lhe bem parece; e, isto feito, arreda-se afora um bom pedaço, e então vem o rosto de cão, e se é contente de encher a dita cova de ouro, enche-a, e se não, tapa-a com a terra e faz outra mais pequena, arreda-se afora³⁰⁶.

A disparidade de informações demonstra a influência do repertório das maravilhas que colorem o imaginário da época, que contribuem como sinais classificatórios dessa gente tendo em vista que, como enfatiza Pacheco Pereira, a novidade renderia espaço para tanto: “[...] color e feição e modo de viver alguém poderia crer, se não os houvesse visto”³⁰⁷. O histórico da antiga região antípoda contribuía, nesse sentido, para o surgimento de habitantes que destoavam em feição e cor, contribuindo como categorias que refletiam ainda características como caráter, conduta e etc³⁰⁸. Ainda mais importante que a feição, entretanto, a cor da pele começava a se instaurar enquanto um importante sinal de identificação. Basta uma análise superficial nos mapas para ver destacada a paleta de cores escuras utilizadas na pintura dos habitantes da África ao sul do Saara. A exemplo do Planisfério de Cantino esse destaque é claramente observável nos únicos nativos representados rodeando o Castelo de São Jorge e na legenda do “Rei Meni”: “o ql Rey he muoro e as gentes sam pretos [...]”. No caso do exemplar de Jorge Reinel de ca. 1519, apesar de não haver desenhos os

³⁰⁶ Pereira, D.P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 118.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 79.

³⁰⁸ De acordo com Groebner, existiam catálogos que guiavam a determinação da natureza de cada compleição transformando-a em uma fórmula para identificar, classificar categorias “congênicas”. Albrecht Dürer, em 1508, por exemplo, nota a importância de uma avaliação da “*complexen*” para se discutir caráter e auto-apresentação. Dürer ainda adverte aos mestres a jugarem seus candidatos a aprendiz cuidadosamente pela aparência. Groebner, V., *Who are you?* p. 126-127.

representando, na legenda acerca do reino do Mali é possível ler que nessa região os etíopes são *niger et crispus*, repetindo depois o mesmo para o Manicongo. Apesar dos detalhes da feição dos habitantes dessas terras não serem uma constante nem mesmo entre viajantes, o cabelo não deixa de ser um detalhe importante que retoma lugares comuns do estereótipo já traçado para o etíope. Mesmo antes das navegações, conforme já analisara José da Silva Horta, é possível observar tal característica somática vinculada a figura do etíope, independente do impacto real dessa presença humana. A forma como o esquema descritivo é utilizado garantiria a existência de um número de leitores que espontaneamente associariam os dois elementos, negros e crespos, na imagem do etíope³⁰⁹.

Eis que tal como a distinção entre as terras instaurada pelo rio Senegal, uma variação de cor de pele é percebida e destacada pelos viajantes, que pela primeira vez se deparavam, talvez na sua experiência pessoal, com povos de compleição tão distinta, rendendo destaque para aquela que seria a característica mais aparente: “Avançando mais além descobriram uma grande praia e chegaram a ela com os seus batéis. E logo saiu das árvores gente em número de cor negra”³¹⁰. A cor negra da pele era, pois, a primeira característica observada e talvez uma das mais constantemente demarcadas, talvez com o intuito de chamar a atenção do público leitor para a diversidade instaurada juntamente com a natureza exuberante: “Parece-me coisa maravilhosa que além do rio todos são negríssimos, grandes, grossos e bem formados de corpo e todo o país é verde, cheio de árvores e fértil; e destelado há homens *berretini*³¹¹, pequenos, magros, enxutos, e de pequena estatura e o país é estéril e seco”³¹². A escolha da reação

³⁰⁹ Horta, José da Silva, A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508), In: *Mare Liberum*, p. 238.

³¹⁰ “*Et ultra progredientes inuenerunt magnam plagam et accesserunt ad eam cum suis nauiculis. Et statim exierunt de arboribus infinite gentes nigre*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 67.

³¹¹ Significado aproximado: de cor acinzentado. Para maiores de talhes ver:

<http://tlio.ovi.cnr.it/TLIO/>.

³¹² “*E maravigliosa cosa me pare, che di là dal fiume tutti sono negrissimi, e grandi e grossi, e ben formati di corpo; e tutto il paese è verde e pien d’arbori e fertile: e di qua sono uomini berrettini, piccolo, magri, asciutti, e di piccolo satuta; il paese, setile e secco*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 32.

descrita pelo veneziano nos sugere, pois, uma pretensa novidade instaurada pela existência de habitantes em regiões que antes se pensava inabitáveis.

A respeito disso, entende-se porque Zurara chamara as novas terras de “terras dos negros”. Mas será que esse topônimo fora elencado pelo cronista em função da cor da pele dos habitantes? Vimos no capítulo 2 que a alcunha geral “negro”, usada desde o medievo, não necessariamente se estabelecia automaticamente pela cor da pele. Pelo contrário, quantos reis africanos, à exceção de algumas representações do Mansa Mali cuja variação de cor já discutimos, não eram figurados sem essa discriminação, embora chamados de negros, ao longo das cartas e mapas anteriores aos primeiros contatos?

No entanto, é com essas primeiras descrições que se observa essa característica reverberando, inclusive, para além das narrativas e mapas. É desse período que, por exemplo, o terceiro rei mago se tornava o rei mago negro, cuja descendência poderia ser vinculada ao Preste João africano. Também é aqui que a lenda dos santos cirurgiões, pela primeira vez documentada no século XIII, ganha nova adaptação. Uma história originalmente contada de dois santos, Cosme e Damião, cujo milagre teria sido realizado no transplante de uma perna de um homem morto para um paciente, ganha no século XVI algumas versões em que o doador, não mais um cadáver, agonizava enquanto os cirurgiões retiravam suas pernas. Este “mouro” na iconografia de então é figurado com sinais que o aproximariam de um escravo subsaariano/etíope³¹³. O próprio termo “mouro” era muitas vezes utilizado como sinônimo de escravo, embora também referia-se aos naturais da Mauritânia. O termo “escravo” passou a ser mais largamente utilizado após a contradição posta pelo ingresso sistemático de africanos da Guiné em Portugal. A impregnação do vocábulo “mouro” com o sentido “escravo” permaneceu, entretanto, mesmo após os primeiros resgates. A bula *Dum Diversas* (1452), inclusive, concederia a Portugal a conquista sobre os mouros, o que justificaria o constante uso do termo nas narrativas de viagens, abarcando todo e qualquer potencial converso, mesmo gentios³¹⁴.

³¹³ Brewer-García, L., *Beyond Babel*, p. 21-22.

³¹⁴ Soares, Mariza de Carvalho, *Devotos da Cor*, p. 44.

A cor escura da pele, nesse sentido, passa a ser um importante sinal identificador daqueles que comumente designou a se chamar de “negro”. Esse termo, por sua vez, apesar da confusão com o vocábulo de cor, ainda não tem uma relação automática, podendo ainda ser encontrado, como antes, aplicado a povos não-cristãos, fossem de tez negra ou não, como os nativos americanos apresentados por John Monteiro, os “negros da terra”³¹⁵. Nem mesmo a cor escura da pele deve ser lida como um condicionante de valores e estruturas sociais. Isso só será efetivamente elaborado nos séculos XVIII e XIX. No período em questão, o que se verifica é uma tentativa de decifrar e ordenar essa marca que tão logo seria genericamente associada aos africanos subsaarianos. Zurara ressaltara:

Era uma maravilhosa cousa de ver, ca entre eles havia alguns de razoada brancura, formosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeiçoados, assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens dos hemisférios mais baixos³¹⁶.

A brancura como sinal de beleza caminhando ao lado da iluminação, pureza que antes ela representava nas artes medievais, lembremos, ocupa o polo oposto à escuridão própria do demônio caso se interprete os “hemisférios mais baixos” como inferno ou ainda uma referência aos monstros desafeiçoados (caras e corpos) - uma vez que “hemisférios mais baixos” bem poderiam ser uma referência às terras antípodas. O espectro de cores guardava o distanciamento daqueles que empreenderiam seus pontos opostos especialmente no que tange a uma oposição entre Cristianismo versus idolatria, selvageria, bestialidade. Além de autorizar o discurso, ou em parceria a ele, o uso do “eu” (enquanto unidade de ação politicamente eficaz) caminha também nesse sentido de demarcar essa auto-delimitação que se instaura conjuntamente à exclusão e distanciamento do “vós”³¹⁷. Os usos de denominações derivadas desse processo, que veremos ao longo do capítulo, constitui a caracterização dos grupos em questão que insere o

³¹⁵ Cf Monteiro, John M. *Negros da Terra*.

³¹⁶ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 97.

³¹⁷ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 192.

reconhecimento mútuo, no caso do nós (cristãos, etc.), e exclusão do vós (idolatrás, etc.) no desenvolver da invenção que estamos aqui analisando.

Pelo retrospecto da época, a cor escura da pele haveria, pois, de ser explicada, pois, assim como no caso do Mansa Mali, haveria diversas hipóteses por trás da sua pigmentação. Se a humanidade empreenderia um todo rigidamente ordenado, essas variações deveriam ter uma explicação outra. Nesse sentido, Zurara readapta aquela antiga relação com os influxos de raios solares:

E disto é bem certa testemunha a cor mesma daquele povo de Etiópia, cujo sangue é queimado da grande quentura do sol, que há ali o poder de todo seu fervor e bafos de áurego, que entre os ventos é mais quente; donde hão os homens daquela terra a cor mui negra [...] ³¹⁸

Extraído das antigas teorias, a quentura do sol, portanto, queimaria o sangue, refletindo na aparência a cor escura da pele. O clima, no argumento de Zurara, seria o componente responsável pela distinção visível da cor da pele. Mas Zurara, como o primórdio das narrativas de viagens, logo foi sucedido por argumentos desfavoráveis à tal teoria. Se antes, o pouco, ou nenhum, contato com as pessoas da Etiópia favorecia explicações como essas, encontrar um espectro maior de cores de pele não compatibilizava. Nesse sentido, uma importante objeção, dentre outras ³¹⁹, vem com a seguinte argumentação apresentada por Duarte Pacheco Pereira:

Muitos Antigos disseram que, se alguma terra estivesse oriente e ocidente com outra terra, que ambas teriam o grau do Sol igualmente e tudo seria de uma qualidade. E quanto à igualeza do Sol é verdade; mas como quer que a majestade da grande natureza usa de grande variedade, em sua ordem, no criar e gerar das cousas, achamos, por experiência, que os homens deste promontório de Lopo Gonçalves e toda a outra terra de Guiné são assaz negros, e as outras gentes que jazem além do mar oceano ou ocidente (que tem grau do Sol por igual, como os Negros da dita Guiné) são pardos quase brancos; e estas são as gentes que habitam na terra do Brasil, de que já no segundo capítulo do primeiro livro fizemos menção. E que algum queira dizer que se muitas árvores nesta terra há, que tantas e mais, tão espessas, há nesta parte oriental daquém do oceano de Guiné. E se

³¹⁸ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 176.

³¹⁹ Já no estabelecimento de gerações de cristãos em solo africano e de africanos em solo cristão demonstraria que os filhos saíam aos pais, não podendo imputar à ação do clima qualquer interferência.

disserem que estes daquém são negros porque andam nus e os outros são brancos porque andam vestidos, tanto privilégio deu a natureza a uns como a outros, porque todos andam segundo nasceram [...]”³²⁰.

Se a teoria que mantinha a autoridade da explicação acerca da cor da pele negra se baseava na incidência do Sol, ao se comparar regiões que receberiam a mesma quantidade elas deveriam, portanto, apresentar as mesmas qualidades, conforme argumentava Ptolomeu em seu *Geographia*.

No entanto, apesar das semelhanças nos modos de viver das gentes e na quantidade de árvores, somente na Guiné, destacara o cosmógrafo, que se encontraria “[...] habitação de gente, os quais são negros, que em nenhuma parte do mundo pode mais haver”³²¹. Esse efeito diverso dos raios solares sobre regiões onde deveriam agir por igual haveria de parecer em tudo contrário a muitas das especulações suscitadas. Disso resultou a ideia de que a cor escura da pele era permanente, como demonstra a expressão “*to wash an Ethiop white is a labour in vain*”³²², dita quando se queria indicar impossibilidade de algo acontecer.

Assim, diante da ausência de uma explicação plausível que justificasse a destoante compleição dessas gentes, restava ao cosmógrafo a dúvida fundamental que ele expressa nas linhas finais dessa sua digressão: “[...] assim que podemos dizer que o sol não faz mais impressão a uns que a outros. E agora é pera saber se todos são da geração de Adão”³²³. Descartado o argumento que supostamente dava conta da diversidade cromática sem a necessidade de maiores constrangimentos aos preceitos bíblicos, restava, então, a questão primordial e fundamental a respeito da sua genealogia. Não muito distante do debate estabelecido acerca dos monstros alguns séculos antes, os africanos inseriam novamente entraves à autoridade da teoria vigente.

³²⁰ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 161.

³²¹ *Ibid.*, p. 160.

³²² A expressão faz referência a uma das fábulas de Esopo, um escravo contador de escravo que viveu na Grécia Antiga. No Renascimento foi muitas vezes utilizada especialmente nos textos ingleses. (Korhonen, Anu, *Washing the ethiopian white: conceptualising black skin in Renaissance England*. In: Earle, T. T.; Lowe K. J., *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 94).

³²³ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 161.

Embora se possa interpretar essa derradeira questão de Duarte Pacheco Pereira quase que como uma alternativa poligenista ao monogenismo tradicionalmente aceito, é pouco provável que um cosmógrafo de um reino fundamentalmente cristão, escrevendo para a Corte, conteste, como o fez Isaac La Peyrère na França seiscentista, a teoria adamita. No entanto, sendo a diversidade inerente à onipotente providência divina, como o próprio destaca, afigura plausível que o cosmógrafo esteja de certo modo a duvidar da humanidade daqueles cuja cor da pele, compostura e humores afastavam-se do padrão cristão. Em uma escala dos seres, acabava, portanto, aproximando-os de um estado bestial e selvagem: “os homens e as mulheres são de grande corpulência, são rudes e selvagens e ferozes”³²⁴. Não há como não observar nesse trecho de Diogo Gomes que apesar de considerá-los “homens” e “mulheres” os seus comportamentos seriam dignos de adjetivos característicos dos animais.

6.2.

Dos monstros aos guinéus

Penalizados pelos estereótipos relativos aos povos etíopes e antípodas, a descrição das características somáticas dos “novos” habitantes do mundo esforçavam por compará-los a um modelo em que uma determinada ideia de “homem”, inserido em uma noção universalista de humanidade, já se mostrava dominante. Esse discurso continua a se impor na descrição dos modos de viver que enfatizavam a condição a qual a compleição estava a enquadrá-los. A respeito disso, Zurara reflete:

Bem é que os instrumentos em alguns corpos não são tão dispostos para seguir as virtudes, como são outros a que Deus por graça outorgou tal poderia, e carecendo dos primeiros princípios de que pendem os outros mais altos, fazem vida pouco menos de bestas, ca em três modos se partem a vida dos homens, segundo diz o filósofo: os primeiros são aqueles que vivem em contemplação, deixando todas as outras coisas do mundo, somente se ocupam em orar e contemplar, e a estes chama ele meios deuses; e os segundos são os que vivem nas cidades, aproveitando seus

³²⁴ “*Sunt homines et mulieres magni corporis et sunt rustici siluestres ac sunt ferozes*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 99.

bens e tratando uns com os outros; e os terceiros são os que vivem nos ermos, afastados de toda conversação, vivem assim como bestas³²⁵.

O cronista, em uma adaptação de Aristóteles e também Platão³²⁶, organiza e ordena os homens a partir do seu modo de vida. Tal como afirmado pelos dois filósofos, a atividade contemplativa é tida, entre as disponíveis, a mais estável e individualmente autossuficiente. Haveria, entretanto, outros valores humanos importantes que repousavam na extremidade oposta do espectro da autossuficiência: as boas atividades associadas à cidadania e ao vínculo político, como analisa Martha Nussbaum³²⁷. O ser humano seria, portanto, uma criatura política e naturalmente disposta à vida em comum. Uma pessoa sem-cidade devido à natureza, e não à fortuna, era, portanto, uma criatura inferior. Aristóteles, nesse sentido, referencia o Ciclope de Homero, cuja diferença específica se constitui pela falta de interesse social e político, lembrando que um ser antropomórfico que carecesse de interesses sociais não poderia ser classificado como humano³²⁸. Se fosse realmente da sua natureza ser solitário e amar a guerra pelo fim dela mesma, então ele estaria abaixo ou acima da espécie humana, mas não pertenceria a ela e, portanto, não deveria receber o mesmo tratamento que se dá aos semelhantes humanos. Seria esse o caso do terceiro e mais baixo modo de vida exposto por Zurara, com a diferença que, inserido nos preceitos cristãos, como veremos, não se poderia pensar esses seres fora da categoria humana; eles estavam fora da referência, sem que, no entanto, deixassem de ser homens.

Assim, por influência aristotélica e platônica, dentro desse discurso representativo da vida humana no ocidente cristão, o homem pela sua natureza social e política necessitava da vida das cidades. Nesse sentido, a Europa já se

³²⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 117.

³²⁶ Mais provável que o filósofo indicado por Zurara seja Aristóteles, dado seu maior conhecimento das obras desse filósofo. Platão também fora citado na Crônica, mas a partir das cópias de outros livros. Mas as ideias de ambos se aproximam, apesar de apresentar pontos diferentes que não cabe nesse trabalho esmiuçar. Para uma análise mais detida a respeito desse assunto nos escritos de Aristóteles e Platão ver: Nussbaum, Martha. *A Fragilidade da Bondade. Fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*.

³²⁷ Nussbaum, Martha. *A Fragilidade da Bondade*. p. 299.

³²⁸ *Ibid.*, p. 306.

destacava por essa qualidade, enquanto o lugar de melhores cidades e vilas, conforme destaca Pacheco Pereira citando Plínio:

diz Plínio, no seu terceiro livro da Natural História, capítulo primeiro, que, por a Europa ser mais excelente que todas as outras partes, ela nos dá o criador dos povos vencedores das gentes [...] nem devemos duvidar que de cidades, vilas e fortalezas cercadas de muros, e outros sumptuosos e fermosos edificios, Europa precede Ásia e a África [...]³²⁹.

Disso resultaria a qualidade das suas gentes: “[...] Europa possui, e, sobretudo, os mais excelentes letrados em todas as ciências que o orbe em si tem, com outras muitas coisas de vantagem de todo o circuito da redondeza. E porque sua excelência é tanta que em poucas palavras se não podem compreender [...]”³³⁰. Nessa relação entre a qualidade das gentes e das cidades, os cristãos irão organizar o seu imaginário acerca das demais regiões do mundo, destacando um protótipo comum de representação de cidades baseado em edifícios simbolizando palácios, igrejas e mesquitas tal como verificado nas cartas-portulanos e *mappaemundi* (Figura 29).



Figura 29 – Cidades no Atlas Catalão; cidades e monstros no *mappamundi* de Hereford

Quando não eram regiões habitadas por monstros, a região ao sul do Saara, nestes exemplares, era preenchida por cidades que seguiam o modelo tradicional apenas com o destaque das abóbadas mouriscas em contraposição à cruz cristã. Muitos

³²⁹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 27.

³³⁰ *Ibid.*, p. 28.

nomes destacados poderiam ter sido informações de comerciantes árabes, que por corrupção de vocábulo tenha se perdido, mas tantos outros eram fruto da imaginação que selecionava ali a localização de uma determinada cidade com fins únicos de preencher o interior ainda desconhecido com uma referência familiar.

Com o contato estabelecido, se verifica, então, uma distinção com relação a essa convenção. Distantes do ideal de cidades e vilas cristãs ou mesmo mouriscas, o que se observava: “não é semelhante ao dos cristãos, porque o seu reino é de gente selvagem e pobríssima, e não há cidade alguma murada, senão aldeias com casa de palha, pois não sabem fazer paredes”³³¹. A ausência de cidades muradas reverberava, portanto, na qualidade das gentes destacadas como “selvagem” e “pobríssima”.

Aqueles palácios e Igrejas suntuosas que desenharam no interior eram agora substituídos por casas de materiais simples como palha. O Castelo de São Jorge da Mina, destacado por Pacheco Pereira, seria, para ele, o único edifício naquelas paragens e ainda teria sido construído pelos cristãos: “E termos sabido que em toda a Etiópia de Guiné, depois de ser dada a criação ao mundo, este foi o primeiro edifício que se naquela região se fez”³³². A grandeza da construção em relação às casas nativas africanas é destaca no Planisfério de Cantino e seus similares quando em primeiro plano representa o dito Castelo rodeado por pequenas casas dos nativos. O desenho dessas no Planisfério indica um formato muito parecido com a imagem apresentada pelos viajantes, a exemplo de Cadamosto: “Nesta aldeia onde estive, que se chamava sua casa, há talvez umas quarenta ou cinquenta casas de palha, todas juntas ao redor uma das outras, e rodeadas por sebes e tapumes de árvores grandes, deixando só uma ou duas bocas pelas quais se entra [...]”³³³. Na sequência, o veneziano ainda reforça: “Para que entendais, a casa deste senhor [Budomel] não é uma casa de muro, ou palácio,

³³¹ “E non è questo re simile alli nostril di Cristianità: perchè il suo regno é di gente selvaggia e poverissima: e non vi è città acuna murata, se non village con case di paglia 'nè sanno far case di muro [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 33.

³³² Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 142.

³³³ “In questo villaggio dove io fui, che si chiamava Casa sua, ponno esser circa quarante in cinquanta case di paglia, tutte appresso l'una all'atra in tondo, e circondate attorno di siepi, e serraglie di arbori gorri, lasciando solo una bocca o due per le quali si entra [...]”. Cadamosto, *op cit.*, p. 42.

mas segundo a forma do seu viver tem umas casas de campo para habitação [...]”³³⁴. Se o grosso da população vivia em casas de sebes e tapumes de árvores, esperava-se que a figura do rei ao menos mantivesse o padrão dos reis cristãos. Entretanto, a espera de palácios, encontrava-se simples casas de campo que em nada refletiam o poder que deveria sustentar o suposto senhor.

Como analisado anteriormente nas cartas e *mappaemundi*, os reis eram os principais representantes da África juntamente com os monstros e animais exóticos. Desde esse tempo já se verificava a transposição dessa categoria política para as regiões desconhecidas e todos os elementos que as compõem. Enquanto a base e o espelho da organização social, o poder e o costume dos reis e senhores são avaliados como reflexo das características de seu povo. O retrato do que se considerava rei foi, portanto, um importante aporte na construção da imagem daquelas gentes. Nesse sentido, as descrições das relações estabelecidas com essa figura era um importante ponto de partida do registro dos modos de viver. Já não tinham palácios e cidades muradas, seu séquito era gente “pobríssima” e “selvagem”, e alguns ainda baseavam seu poder no temor:

“Não são senhores porque sejam ricos de tesouros ou de dinheiro, porque nada disso têm, nem aí se emprega moeda alguma; mas podem-se chamar verdadeiramente senhores de cerimônia e de séquito de gente, pois sempre estão acompanhados e reverenciados por muitos, e são muito mais temidos pelos seus súditos do que nossos senhores daqui”³³⁵.

Ou ainda eram pessoas sem nenhuma honra e dignidade, como pontua Diogo Gomes:

O senhor daquela gente, de nome Beseguiche, era homem malvado e traiçoeiro [...]. Assim enganou os cristãos dissimulando a sua malvadez sob demonstração de rosto afável e prazenteiro para se aproximarem de

³³⁴ “*E perchè intendiate, la casa di questo signore non è una casa di muro, over palazzo: ma, secondo la forma del suo vivere, hanno alcune ville deputate all’ abitazion del signora [...]*”. *Ibid.*, p. 42.

³³⁵ “*Questi tali non sono signori perchè siano ricchi di Tesoro nè di danari, perchè non ne hanno, nè li si spende moneta alcuna: ma di cerimonie e di seguito di genti si ponno chiamar signori veramente; perchè sempre sono accompagnati da molti e reveriti, e temuti molto più dai suoi sudditi, di quello che non sono i nostril signori di qua*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 42.

terra; quando os cristãos se aproximaram da costa, mandou os seus que lhe atirassem setas; e assim morreram muitos dos cristãos³³⁶.

A predisposição para guerras, bem como sua crueldade, era também outra característica ressaltada pelos viajantes tal como demonstra o ataque desnecessário, aos olhos de Gomes, aos cristãos supostamente bem intencionados. Retomando Aristóteles, para quem aos homens razoáveis a guerra deveria ser sempre um meio, o gosto pela guerra com um fim nela mesma novamente indicaria a posição na escala natural a qual os ditos povos se encontrariam. Ao contrário dos cristãos, que apesar de também se envolverem em guerras, mas no caso, para eles justificadas, os nativos africanos, conforme ressalta Duarte Pacheco Pereira, estariam mais em guerras do que em paz: “[...] e esta gente toda é metida em guerras, que poucas vezes tem paz”³³⁷. Os próprios senhores, conforme nos conta Cadamosto, utilizavam-se da violência nas guerras para ofender e, novamente, estavam sempre em guerras: “Estes senhores negros guerreiam-se amiúde uns aos outros, e amiúde também com os vizinhos”³³⁸.

Além disso, outros aspectos demarcavam de maneira geral a comparação com os reis europeus como a ausência de rendimentos regulares advindos da tributação, mas compensado pelos roubos e pilhagens, e a ausência de hereditariedade – para citar mais alguns. Quanto mais se distanciavam dos parâmetros de avaliação, mais se configurava os traços indiciais dos modos de viver daquela gente. A julgar pelo comportamento dos reis, de quem se esperaria a moral e os bons costumes, da generalidade da população só poderia, então, esperar “selvageria”, como mesmo ressaltara Cadamosto.

Assim, apesar de não ser uma característica unânime entre todas as gentes descritas pelos viajantes, essas ressalvas, juntamente com uma paisagem incólume

³³⁶ “*Et dominus gentis illius nomine Besegiche uir malus et proditor. Et omnes uicini eius odio ipsi habebant quia pessimus erat. Et iecit in christianos sagittas de ueneno et uulnerati sunt aliqui christiani qui statim mortui sunt de ueneno. Et sic decepit christianos, dissimulans maliciam demonstrando faciem bonam et letam ut appropinquarent terram: et appropinquantes ad littus precepit suis ut sagittas in christianos sagittarent et sic mortui sunt multi ex christianis*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 67.

³³⁷ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 113.

³³⁸ “*Questi signori negri guerreggiano spesse volue l’uno con l’altro, e anche molte volte con li suoi vicini [...]*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 37.

típica dessas regiões, remetem ao panorama já apresentado pelos monstros especialmente nas literaturas de maravilhas medievais. Somado ao fato das terras austrais africanas já terem sido o ambiente propício para a proliferação desse tipo de maravilhas; desertos, florestas e montanhas, conforme destaca Friedman, pela característica hostil e assustadora, eram também um *habitat* ideal de várias espécies de monstros e bestas feras³³⁹. Acrescentemos, agora, mais uma característica destacada nesse aspecto: a nudez.

Utilizada para compor a imagem do monstro nos bestiários medievais, a ausência de vestimenta é aqui anexada para completar a “ociosidade bestial” exposta por Zurara: “ca eles não sabiam o que era pão e vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa e o que pior era, a grande ignorância que em eles havia, pela qual não havia algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial”³⁴⁰. Sendo um dos mais regulados sinais de definição moral da época, os costumes eram, então, importantes condicionantes classificatórios desses habitantes pelas penas dos cristãos³⁴¹. A vestimenta entra nessa categoria como um importante classificador social. A ausência dela ressaltava o afastamento que viviam aquelas gentes dos preceitos cristãos e novamente enfatizava a sua aproximação com o estado bestial e monstruoso, endossando o quadro traçado a respeito das vilas e aldeias.

Em praticamente todas as figuras de bestiários, o monstro é representado com poucas partes do corpo cobertas, também uma constante nas figuras acerca desses africanos desde os antigos exemplares maiorquinos, por exemplo. Nestes é possível observar uma distinção entre os “reis” figurados vestidos e o nativo, próximo ao Mansa Mali, nu (a nudez é parcial, mas ainda assim considerada nudez para os padrões da época). O mesmo se verifica no exemplar de Andrea Bianco, no qual, para além do *Rex Etiop*, os demais estão nus tal como os nativos de Cantino e Waldsmüller. A nudez também é uma característica destacada nas primeiras xilografuvas dos “povos exóticos” produzida em 1508 por Hans Bungk-

³³⁹ Friedman, J., *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, p. 148.

³⁴⁰ Zurara, G. E., *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 99.

³⁴¹ Lawrance, Jeremy, Black Africans in Renaissance Spanish Literature. In: Earle, T. T.; Lowe K. J. *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 72.



Figura 30 - Gennea de Hans Burgkmair, 1508

-mair (Figura 30). A partir de informações trazidas por viajantes, em especial de Balthazar Springer, os nativos da Guiné, em específico, são destacadamente representados nus³⁴².

Entre os viajantes, a falta de vestimenta é no mesmo sentido enfatizada, como mostra Cadamosto: “Essa gente quase toda anda sempre nua, exceto um couro de cabra posto em forma de Braga, com que cobrem suas vergonhas”³⁴³.

Parcial ou total ela é descrita e avaliada pelos cristãos:

As mulheres vestem alquicés, que são assim como mantos, com os quais somente cobrem os rostos, e por ali entendem que acabam de cobrir todo sua vergonha, ca os corpos trazem todos nus. Por certo, diz aquele que

³⁴² Mark P. McDonald, Burgkmair's Woodcut Frieze of the Natives of Africa and India. In: *Print Quarterly*, p. 227-244.

³⁴³ “Il vestir di questa gente è, che quasi tutti vanoo nudi continuamente, salvachè portanno un cuojo di capra messo in forma d'una braga, con che si corpono de loro vergogne”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 35.

ajuntou esta história, que este é uma das cousas por que homem pode conhecer sua grande bestialidade, ca se algum pequena razão entre eles houvesse, seguiriam a natureza, cobrindo aquelas partes somente que ela mostrou que deviam ser cobertas [...] ³⁴⁴.

Pela ótica dos costumes propagados pelo Cristianismo, a falta de vestimenta seria mais um indicador de que essas gentes viviam tal como os animais, sem nenhuma ordenança e razão. A figura do homem medieval era colega de alojamento da mais baixa das três ordens de animais, isto é, a dos animais terrestres. Ou seja, pela sua natureza se aproximaria desse espaço animal, senão fosse a suposição de que ele seria o único a ter uma população original de seres racionais ³⁴⁵. Nesse sentido, a vestimenta era um importante indicador da distinção do homem.

O Cristianismo ainda endossaria essa relação entre conhecimento e a consciência de nudez a partir da interpretação do pecado original. Somente após a provação do fruto proibido é que o homem, que antes vivia em um estado de pureza e inocência, tomara conhecimento do bem e do mal: “Agora o homem tornou-se um de nós [Deuses], conhecendo o bem e o mal” ³⁴⁶. Ao provarem do fruto, portanto, abriram os olhos e viram, enfim, a sua nudez e dela se envergonharam. Da vergonha nasceu ainda mais debates teológicos a respeito do seu significado, chegando mesmo a elevar o pecado original a pecado sexual. Tão logo, a posteridade de Adão encenaria, assim, a depravação dos homens que deflagrara a ira de Deus e o dilúvio universal:

Ora, tendo os homens começado a multiplicar-se sobre a terra, e tendo gerado filhas, vendo os filhos de Deus que as filhas dos homens eram formosas, tomaram por suas mulheres as que, dentre todas lhe agradaram. E Deus disse: O meu espírito não permanecerá para sempre no homem, porque é carne [...] ³⁴⁷.

A natureza carnal condenava o homem. Santo Agostinho simbolizava nas funções corporais do homem a sua genérica corrupção. Adão pecara e pecara por

³⁴⁴ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 205.

³⁴⁵ Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 104-105.

³⁴⁶ Gênesis 3: 22.

³⁴⁷ Gênesis 6: 1-3.

sua liberdade de escolha. Tal situação criara duas imagens do homem: um animal racional capaz dos mais altos conhecimentos e também uma criatura decaída envolvida em um pecado que ele mesmo acometeu. Sua marca mais clara era a depravação; sua maior necessidade: a redenção. Sendo o homem incorrigivelmente ruim, a existência de instituições seria necessária tanto como resultado do pecado quanto como um remédio a ele. A não observância desses preceitos e a prevalência das necessidades do corpo aproximava o homem de uma natureza bestial acima vinculada à nudez. As imagens dos africanos, para além das narrativas, constantemente retratavam esse círculo no qual incidia uma relação entre corpo e cultura, identificando a nudez como uma alegoria de desenfreada luxúria como sinal de bestialidade³⁴⁸. Apesar da incapacidade de governar seus próprios desejos ter sido rogada a todos os homens, a eterna vigilância vinha ampará-lo para que o pecado não corrompesse o corpo, sendo, portanto, uma virtude das “criaturas razoáveis” e da eterna salvação. A sua não observância irromperia na perdição, como expõe Zurara:

E assim que onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrário, das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da santa fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis [...] ³⁴⁹.

O discurso eclesiástico se esforçava por controlar as práticas sexuais ao condená-las. A relação sexual deveria somente servir ao propósito maior de reprodução, portanto, dentro do casamento³⁵⁰. Aqueles que se deixavam levar pelos prazeres da carne estavam, assim, sucumbindo aos vícios, como narra Duarte Pacheco Pereira: “São gente de muitos vícios, tem as mulheres que querem, e a luxúria entre eles totalmente é comum; são muitos grandes ladrões, bêbados e mentirosos e ingratos; e todos os males que há de ter um mau, eles os tem”³⁵¹. O mesmo também se observa nas penas de Cadamosto:

³⁴⁸ Lawrance, Jeremy, Black Africans in Renaissance Spanish Literature. In: Earle, T. T.; Lowe K. J. *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 72.

³⁴⁹ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 99.

³⁵⁰ Le Goff, Jacques, *The Medieval Imagination*, p. 93-106.

³⁵¹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 108.

E estes negros e negras são muito luxuriosos: porque uma das coisas principais que, repetidamente, e fez pedir Budomel foi que, por ouvir dizer que os cristãos sabiam fazer muitas coisas, me rogava que se porventura eu soubesse dar-lhe a maneira como ele pudesse satisfazer muitas mulheres, me daria tudo o que de maior houvesse, e assim podeis entender quanto apreciam este vício [...] ³⁵².

A ênfase nos vícios sublinhava, nesse sentido, uma predisposição dos habitantes daquelas terras a estarem sempre a mercê dos prazeres da carne, um apelo bestial daquele que desconhece a salvação e os bons costumes. A respeito disso já se observava anteriormente em exemplos como as *Cantigas de Santa Maria* (século XIII) uma imagem semelhante. Supostamente de autoria do rei Afonso X, uma das cantigas narra a história do adultério de uma mulher cristã com um “mouro” de tez negra muitas vezes com feições monstruosas³⁵³. A hipersexualidade dos etíopes, em específico, ressaltada desde os tempos greco-romanos, é aqui acompanhada do pecado e da condenação.

Nesse sentido, distantes dos valores cristãos e, portanto, da salvação, estariam fadados a comportamentos instintivos. Apartados por tantos anos dos preceitos cristãos, marcas comportamentais dissimulavam a natureza desses homens que a bestialidade lhes legava. Contudo, outras características são destacadas, em principio, como uma valorização da imagem do negro africano. O caso do destaque das habilidades física é algo a ser mencionado nesse sentido: “E estes negros são os melhores nadadores do mundo, a julgar pela experiência que eu vi fazer a alguns naquelas terras³⁵⁴”. A natação das gentes era tamanha que os portugueses mandavam avisar os demais para “[...]que tenhais maneira de os filhardes antes que se lancem à água, porque hei novas que todos são mui grandes nadadores, e poder-vos-iam escapar se disso não fossem avisados”³⁵⁵. Cadamosto,

³⁵² “E sono questi Negri e Negre molto lussuriosi: perchè una delle cose principali che con istanza mi fece domandar Budomel, fu che avendo inteso che I Cristiani sapevano far molte cose, mi pregava se per avventura io sapessi dali il modo che egli potesse contentar molte femmine; chè mi daria ogni gran cosa; sicchè potete intender quanto apprezzano questo vizio [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 42.

³⁵³ Devisse, Jean; Michel Mollat, *The Image the Black in Western Art*, p. 86.

³⁵⁴ “E questi tali Negri sono li maggiori notatori che siano al mondo, per la esperienza ch'io vidi far ad alcuni di loro in quelle parti”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 38.

³⁵⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 232.

por sua vez, apesar de mencionar a natação, se impressiona com a agilidade: “[...] muito bons corredores e saltadores, por estarem costumados aos cumes daquelas ilhas, cheias de montes; e saltam de pedra em pedra, descalços, como veados, e dão saltos incríveis”³⁵⁶. Aqui, a aproximação com o veado potencializa a habilidade, assemelhando-a às habilidades naturais típicas desses animais. Tanto na natação quanto na agilidade, lembremos, haveria referenciais equivalentes também entre os exemplares monstruosos. A respeito da natação, os *Ichthyophagians* destacavam-se por serem ótimos nadadores e, no caso da agilidade os Troglodytas, seriam descritos por Isidoro como “[...] uma tribo de etíopes conhecidos porque correm com tanta velocidade que eles perseguem animais selvagens a pé”³⁵⁷.

Tais habilidades, além disso, eram ressaltadas diante da dificuldade do resgate que se verificou nas tentativas muitas vezes frustradas de captura, como continua Zurara: “E como homens que o correr haviam por uso, começaram os guinéus a pôr-se a salvos, pouco temendo os inimigos que se tremetiam em os seguir”³⁵⁸. A capacidade de defesa, unindo coragem e habilidade, demonstrada pelos nativos africanos reafirmava-se como um traço marcante em várias campanhas de resgate narradas pelos viajantes, em especial Zurara, que mais afeito à prolixidade, se detinha a narrar os detalhes. Dessas ainda se sobressaía aquela que fazia a jus à constituição corporal constantemente ressaltada nas penas dos viajantes:

[...]porque o Estavão Afonso era de pequeno corpo, e delgado; o que Guinéu era muito pelo contrário; e assim lhe travou rijo pelos cabelos, que quando se o guinéu quis se endireitar, ficou Estevão Afonso pendurado com os pés fora do chão. O Guinéu era valente e poderoso, e pareceu-lhe que era escárnio ser assim sujeito de tão pequena coisa³⁵⁹.

A força do guinéu é enfaticamente apresentada como uma vantagem frente

³⁵⁶ “[...] soo uomini asciutti, e gran corridor e saltatori, por esser avvezzi in quelle bricche di quelle isole piene di montagne: e saltano di sasso in sasso, discalzi, come capriuoli; e fanno salti, che non sono da credere”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 16.

³⁵⁷ Barney, S.; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, O., *The Etymologies of Isidore of Seville*, p. 199.

³⁵⁸ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 171.

³⁵⁹ *Ibid*, p. 169

ao cristão. A narrativa deste pequeno combate feita por Zurara descrevia o guinéu quase que como um monstro ou, para usar a própria analogia de Zurara, um touro, cuja força e estatura muito superava a dos cristãos. Ao fim da história, o guinéu não fora capturado apesar dos reforços enviados: [...] e o Guinéu, vendo-se solto da cabeça, sacudiu os outros dos braços, lançando cada um a sua parte, e começou de fugir, cuja seguida aos outros após ele pouco aproveitou, porque a ligeirice era mui avantajada ante o correr dos outros homens[...]”³⁶⁰. Força, coragem e agilidade se somavam na figura do guinéu que praticamente derrotara vários cristãos de maneira incrível.

A ênfase nas habilidades físicas aqui condescenderia, nesse sentido, a uma lógica da conquista que buscava demonstrar o valor e dificuldade da captura e ainda ressaltar sua qualidade enquanto escravo. Além disso, essas descrições, que muitas vezes parecem exageradas, poderiam ainda ser interpretadas como um destaque das características que mantinham os nativos próximos a um estado de natureza, como se observa na seguinte passagem de Cadamosto: “[...] matam-se tantos como feras, e são atrevidos e bestiais, pois que em qualquer perigo antes se deixam matar do que fugir, ainda que possam fazê-lo”³⁶¹.

Apesar de não se verificar uma zoomorfização das gentes daquelas paragens e nem uma afirmação de que seriam a figuração real dos monstros plinianos, as analogias diretas ou indiretas, a partir de adjetivações como as expostas por Cadamosto, os aproximavam mais uma vez de um estado bestial quase no limiar da humanidade. Esse conceito, que sumariamente era evocado pelos viajantes e que comumente era empregado nos discursos da cristandade, estava em causa nas descrições acerca do negro africano. Em consequência da universalidade a qual sua própria etimologia se referia, como analisa Koselleck, a humanidade poderia reportar-se a todos os homens, o gênero humano dos descendentes de Adão, de modo que ninguém ficaria excluído, ou alcançaria uma determinada qualidade, de modo a possibilitar exclusões que não estão contidas na

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 170

³⁶¹ “[...] e se ne ammazzano assai come bestie; e sono molto arditi e bestiali; chè adogni pericolo piuttosto si lasciano ammazzare, che, potendo, vogliono fuggire [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 38

própria palavra³⁶², mas aqui incorreria nos riscos contundentes dos discursos heréticos.

6.3.

Ubi nunc paganismus est, christianitas fiat (Onde agora existe paganismo, faça-se cristandade)³⁶³

Diante de todo o empenho descritivo que inventa o “negro africano” como um ser bestial por excelência, percebe-se o motivo de Duarte Pacheco Pereira ter levantado a pergunta acima referida: “E agora é pera saber se todos são da geração de Adão”³⁶⁴.

A questão do cosmógrafo é praticamente uma consequência das representações, que se esforçam por distanciar esses habitantes de um ideal de humanidade, ou seja, do gênero humano neste contexto. Aos olhos dos viajantes, parecia uma tarefa difícil concebê-los como irmãos, portanto, descendentes de uma mesma geração. Todavia, as bases teológicas fortemente arraigadas mantinham sua autoridade e encaminhavam o negro africano para dentro da ordem e lógica cristã, como nos mostra Zurara: “Mas para que falo eu estas cousas quando sei que somos todos filhos de Adão, compostos de uns mesmos elementos, e que todos recebemos almas como criaturas razoáveis!”³⁶⁵. A vinculação aos filhos de Adão, participando assim da unidade fundamental do gênero humano, e a alma racional eram as justificativas necessárias para sublimar dúvidas tais como a levantada por Pacheco Pereira. Assim como destaca Santo Agostinho, a alma racional era uma característica específica do gênero humano, não compartilhada por nenhum outro ser vivo do mundo. Ao perfazer os argumentos dos antigos, tal como o de Aristóteles no item anterior exposto, o bispo de Hipona analisara:

E primeiro vejamos a que coisas se aplicam comumente esta palavra razão.
E nos interessa saber que o homem foi pelos antigos sábios assim: o

³⁶² Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 219.

³⁶³ Palavras de Guilberto de Nogent, no século XII, motivando a cruzada. Koselleck, R., *Futuro Passado*, p 214

³⁶⁴ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 161.

³⁶⁵ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 116.

homem é um animal racional, mortal. Posto o gênero de animal, lhe haviam agregado duas diferenças, com o fim de advertir ao homem, segundo eu entendo, onde deve refugiar-se e de onde deve afastar. Pois assim como a alma, estranha de si mesma, caiu nas coisas mortais, assim deve regressar e voltar-se à intimidade da razão. Por ser racional, se vantagem sobre as bestas; por ser mortal, se diferencia do ser divino. Se lhe falta o primeiro, seria um bruto; se não se aparta do segundo, não poderia deificar-se³⁶⁶.

Novamente, a excelência do homem viria da sua alma racional. Mas na adaptação cristã, esta seria a imagem e semelhança de Deus, a parte mais divina do homem. Sua alma, mais nobre dentre todas, teria a capacidade de dirigir seu olhar em direção àquilo que é mais excelso na ordem espiritual. Daí a diferença com relação aos animais, sempre curvados em direção à Terra.

Considerar os nativos como criaturas razoáveis, além de enaltecer sua humanidade, ainda enfatizava a sua possibilidade de conhecer o Deus cristão satisfazendo ainda aos desejos proselistas que estavam expressos, inclusive, nas razões que levaram o Infante a empreender as expedições, segundo Zurara:

A quinta razão, foi o grande desejo que havia de acrescentar em a santa fé de nosso senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar, conhecendo que todo o mistérios da encarnação, morte e paixão do nosso senhor Jesus Cristo, foi obrado a este fim, scilicet, por salvação das almas perdidas [...] ³⁶⁷.

O apelo à salvação, no plano teológico, estava dado na Bíblia a partir da designação do próprio filho de Deus e endossada, para o caso específico, na bula *Inter Caetera* de 1456³⁶⁸. A contrapartida ao pecado original e a inerente fraqueza e depravação do homem, portanto, seria a obediência aos preceitos cristãos e as instituições do universo teocrático. Os africanos ao sul do Bojador, nesse sentido,

³⁶⁶ Agustín, San, *Del orden*. In: *Obras completas de San Agustín*, XI, p. 31.

³⁶⁷ Zurara, G. E. *op cit.*, p. 57.

³⁶⁸ A bula *Inter Caetera* do ano de 1456 foi solicitada pelo rei de Portugal Alfonso V e pelo Infante Dom Henrique. Além de validar a bula anterior, *Romanus Pontifex*, ela também conferia à Ordem de Cristo a jurisdição ordinária e a conquista espiritual das terras a serem descobertas fora da cristandade conforme nos conta mesmo Diogo Gomes: “[...] Assim herdou dele muitas fortalezas e castelos, as ilhas dos Açores e da Madeira e tudo o que lhe pertencia do secular, pois o espiritual deixou à Ordem de Cristo (Ordem que antes houveram os Templários), tendo-o feito com autorização do Sumo Pontífice que fez a Ordem titular e doações” (Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 65).

estariam na escuridão pelo desconhecimento desses preceitos desde o começo do mundo, almas perdidas conforme ressaltara Zurara. Apesar da crença dos apóstolos terem evangelizado o mundo em suas missões, por algum motivo teria essa parte ficado apartada, cabendo agora a esses cristãos a tarefa divina de levar a palavra da salvação conforme ressalta Duarte Pacheco Pereira: “[...] porque a doutrina de Nosso Senhor, que pelos Apóstolos foi pregada pera salvação universal do mundo, também nessas Etiópias se perdeu. Ele, por sua infinita misericórdia e bondade quer que por nós se torne agora a ressuscitar”³⁶⁹. E mais frente o cosmógrafo continua:

Donde se seguiu tanto bem, que aqueles que dantes não conheciam a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e eram perdidos de corpo e de alma, agora, por nossa conversação, a conhecem e estão em auto para se salvarem, como de feito muitos destes etiópios que são trazidos a estes Reinos, são feitos cristãos, recebendo água do Santo Batismo, por o qual sua salvação deve ser certa³⁷⁰.

O cosmógrafo ainda ressaltara: “os Etiópios, quási bestas em semelhança humana, alienados do culto divino, dêis então muita parte deles à santa fé católica e religião cristã são trazidos”³⁷¹. Em uma relação entre a bestialidade e a alienação, a conversão cumpriria a função de os encaminhar. Se como sugerira Santo Agostinho, o homem necessitava dos preceitos cristãos para se guiar em meio a sua natureza depravada e fraca, qual não seria a consequência da ausência desses preceitos?

Assim, as almas perdidas, ainda racionais, bestas em semelhança humana por alienação à luz divinal poderiam, enfim, encontrar a salvação ao conhecer os mistérios da fé. Seriam, outrossim, ofertas a Deus em troca, há de se destacar, da glória do Infante também no reino celeste:

[...] ca se de Deus prometeu cem bens por um, justa está que creiamos que por tantos bens, scilicet, por tantas almas quantas por azo deste senhor são salvas, ele tenha no reino de Deus tantos centenários de

³⁶⁹ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 79.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 168.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 11.

galardões, por que a sua alma depois desta vida possa ser glorificada no celestial reino³⁷².

Na confiança de uma salvação ultramundana, condicionada por ações nestes mundos, de grande valia teria a concessão de uma alma racional aos ditos negros africanos. Daquele mundo conhecido e desde há milênios habitado, por isso gasto e estéril, as partes ignotas poderiam, ao mesmo tempo que recebiam a imagem dos paraísos dos viajantes, abrigar populações perdidas e ignorantes acerca da Palavra Divina: “Ouço as preces das almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infinito, cuja geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu [D. Henrique Portugal] engenho, pelas tuas despesas infinitas, pelos teus grandes trabalhos, são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação”³⁷³. Mesmo em obediência a padrões estilísticos, não deixa de ser sintomática o aviltamento heroico dos conquistadores das novas terras em oferecer a possibilidade de conversão àquelas almas que praticamente clamavam por salvação.

Nesse sentido, a África, que antes era majoritariamente dividida entre muçulmanos e cristãos (tal como se observa nas cartas-portulanos e *mappaemundi*), soma aos costumes bestiais a ignorância da verdadeira fé: “estes negros não vinham da linguagem dos Mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores, de trazer ao caminho da salvação e pelos negros podia ainda saber novas da terra muito mais longe”³⁷⁴. Enquanto uma geração de gentio, nesse sentido, o cronista retoma significações profundas na avaliação da dimensão religiosa naquela antítese clássica entre crentes e não-crentes, pagãos e cristãos, que, conforme analisamos, não estava tão distante dos confins desconhecidos da África pela simbologia que poderíamos extrair da imagem do rei cachorro, Benichaleb.

A opção pelo termo gentio, entretanto, favorecia mais aos interesses naquelas regiões. Se, no início, o adversário era mau por ser pagão, mais tarde,

³⁷² Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 57.

³⁷³ *Ibid.*, p. 39.

³⁷⁴ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 79.

especialmente com as Cruzadas, ele poderia ser bom apesar de pagão. Fosse porque aumentava a honra de quem combatia um inimigo à altura, fosse ainda por necessidade de acordos³⁷⁵. Na exegese bíblica ainda era comumente apresentado como um povo desejoso de se aproximar da fé de Cristo, lembremos da Rainha de Sabá, assim como as almas inocentes acima descrita por Zurara. Ao contrário dos mouros e judeus, renitentes na sua fé, os gentios se posicionavam humildemente ao plano salvífico.

No entanto, o termo também abarca um modelo retórico de simplificação que o assimila à idolatria, como o prefere Duarte Pacheco Pereira: “E todos os negros do rio Grande até esta Serra Leoa, e dali por diante, são gentios idolatras; e são circuncisos sem saberem razão porque tal circuncisão fazem e costumam; somente dizem que o fazem por andarem limpos”³⁷⁶. Assim como Cadamosto ressalta a respeito dos Barbacins: “São grandes idólatras, não têm lei alguma [...]”³⁷⁷ ou a respeito dos canários: “Não têm fé, mas uns adoram o sol, outros a lua, outros planetas, e têm novas fantasias de idolatria”³⁷⁸.

Além de sinônimo de gentio, a idolatria também carregava seu sentido mais largamente utilizado. Enquanto uma subdivisão da categoria mais ampla de superstição, a idolatria, definida pelos doutores da Igreja tais como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, significava não somente o culto aos ídolos propriamente dito, como sua etimologia (ídolo-latria) poderia sugerir também o culto a qualquer “criatura” ou objeto de criação que, por definição, não poderia ser divino e, portanto, não poderia ser objeto de nenhuma veneração³⁷⁹. Mas assim como os gentios, os chamados idólatras não constituíam um adversário real ou concorrente ao Cristianismo, podendo ainda ser potenciais converso – as tais almas perdidas.

³⁷⁵ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 216.

³⁷⁶ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 116.

³⁷⁷ “*Costoro sono grandi idolatry: non hanno legge alcuna [...]*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 60.

³⁷⁸ “*Non hanno fede; ma adorano, alcuni il sole, altri la luna e altri pianeti; e hanno nuove fantasie di idolatria*”. *Ibid.*, p. 15.

³⁷⁹ Griffiths, Nicholas, *La Cruz y la Serpiente. la Represión y el Resurgimiento Religioso en el Perú Colonial*, p. 71.

No caso daqueles já convertidos ao islamismo que comumente se encontravam por aquelas bandas³⁸⁰ eram de uma maneira ou de outra enquadrados também no projeto evangelizador. A mácula da considerada “falsa seita” era desconsiderada a partir do discurso da conversão superficial:

A religião desses primeiros negros é maometana, mas não estão muito firmes na fé, como os mouros brancos, principalmente o povo miúdo. Os senhores têm a opinião dos maometanos, porque têm consigo vários dos ditos azenegues ou árabes, que também aí chegam, e que lhes dão algum ensino, dizendo-lhes que seria grande vergonha serem senhores e viverem sem alguma lei de Deus, e fazer como fazem aqueles seus povos e gente, que vivem sem lei; e por este fato de nunca terem tido outro trato senão com os ditos azenegues ou árabes, estão convertidos à lei de Mafoma, embora, depois de terem sido familiarizados e trato os cristãos, creiam menos³⁸¹.

A hipótese inicial de extensão do poder mouro se alargando conforme se reconhecia a extensão das terras não se confirmava. A observada presença da religiosidade muçulmana era, então, adaptada aos ensejos cristãos, uma vez que os fiéis historicamente não eram de fácil conversão ao Cristianismo. No entanto, caso não estivessem endurecidos da “falsa seita”, podiam, pelo convívio, serem facilmente convertidos. Prova disso seriam as histórias de pedidos feitos pelos próprios “reis” para serem batizados, conforme nos conta Diogo Gomes:

Essas minhas palavras agradaram ao rei de tal modo que ordenou ao bispo que em três dias saísse do seu reino. E, levantando-se, de pé, disse que sob de morte ninguém mais ousasse nomear a Mafamede porque acreditava que nenhum outro Deus uno e único e que não acreditava em nenhum outro Deus senão naquele que o Infante Henrique seu irmão dizia acreditar³⁸².

³⁸⁰ A respeito da presença islâmica na África subsaariana ver: Lewis, I. M. *Islam in Tropical Africa*.

³⁸¹ “*Le fede di questi primi Negri è macomettana: ma non sono però ben Fermi nella fede, come li Mori bianchi; e massime il popolo minute. E li signori tengono la opinione de’ Macomettani, perchè hanno appresso di loro alcuni de’ predetti Azanaghi, ovvero Arabi, che pur ve ne capita: i quali gli danno qualche ammaestramento, dicendli che egli saria gran vergogna esser signori, e viver senza alcuna legge di Dui; e far come fanno quei suoi popoli e gente minuta, che vivono senza legge, e per questa causa di non aver avuto mai altra conversazione, salvachè i detti Azanaghi, over Arabi, sono convertiti alla legge di Macometto: ma doppoichè hanno avuto familiarità e conversazione com Cristiani, credono meno*”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 35.

³⁸² “*Que uerba placuerunt domino regi ita quod precepit episcopo quod in tribus diebus exiret de regno ispsius. Et surgens stans dixit quod sub pena mortis nullus plus esset ausus nominare Maffometum quia solum credebat in deum unum et solum et quod non credebat aliu deum esse nisi*

Ou ainda Duarte Pacheco Pereira a respeito do Manicongo:

Tanto que o Sereníssimo Rei D. João descobriu a terra, logo trabalhou de fazer Manicongo e sua gente, cristã. E a isso mandou lá frades e clérigos para lhe ensinarem as coisas da fé, os quais levaram ricos ornamentos de igreja e órgãos e outras coisas necessárias. E vendo Manicongo e os fidalgos e outra gente a Missa e todo o outro officio divino, foram todos muito contentes e logo ele com seus fidalgos e outros homens principais se batizaram e fizeram cristãos³⁸³.

No mapa de Diogo Ribeiro se vê informação semelhante acerca do interesse do Manicongo, da maior província sob os auspícios do Rei João de Portugal, de ser batizado e da conversão da sua gente³⁸⁴.

Gentios, idolatras, superficialmente islamizados, ou bestas, selvagens e monstros, os negros africanos foram organizados na explicação cristã e vinculados, enfim, a um dos filhos de Noé que após o dilúvio universal foram os responsáveis pela posteridade da humanidade³⁸⁵. Apesar das dúvidas acima apresentadas, o próprio Pacheco Pereira ressalta tal divisão, anteriormente estabelecida nos exemplares T.O.: “[...] Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cão, a parte do meo dia, e Jafet habitou a parte setentrional [...]”³⁸⁶. Seriam sim, irmãos dos cristãos diante de Deus, mas convenientemente receberiam a descendência camítica. Conveniente razão pelas consequências que

illum quem Infans Henricus frater eius dicebar se credere [...]. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 81.

³⁸³ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 170.

³⁸⁴ Legenda do mapa de Jorge Reinel: “*Manicongo provincia maxime que auspicio divi Regis Joanis Portugalie, fuit inventa. Cujus rez audiens virtutes dicti regis volens que ei conformari in omnibus fecit se et populum suum baptizari cui Rex Portugalie demmisit maxima dona et etiam eaque ad fidem pertinent ditissiam nec non sacerdotes et religiosos etc. hec provincia habet magna deserta arenosa. In quibus degunt per maxime serpentes. Ethiops niger cum omni populo suo, proximis vero annis habuit bellum cum rege abassie Christiano*”. Já no de Diogo Ribeiro se lê: “*Regno manicongo: son xpinos de 20 anos a esta parte & cada dia se convertem*”.

³⁸⁵ Para o caso dos nativos americanos, cujas terras se passavam ao largo dessa divisão tradicional, diversas outras teorias foram elencadas. Houve quem defendesse a vinculação dos habitantes dessas terras a Sem ou a uma das famosas “dez tribos perdidas”, além de unirem todos os descendentes de Noé que, de uma forma ou de outra, conseguiram chegar nessas terras. Para mais informações ver: Poliakov, Leon, *O Mito Ariano*, p. 112-119.

³⁸⁶ Pereira, D. P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 22.

reverberavam na imagem desses habitantes e na sua participação no mundo cristão que agora veremos mais detalhadamente.

Para começar, vale salientar que o vigor dessas razões não esteve sempre objetivamente delineado nem mesmo na Sagrada Escritura. Ao se ler na Tábua das Nações a divisão estabelecida, não se reconhece claramente a partilha estabelecida por Isidoro de Sevilha, responsável pela difusão entre os *mappaemundi* T.O. Essa divisão é primeiramente observada nos escritos de Flávio Josefo (37?-100), que influenciou Sevilha. Em linhas gerais, Flávio Josefo delimitou que Jafet habitara a Eurasia, Cam a Afrasia e Sem a Ásia - sem nem mencionar o que ele estaria chamando de Eurasia, Afrasia e Ásia. No mesmo período, contudo, alguns estudos rabínicos estavam à parte dos escritos de Flávio Josefo e não ligavam, ressalta Braude, as partes do mundo aos filhos de Noé³⁸⁷. Muitos providenciavam, inclusive, uma outra concepção vinculando-os a desertos, costas e outras regiões como Phrygia, vale do Eufrates e etc. Um dos mais antigos manuscritos da *Viagens de Mandeville*, o manuscrito de Paris datado de 1371, apresenta uma discussão sobre os filhos de Noé no qual ele sugere que Cam habitara a Ásia, Sem, a África e Jafet, a Europa. Mas nas versões posteriores, especialmente nas impressas, encontra-se a versão de Alcuíno de York (732-804), que legitima a divisão dada por Isidoro de Sevilha e Flávio Josefo.

Isso posto, observa-se que a divisão do mundo entre os filhos de Noé não fora, durante muito tempo, um consenso. Como poderia? A própria Bíblia, enquanto um único volume, não existia até meados do século XIII, quando a Bíblia “Paris” se tornou popular, como analisa Richard Gyug. Mesmo que o conceito de escrita canônica já existisse, os textos bíblicos no início da Idade Média sobreviveram, salvo exceções como a Bíblia de Alcuíno, em cópias de livros individuais ou em pequenas coleções de livros bíblicos: Salmos, os livros de Salomão, Profetas, Atos, Apocalipse e etc³⁸⁸. A maioria desses manuscritos

³⁸⁷ Braude, Benjamin, The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical Identities in the Medieval and Early Modern Periods. In: *William and Mary Quarterly* 54, p. 111.

³⁸⁸ Gyug, Richard. Early Medieval Bibles, Biblical Books, and the Monastic Liturgy in the Beneventan Region. In: Boynton, Susan e Reilly, Diane J. (ed), *The Practice of the Bible in the Middle Age. Production, Reception, and performance in Western Christianity*, p. 35).

eram de difícil acesso, pois eram lidos e utilizados por certos monges, em determinadas ocasiões. Por conta disso, muitos escritos bíblicos na Europa antes do advento da imprensa foram repassados a partir de comentários ou mesmo de forma oral, o que favorecia uma polifonia de sentidos³⁸⁹. Contudo, a respeito da divisão do mundo entre os herdeiros de Noé, a versão popularizada concedia à África uma ascendência camítica que, curiosamente (convenientemente poderia se dizer), carregava consigo uma eterna maldição. Segundo a narrativa bíblica, Cam, pai de Canã, teria zombado da embriaguez e nudez de seu pai que, quando “acordou do efeito do vinho e descobriu o que seu filho caçula lhe havia feito disse: ‘Maldito seja Canã! Escravo de escravos será para seus irmãos’³⁹⁰. Eis que a maldição legava aos descendentes de Cam, nesse momento os africanos, a eterna condição de escravos:

E aqui haveis de notar que estes negros posto que sejam Mouro como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Caim, pela qual o maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo, da qual estes descendem, segundo escreve o arcebispo dom Rodrigo de Toledo, e assim Josefo [Flávio Josefo] no livro das antiguidades dos Judeus, e ainda Gualtero, com outros autores que falaram das gerações de Noé depois do saimento da arca³⁹¹.

Endossando a discussão acima elencada a respeito da vinculação dos filhos de Noé à determinadas regiões do mundo a partir de autoridades antigas, Zurara ressaltara, enfim, a importância da maldição para a condição de escravos. A confusão entre os nomes de Cam e Caim no escrito do cronista aponta para dois caminhos de culpa e crimes perpetrado por esses dois personagens exilados, poderíamos dizer, na África. O exílio os apartava da salvação e da palavra divina, bem como do padrão de comportamento considerado ideal que no item anterior comentamos.

³⁸⁹ O caso mais exemplar é o que se verifica em alguns comentadores a existência de um quarto filho de Noé, Jonathan, que não sobrevivia na versão impressa da Bíblia. Braude, Benjamin, *The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical Identities in the Medieval and Early Modern Periods*. In: *William and Mary Quarterly* 54, p. 107.

³⁹⁰ Gênesis 9: 24-25

³⁹¹ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 79.

Reproduzia-se, além disso, uma variante bastante difundida que indicava a divisão entre as três ordens medievais fundamentais para a organização do todo: Cam era o antepassado dos servos, Sem, o dos clérigos e Jafé, o dos senhores. Tal como a metáfora do corpo humano, em que o coração, rei do corpo, era servido por todas as outras partes, vivificando-as e governando-as de modo que não haveria nenhuma parte que não estivesse organizada para a conservação do principal membro, era também a noção de estrutura da sociedade em que cada um cooperava para a realização do cosmo³⁹². A descendência camítica, sendo assim, legara aos negros africanos a servidão e, como tal, ressoara por todas as campanhas de exploração que se verificara.

A terra que antes habitava os monstros e reis cede, então, espaço ao negro escravo cujo comércio ganhava cada vez mais acento econômico juntamente com o ouro, antiga cobiça dos cristãos desde o Eldorado do Mali. A importância do comércio de escravo cresce em importância e em legendas nos mapas, como destaca no Planisfério de Cantino, atento a todas as potencialidades daquelas novas terras: “Em esta terra serra lioa a muito ouro e este he o mais fino que ay em nenhua parte e traenlom pera portugall e muitos escravos deles sam jalofos e delos de mandinga e de cape, e esteiras mui boas e panos de algodã”. A respeito do Rei Meni, a mesma informação: “[...] e daquj traem muytos escravos e ouro e algalia e outras cousas e papagayos pardos e buxios de pimenta”. Ora, temos aqui o magnânimo Castelo de São Jorge, entreposto comercial para o ouro e escravos que se avultava com os contatos. Sua representação já retoma a importância dos mercados que iam se desenvolvendo conforme se avançava os contatos.

O unitarismo cristão, nesse sentido, que assentava raízes nas visões cosmológicas até aqui analisadas, envolvia os negros africanos em uma dada humanidade ao mesmo tempo que os condenavam à escravidão eterna. Essa inerente contradição contrastava ao comportamento cruel dos primeiros resgates e é razoada por Zurara:

³⁹² Souza, Juliana Beatriz, Las Casas, Alonso de Sandoval e a Defesa da Escravidão. In: *TOPOI*, p. 40.

“Eu te rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência, ca nem por sua lei daquestes, mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animálias, com seu bestial sentir, por um natural destinto [instinto] conhecem os danos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humana natureza, vendo assim ante os meus olhos aquesta miserável companha, lembrando-me que são da geração dos filhos de Adão!”³⁹³.

Desde as primeiras expedições se seguiu a captura de cativos: Zurara chega a dar uma soma de novecentos e vinte e sete de cativos capturados violentamente e levados à força para Lisboa. E antes que se pudesse interceder contra a violência dessas campanhas iniciais³⁹⁴, a discussão da humanidade dos negros africanos contrastava com a crueldade com que eram tratados pelos cristãos: “Só eu, Diogo Gomes, almoxarife de Sintra, apanhei 22 pessoas que se tinham escondido e empurrei-as sozinho diante de mim, como animais, por meia légua até os barcos”³⁹⁵.

As lágrimas descritas por Zurara poderiam ser um apelo retórico de desculpa à contradição da violência das campanhas, mas como ressaltara Las Casas: “[...] o mesmo historiador [Zurara] em sua exclamação mostra ser a seus olhos horrível aquela obra, porém logo depois, parece que ensaboa e a lava com a misericórdia e bondade de Deus [...]”³⁹⁶. Assim, logo na sequência, o cronista continuaria com as descrições das capturas respaldado pela bondade de Deus, aquela mesma que justificava a existência da diversidade da natureza. Tal como sugeriu Las Casas, sem condenar a escravidão e sim a violência, logo o infante ordenara um outro trato para se estabelecer naquelas paragens, ao qual Cadamosto destacou:

Note-se que, antes de estabelecer este contrato, as caravelas de Portugal costumavam vir armadas a este golfo de Arguim, às vezes quatro, outras vezes mais: desembarcavam de noite, assaltavam umas aldeias de

³⁹³ Zurara, G. E., *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, p. 96.

³⁹⁴ De acordo com Cadamosto, o Infante logo teria ordenado relações mais pacíficas no comércio com os povos.

³⁹⁵ “*Et ego Diogo Gomez tribunus de Sintria accepi solus 22 personas que iacebant absconditi et pepuli eos ante me solus sicut pecora per mediam leucam usque ad naues*”. Sintra, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, p. 61.

³⁹⁶ Casas, Bartolomé de Las, *Brevíssima Relação da Destruição da África*, p. 319.

pescadores e faziam também correrias pela terra, de modo que apanhavam estes árabes, quer varões quer fêmeas e conduziam-nos a Portugal para os vender. Assim faziam por toda a outra costa, e mais adiante, no que vai desde o dito Cabo Branco até ao Rio Senegal [...]”³⁹⁷.

Narrando as capturas tais como expressas no relato de Zurara, Cadamosto ressalta em seguida que o infante logo reduziu a paz e o trato de mercadoria sem que lhes fizessem mal, pois assim “[...] facilmente eles se poderão converter à nossa fé [...]”³⁹⁸. Mas isso não significava que não haveria mais captura, pelo contrário, o comércio de escravos começava a se estabelecer respaldado e justificado, inclusive, pela religião e por ela oficializado na bula papal *Romanus Pontifex* de 1455. Essa concedia ao rei Alfonso faculdade plena sobre os sarracenos, pagãos e inimigos de Cristo naquelas paragens:

Nós, pensando com a devida meditação sobre cada uma das coisas certas, e considerando que, anteriormente, ao dito senhor rei Alfonso se concedeu por outras Epístolas, entre outras coisas, poder total e livra para a quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, onde quer que estivessem, e os reinos, ducados, principados, domínios, possessões e bens móveis e imóveis, realizada e possuída por eles, invadir, conquistar, lutar, vencê-los e submetê-los; e reduzir à servidão perpétua as pessoas dos mesmos, e atribuir para si e seus sucessores e apropriar-se e aplicar para uso e utilidade sua e de seus sucessores, seus reinos, ducados, condados, principados, senhorios, possessões e bens deles³⁹⁹.

A respeito de todo e qualquer reino e outras possessões (verifica-se a importância dos nomes dados⁴⁰⁰) seria autorizado pela maior ordem do

³⁹⁷ “dichiarando che avanti che fosse ordinato questo traffico sollevano le caravelle di Portogallo venire a questo Golfo d’Argin armate, quando auattro, e quando più, e saltavano in terra di notte, e assalivano alcuni villaggi di pescatori, e anche scorrevano fra terra; in modo che prendevano di questi Arabi, sì maschi, come femmine, e conducevagli in Portogallo a vendere; e così facevano per tutta lá altra costa, e più Avanti, che tien dal detto Capo Vianco final al Rio di Senega [...]”. Cadamosto, L., *Navegações*, p. 21.

³⁹⁸ “[...] perchè egli spera che conversando con Cristiani leggiermente si patriona ridurre alla fede nostra [...]”. *Ibid.*, p. 21.

³⁹⁹ Gallo, Alfonso García, Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Indias. In: *Separata de Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo XXVIII, p. 305-315.

⁴⁰⁰ Analisamos nos capítulos passados a transposição dessas referências na tentativa de traduzir o estranho. Mas há de se anexar essa adequação já apontada por Mariza de Carvalho Soares no caso do termo “mouro” utilizado por Zurara em extensão aos gentios. De acordo com ela, muito do uso do termo se deveu à bula *Dum Diversos* de 1452, que concedia a Portugal o direito de conquista

Cristianismo o direito de reduzir as pessoas, mesmo que por violência, à servidão. Se foi da escravidão do corpo corrompido de Adão que Cristo redimira a humanidade, era por meio da escravidão que se poderia conduzir os negros ao caminho da salvação eterna.

Se a escravidão, nesse sentido, vinha em proveito da conversão, o contrário também era válido. E ambas estavam respaldadas no argumento principal em favor do efeito duradouro da praga bíblica. A cor negra e o modo de vida bestial estavam, enfim, vinculados a uma eterna mácula que delegava àquela progênie a eterna condição de escravos. Assim, mesmo sendo todos seres humanos formados da mesma matéria e compostos de alma racional, por vontade divina teriam recebido seu posto na grande cadeia do ser. Esses homens “quase bestas em semelhança humana”, apesar de possuírem qualidades humanas, necessitavam que comandassem suas vontades para viverem na ordem e obterem a salvação. Eram escravos, apesar de humanos.

sobre os “mouros” especificamente, legitimando, portanto, um indiscutível direito de conquista (Soares, Mariza de Carvalho, *Devotos da Cor*, p. 44).

7

Epílogo:

Um circo com vários picadeiros

Não demorou muito para que, depois do alvorecer das novas terras e habitantes, seguisse a discussão da possibilidade de existência de novos mundos no universo cuja extensão espacial ou magnitude física seriam impensáveis. A esse respeito escrevera Giordano Bruno em seu *De l'infinito universo e mondi*, 1584:

Por que devemos ou como podemos supor que a potencia divina seja ociosa? Por que devemos dizer que a bondade divina, que é capaz de comunicar-se a uma infinidade de coisas e de difundir-se sem limites, é avara? (...) Por que esse centro da divindade, que é capaz de expandir-se (se assim se pode exprimir) em uma esfera infinita, deve permanecer estéril, como se fosse invejoso? Por que deve ser frustrada a capacidade infinita, ser fraudada a possibilidade da existência de infinitos mundos, ser arruinada a perfeição da imagem divina – essa imagem que antes devia ser refletida num espelho de maneira tão incomensurável como ela mesma?⁴⁰⁰

Se havia uma razão para a existência do globo terrestre e toda sua diversidade, deveria também haver mais razão para a existência de outros lugares também preenchidos. Apesar da questão da infinitude ser ainda controversa, tal qual a ideia de outros mundos, ainda assim a nova cosmografia foi ganhando cada vez mais lugar, conforme analisa Lovejoy. A excelência divina atingira graus de perfeição tão grande que apenas incontáveis indivíduos e mundos poderiam a representar. A terra, já dissera Ptolomeu, era apenas um ponto em comparação aos céus⁴⁰¹.

A teoria da pluralidade dos mundos habitados vai ganhando adeptos e gerindo a Cadeia do Ser, mas não deixa de causar dificuldades relativas aos dogmas cristãos largamente analisados nesta tese. O próprio princípio de plenitude antigo que a ampara fora, por motivo semelhante, adaptado pelos pais da Igreja no período medieval. A versão cristã da Cadeia do Ser funcionava quase que como um mapa espacial e moral para as principais e oficiais explicações cristãs do cosmo. O mundo dividido em três partes, com suas qualidades reverberando nos seus habitantes, era

⁴⁰⁰ Bruno, Giordano *Apud* Lovejoy, A., *A Grande Cadeia do Ser*, p. 118-119.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 102.

pensando dentro de uma lógica ordenada com o principal imperativo da onipotência divina controlando qualquer aparente desordem. No entanto, este argumento não fora levado às últimas consequências mesmo quando a necessidade se fazia manifesta, como era o caso dos seres monstruosos tão populares nos confins desconhecidos africanos e nem mesmo com os posteriores habitantes advindos do contato direto com as terras além Bojador.

Os negros ou guinéus, como se convencionou a chamá-los, pelo contexto, feição e modo de viver apresentaram-se como um quebra-cabeça ao murado e ilhado mundo dos cristãos. Diante do enigma imposto à tradicional cosmovisão, que ignorava a existência desses habitantes, o esclarecimento da sua humanidade encaminharia sua natureza e significado. A possibilidade de explicação era rigidamente restrita pela assumpção universal ditada pela Igreja a partir da qual pregava-se que toda a humanidade provinha de uma única fonte, mas isso não impedira que os estranhos modos de viver, cor e feição encaminhassem perigosamente o discurso para o lado oposto. Afinal, a similitude, enquanto um *tropo* importante no discurso de apropriação desse mundo de ponta cabeça, funcionava também com a retórica do maravilhoso. As maravilhas das terras austrais africanas encenaram o despontar da Guiné, a sua exuberante natureza abrigou as qualidades das terras paradisíacas e as características de suas gentes invertidas se aproximaram dos monstros antípodas e animais em uma ambivalente descrição. Ambivalente porque ainda assim os novos habitantes foram mantidos na genealogia bíblica pela autoridade da explicação cristã. Esta mesma que os concedeu, juntamente com as categorias classificatórias elencadas pelos viajantes, a posição que deveriam desempenhar nesse todo estaticamente ordenado e organizado: servos de seus irmãos.

Daqui, a história segue pelos convés dos navios negreiros, ultrapassando os números e a violência descrita pelos viajantes⁴⁰². A inicial e sutil vinculação entre cor

⁴⁰² Diversos são os trabalhos acerca do tráfico de escravos e escravidão nas Américas, para citar apenas alguns: Florentino, Manolo. Aspectos do Tráfico Negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: Fragozo, João. *O Brasil Colonial*, vol. 1 (c. 1443 – c. 1580); Manning, Patrick. *Slavery and african life*; Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*; e outros.

negra e escravidão que se delineou vai, então, se corporificando. A *complexio* se desataria efetivamente das teorias galênicas, movendo-se através das esferas de descrições de características externas dos corpos, marcando e classificando visivelmente as marcas corporais⁴⁰³. A *negrura*, já como um sinal que identifica um coletivo, o negro, seria, com o avançar dos debates, forçadamente a marca do escravo diferenciando-os e apartando-os quase que em um outra categoria de homem ou de ser⁴⁰⁴.

O conceito de “humanidade”, que aqui sustentou uma determinada imagem do negro africano no gênero humano, também sofreu profunda transformações. Tornou-se cada vez mais difícil dividir o conjunto dos homens pela ótica do cristão, pois ele próprio passou a ser contestado. Era-se católico, calvinista, luterano sem que nenhum veredicto de heresia e nenhuma guerra que conseguisse criar uma nova unidade. Somado a isso, o Deus criador, que fora, como vimos, teologicamente uma espécie de contra-figura à humanidade pecadora, foi sendo, aos poucos, retirado da argumentação, distanciando o conceito de humanidade de seu significado teológico e convertendo-o, conforme analisara Koselleck, na linguagem política, em um conceito de negação⁴⁰⁵. Na cartografia, a função tradicional de propor uma leitura pessoal do mundo e uma mediação sobre sua diversidade também se perde. O conjunto de imagens que habitava o seu interior vai sendo empurrada para as laterais, como se observa nos exemplares holandeses como de Willem e Joan Blaeu e Fredrik de Witt (Figuras 31 e 32). Nestes exemplares do século XVII, os mapas da África incluem na sua lateral imagens etnográficas de casais (homem e mulher) separados por distintas fisionomias e vestimentas, em uma generalização de estereótipos ordenados por espécies e por região.

Dessa polifonia, as teorias poligênicas ganham cada vez mais espaço e são amplamente utilizadas nos momentos áureos da divulgação da Cadeia do Ser. Sem precisar necessariamente defender uma posição monogenista para todos os habitantes

⁴⁰³ Groebner, V., *Who are you?* p. 148.

⁴⁰⁴ Jordam, Winthrop D., *White over black*, p. 20.

⁴⁰⁵ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 222.

do mundo, aquela inicial aproximação com animais não mais precisaria ser evitada ou justificada por povos considerados inferiores e distintos do branco europeu. Disso resultaria diversas teorias que ora aproximavam os negros, de uma maneira geral, aos símios ou os elencava como o elo intermediário, semelhante à posição dos monstros no medievo, entre o homem e o macaco, dentre diversas outras que se desenvolveram baseadas já em critérios raciais. Mas deixemos de adentrar pela história. Esse debate posterior é muito mais complexo e multifacetado do que nos permitiria o espaço desta tese. Porém, como ressaltara Koselleck: “A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam”⁴⁰⁶.

⁴⁰⁶ Koselleck, R., *Futuro Passado*, p. 327.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 31 – *Africae nova descriptio* de W. Blaeu, ca. 1630.



Figura 32 – *Nova Totius Africae Tabula* de Frederick de Wit, ca. 1680

Referências bibliográficas

Alegria, Maria Fernanda; Daveau, Suzanne; Garcia, João Carlos; Relano, Francisc. *História da Cartografia Portuguesa*. Porto: Fio da Palavra, 2012.

Andrade, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

Baxandall, Michael. *O Olhar Renascente. Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Boynton, Susan e Reilly, Diane J. (ed). *The Practice of the Bible in the Middle Age. Production, Reception, and performance in Wertern Christianity*. NY: Columbia University Press, 2011.

Braudel, Fernand. *El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo em la epoca de Felipe II*. Tomo I. México, Fondo de Cultura Economica, 1987.

Brotóns, Victor; Eamon, William (ed.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica. Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciência y Documentación López Piñero, 2007.

Burnett, Charles; Shalev, Zur (ed). *Ptolemy's Geography in the Renaissance*. London; Turin: Warburg Institute Colloquia, 2011.

Campbell, Mary B. *The Witness and the Other World. Exotic European Travel Writing, 400-1600*. London: Cornell University Press, 1988.

Carvalho, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Cattaneo, Angelo. *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth-Century Venice*. Belgium: Brepols, 2011.

Certeau, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

Conley, Tom. *The Self-made Map: Cartographic Writing in Early Modern France*. Minnesota: University of Minnesota, 1996.

Cortesão, Armando; Mota, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987

Cortesão, Jaime. *Obras completas: A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*. Portugalia Editora, 1964.

Curtius, Ernst R. *European Literature and the Latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

Daston, Lorraine e Park, Katharine. *Wonder and the Order of Nature, 1150-1750*. New York, NY: Zone Books, 1998.

_____ e Fernando Vidal (ed). *The Moral Authority of Nature*. Chicago: The University Chicago Press, 2004

David, Rosalie. *The Experience of Ancient Egypt*. London; New York: Routledge, 2000.

- Delumeau, Jean; O'Connell, Mathew. *History of Paradise: The Garden of Eden in Myth and Tradition*. New York: Continuum, 1995.
- Devisse, Jean; Michel Mollat. *The Image the Black in Western Art*. Vol. I e II. Boston: Havard University Press, 2010.
- Donato, Maria Pia; Kaye, Jill. *Conflicting Duties: Science, Medicine and Religion in Rome, 1550-1750*. Warburg Institute Colloquia, 15, 2009.
- Durand, Dana Bennett. *The Vienna-Klosterneuburg Map Corpus of the Fifteenth Century: A Study in the transition from Medieval to Modern Science*. Leiden: E.J. Brill, 1952.
- Duzer, Chet Van. *Sea Monsters on Medieval and Renaissance*. London: British Library, 2013.
- Earle, T. T.; Lowe K. J. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Edson, Evelyn. *The World Map, 1300-1492. The Persistence of Tradition and Transformation*. Baltimor: The John Hopkins University Press, 2007.
- Falchetta, Piero. *Fra Mauro's World Map: With a Commentary and Translations of the Inscriptions*. Belgium: Brepols, 2006.
- Ferronha, António Luis (ed.). *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Caminho, 1991.
- Fragoso, João. *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- Friedman, John. *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*. United States: Havard University Press, 1981.
- Furtado, Junia Ferreira. *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFMG, 2008.
- Gallo, Alfonso García. Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Indias. In: *Separata de Anuario de Historia del Derecho Español, tomo XXVIII*. Madrid: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1958.
- Gatson, Gerhard. *Phantasia in Classical Thought*. Galway: Offina Typographica, 1988.
- Greenblatt, Stephen. *Marvelous Possessions. The Wonder of the New World*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- Griffiths, Nicholas. *La Cruz y la Serpiente. la Represión y el Resurgimiento Religioso en el Perú Colonial*. Perú: Fondo Editorial PUCP, 1998.
- Groeber, Valentin. *Who are you? Identification, Deception, and Surveillance in Early Modern Europe*. NY: Zone Books, 2007.
- Gruzinski, Serge. *La Guerra de las Imágenes. De Cristóbal Colón a "Blade Runner"(1492-2019)*. México: Fondo de Cultura Ecnómica, 1994.
- Gucci, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

Baigrie, Brian. *Picturing Knowledge. Historical and Philosophical Problemas Concerning the Use of Art in Science*. Canada: University of Toronto Press, 1996.

Harley, J. B.; Woodward David. *Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1987.

Holanda, Sergio Buarque. *Visões do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

Jones, Alexander; Berggren, J. Lennart. *Ptolemy's Geography. An Annotated Translation of the Theoretical Chapters*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Jordam, Winthrop D. *White over Black. American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1977.

Knoppers, Laura; Landes, Joan (ed.). *Monstrous Bodies/Political Monstrosities in Early Modern Europe*. New York: Cornell University Press, 2004.

Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Koyré, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Aberto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

Le Goff, Jacques. *The Medieval Imagination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

Lestrigand, Frank. *A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2009

Lewis, I. M. *Islam in Tropical Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

Lilley, Keith (ed). *Mapping Medieval Geographies. Geographical Encounters in the Latin West Beyond – 300-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Lima, Luiz Costa. *Trilogia do Controle. O Controle do Imaginário. Sociedade e Discurso Ficcional. O Gingidor e o Censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

Lovejoy, Arthur. *A Grande Cadeia do Ser*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

Manning, Patrick. *Slavery and African Life*. New York: Cambridge University Press, 1990.

Medeiros, F. de, *L'Occident et l'Afrique*. Paris, Karthala, 1985.

Mota, A. Teixeira da, *A cartografia antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860*, Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1964.

Marc-Besse, Jean. The Birth of the Modern Atlas – Rome, Lafreri, Ortelius. In: *Conflicting Duties*. Warburg Institute Colloquia, 15, 2009.

Martinez, Antonio Sánchez. *La Espada, la Cruz y el Padrón: Soberanía, Fe y Representación Cartográfica en el Mundo Ibérico Bajo la Monarquía Hispánica, 1503-1598*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2013.

Metcalf, Alida. *Go-betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*. University of Texas Press, 2005.

Montaigne, Michel de. *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Monteiro, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Mudimbe, Valentin. *The idea of Africa*. Indianapolis: Indiana University Press, 1994,

Nussbaum, Martha. *A Fragilidade da Bondade. Fortuna e Ética na Tragédia e na Filosofia Grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2009

O’Gorman, Edmundo. *A Invenção da América: Reflexão a Respeito da Estrutura Histórica do Novo Mundo e do Sentido do seu Devir*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

Padrón, Ricardo. *The Spacious World. Cartography, Literature, ad Empire in Early Modern Spain*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

Pérez, Sandra Sáenz-López. El Mundo como una Manzana en la Palma de la Mano: el Pomo y su Relación com la Cartografía Medieval. In: *Anales de História del Arte*. Vol. 23, 2013.

Poliakov, Leon. *O Mito Ariano: Ensaio sobre as Fontes do Racismo e dos Nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Quintino, Fernando. O Problema da Origem dos Termos “Guiné” e “Guinéus”. In: *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*, Vol. XX - 78, 1965

Ramos, Manuel. O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas representações cosmográficas europeias. In: Fernando Cristóvão (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*. Lisboa, Cosmos - CLEPUL, 1998.

Randles, W.G.L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre. Uma Rápida mutação Epistemológica, 1480-1520*. Lisboa: Gradiva, 1990.

Ravenstein, Ernst Georg. *Martin Behaim: His Life and his Globe*. London: Gerge Philip and son, 1908

Relaño, Francesc. *Shaping of Africa. Cosmographic Discourse and Cartographic Science in Late Medieval and Early Modern Europe*. Inglaterra: Ashgate, 2002.

Roberto Mulinacci. Locus Amoenus; Locus Horridus; Oriente, Fernão Álvaro do. In: Silva, Victor Aguiar e (org). *Dicionário de Luís de Camões*. Portugal: Editorial Caminho, 2011.

Sans, Jaume Riera. Cresques Abraham Jueu de Mallorca, Mestre de Mapamundis i de Brúixoles”. In: *L’Atlas Català Atlas*. Diàfora, Barcelona, 1975.

Scafi, Alessandro. *Maps of Paradise*. Chicago: The University Chicago Press, 2013

Shalev, Zur; Burnett, Charles (ed). *Ptolemy's Geography in the Renaissance*. London: Warburg Institute – Nino Aragno Editore, 2011.

Silva, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

Silva, Alberto da Costa e. *Imagens da África: da Antiguidade ao Século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012.

Soares, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Thornton, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

Todorov, T. *A conquista da América: a Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Unger, Richard; Talbert, Richard (ed.). *Cartography in Antiquity and the Middle Ages*. Fresh perspectives, New Methods. Boston: Brill, 2008.

Verdelho, Telmo. *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-portuguesas*. Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

Vilardaga, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010.

Woodward, David (ed). *Art and Cartography: Six historical essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987

Artigos

Bartlett, Robert. Medieval and Modern concepts of race and ethnicity. *In: Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Volume 31, Number 1, Winter 2001, pp. 39-56

Bedos-Rezak, Brigitte Miriam. Medieval Identity: A Sign and a Concept. *In: The American Historical Review*, 105 (2000): 1489-1533.

Braude, Benjamin. The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical Identities in the Medieval and Early Modern Periods. *In: William and Mary Quarterly* 54, 1997.

Farias, P.F. de Moraes. Silent Trade: Myth and historical evidence. *In: History in Africa*, Vol. 1, 1974.

Gaspar, Joaquim. Revisando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa. *In: Anais do III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, 2009.

Greene, Thomas. A flexibilidade do *self* na literatura do Renascimento. *In: História e Perspectiva*. Uberlândia, 35-36, Jan.Jul/Ago.Dez, 2015

Hansen, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *In: Revista USP*,

São Paulo, n. 76, setembro/novembro, 2006.

Horta, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI e XVII). In: *Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade”*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005.

Mark P. McDonald. Burgkmair's Woodcut Frieze of the Natives of Africa and India. In: *Print Quarterly*. Vol. 20, No. 3, 2003.

Randles, W.G.L., South East Africa and the Empire of Monomotapa as shown on selected and printed maps of the 16th century. *Studia*, 2, pp. 103-62.

Relaño, Francesc. Paradise in Africa. The History of a Geographical Myth from its Origins in Medieval Thought to its Gradual Demise in Early Modern Europe. *Terrae Incognitae: The Journal for the History of Discovery*, vol. 36, 2004.

Souza, Juliana Beatriz. Las Casas, Alonso de Sandoval e a Defesa da Escravidão. In: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, pp. 25-59.

Taylor, E. C.G. 'Pactolus, river of gold'. In: *The Scottish Geographical Magazine*, XLIV, 1928.

Dissertações e Teses

Brewer-García, Larissa. *Beyond Babel: Translations of Blackness in Colonial Peru and New Granada*. Tese de Doutorado. Universidade da Pensilvânia, 2013.

Destro, Leticia C. F. *Serão Filhos de Adão? A invenção da África Negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos Xv e XVI*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Horta, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In: *Mare Liberum*. no 2, 1991.

Marques, Alfredo Pinheiro. *Os descobrimentos e o “Atlas Miller”*. Tese de doutorado. Universidade de Coimbra, 2005-2006.

Fontes principais

Cadamosto, Luís de. *Navegações*. Texto italiano e tradução para português do Dr. Giuseppe Carlos Rossi. Instituto para Alta Cultura: Lisboa, 1944.

Pereira, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3a edição. Lisboa, 1954

Sintra, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

Zurara, Gomes Eanes. *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Publicações Europa-América, 1989.

Fontes auxiliares

Agustín, San. *Del orden*. In: *Obras completas de San Agustín*. Trad., introd. y notas de Victorino Capánaga. 6 ed. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1994, v. 1.

Barney, Stephen; Lewis W. J.; Beach J. A.; Berghof, Oliver. *The Etymologies of Isidore of Seville*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Barros, João de. *Da Ásia de João de Barros e de Diogo Couto*. Prólogo. V. 1, Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1778.

Casas, Bartolomé de Las. *Brevíssima Relação da Destruição da África*. Lisboa: Antígona, 1996.

Fernandes, Valentim. *O manuscrito de Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

Pliny the Elder. *Natural History: A Selection*. England: Penguin, 1991.

França, Susani Silveira Lemos. *Viagens de Jean de Mandeville*. SP: EDUSC, 2007

Heródoto. *Histórias*. Lisboa: Edições 70, 1996.

Homero. *Ilíada*. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2013.

Markham, Clements (ed.). *Book of the knowledge of all the kingdoms, lands and lordships that are in the world*. The Hakluyt Society, 1912.

Monumenta Henricina. Vol. I. In: *Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique*. Lisboa, 1960.

Salor, Sánchez (ed). *Orosio. Historias Libros I-IV*. Biblioteca Clássica Gredos, 54.

Vigílio. *Eneida*. Centaur Editions, 2013.

Cardoso, Jerónimo. *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanizo latiu[m]*. Conimbricæ: Excussit Ioan. Barrerius 1570